



Universidade Federal
de Campina Grande

SORAIA DE CARVALHO

**Estado e luta de classes na Bolívia:
Uma análise comparativa entre a
Assembleia Popular de 1971 e a
Constituinte de 2006-2009**

Campina Grande
Maio de 2016

SORAIA DE CARVALHO

**Estado e luta de classes na Bolívia:
Uma análise comparativa entre a
Assembleia Popular de 1971 e a
Constituinte de 2006-2009**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutora em Ciências Sociais, 2016.

Orientador: Gonzalo Adrián Rojas.

Campina Grande
Maio de 2016

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

C331e Carvalho, Soraia de.
Estado e luta de classes na Bolívia: uma análise comparativa entre a assembleia popular de 1971 e a constituinte de 2006-2009 / Soraia de Carvalho. – Campina Grande, 2016.
248 f. : il. color.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2016.
"Orientação: Prof.º Dr. Gonzalo Adrián Rojas".
Referências.

1. Bolívia - Estado. 2. Assembleia Popular. 3. Assembleia Constituinte. 4. Movimento Operário. 5. Movimento Indígena - Camponês. I. Rojas, Gonzalo Adrián. II. Título.

CDU323.4(84)(043)

SORAIA DE CARVALHO

Estado e luta de classes na Bolívia: Uma análise comparativa entre a Assembleia Popular de 1971 e a Constituinte de 2006-2009

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do Título de Doutora em Ciências Sociais, 2016.

Texto avaliado em 13 de maio de 2016

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA

Dr. Gonzalo Adrián Rojas
PPGCS/UFCG
Orientador

Dr. Ronaldo Laurentino Sales Junior
PPGCS/UFCG
Examinador Interno

Dr. Roberto de Sousa Miranda
PPGCS/UFCG
Examinador Interno

Dr. Romero Junior Venâncio da Silva
PPGCR/PPGF/PROSS/ PPGCINE/UFS
Examinador Externo

Dra. Cláudia Maria Costa Gomes
PPGSS/UFPB
Examinadora Externa

Dra. Ramonildes Alves Gomes
PPGCS/UFCG
Suplente

Luciana Aparecida Aliaga Azara de Oliveira
PPGS/UFPB
Suplente

Ao proletariado boliviano que tanto nos ensinou e ensina em sua busca pela libertação nacional e emancipação social.

Aos camponeses e indígenas, cuja combatividade e iniciativa são fundamentais no processo revolucionário latinoamericano.

À juventude boliviana, que em vários momentos tornou realidade a aliança operário-estudantil.

A eles dedico esta tese.

AGRADECIMENTOS

Esta tese, por mais que seja fruto de momentos de escrita solitária, não é e nem poderia ser um trabalho individual. Por trás dela, estão todos aqueles que contribuíram para minha formação cultural e política, para que eu me interessasse por conhecer e aprender com as lutas que acontecem na América Latina. Há contribuições de grupos de estudo e pesquisa, há conversas e confrontos na academia e fora dela que nos instigam a buscar respostas que não naturalizem as relações sociais. Há esforços interpretativos de muitas outras pessoas. Há a experiência viva de classes em luta que tentamos traduzir em teoria para, quem sabe, trazer reflexões que ajudem novas experiências a atingirem seu objetivo. No caso, uma sociedade sem exploração e sem opressão, portanto, sem classes.

Tentarei nominar aqui algumas das pessoas que passaram por meu caminho e que deixaram suas marcas também neste trabalho:

Ao meu orientador, Gonzalo Ádrian Rojas, por ter motivado minha mudança do Paraná para a Paraíba. Por criar um espaço em que pude desenvolver esta tese com muita liberdade, rigor e respeito. Mais do que um orientador, tornou-se um amigo pelo qual tenho grande afeto.

Aos meus colegas do Grupo Práxis, sempre presentes nos bons debates teóricos, no acompanhamento de cada etapa da pesquisa, apontando suas contribuições o que faz deste um trabalho coletivo. A Janaína Freire pela leitura atenta e sugestões. A Danilla Aguiar pela amizade e compartilhamento do interesse pelas lutas na Bolívia. A Danielle Silva, pelo companheirismo e exemplo.

A Eliel Machado e colegas do Gepal (Grupo de Estudos em Política na América Latina) onde minha vontade de estudar e conhecer a América Latina teve sua primeira acolhida.

A Romero Venâncio e Ronaldo Sales pelo acompanhamento e sugestões preciosas no Seminário de Tese e Exame de Qualificação. Aos demais componentes da banca: Cláudia Gomes e Roberto Miranda, assim como as suplentes: Ramonildes Gomes e Luciana Aliaga pela disposição em fazer parte deste processo.

À CAPES pelo financiamento desta pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação da UFCG.

A todos aqueles que contribuíram para minha formação militante, cujo contato nas lutas mais imediatas pela Educação pública me aproximaram da teoria marxista da melhor forma possível, como teoria voltada à transformação da realidade.

E, por fim, ao meu pai, Flávio Mendes Carvalho (*in memoriam*) por todo afeto e por inculcar em mim este amor pelos livros e pelo conhecimento. À minha mãe, Jussara Rodrigues pelo carinho constante, pelo aconchego e apoio ao longo de toda minha vida. Às minhas irmãs, Angélica, Érica e Sarah por me ensinarem, em casa, a como lidar com tanta diversidade de pensamentos “sem perder a ternura”. Ao meu companheiro Eduardo (Cotia), pelo amor, pela cumplicidade e pela presença em minha vida.

A todos vocês e tantos outros que contribuíram para este trabalho, expresso aqui minha gratidão e meu apreço.

Señoras y señores
hoy trataremos del imperialismo
tema difícil si los hay
y a veces engorroso de sitiar
en sólo media hora de pésimas noticias

en consecuencia intentaré abordarlo
tal como en un pasado alegre y misterioso
se solía abordar los bajeles piratas
quiero decir
de un modo irregular

digamos por ejemplo
que una campana suena a lo lejos mansa
y purifica el diálogo y se queda
como el sol en las copas de los árboles

a pesar del calor el horizonte
se pone su bufanda
y unos pájaros sueltos y agilísimos
la recorren
y no son golondrinas

nada de eso es el imperialismo

[...]
digamos por ejemplo
que un viejo está aprendiendo el alfabeto
y clave en su memoria los diptongos
y las esdrújulas que son tan cómodas
porque llevan acento indiscutible
tiene rostro de cuáquero este viejo
pero el alma la tiene de resorte
y escribe lluvia porque en su campito
nunca vio que lloviera con ve corta

tampoco eso es el imperialismo

[...]
digamos por ejemplo
que la frontera pierde sus aduanas
y hasta nos invadimos los unos a los otros
nos prestamos volcanes y arroyitos
y cobre y antropólogos y azúcar
y lana y proteínas y arcoiris
y alfabetizadores y durmientes
y poetas y prosistas y petróleo
y el contrabando queda para el viento
y para los amantes migratorios

tampoco eso es el imperialismo

digamos por ejemplo
que la lluvia y el sol nos pertenecen
también el sobrecielo y el subsuelo
las provincias de nuestro corazón
y el territorio de nuestro trabajo

somos iguales ante los iguales
en un mundo de pares y sin otros
una linda locura de los cuerdos
y cierta estratagema de justicia
vamos poniendo tildes a presagios
que se cumplieron o se están cumpliendo
en un comienzo fuimos sólo islas
ahora somos urgentes archipiélagos

tampoco eso es el imperialismo

y digamos por último
que tenemos la noche y nuestra casa
y un reloj que no cuenta hacia la muerte
la ciencia avanza tanto que ha logrado
aislar el virus de la xenofobia
y la patria es ahora un salado bautismo
que va de mar a mar
y los abismo siguen existiendo
aunque nadie se arroje a su silencio

siempre es duro vivir pero se vive
dentro de las esclusas de la vida

y una vez más afirmo
nada de esto es el imperialismo

confío no haber sido demasiado sectario
en el enfoque teórico del tema

señoras y señores
acaba de avisarme un compañero
que afuera nos esperan los señores gendarmes
tal vez para brindarnos alguna clase práctica

deseémonos coraje
y buena suerte

he dicho
muchas gracias

Mário Benedetti
Teoría y práctica

RESUMO

Esta tese tem como objeto de estudo duas distintas saídas para crises de hegemonia no processo político boliviano: a Assembleia Popular de 1971 e a Assembleia Constituinte, instalada em 2006, que resultou no novo texto constitucional promulgado em 2009, sob o governo de Evo Morales. A perspectiva metodológica adotada foi a do materialismo histórico e dialético. Analisa, quanto à independência de classe: qual a relação com as classes e frações dominantes e o Estado; como se manifestaram as ilusões democráticas; suas propostas em relação ao funcionamento do sistema judiciário. Identifica em cada experiência a forma como se deu a aliança entre as classes, frações de classe e nacionalidades oprimidas. Debate a abordagem do controle da produção, da questão agrária e das nacionalidades indígenas, assim como a política militar de cada uma delas. A partir destes pontos de análise, identifica que são experiências que adotaram rumos opostos. A primeira impulsionou a luta de classes enquanto a segunda a conteve nos marcos da democracia burguesa. A Assembleia Popular era parte da estratégia revolucionária do proletariado boliviano, que constituiu um organismo embrionário de duplo poder que se manteve independente perante as classes dominante e seu Estado. A vigência do pacto militar-camponês impôs dificuldades em incorporar esta classe à Assembleia. O golpe militar de 21 de agosto de 1971 interrompeu o desenvolvimento desta experiência. A Assembleia Constituinte instaurada em 2006 organizou-se em torno de uma estratégia democratizante, como uma saída burguesa para a crise de legitimidade das instituições estatais, profundamente abaladas pelos efeitos da aplicação das políticas neoliberais que levaram o país a uma situação pré-revolucionária, com os levantes batizados como Guerra da Água, em 2000 e Guerra do Gás, em 2003. A negociação com modificação do texto aprovado pelos constituintes expressou que os delegados constituintes não tiveram controle sobre o resultado do processo e os conflitos entre o Governo Morales, as comunidades indígenas e outros segmentos, sob a vigência da nova Carta demonstram os limites da via jurídico-parlamentar para que os explorados conquistem suas reivindicações.

Palavras-chave: 1. Bolívia - Estado. 2. Assembleia Popular. 3. Assembleia Constituinte. 4. Movimento Operário. 5. Movimento Indígena - Camponês.

RESUMEN

Esta tesis tiene como objeto de estudio dos distintas salidas para crisis de hegemonía en el proceso político boliviano: la Asamblea Popular de 1971 y la Asamblea Constituyente, instalada en 2006, que resultó en el nuevo texto constitucional promulgado en 2009, bajo el gobierno de Evo Morales. La perspectiva metodológica adoptada fue la del materialismo histórico e dialéctico. Analiza, cuanto a la independencia de clase: cual la relación con las clases y fracciones dominantes y el Estado; como las ilusiones democráticas se manifestaron; sus propuestas en relación al funcionamiento del sistema judicial. Identifica en cada experiencia la forma cómo se dio la alianza entre las clases, fracciones de clases y nacionalidades oprimidas. Debate el abordaje de temas como el control de la producción; la cuestión agraria y de las nacionalidades indígenas, así como la política militar de cada una de ellas. A partir de estos puntos de análisis, identifica que son experiencias que adoptaron rumbos opuestos. La primera impulsó la lucha de clases mientras que la segunda la contuvo en el marco de la democracia burguesa. La Asamblea Popular era parte de la estrategia revolucionaria del proletariado boliviano, se constituyó como un órgano embrionario de poder dual que se ha mantenido independiente ante las clases dominantes y su Estado. La vigencia del pacto militar-campesino ha impuesto dificultades en la incorporación de esta clase a la Asamblea. El golpe militar del 21 de agosto de 1971 interrumpió el desarrollo de esta experiencia. La Asamblea Constituyente inaugurada en 2006 se organizó en torno a una estrategia democratizante, como una salida burguesa a la crisis de legitimidad de las instituciones estatales, profundamente abaladas por la aplicación de las políticas neoliberales que llevaron al país a una situación pre-revolucionaria, con los levantamientos bautizados como la Guerra del Agua en el año 2000 y la Guerra del Gas en 2003. Las negociaciones que acabaron modificando el texto aprobado por los constituyentes expone que los mencionados delegados no tuvieron control sobre el resultado del proceso político y que los conflictos entre el gobierno Morales, las comunidades indígenas y otros segmentos, bajo la vigencia de la nueva Carta demuestran los límites de los medios legales y parlamentarios para que los explotados conquisten sus reivindicaciones.

Palabras clave: 1. Bolivia - Estado. 2. Asamblea Popular. 3. Asamblea Constituyente. 4. Movimiento Obrero. 5. Movimiento Indígena - Campesino.

ABSTRACT

This thesis has as objects of study two different exits for the hegemony crises in the Bolivian political process: the Popular Assembly of 1971 and the Constituent Assembly, installed in 2006, which resulted in the new constitutional text promulgated in 2009, in Evo Morales's government. The methodological approach adopted was the historical and dialectical materialism. Analyzes, concerning class independence: what is its relation to the dominant classes and fractions and the State; how democratic illusions manifest itself; its proposals in relation to the judicial system functioning. Identifies, in each experience, how the alliances were formed between the classes, fraction of classes and oppressed nationalities. Debates the production control approach, the agrarian question and the indigenous nationalities. Discuss the military politics of each one of them. From these analysis points, identifies that they are experiences which adopted opposite ways. The first one propelled the class struggle, whereas the second one held it back in the bourgeois democracies milestones. The Popular Assembly was part of the revolutionary strategy of the Bolivian workers who constituted an embryonic organism of dual power that kept itself independent in front of the dominant class and its State. The validity of the military-peasant pact imposed difficulties in incorporating this class to the Assembly. The military coup of August 21, 1971, interrupted the development of this experience. The Constituent Assembly, instituted in 2006, organized itself with a democratizing strategy, as a bourgeois solution to the legitimacy crises of the state institutions, profoundly shaken from the effects of the application of the neoliberal politics that led the country to a pre-revolutionary situation, with the uprising baptized as Water War, in 2000, and Gas War, in 2003. The negotiation with text modification approved by the constituents expressed that the constituents delegates did not have control upon the result of the process, and the conflicts between Morales's Government, indigenous communities and other segments, according to the new Letter, demonstrates the limits of the legal and parliamentary means to the exploited conquer their claims.

Key Words: 1. Bolivia - State. 2. Popular Assembly. 3. Constituent Assembly. 4. Worker's Movement. 5. Indigenous Peasant Movement.

SIGLAS E ABREVIATURAS

BM	Banco Mundial
BIC	Bloco Independente Camponês
CIDOB	Confederação de Povos Indígenas da Bolívia
COB	Central Operária Boliviana
COD	Central Operária Departamental
CONAMAQ	Conselho Nacional de Ayllus e Markas do Qullasuyu
CUB	Central Universitária Boliviana
CEPB	Confederação de Empresários Privados da Bolívia
CNTCB	Confederação Nacional de Trabalhadores Camponeses da Bolívia
CSCB	Confederação Sindical de Colonizadores da Bolívia
CSUTCB	Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia
COMIBOL	Corporação Mineira da Bolívia
ELN	Exército de Liberação Nacional
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNMCB-BS	Federação Nacional de Mulheres Camponesas da Bolívia - “Bartolina Sisa”
FSTMB	Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros da Bolívia
SIDIS	Sistema de Documentação e Informação Sindical
TIPNIS	Território Indígena Parque Isiboro Secure
UMSA	Universidade Maior de San Andrés
UMSS	Universidade Maior de San Simón
UCAPO	União de Camponeses Pobres.

USAID Agência para o Desenvolvimento Internacional norte-americano
YPFB *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos*

Partidos Políticos (grafias em castelhano)

AAI *Alianza Andrés Ibañez*
ADRN *Alianza Democrática de la Revolución Nacional (MNR-Estenssoro)*
AFIN *Alianza del Frente de Izquierda Nacional*
ALIN *Alanza de la Izquierda Nacional*
APB *Autonomías para Bolívia*
AS *Alianza Social*
ASP *Alianza Social Patriótica*
Ayra *Movimiento Ayra*
CN-PI *Concertación Nacional - Pátria Insurgente*
DC *Democracia Cristiana*
FRA *Frente Revolucionario Antiimperialista*
FSB *Falange Socialista Boliviana*
FSBI *Falange Socialista Boliviana de Izquierda*
FPN *Frente Popular Nacionalista*
FUDP *Frente Unidad Democrática y Popular (MNR-Siles/COB)*
MAS-IPSP *Movimiento al Socialismo - Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos*
MBL *Movimiento Bolivia Libre*
MCSFA *Movimiento Ciudadano San Felipe de Áustria*
MIP *Movimiento Indígena Pachakuti*
MIR *Movimiento de Izquierda Revolucionario*

MIR-NM	<i>Movimiento de Izquierda Revolucionario - Nueva Mayoria</i>
MITKA	<i>Movimiento Indio Tupac Katari</i>
MRTKL	<i>Movimiento Revolucionario Tupaj Katari de Liberación</i>
MNR	<i>Movimiento Nacionalista Revolucionario-Paz Estenssoro</i>
MNR-A3	<i>Movimiento Nacionalista Revolucionario - A3</i>
MNR-FRI	<i>Movimiento Nacionalista Revolucionario - Frente Nacionalista de Izquierda</i>
MNR-I	<i>Movimiento Nacionalista Revolucionario de Izquierda-Siles Suazo</i>
MNRP	<i>Movimiento Nacionalista Revolucionario del Pueblo</i>
MSM	<i>Movimiento Sin Miedo</i>
NFR	<i>Nueva Fuerza Republicana</i>
PCB	<i>Partido Comunista de Bolivia (linha moscovita)</i>
PCML	<i>Partido Comunista Marxista-Leninista (linha maoísta)</i>
PDC	<i>Partido Demócrata Cristiano</i>
PDCR	<i>Partido Demócrata Cristiano Revolucionario</i>
PIR	<i>Partido de Izquierda Revolucionaria</i>
PODEMOS	<i>Poder Democrático Social</i>
POR	<i>Partido Obrero Revolucionario</i>
PRA	<i>Partido Revolucionario Auténtico - Guevara</i>
PRIN	<i>Partido Revolucionario de la Izquierda Nacional – Lechin</i>
PURS	<i>Partido Unión Republicana Socialista</i>
RADEPA	<i>Razón de Patria (logia militar)</i>
PL	<i>Partido Liberal</i>
PR	<i>Partido Republicano</i>
PS-1	<i>Partido Socialista Uno - Quiroga Santa Cruz</i>

PS	<i>Partido Socialista (facção dissidente do PS-1)</i>
UCS	<i>Unidad Cívica Solidaridad</i>
UDP	<i>Unidad Democrática y Popular</i>
UN	<i>Unidad Nacional</i>
UNP	<i>Unión Nacionalista del Pueblo</i>

CRONOLOGIA¹

- 1825** Proclamação da independência da Bolívia. Simón Bolívar foi o primeiro presidente da Bolívia.
- 1899-1920** Período de governos liberais (Partido Liberal).
- 1921-1934** Período de governos republicanos (facções do Partido Republicano).
- 1932-1936** Guerra do Chaco.
- 1935** Fundação do *Partido Obrero Revolucionario* (POR) por exilados bolivianos em Córdoba, Argentina, vinculado à Oposição de Esquerda liderada por Leon Trotsky.
- 1936** Golpe de David Toro, presidente da Junta Militar e defensor do “socialismo militar”.
- 1938** Governo Busch, continuação do “socialismo militar”.
- 1939** Golpe da coligação conservadora. Governos Quintanilla e Peñaranda.
- 1941** Fundação do *Movimiento Nacionalista Revolucionário* (MNR).
- 1943** Golpe do major Gualberto Villarroel dá início ao governo de *Razón de Pátria* (RADEPA) em aliança com o MNR.
- 1944** O presidente Vilarroel funda a Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTMB).
- 1945** [maio] 1º Congresso Nacional Indígena da Bolívia.
[junho] 2º Congresso da FSTMB elege Juan Lechín como Secretário Geral.
- 1946** Golpe do *Partido Unión Republicana Socialista* (PURS) e do *Partido de Izquierda Revolucionaria* (PIR), uma aliança da “rosca” mineira e os estalinistas, derruba Villarroel, que é assassinado em enforcado em frente ao palácio do governo. Inicia período chamado de “sexenio rosquero”, de domínio dos chamados barões do estanho.

¹ Esta cronologia foi construída a partir da sistematização de LORA, 1972, de 1947 a 1971; DURÁN GIL, 1988, p. 377-381; e 2003, p. 484-487, de 1899 a 1982; ANDRADE, 2007, p. 21-25, de 1932 a 2006 e KLEIN, 2011, pp. 297 a 301, de 2500 a.C. a 2010.

Congresso da FSTMB aprova as “Teses de Pulacayo”, um programa sindical que expressava os métodos e o objetivo estratégico da revolução proletária.

- 1947** Massacres de mineiros em Potosí ordenados por ministros do PIR.
- Formação do Bloco mineiro parlamentar (FSTMB-POR), com eleição Lechín, Lora e mais oito parlamentares.
- 1949** Golpe de estado do MNR fracassa.
- Prisão e deportação dos deputados do Bloco mineiro parlamentar.
- 1950** Fundação do *Partido Comunista de Bolivia* (PCB), proveniente de uma cisão do PIR.
- Greve geral nacional.
- 1951** Vitória de Paz Estenssoro (MNR) em eleições censitárias, mas presidente Mamerto Urriolagoitia entrega poder a uma Junta militar (Mamertazo).
- 1952** [9 de abril] Golpe civil-militar do MNR depõe o general Ballivian.
- [10 e 11 de abril] Insurreição operário-popular.
- [19 de abril] Fundação da COB. Formação das milícias de mineiros, fabris e, posteriormente, camponeses. Dissolução do exército.
- Lechín entra no governo. Metade dos ministérios são oferecidos à Central Operária Boliviana (COB). Estabelece-se o co-governo MNR-COB.
- [outubro] Nacionalização com indenização de grande parte do setor da mineração e criação da Corporação Mineira da Bolívia (COMIBOL).
- [fim-1953] Levantes camponeses com ocupações de terras.
- 1953** [janeiro] tentativa de golpe da ala direita do MNR fracassa.
- [agosto] Decreto da Reforma Agrária
- [novembro] Tentativa de golpe da Falange Socialista Boliviana (FSB), partido de direita que atuava como força de choque da oligarquia mineira.
- 1954** 1º Congresso da COB.

- 1956** Eleição de Hernán Siles Suazo (MNR). Implantação do 2º. Plano de estabilização do FMI (Plano Eder).
- 1957** 2º Congresso da COB aprova greve geral.
- 1960** Segunda presidência de Paz Estenssoro (MNR).
- 1964** Terceiro mandato de Estenssoro tem General Barrientos como vice-presidente. General Ovando assume o Comando do Exército.
- [março] Lechín sai do MNR e funda o *Partido Revolucionario de la Izquierda Nacional* (PRIN).
- [outubro] greve geral dos mineiros.
- [4 de novembro]: golpe militar de Barrientos e Ovando.
- 1965** Militarização das minas e acampamentos. Greve geral da COB. Dissolução das principais organizações operárias. Assassinato de César Lora e prisão de Isaac Camacho, dirigentes mineiros. Massacre de Catavi.
- 1966** Regulamentação da organização sindical. Greve dos mineiros de Siglo XX e Huanuni. Repressão contra dirigentes sindicais.
- Oficialização do Pacto militar-camponês.
- [novembro] Chegada de Che Guevara à Bolívia, criação do Exército de Libertação Nacional (ELN).
- 1967** Estabelecimento de Nova Constituição e nova lei eleitoral. René Barrientos é eleito presidente.
- [janeiro] Abertura do foco guerrilheiro de Ñancahuazu.
- [junho] Greve geral dos mineiros e Massacre de São João em Catavi-Siglo XX.
- [outubro] Assassinato de Che Guevara.
- 1968** Greve de docentes, manifestações estudantis, greve geral de trabalhadores fabris contra o estado de sítio. Tentativa de golpe contra Barrientos.
- 1969** [abril-setembro] Barrientos morre em um acidente aéreo. Vice Luís Adolfo Siles Salinas, do *Partido Demócrata Cristiano* (PDC), assume a Presidência.

[26 de setembro] Fração de Ovando, nas Forças Armadas, derruba Salinas e constitui uma Junta militar que governará até 8 de outubro de 1970.

[outubro] Nacionalização da *Bolivian Gulf Oil Corporation*.

[dezembro] COMIBOL reincorpora mineiros despedidos por Barrientos. Legislação antioperária vai sendo revogada.

Formação do Bloco Independente Camponês (BIC), pacto camponês-universitário e camponês-fabril. BIC se filia à COB.

1970

[março] Congresso da FSTMB em Siglo XX.

Início da revolução universitária com movimento estudantil da Universidade Mayor de San Andrés (UMSA).

[maio] IV Congresso da COB adota a chamada tese socialista, correspondente às teses do POR, com alguns elementos das teses do PCB, e elege Lechín como secretário geral.

[julho] Giro à direita de Ovando sob pressão do exército.

Início da Guerrilha de Teoponte (ELN), logo derrotada pelo exército.

[6-8 de outubro] Golpe militar e triunvirato dirigido pelo general Miranda. Greve geral política convocada pela COB. Constituição do Comando Político da Classe Operária e do Povo. O general Torres passa a presidir o governo nacionalista.

[outubro] Torres oferece co-governo, mas comando político coloca inúmeras condições que inviabilizam aceitação de cargos ministeriais.

Início das ocupações selvagens de propriedades urbanas e rurais sob liderança da União de Camponeses Pobres (UCAPO). Multiplicam-se os Comitês revolucionários Locais.

[novembro] Aumento geral dos salários dos mineiros. Primeiras discussões sobre a Assembleia Popular.

1971

[10-12 de janeiro] Marcha de mineiros armados com dinamites impede tentativa de golpe de Banzer e Valencia, operários exigem armas a Torres e reivindicam o governo operário-camponês.

[janeiro] Decreto de Torres sobre a coparticipação operária nas grandes estatais. Fim da ocupação militar dos centros mineiros.

[março] Pacto mineiro-camponês é assinado entre FSTMB e sindicatos camponeses independentes, inicialmente em Oruro e depois em outros departamentos.

[30 de abril] Nacionalização da mina La Matilde pelo governo.

[1º de maio] Instaura-se a Assembleia Popular.

Manifestações em todo o país.

[22 de junho-7 de julho] Primeira sessão de trabalho da Assembleia Popular. Aprovadas resoluções sobre a coparticipação majoritária na COMIBOL e Universidade única sob controle operário.

[julho] Vanguarda Militar do Povo publica manifestos entre as Forças Armadas e chama formação de exército popular.

[julho-agosto] Reunião das Assembleias populares regionais.

[2 de agosto] Congresso da Confederação Nacional de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CNTCB) rechaça o pacto militar-camponês e seu novo Secretário Geral, Genaro Flores, tenta aproximação com a Assembleia Popular.

[19-21 de agosto): levante militar em Santa Cruz. Manifestações da COB. Violentos enfrentamentos armados em La Paz e Oruro. Hugo Banzer fecha a Assembleia Popular, derruba Torres e assume a Presidência, mediante golpe militar, apoiado pela Frente Popular Nacionalista (FPN), MNR-Estenssoro, FSB e Confederação de Empresários Privados da Bolívia (CEPB).

1972 Em outubro, governo desvaloriza moeda em 68%. Nos meses seguintes, 20 são mortos em repressão a protestos contra desvalorização.

1973 [janeiro] Nova desvalorização monetária.

Estenssoro é expulso do governo.

1974 [janeiro] Exército massacra cerca de 200 camponeses.

[novembro] Autogolpe de Banzer e diluição da FPN.

1976 Congresso da FSTMB e greve de mineiros. Assassinato de Torres.

1977 [28 de dezembro a 19 de janeiro de 1978] quatro mulheres mineiras iniciam greve de fome contra o regime militar, por anistia geral, reestabelecimento das liberdades democráticas e eleições. Mais de dois mil grevistas se somam à medida de pressão.

- 1978** [julho] Eleições gerais são convocadas, UNP ganha em por meio de fraude. Eleições são anuladas.
- [22 de julho] General Pereda dá golpe e depõe Banzer.
- [24 de novembro] General Arancibia dá golpe.
- 1979** [1º de julho] Novas eleições gerais. *Unidad Democrática y Popular* (UDP) ganha sem alcançar maioria absoluta. MNR frauda o pleito.
- [1º de agosto] Parlamento é aberto, mas não consegue eleger presidente.
- [8 de agosto] Congresso elege Walter Guevara Arze como presidente interino.
- [1º de novembro] Golpe do coronel Natusch Busch
- [16 a 18 de novembro] Acordo entre militares, COB e partidos políticos designa Lúdia Gueiler como presidente interina. Reabertura do parlamento.
- 1980** [29 de junho] Eleições Gerais. UDP ganha, mas não consegue maioria absoluta.
- [17 de julho] Golpe do general Luís García Meza.
- 1981** Meza renuncia em agosto e Junta militar assume o governo. General Celso Torrelio é designado presidente.
- 1982** Governo Torrelio desvaloriza moeda, adota dólar flutuante.
- [20 de julho] general Vildoso assume presidência.
- [setembro] Corte Nacional Eleitoral declara legítimas as eleições de 1980, instala-se o Congresso que elege o presidente Siles Suazo (UDP) e o vice-presidente Jaime Paz Zamora do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR), empossados em outubro, marcando volta ao regime democrático.
- 1985** Victor Paz Estenssoro é eleito presidente.
- 1986** Privatização da mineração estatal (COMIBOL) via decreto 21060.
- 1993-1997** Governo de Gonzalo Sanchez de Lozada (MNR) aprofunda privatizações.
- 1995** Fundação do *Movimiento al Socialismo - Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos* (MAS-IPSP).

- 1997** Evo Morales é eleito para o Congresso.
- 1998** Governo de Hugo Banzer decreta programa “Coca Zero” e repressão aos movimentos sociais.
- 2000** Guerra da Água em Cochabamba contra a privatização.
- 2002** Gonzalo Sanchez de Lozada vence as eleições presidenciais. Início da Guerra do gás.
- 2003** [fevereiro e outubro] Levantes populares contra o decreto de venda de gás.
[17 de outubro] Renúncia de Sanchez de Lozada, Carlos Mesa assume a presidência.
- 2004** [1º de julho] Referendo popular aprova a nacionalização dos hidrocarbonetos.
- 2005** Mesa renuncia à presidência, novas eleições são convocadas. Evo Morales, do MAS-IPSP, é eleito.
- 2006** [1º de maio] Decreto “Heróis do Chaco” nacionaliza parcialmente gás e petróleo.
[15 de dezembro] Comício multitudinário em Santa Cruz reivindica autonomia
- 2009** Nova Constituição Plurinacional é promulgada.
- 2010** Segunda administração de Evo Morales
- 2011** [20 de outubro] Marcha Indígena contra a construção de uma rodovia, sem consulta prévia, no Território Indígena Parque Isiboro Secure (TIPNIS) é recebida em La Paz, após 65 dias, desde que saíram de Beni, em manifestação com um milhão de pessoas.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da Bolívia: divisões administrativas	45
Figura 2 - Mapa da relação dos Partidos e organizações políticas com a Assembleia Popular	83
Figura 3 - Participação e abstenção eleitoral (1993-2009)	146
Figura 4 - Mapa da Bolívia: Meia Lua	164

ÍNDICE DE FOTOS

Foto 1 - Assembleia Popular nas páginas da imprensa burguesa	66
Foto 2- Presidente Torres com capacete de mineiro na mão, saudando trabalhadores em Oruro, 1971	68
Foto 3 - Operários contra o golpe, em defesa da independência de classe.	70
Foto 4 - Passeata no 1º de maio de 1971	73
Foto 5 - Mineiro de motocicleta se coloca como escolta da passeata da COB	74
Foto 6 - Palácio Legislativo, sede da Assembleia Popular	84
Foto 7 - Delegações no plenário de debates da Assembleia Popular	85
Foto 10 - Povo em armas na Revolução de 1952	93
Foto 8 - Nas ruas, a denúncia da preparação do golpe	96
Foto 9 - Prisão de universitários após o golpe de 1971	100
Foto 11- Marcha pela vida, 1986	119
Foto 12 - Barricadas nas ruas e praças de Cochabamba	129
Foto 13 - Mulher lança pedras contra a polícia e, ao lado, outra dialoga com soldados.	129
Foto 14 - Repressão e resistência (nos muros e barricadas)	130
Foto 15 - População derruba totem da empresa Águas de Tunari	130
Foto 16 - Após massacre em Warisata, moradores mostram suas velhas armas em sinal de insubordinação em relação ao governo	136
Foto 17 - Marcha e barricadas contra a venda do gás	138
Foto 18 - Militares disparam ao escoltar caminhões que transportavam combustível em La Paz, outubro de 2003	139
Foto 19 - Evo Morales e García Linera em cerimônia nas ruínas de Tihuanaco	150
Foto 20 - Sessão da Abertura da Assembleia Constituinte em Sucre, em 6 de agosto de 2006	162
Foto 21 - Comício multitudinário em Santa Cruz reivindica autonomia, em 15 de dezembro de 2006	167
Foto 22 - Marcha em apoio a Evo e à Constituinte, em La Paz e, ao lado, manifestantes queimam bonecos representando a direita autonomista	172
Foto 23 - Cerimônia de entrega da <i>Enciclopedia Histórica Documental del Proceso Constituyente Boliviano</i> , em 21 de agosto de 2009	176
Foto 24 - Repressão à marcha do TIPNIS, em 25 de setembro de 2011	181
Foto 25 - Protestos contra a construção da rodovia no TIPINIS	182
Foto 26 - Chegada da VIII Marcha Indígena pelo TIPNIS a La Paz, em 20 de outubro de 2011, após 65 dias, desde que saíram de Beni	182
Foto 27 - Piquete de greve de fome exige que governo devolva sede da CONAMAQ	184
Foto 28 - Repressão a povo Guarani, em manifestação por consulta prévia sobre exploração de hidrocarbonetos em território protegido, agosto de 2015.	187

Foto 29 - Víctor Hugo Cárdenas, primeiro vicepresidente indígena na Bolívia. Acompanhou Gonzalo Sánchez de Lozada em seu primeiro mandato (1993-1997)	216
Foto 30 - Evo Morales em cerimônia nas ruínas de Tihuanaco, em janeiro de 2006	217

ÍNDICE DE QUADROS

Tabela 1 - Quadro de representação das delegações na Assembleia Popular	75
Tabela 2 - Preferências partidárias dos delegados da Assembleia Popular	81

SUMÁRIO

1. ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E O PROCESSO SÓCIO-HISTÓRICO	29
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	39
2. A ASSEMBLEIA POPULAR.....	44
2.1 ANTECEDENTES DE AUTO-ORGANIZAÇÃO	49
2.2 DEBATE TEÓRICO SOBRE A DUALIDADE DE PODERES	52
2.3 O QUE FOI A ASSEMBLEIA POPULAR DE 1971?	65
2.4 DEBATE TEÓRICO SOBRE O CONCEITO DE BURGUESIA DE ESTADO	104
3. A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE	118
3.1 CONTEXTO SOCIAL DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE	123
3.1.1 Da Guerra da Água à Guerra do Gás	126
3.1.2. A eleição de Evo Morales (MAS) à Presidência da República	144
3.2 TENSÕES E PACTOS NA ORIGEM DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO PLURINACIONAL	161
3.2.1 Confrontos entre o governo e o movimento indígena	179
3.3 LIMITES INERENTES AO “PROCESSO DE MUDANÇA”	188
3.4 DEBATE TEÓRICO SOBRE A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE	199
3.4.1 O debate sobre a Constituinte na Bolívia	203
3.5 DEBATE TEÓRICO SOBRE O “CONSTITUCIONALISMO TRANSFORMADOR” ...	207
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	223
REFERÊNCIAS	236

Figura 1 - Mapa da Bolívia: divisões administrativas



Base 803227A1 (G00397) 4-06

Fonte: Agência Central de Inteligência – CIA. *Tradução nossa.*

1. ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E O PROCESSO SÓCIO-HISTÓRICO

[Marx] “vai à escola” da Comuna, como todos os grandes pensadores revolucionários que não hesitaram em entrar na escola dos grandes movimentos da classe oprimida, em lugar de pregar a esta uma “moral” pedante.

Lênin, em *O Estado e a Revolução*.

A fundamentação teórico-metodológica adotada nesta pesquisa decorre do objeto que nos propomos a estudar: duas distintas saídas para crises de hegemonia no processo político boliviano, a partir da experiência de criação da Assembleia Popular de 1971 e da Assembleia Constituinte, instalada em 2006, que resultou no novo texto constitucional promulgado em 2009, sob o governo de Evo Morales. Nosso objetivo geral é comparar estas experiências históricas, antecedidas por crises de hegemonia, buscando avaliar se impulsionaram ou contiveram a luta de classes, compreendendo como impulso à luta de classes a ação política do proletariado com independência de classe, capacidade de dirigir o conjunto de classes e nacionalidades oprimidas e elaboração de uma estratégia própria. Analisaremos, portanto, os seguintes aspectos:

- A) Independência de classe
 - a) Qual a relação com as classes e frações dominantes e o Estado;
 - b) Como se manifestaram as ilusões democráticas²;
 - c) Propostas em relação ao funcionamento do sistema judiciário;

² Por ilusões democráticas compreendemos a concepção de que é possível solucionar os problemas dos explorados e oprimidos, nos marcos do capitalismo, pela via parlamentar.

- B) A forma como se deu a aliança entre as classes, frações de classe e nacionalidades oprimidas
- C) Se houve elaboração de estratégia própria;
 - a) Como se abordou o controle da produção;
 - b) Qual a resposta à questão agrária, autodeterminação das nacionalidades indígenas e soberania nacional;
 - c) Qual a política militar adotada;

Como síntese destes três elementos, compreenderemos como máxima expressão do impulso à luta de classes a constituição de órgãos ou embriões de dualidades de poderes. Problematizaremos a relação entre delegados e base e identificaremos como se manifestou a tradição de auto-organização, presente na organização comunal dos ayllus, nos Cabildos do período colonial e nas experiências do movimento operário boliviano e internacional.

Para abordar este objeto, portanto, recorreremos ao referencial teórico-metodológico do materialismo histórico e dialético, considerando a sociedade boliviana como um país de economia capitalista, semicolonial, em que convivem formas de produção pré-capitalistas (as relações servis foram formalmente abolidas apenas na metade do século XX) com setores altamente desenvolvidos, expressão do desenvolvimento desigual e combinado. Apesar de ter havido uma revolução nacional em 1952, as conquistas democrático-burguesas não foram plenamente atingidas ou conservadas.

A reflexão metodológica feita por Poulantzas ajuda a compreender a relação entre os processos reais e os instrumentos conceituais voltados ao conhecimento de um objeto determinado:

O trabalho teórico – qualquer que seja o grau de sua abstração – é sempre um trabalho referente aos processos reais. No entanto, este trabalho, que produz conhecimentos, situa-se inteiramente no processo de pensamento: não existem conceitos mais reais que outros. O trabalho teórico parte de uma matéria-prima composta, não do real-concreto, mas antes de informações, noções etc., sobre este real, e trata-a utilizando certos instrumentos conceituais, trabalho cujo resultado é o conhecimento de um objeto [grifos no original] (Poulantzas, 1977, p. 12).

O método do materialismo histórico e dialético não foi sistematizado por Marx e Engels em uma obra à parte, porém, é possível encontrar notas metodológicas em suas obras. Na Introdução à *Contribuição à crítica da Economia Política*, de 1859, Marx apresenta o concreto como a “síntese de múltiplas determinações”. Assim, expõe que a maneira de o pensamento se apropriar do concreto e reproduzi-lo na forma de concreto pensado é o método de elevar-se do abstrato ao concreto. No prefácio da mesma obra, Marx explica que para se compreender as relações jurídicas, as formas de Estado e as formas de consciência social, deve-se identificar sua base no modo de produção da vida material.

Nas *Grundrisse*, esboços dos estudos de Marx para *O Capital*, há também importantes indicações metodológicas. Destacamos um dos elementos abordados em uma parte que chegou a ser editada em separado como *As formações econômicas pré-capitalistas*. O texto em questão traz uma importante distinção entre o modo de produção e a formação social. O primeiro é uma abstração do concreto, que mostra características gerais do modo de produção escravista, feudal, capitalista, dentre outros, indicando as classes dominantes e dominadas, o desenvolvimento das forças produtivas, a forma de distribuição da riqueza produzida socialmente, etc. Já a formação social refere-se ao movimento do abstrato ao concreto, buscando em uma determinada sociedade, em um período determinado, a coexistência entre diferentes modos de produção, ainda que um deles seja predominante. Assim, a realidade político e social boliviana é parte do sistema econômico mundial, compreendido como uma totalidade. A manifestação particular, no caso em tela, necessita de uma abordagem que considere a

interrelação entre a Bolívia e os demais países latino-americanos em sua relação com as potências imperialistas, em especial os Estados Unidos.

Este é um ponto de partida importante para a “lei do desenvolvimento desigual e combinado”, sistematizada por Leon Trotsky, que demonstra que, pela relação dialética entre miséria e riqueza, o desenvolvimento de determinado ramo da economia mundial ou nacional é condicionado pela manutenção de outros ramos e regiões ao atraso, impossibilitando um desenvolvimento harmônico do capitalismo. Tal conceito é parte da tese da revolução permanente se contrapõe às concepções etapistas que consideram que os países semicoloniais devem realizar sua revolução democrática, sob a direção de uma ala progressista da burguesia, como condição para realizar a revolução socialista. Trotsky destacava que, na fase imperialista, para os países de desenvolvimento burguês retardatário, “a solução das tarefas democráticas e nacional-libertadoras só é concebível por meio da ditadura do proletariado, que assume a direção da nação oprimida e, antes de tudo, de suas massas camponesas” (TROTSKY, 2011, p. 311). Outro aspecto desta tese é o internacionalismo. Trata-se da impossibilidade da revolução socialista ser concluída nos marcos nacionais, uma vez que as forças produtivas estão em choque com os limites dos Estados nacionais. “A revolução socialista começa no terreno nacional, desenvolve-se na arena internacional e termina na arena mundial” (TROTSKY, 2011, p. 315), conclui o revolucionário russo.

No debate sobre a realidade boliviana, apresentaremos o pensamento do trotskista Guillermo Lora, que desenvolve esta abordagem, enquanto o sociólogo eclético René Zavaleta Mercado, apresenta o conceito de “sociedade abigarrada” em que reconhece os distintos modos de produção, porém considera que eles não se misturam, permanecem como camadas estanques, o que explicaria a instabilidade política no país. Tal leitura reaparecerá a partir da retomada do pensamento de Zavaleta por parte do Grupo Comuna³, que teve entre seus quadros o atual vice-

³ Rodrigo Santaella Gonçalves (2003) dedicou sua dissertação de mestrado ao pensamento do Grupo Comuna. Considera como seus “membros orgânicos” Álvaro Garcia Linera, Luis Tapia Mealla, Raúl Prada Alcoreza, Raquel Gutierrez Aguilar (presente até certo momento) e Oscar Veja Camacho (se integra posteriormente). A publicação de livros pelo grupo se deu entre 1999 e 2010.

presidente Álvaro García Linera. Luis Tapia, que integrou o grupo Comuna e que se dedicou a estudar o pensamento de Zavaleta, inclui nesta noção zavaletiana o seu componente de preservação do autogoverno comunal-indígena:

Um traço forte do abigarramento, que é que nos permite marcar a diferença, é o fato de que persistem estruturas de autoridade de autogoverno de vários dos povos e culturas que foram conquistados. Isto implica que vários territórios de um país como a Bolívia, no espaço que se reclama ser um estado-nação, não apenas existem as estruturas do Estado mais ou menos republicano e moderno, mas também existe uma diversidade de outras formas políticas de autogoverno, estruturas de autoridade que são a principal forma em que se relativiza, se reduz ou se cancela a ideia e a fatalidade do monopólio da política (TAPIA, 2010, pp.100-101, *tradução nossa*).

Tapia deriva desta caracterização que a Bolívia é um país multisocietal. Na mesma trilha, Linera fala de uma sociedade multicivilizatória. É interessante notar as consequências políticas dos conceitos e análises. O abigarramento será utilizado para fundamentar a necessidade de fundar um Estado plurinacional, a partir da Assembleia Constituinte de 2006-2009. A categoria de Trotsky de desenvolvimento desigual e combinado nos parece mais adequada para dar conta destes elementos da formação social boliviana compreendida como uma unidade contraditória. Tal caracterização vincula-se a outra estratégia política expressa na experiência da Assembleia Popular de 1971.

Consideramos como um pressuposto da pesquisa, que o capitalismo vive sua fase superior, imperialista, marcada pelo domínio do capital financeiro, que surgiu a partir da fusão entre capital bancário e industrial. O capitalismo passa, assim, de sua fase concorrencial para a monopolista. O mundo divide-se em nações opressoras e oprimidas, e encontra-se completamente dividido entre as potências

Santaella lança o seguinte questionamento: “Trata-se de um grupo academicista, que a partir de um ecletismo teórico típico das correntes pós-modernas especula sobre diversos aspectos da vida social e termina produzindo um pensamento que serve para a reprodução do capitalismo? Ou pode ser visto como um grupo que produz teoria diretamente relacionada à luta concreta dos movimentos na Bolívia e capaz de servir como ferramenta para a interpretação, resistência e superação desse sistema?” (2013, p. 133). Para ele, a segunda alternativa é a correta. Para nós, a primeira parece mais acertada.

imperialistas. As grandes multinacionais monopolistas avançam sobre as fronteiras nacionais e organizam a produção em escala mundial. Os países imperialistas expandem seus mercados, apropriam-se das matérias-primas em condições cada vez mais vantajosas e exportam capitais para os países atrasados, mecanismo que vemos adquirir importância cada vez maior com as dívidas públicas. Lenin apresenta o imperialismo como uma época de guerras, revoluções e contrarrevoluções (LENIN, 1982).

Voltando a Marx, em *O Capital*, é destacada a lógica contraditória e instável do sistema capitalista, convulsionado periodicamente por crises no plano da produção, distribuição e circulação. Por ser um sistema baseado na extração da mais valia, e, sendo a força de trabalho a única mercadoria capaz de valorizar Capital, o capitalismo traz em sua base o antagonismo entre a burguesia, classe que detém os meios de produção, que se apropria da riqueza produzida socialmente e o proletariado, que é, em linhas muito gerais, a classe dos assalariados que produzem e valorizam capital, que por não possuírem meios de produção próprios, são obrigados a vender sua força de trabalho para viver (MARX, 1985b, p. 108; 1985c, p. 188).

Marx apresenta também em *O Capital* a lei tendencial da queda da taxa de lucro, decorrente das alterações na composição orgânica do Capital, em que o capital constante (trabalho morto, os meios de produção) amplia sua participação em relação ao capital variável (o trabalho vivo, a força de trabalho), sendo assim, ante a dificuldade em manter as mesmas taxas de lucratividade, o Capital busca novos campos de valorização. A economia capitalista é atravessada por uma tendência permanente a crises gerais, o que tende à instabilidade política que se reflete nas crises políticas.

É possível distinguir obras em que Marx e Engels aplicam o materialismo histórico e dialético ao desenvolvimento geral do capitalismo, como o Manifesto do Partido Comunista, de 1848, de outras em que este método é utilizado para explicar um fragmento da história contemporânea, partindo de uma situação econômica existente, como “As lutas de classes na França” e “O 18

Brumário de Luís Bonaparte”. Em todas as obras, dois grandes sujeitos históricos, a burguesia e proletariado, são analisados, compreendendo que expressam, com mais ou menos mediações, os choques entre as forças produtivas e as relações de produção.

Assim, as chamadas obras históricas de Marx testaram o método na análise da atualidade imediata, buscando nos acontecimentos políticos, sua raiz econômica. Tanto o *18 Brumário de Luís Bonaparte* como *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*, vão além do fracionamento econômico da burguesia, dividida nas frações latifundiária, comercial, industrial e financeira, e apresentam as divisões no plano da luta político-ideológica. Esta abordagem refuta o economicismo, ao buscar fatores políticos, ideológicos, institucionais e referentes aos protagonistas dos eventos históricos. Conforme apresenta Jacob Gourevitch, o enfoque interdisciplinar de Marx da instância econômica não isola o econômico da “trama variada do tecido social” (GORENDER, 1985, p. XXIV).

A periodização que Marx apresenta não é definida por mudanças formais nas instituições políticas por meio de eleições e golpes, mas sim por meio da correlação de forças em que as classes se enfrentam. Na dinâmica da luta social, política e ideológica as classes se alternam na ofensiva e defensiva. Os fatos políticos, sem poderem ser entendidos em sua totalidade apenas por meio da análise política, acabam expressando a luta de classes. A luta militar é apresentada como continuidade da luta política.

Ao analisar, em uma situação concreta, como as classes sociais se apresentam na cena política⁴, no executivo, no parlamento ou na representação ideológica por meio dos meios de comunicação, destaca-se a autonomia relativa do político. Isto é exemplificado com o processo que faz a classe dominante abrir mão do exercício direto do poder político para continuar a garantir as condições gerais

⁴ A expressão cena política é utilizada nesta tese como uma metáfora, em que a esfera política é comparada a um teatro, com a atuação das forças sociais por meio de suas representações político-partidárias, assim como o faz Marx em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. A partir desta expressão. Para conhecer o desenvolvimento conceitual realizado por Nicos Poulantzas, consultar: AGUIAR JÚNIOR, 2013 e POULANTZAS, 1977.

da reprodução do capital, o que caracteriza o bonapartismo, mas também na representação política da burguesia por porta-vozes que não necessariamente têm sua origem nesta classe. Tal conclusão é de fundamental importância para a análise do caso boliviano, em que a debilidade da burguesia autóctone fez com que as classes dominantes se deixassem representar pelo exército, em inúmeras ocasiões, inclusive no período da Assembleia Popular, durante o governo do militar nacionalista de esquerda Juan José Torres (1970-1971); ou por um governante oriundo dos movimentos sociais, como Evo Morales, do Movimento ao Socialismo (MAS), responsável pela convocatória da Assembleia Constituinte em seu primeiro ano de governo, em 2006.

A análise da política, da construção social e do Estado que se ergue nesta determinada formação social é encontrada na base econômica:

É sempre na relação direta entre os proprietários dos meios de produção e os produtores imediatos (a forma dessa relação sempre corresponde naturalmente a dado nível de desenvolvimento dos métodos de trabalho e da produtividade social do trabalho) que encontramos o recôndito segredo, a base oculta da construção social toda e, por isso, da forma política das relações de soberania e dependência, em suma, da forma específica do Estado numa época dada (MARX, 1980, p. 907).

Ao considerar o Estado a partir de sua natureza de classe, o marxismo rejeita qualquer concepção que trate do Estado como neutro, eis o eixo de sua crítica à filosofia do direito de Hegel, em que o Estado encarnaria o Universal. No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels sintetizam que “O governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX e ENGELS, s/d, p. 23). Tal constatação mantém sua atualidade, ainda que continuem a se editar políticas que considerem o Estado como neutro ou a serviço dos oprimidos, sem que se modifique a sua natureza de classe por meio de um processo revolucionário.

Em *O 18 Brumário*, Marx constata que “todas as revoluções aperfeiçoaram essa máquina governamental [o Estado] ao invés de destruí-la”

(MARX, s/d, p. 276). Como objetivamos, com esta pesquisa, revisitar o debate sobre as formas transitórias do poder político, este é um pressuposto importante. Assim como o desenvolvimento posterior elaborado por Lenin em *O Estado e a Revolução*. Assim como parte das categorias elaboradas por Nicos Poulantzas, em seu esforço de criar uma teoria regional do político no modo de produção capitalista.

No prefácio da primeira edição de *O Capital*, de 1867, Marx ressalta a necessidade de distinguir método de exposição e de pesquisa, em que o momento da pesquisa tem o objetivo de “captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real” (1985a, p.20). No mesmo texto, Marx apresenta como incorpora o método dialético herdado do pensamento hegeliano, mas transformado ao se retirar o seu elemento idealista.

[...] no entendimento positivo do existente, ela [a dialética materialista] inclui ao mesmo tempo o entendimento de sua negação, da sua desaparecimento inevitável; porque apreende cada forma existente no fluxo do movimento, portanto também com seu lado transitório; porque não se deixa impressionar por nada e é, em sua essência, crítica e revolucionária (MARX, 1985a, p. 21).

Em o *Anti-Dühring*, Engels afirma que é necessário conhecer as forças ativas da sociedade para que se compreenda sua atividade, tendências e efeitos. Este conhecimento é o ponto de partida para que as forças sociais sejam colocadas, conscientemente, a serviço das necessidades da coletividade e de cada indivíduo. A transição de um modo de produção para outro se dá apenas quando as condições materiais para sua realização estão dadas, expressando que as relações de produção já deixaram de ser um impulso para as forças produtivas. No caso do capitalismo, a sua fase revolucionária, fez com que as forças produtivas contidas sob as relações de produção feudais, passassem por um salto gigantesco, chegando a carregar em si a possibilidade de assegurar a todos membros da sociedade uma existência não apenas suficiente do ponto de vista material, mas também a garantia de sua plena e

livre formação para exercer todas suas potencialidades físicas e intelectuais. A classe dominante, então, não só se torna supérflua, mas passa a atuar como um obstáculo político, econômico e intelectual para o desenvolvimento das forças produtivas. Assim, o movimento revolucionário expressaria uma necessidade histórica, tanto na transição do feudalismo para o capitalismo, como na passagem deste para o socialismo.

Engels apresenta resumidamente a via pela qual a transição do capitalismo ao comunismo se daria. O ponto de partida é a tomada do poder do Estado pelo proletariado e a transformação dos meios de produção em propriedade estatal. Ao não se converter em uma nova classe proprietária, o proletariado se supera como classe e, da mesma maneira, supera o Estado, que, como organização da classe dominante para manter as condições externas de produção, deixa de ser necessário. Assim, no momento em que, de fato, o Estado passa a representar toda a sociedade, ele se faz supérfluo. A intervenção estatal nas relações sociais vai se tornando desnecessária em um ramo após outro, progressivamente, e o governo sobre as pessoas dá lugar à administração das coisas e a direção do processo de produção. Neste sentido, Engels afirma que o Estado se extingue.

Utilizaremos o referencial teórico de Nicos Poulantzas sobre bloco no poder, “designando uma aliança específica das classes e frações de classe dominantes” (POULANTZAS, 1978, pp. 25-26). Assim como os conceitos de classes-apoio para avaliarmos, principalmente a atuação do campesinato ao longo do período investigado; e hegemonia e crise de hegemonia tanto no interior do bloco no poder, como na totalidade da formação social analisada (Cf. POULANTZAS, 1977, 1978a, 1978b). Caracterizamos como “crise de hegemonia” o contexto de realização da Assembleia Popular, mas também o pano de fundo da ascensão política de Evo Morales. Nicos Poulantzas considera como crise de hegemonia o momento em que:

nenhuma classe ou fração de classe dominante parece capaz de impor, seja pelos seus próprios meios de organização política, seja por intermédio do Estado “democrático-parlamentar”, a sua

“direção” às outras classes e frações do bloco no poder (POULANTZAS, 1978b, p.78).

A crise de hegemonia que atravessa o bloco no poder, para Poulantzas, compromete a dominação política sobre o conjunto da formação social. Aldo Durán Gil apresenta o conceito de instabilidade política. Sua primeira precaução é não tratar o fenômeno como uma anomalia que rompesse o funcionamento de um sistema harmonioso e integrado. Rejeita também que se considere como fenômeno permanente, como se tivesse causas transhistóricas, como a cultura política do país ou o domínio do Estado sobre a “sociedade”. A instabilidade não deve ser vista como o oposto da estabilidade, de forma mecânica. Instabilidade e estabilidade devem ser apresentadas como dois momentos de um mesmo fenômeno. Fazendo uma “homologia conceitual” com o conceito poulantzano de crise política, Aldo sintetiza que “a variância do fenômeno depende da conjuntura concreta de uma formação social e a sua invariância está determinada pelas funções essenciais do Estado burguês e da sua relação com a luta de classes” (DURÁN GIL, 2003, p.57).

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingirmos nossos objetivos, revisamos a bibliografia sobre o duplo poder e, principalmente sobre a Assembleia Popular de 1971. Recorremos a entrevistas realizadas por outros pesquisadores, documentos, documentários e jornais. Analisaremos os documentos elaborados pelo Comando político da COB e pela Assembleia Popular, assim como a formulação das correntes e partidos políticos. Em relação à Assembleia Constituinte de 2006, o acesso aos documentos, repercussões nos meios de comunicação e entrevistas dos protagonistas por parte de outros pesquisadores foi facilitado pela atualidade da experiência e pelo vasto acervo digital dos jornais e governo.

Nesta tese, procuramos apresentar uma revisão da literatura sobre estas duas experiências. Trabalhamos com duas hipóteses que desenvolveremos a seguir. A primeira hipótese, da qual partimos, é que a Assembleia Popular foi um órgão

embrionário de duplo poder do proletariado boliviano, em busca de uma via de ruptura com o capitalismo, mantendo independência política em relação ao governo militar do presidente Juan Jose Torres, que tentou canalizar as revoltas populares do período para a convocatória de uma Assembleia Constituinte e para a composição de um co-governo de militares nacionalistas de esquerda e proletariado representado pela COB. Ao analisar sua forma, procuraremos o vínculo com seu conteúdo de classe. Já de antemão identificamos que o campesinato esteve à margem desta experiência, pois o processo de ruptura do pacto militar-camponês, sobre o qual falaremos adiante, estava apenas iniciando. Esta foi uma das maiores fragilidades da Assembleia Popular.

Já a Assembleia Constituinte, convocada por Morales em 2006, após a Guerra da Água (2000) e a Guerra do Gás (2003), apesar de alterar a cena política e ideológica, por meio da mudança da classe ou fração reinante⁵, e ampliar as contradições no interior do bloco no poder, mantém-se nos marcos do capitalismo, não o “capitalismo andino”, que harmonizaria diversos tipos de propriedade e nacionalidades, proposto pelo governo, mas sim mais uma variante do capitalismo em um país semicolonial. As tensões dentro do bloco do MAS⁶ (Movimento ao Socialismo) na Assembleia Constituinte, os choques com a oposição de direita que defendia a autonomia da Meia Lua (que comporta os departamentos de Tarija, Santa Cruz, Beni e Pando) e a necessidade de pactuar o texto a ser aprovado com a oposição, no parlamento, após o fim da Assembleia Constituinte, são elementos que revelam o baixo controle das bases sobre os delegados constituintes e sobre o resultado final deste processo. Partimos da hipótese de que a Assembleia Constituinte expressou uma saída, em última instância, burguesa para a crise de legitimidade e de hegemonia estabelecida a partir das insurreições populares de 2000 e 2003. A Assembleia Constituinte, em vez de impulsionar as lutas sociais, as canalizou para a reconstituição das instituições democráticas do Estado burguês,

⁵ O conceito de fração reinante é de Nicos Poulantzas: “A classe ou fração reinante, e isso é ainda mais válido para as que são detentoras, pode, além disso, não só não ser hegemônica, *mas até, por vezes, não fazer parte do bloco no poder*: uma classe que tem simplesmente o estatuto de classe aliada deste bloco, pode, durante um breve período, ser a classe reinante” (1977, p. 245).

⁶ Apesar do nome composto do *Movimiento al Socialismo - Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos* (MAS-IPSP), passaremos a chamá-lo apenas de MAS para efeitos de simplificação.

reacomodando os interesses de frações burguesas, que tiveram que aceitar, não sem resistências, a condução do processo na cena política por parte de um partido oriundo do movimento camponês/indígena.

* * * * *

A estrutura da tese aqui apresentada é a seguinte:

Na introdução, o *Capítulo 1: aspectos teórico-metodológicos e o processo sócio-histórico*, apresentamos o marco teórico em que esta tese foi desenvolvida, suas premissas e hipóteses a serem confirmadas ou refutadas ao longo da pesquisa. Os aspectos da formação político-social boliviana foi dividido, aparece em partes no capítulo sobre a Assembleia Popular, assim como no capítulo sobre a Assembleia Constituinte, de acordo com sua relação com a análise das experiências em questão. Optamos por não separar todas as questões teóricas em um capítulo inicial, sendo assim, nos capítulos que tratam de cada uma das experiências, haverá subitens que abordem os principais elementos teóricos.

Assim, no *Capítulo 2*, trataremos da Assembleia Popular, apresentamos o contexto social em que se desenvolveu, caracterizamos a formação social boliviana, marcada pelo saque colonial e imperialista, em que não pôde florescer uma democracia burguesa estável, o que marcou a história do país com massacres, golpes e contragolpes. No subcapítulo *Antecedentes de auto-organização*, veremos uma permanência de experiências de diversas origens, mas que se cruzam nas duas experiências: os ayllus comunais, os cabildos da época colonial, as assembleias dos sindicatos camponeses e os organismos da democracia operária que acompanham o sindicalismo mineiro, que terá sua máxima expressão com o surgimento da COB, em 1952, não apenas como uma Central Sindical, mas como um organismo soviético. Na sequência, apresentaremos o debate teórico sobre a dualidade de poderes, buscando sua definição no campo do marxismo a partir da análise de experiências como a Comuna de Paris (1871), a Revolução Russa (1917), além da formação de conselhos na Itália e Alemanha, no início do século XX, em meio às quais Marx e Engels; Lenin e Trotsky; Rosa Luxemburgo; e Gramsci vinculam

estes organismos de poder com a teoria da revolução. O debate boliviano entre René Zavaleta Mercado e Guillermo Lora também será apresentado, sobretudo porque se desenvolveu na polêmica sobre a definição da Assembleia Popular. No subcapítulo *O que foi a Assembleia Popular de 1971?*, procuramos analisar os seguintes aspectos: independência de classe; capacidade de dirigir o conjunto de classes e nacionalidades oprimidas; e elaboração de uma estratégia de poder própria.

No *Capítulo 3*, abordamos a Assembleia Constituinte, apresentando o contexto social da Assembleia Constituinte, aprofundando o período de intensificação das lutas sociais, da Guerra da Água, em 2000, à Guerra do Gás, em 2003. Outro subitem dentro do subcapítulo sobre o contexto, trata do surgimento do Movimento ao Socialismo, suas características e trajetória até a conquista da presidência da Bolívia. A experiência de elaboração da Constituição será retratada no subcapítulo *Tensões e pactos na origem da Constituição do Estado Plurinacional*, onde apontaremos os confrontos com a direita autonomista do oriente boliviano, chamado de *medialuna*, e as disputas dentro do bloco alinhado com o governo, sobretudo após o fim do trabalho dos constituintes e nos primeiros anos após a promulgação do novo texto constitucional. Além das tensões e confrontos, este subcapítulo tratará dos pactos estabelecidos. Seja entre camponeses e indígenas com o Pacto de Unidade ou na pactuação com a direita, que levará à modificação de grande parte dos artigos constitucionais, sem a participação dos constituintes, que antecedeu sua promulgação. A partir da vigência da nova Carta, haverá episódios que mostram o descumprimento por parte do governo de medidas aprovadas, o que levará intelectuais que apostavam no chamado *proceso de cambio* [processo de mudança] a passarem a criticar a condução deste processo por parte do governo, a partir deste debate, elaboramos o subcapítulo *Limites inerentes ao "proceso de mudança"*, deslocando a explicação deste "desvio" do governo Morales do campo moral ou conjuntural, para os limites inerentes à sua proposta de democratização do Estado boliviano, com a inclusão e solução dos problemas das massas indígenas e camponesas. As contribuições de Mariátegui e Guillermo Lora serão importantes para identificar estes limites estruturais. Em seguida,

debateremos a partir dos clássicos do marxismo quando se aplica a reivindicação da bandeira de Assembleia Constituinte, como parte da luta democrática, desenvolvendo em um subitem o debate mais recente sobre o tema na Bolívia. Por fim, apreciaremos o tema do novo constitucionalismo latino americano, que tem na experiência constituinte da Bolívia e Equador os seus exemplos mais emblemáticos.

A partir deste percurso teórico, poderemos comparar as duas experiências e apresentar as conclusões referentes a sua relação com a luta de classes, avaliando se as hipóteses de confirmaram ou não. Tal comparação será apresentada como uma síntese no capítulo sobre as considerações finais. Consideramos importante complementar as informações e análises com fotografias, obtidas em distintas fontes, como arquivos de jornais, páginas na internet e capturas de telas de documentários. Tais imagens podem contribuir para que o leitor conheça um pouco melhor os acontecimentos que são parte da experiência analisada nesta tese.

2. A ASSEMBLEIA POPULAR

A incorporação da Bolívia ao mercado mundial se deu na segunda metade do século XIX – coincidindo com a consolidação da fase imperialista do capitalismo – principalmente pelo extrativismo mineiro, no Ocidente e, secundariamente por meio da borracha da Amazônia. A forma de penetração das relações de produção capitalistas se deu de forma exógena, junto com ele a tecnologia da época também foi inserida, com as ferrovias, maquinarias de extração e os telégrafos. Tais transformações tecnológicas, porém, se concentravam nas minas. Tanto as cidades como os campos, permaneciam com a predominância de relações de produção pré-capitalistas. Instrumentos rudimentares eram usados nos campos. Somente na metade do século XX foram abolidas formalmente as relações servis. Soma-se a isto a manutenção das formas comunitárias e indígenas de produção no setor agrícola. E, nas cidades, os métodos artesanais de produção. A partir destes elementos, caracterizamos a Bolívia como um país capitalista atrasado, de economia combinada (capitalista e pré-capitalista) e submetido à ordem imperialista.

Os minérios e a borracha eram exportados em estado bruto para serem industrializados fora do país. A partir da afirmação do economista boliviano George Gray Molina de que sob diversos modelos econômicos houve uma permanência do padrão de desenvolvimento, Rodrigo Santaella Gonçalves reafirma a persistência do “caráter monoprodutor de desenvolvimento extrativo com base nos recursos naturais primários, como a prata, o estanho ou mais recentemente, o gás-natural” (2013, p. 43). A Bolívia não conseguiu mudar seu papel na divisão internacional do Trabalho, permanece como país exportador de matérias primas. Mesmo com a independência em relação à Colônia e a constituição de uma República, a independência conquistada não foi real, foi apenas formal. Correspondeu às relações econômicas marcadas pelo saque das riquezas naturais, uma democracia frágil e instável.

A forma de desenvolvimento do capitalismo no país marcou a formação de suas classes sociais. Formou-se uma burguesia quase que inteiramente comercial, vinculada aos interesses oligárquicos e submissa ao imperialismo. O proletariado mineiro vivia afastado das cidades, concentrado em grandes acampamentos. As influências anarquistas e reformistas não chegaram a eles, os primeiros ativistas com os quais tiveram contato foram os trotskistas. O proletariado fabril, nas cidades, estava disperso em pequenas fábricas, cujos métodos eram artesanais. Nas cidades, as camadas de artesãos acabavam seguindo as frações da classe dominante, sejam liberais ou conservadoras, a quem cabia o protagonismo das lutas sociais. Por essa via, estiveram sob a influência das ideias da classe dominante: o legalismo, o parlamentarismo, assim como tiveram contato com as tendências reformistas da social-democracia e do anarquismo. Uma frágil industrialização vai se desenvolver após a Guerra do Chaco (1932-1935), dando origem a um pequeno proletariado têxtil em La Paz. Viviam espalhados nas cidades, vulneráveis à influência das classes médias e ao controle patronal. Em geral, estes trabalhadores são semiproletários, pois ao concluir sua jornada nas pequenas fábricas, ainda desenvolvem outras atividades artesanais ou comerciais para complementar seus baixos salários.

A partir desta explicação inicial, podemos identificar a importância do jovem proletariado mineiro, que tentou dirigir a nação oprimida por meio da Assembleia Popular em 1971. Seus congressos sindicais foram palco de uma viva elaboração programática e dos planos de luta. Veremos que nos momentos históricos decisivos, as resoluções destes congressos são evocadas como guias para a ação. A aprovação das Teses de Pulacayo (1946), no quarto congresso da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros Bolivianos (FSTMB) é um marco na diferenciação política do proletariado boliviano.

Segundo Herbert Klein,

Isso [as teses de Pulacayo] na verdade foi a declaração mais poderosa da ala do POR entre os mineiros, e não só impulsionou os mineiros para a ação revolucionária, como também forçou o

MNR a adotar uma posição muito mais revolucionária (2011, p. 204, *tradução nossa*).

Os mineiros estavam vinculados ao setor mais moderno da economia boliviana, conectado com os centros econômicos mundiais. Em relação às classes dominantes, o país passou da condição de colônia à de semicolônia, ou seja, conquistou uma independência política formal, ao romper com a metrópole colonial, porém não conquistou a soberania nacional, permanecendo submetida a uma potência estrangeira, inicialmente a Inglaterra e, depois, os Estados Unidos.

Aldo Durán Gil considera que, no início da década de 1960, há a ascensão da hegemonia política do grande capital monopolista norte-americano, após a derrota definitiva do populismo clássico na América Latina, o que na Bolívia se dá nos golpes militares de 1964 e 1971. Por conta da instabilidade política, será difícil apresentar, nesta pesquisa, quais eram as frações de classe dominantes com as quais a Assembleia Popular se enfrentou, mas a dimensão internacional do Golpe Militar de agosto de 1971 e os negócios que se estabeleceram na sequência, mostram o aprofundamento do domínio do capital monopolista norte-americano, presente nos setores extrativo-exportador (minérios e petróleo), comercial, bancário e financeiro. Isto levará a uma intervenção econômica de ataque ao capital público e nacionalizado e a maximização da extração de matérias primas e lucros a curto e médio prazo. Esta característica do capital financeiro vinculado à extração e exportação bloqueou o desenvolvimento industrial na região. A fração burguesa que correspondia à indústria, nos momentos de crise, tendia a se aliar com os setores nacionalistas. O capital agroexportador concentra-se principalmente em Santa Cruz e suas frações se apresentam aliadas ao capital monopolista norte-americano, seu regionalismo confronta-se com o centralismo paceño, concentrado na capital La Paz, correspondente ao setor mineiro-exportador. Duran Gil caracteriza este setor como burguesia de estado, conceito que problematizaremos no subcapítulo 2.4, à luz da teoria marxista das classes sociais. Esta luta demonstra as contradições no seio do bloco no poder (DURÁN GIL, 2003, p. 131-151) e somadas à aguda luta de classes levam a uma sucessão de eleições e golpes.

Na história política boliviana, os golpes e contragolpes são recorrentes. Sendo entremeados por levantes, insurreições e tentativas de revoluções. Da independência, em 1825, ao final da última ditadura militar, em 1982, houve 193 golpes de Estado, cifra que também inclui as tentativas frustradas. Aldo Durán Gil procurou apresentar as raízes desta instabilidade. Inicialmente, demarca o peso da estrutura jurídico-política em uma formação social atrasada, em que as crises políticas tendem a uma maior intensidade. As causas deste fenômeno seriam:

1) a presença de relações pré-capitalistas de produção (conservação do latifúndio e da produção camponesa) que coexistem com o modo de produção capitalista que domina a formação social; 2) o papel fundamental que exerce o Estado – ao acelerar ou retardar as transformações econômicas e políticas capitalistas – no processo de transição capitalista periférica (2003, p.18).

Em *Causas de la inestabilidad política y de la crisis de las Fuerzas Armadas*, Guillermo Lora aponta que a instabilidade e o caudilhismo se assentam no fraco desenvolvimento capitalista e na ausência de democracia burguesa. Durán Gil apresenta que neste livro, Lora relaciona as crises institucional e ideológica das forças armadas com a crise da burguesia boliviana, que no processo aberto pela Revolução Nacional de 1952 mostrou-se incapaz de “transformar o país nos moldes capitalistas e impor a democracia política burguesa (defesa da constituição democrática, periódica sucessão governamental via sufrágio universal etc.)” (2003, p. 20). Junto com a incapacidade em se constituir como burguesia nacional e conquistar a soberania do Estado, faltou a esta burguesia a possibilidade de criar forças armadas com uma doutrina militar autônoma e consistente. Diante da fraqueza da burguesia boliviana, é recorrente a busca do exército para conquistar certa unidade e a via do golpe militar para resolver a sucessão governamental. Já René Zavaleta Mercado considera a instabilidade como elemento constitutivo do Estado boliviano, como reflexo de uma sociedade atrasada e “abigarrada”, termo que usa no sentido de uma sociedade invertebrada, com diferentes modos de produção sobrepostos. Assim, o Estado seria instrumentalizado diretamente pelas classes dominantes.

Se se diz que Bolívia é uma formação abigarrada é porque nela não só se sobrepuseram as épocas econômicas (as de uso taxonômico comum) sem se combinarem demasiadamente, como se o feudalismo pertencesse a uma cultura e o capitalismo a outra e ocorressem no mesmo cenário [...] Temos, por exemplo, um estrato, o nevrálgico, que é o que provém da construção da agricultura andina ou seja da formação do espaço; temos de outra parte [...] o que resulta do epicentro potosino, que é o maior caso de descamponesação [*descampesinización*] colonial; verdadeiras densidades temporais mescladas não obstante não só entre si de modo mais variado, mas também com o particularismo de cada região porque aqui cada vale é uma pátria, em um composto no qual cada povo veste, canta, come e produz de um modo particular e falam línguas e sotaques diferentes sem que nem uns e nem outros possam evocar por um instante a língua universal de todos (ZVALETA MERCADO, 1983, p.16, *tradução nossa*).

Aldo Durán Gil apresenta o que havia de consenso entre Guillermo Lora e René Zavaleta Mercado na explicação da instabilidade política:

o fraco desenvolvimento capitalista; a ausência da democracia política burguesa (a Bolívia nunca teve uma constituição democrática etc.) devido ao fracasso da revolução democrático-burguesa iniciada nos anos 50; o caráter não burguês da “burguesia” ou das classes dominantes bolivianas: tais classes são caracterizadas como sendo pré-capitalistas, oligárquicas, daí a sua fragmentação, fraqueza, e seu apelo constante ao Exército para procurar sua unidade; a crise do Estado formado em 1952 e a crise da instituição castrense; enfim, a imposição da sucessão governamental pela via do golpe militar (2003, p.21).

Por este método sucessório, as diferentes frações das classes dominantes, se alternaram no poder, contrariando a democracia representativa. Aldo Durán Gil (2003, p. 21) caracteriza que em Lora, o golpe de Estado comparece como uma “lei despótica não escrita das classes dominantes bolivianas”, à margem da carta constitucional e com forte efeito na desorganização das massas populares. Zavaleta, por sua vez, considera como um “hábito social” que expressaria uma forma distinta de representação política, a “enunciação patrimonial do poder”.

Outro aspecto destacado por Zavaleta é a organização monolítica do Estado. Assim, ao lado de um Estado oficial, que não abarca todos setores da sociedade, nem mesmo para organizar a exploração sobre eles, diferentemente de sua relação com o proletariado. É o que o autor chama de “Estado aparente”, expressando as fragilidades do Estado moderno na sociedade boliviana. O estudioso da obra de Zavaleta e integrante do grupo Comuna Luis Tapia descreve este “Estado aparente” como “um poder político juridicamente soberano sobre o conjunto de um determinado território, mas que não possui relação orgânica com aquelas populações sobre as quais pretende governar” (TAPIA, 2002, p. 306).

A partir da caracterização das classes sociais na Bolívia como parte da apresentação da formação social do país, destacando aspectos fundamentais de sua economia e o impacto político na difícil formação da classe burguesa, com seu impacto na estruturação do Estado e do regime político, vejamos as experiências de organização das classes dominadas. Este é o objetivo de identificarmos experiências anteriores do movimento indígena, camponês e operário que apontaram para uma organização própria destes segmentos em antagonismo com o poder estatal, da Colônia às experiências mais recentes.

2.1 ANTECEDENTES DE AUTO-ORGANIZAÇÃO

Buscaremos as raízes desta experiência ímpar do movimento operário latino-americano, investigando as rupturas e continuidades em sua relação com as formas de auto-organização presentes na história boliviana. Rodrigo Santaella Gonçalves, a partir da afirmação de Zavaleta que a história das sociedades são marcadas por “momentos constitutivos”, acontecimentos profundos fundadores do modo de ser da sociedade, elenca alguns destes momentos-chave:

[...] a rebelião indígena anticolonial liderada por Tupac Katari, em 1780; a guerra federal do final do século XIX, com participação decisiva do exército liderado por Zárate, o temível Willka, que passou a pautar os direitos e a autonomia indígena, restituição das terras a seus donos originais, governo indígena,

etc.; a profunda derrota na guerra do Chaco, que desmoralizou os governos oligárquicos bolivianos diante da classe operária e dos indígenas e os colocou em contato direto; e a revolução nacionalista de 1952, que unificou em suas fileiras a classe trabalhadora e os indígenas e serviu como elemento de encontro e de conformação do “nacional-popular” boliviano. A Assembleia Popular de 1971 e sua embrionária dualidade de poderes, e a crise de novembro de 1979, que recolocou os indígenas no mapa político boliviano marcado pela centralidade proletária também são momentos fundacionais da Bolívia contemporânea (SANTAELLA GONÇALVES, 2013, pp. 39-40).

Seguindo esta trilha, mas enfocando as formas organizativas encontradas pelas massas em luta, nosso ponto de partida serão os *ayllus*, característicos da “democracia andina”. O “sistema de autoridades do *ayllu* engloba funções governativas e auxiliares/especializadas. As autoridades são eleitas num sistema de turnos rotativos” (ANDRADE, 2002, p. 21). Regula conflitos sobre a terra, direitos familiares, conflitos matrimoniais, organiza junto com a Assembleia comunal o sistema de rotação de cultivos e os distintos serviços de prestação de trabalhos. Segundo Silvia Rivera (*apud* ANDRADE, 2002, p. 21) permanecem como formas autônomas de autogoverno local com políticas sociais e econômicas próprias. Apesar de corresponderem à prática organizativa de comunidades indígenas pré-capitalistas, acabam tendo continuidade nas comunidades camponesas/indígenas, nos sindicatos indígenas, e mantém um traço de continuidade com outros momentos em que os trabalhadores, camponeses e indígenas recorreram à auto-organização (ANDRADE, 2002, p. 21; KLEIN, 1995, pp. 18-19; SAAVEDRA, 1998, p.31). Analisaremos que esta experiência ancestral marca também o movimento operário, uma vez que: “o operário boliviano é ao mesmo tempo o índio do altiplano” (ANDRADE, 2002, p. 14), evidentemente transformado ao ingressar nas minas, setor chave da economia do país. Conferiremos em que medida estas experiências guardam semelhanças ou foram associadas com a Assembleia Popular e a Constituinte.

Mencionaremos também os Cabildos Abertos, assembleias populares que mesmo sendo parte da estrutura administrativa da Colônia, em alguns momentos devolveram parte do poder às comunidades indígenas e em outros se

constituíram em focos de resistência, convertendo-se em pequenos fóruns de autogoverno, sustentando uma prática paralela e até mesmo oposta ao Estado (ANDRADE, 2002, p. 22; LORA, 1986, p. 25). Incluímos neste roteiro, o surgimento da Central Operária Boliviana (COB), em 1952, que nas palavras de René Zavaleta Mercado “era sem dúvida um órgão estatal, um soviete” (1977, p. 85, *tradução nossa*). O surgimento da COB se deu no calor da Revolução de 1952 (JUSTO, 2007, p. 250) cujas clivagens táticas, segundo o historiador Everaldo Andrade, desenvolveram-se:

Entre a estratégia da revolução com conteúdo de reforma democrática e nacional (MNR) – e a revolução socialista que incorporava as medidas democráticas – a revolução permanente do Partido Operário Revolucionário (POR) (2007, p. 18).

Segundo Durán Gil, a criação da COB marca um ponto alto da conquista de autonomia política do movimento operário, ainda que esta luta tenha sido cheia de contradições. O caráter soviético inicial não conseguiu se manter ao longo do tempo, despontando novamente em conjunturas específicas. A hipótese do autor é:

o sindicalismo boliviano representado pela COB se configurou como um sindicalismo que combinou a luta reivindicatória e luta revolucionária, cuja oscilação se manifesta de acordo com as determinações do processo político boliviano (...). Vale dizer, se o proletariado boliviano constituiu-se na classe “revolucionária por excelência”, como afirmam a maioria dos autores, é porque ela encarnou a luta pelas transformações democrático-burguesas na ausência de uma “burguesia nacional” e diante da incapacidade da pequena burguesia de realizar tal revolução. A combinação da luta pela democracia burguesa e pelo socialismo, tal como aparece na Tese de Pulacayo (...) (DURÁN GIL, 2003, p. 74).

Outra trilha que percorreremos é a do movimento operário internacional que, pela particular politização do movimento social boliviano, esteve presente nos debates da Assembleia Popular. Em relação às experiências práticas de duplo poder, ao longo da pesquisa examinaremos a Comuna de Paris de 1871 e os

Soviets, sobretudo na Revolução Russa de Outubro de 1917. Analisamos o debate em torno do conceito de dualidade de poderes nas obras de Karl Marx, Friedrich Engels, Rosa Luxemburgo, Vladimir Ilitch Lenin, António Gramsci e Leon Trotsky. A partir das reflexões teóricas e práticas podemos chegar a uma síntese sobre o que consideramos como dualidade de poderes para melhor analisar a caracterização da Assembleia Popular boliviana.

2.2 DEBATE TEÓRICO SOBRE A DUALIDADE DE PODERES

A polêmica sobre a caracterização da Assembleia Popular como dualidade de poderes esteve presente nos debates da época dentro da esquerda, nas páginas dos jornais e até mesmo internacionalmente. Um diplomata brasileiro divulgou que se tratava do primeiro sovieta da América Latina e jornalistas franceses traçavam paralelos com a Comuna de Paris.

Vejam os como a Assembleia Popular se definia, segundo seu estatuto, aprovado em 1º de maio:

(...) ainda não atuamos em uma revolução social, mas o período de transição da época atual, principalmente em nosso país, induz a conformar órgãos de governo central que constituam a expressão de uma política própria e de concentração de forças que atribuam à Assembleia a verdadeira qualidade de poder dual (*apud* Zavaleta, 2009, p.194, *tradução nossa*).

Na imprensa local o debate ocupava as páginas principais, por exemplo, no jornal favorável a Torres *La Jornada*, de 22 de junho de 1971:

O povo boliviano começa a construir seu próprio poder revolucionário no rumo da corrente histórica, que na Bolívia, leva inexoravelmente ao socialismo. (...) à medida que a Assembleia Popular vai tomando impulso, aumentando seu potencial e robustecendo suas energias; a reação em seu conjunto vai se debilitando ante o impulso da revolução.
(...) Estamos na perspectiva de um duplo poder; por um lado o poder central oficialmente constituído pela Constituição política e

a ordem jurídica vigente e o outro poder, o poder real do povo, expressado em seu próprio poderio. (...) A Assembleia Popular constitui a garantia mais sólida para o enfrentamento definitivo com o imperialismo (*apud* ANDRADE, 2011, p. 150).

Nos balanços sobre a Assembleia Popular confrontam-se principalmente as posições de Guillermo Lora e René Zavaleta Mercado. Lora morreu em maio de 2009, com 87 anos, era dirigente do Partido Operário Boliviano (POR), trotskista. Desenvolveu uma vasta elaboração teórica sobre a formação social boliviana, suas obras completas somam 69 volumes. Atuou desde a juventude no POR, acompanhando, entre os mineiros a elaboração das Teses de Pulacayo, um documento sindical que enuncia a estratégia revolucionária para a Bolívia, aprovado no Congresso da FSTB, em 1946. No ano seguinte, atuou nas eleições em uma frente entre o POR e a FSTMB, que elegeu dez parlamentares operários que tinham como propósito o uso do parlamento como tribuna revolucionária. Por meio do partido, atuou na Revolução de 1952 e seus desdobramentos; compôs o Comando Político da COB, que deu origem à Assembleia Popular, em 1971. Seus escritos também acompanham criticamente a ascensão de Evo Morales à presidência do país andino.

René Zavaleta Mercado (1937-1984) foi um militante e sociólogo boliviano. No início da década de 1960, chegou a se declarar como um trotskista sem partido, na sequência ingressou no MNR, tendo chegado a ser Ministro de Minas e Petróleo, em 1964, sob a presidência de Victor Paz Estensoro. Durante a criação da Assembleia Popular, estava militando no MIR, um grupo com influências foquistas⁷, que manteve uma postura crítica em relação à Assembleia Popular. Nesta segunda fase, posteriormente filiou-se ao Partido Comunista da

⁷ O foquismo, inspirado por Che Guevara e a Revolução Cubana, e sistematizado por Régis Debray, foi adotado por várias organizações de esquerda a partir da década de 1960. Trata-se da concepção de que por meio da multiplicação de focos (grupos armados), sobretudo na zona rural, seria possível derrotar o imperialismo e abrir caminho para o socialismo. O foquismo, portanto, revisa a concepção marxista da revolução via insurreição de massas. Confiam que, pelo exemplo, as massas seguirão estes pequenos grupos. É importante diferenciar foquismo de guerrilha. A guerra de guerrilhas é uma das táticas militares assimétricas que pode ser adotada em meio à insurreição de massas.

Bolívia, ampliou sua formação acadêmica na Universidade de Oxford, na Inglaterra e na Universidade Autônoma do México. Em um terceiro período de produção intelectual, aproxima-se da concepção gramsciana e agregará vários intelectuais latino-americanos, exilados, em torno da Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais (FLACSO), com sede no México, da qual foi diretor de 1976 a 1984.

Recorreremos também aos escritos de Herbert Klein, professor da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, reconhecido por suas pesquisas sobre História da América Latina, e, em especial, da Bolívia. Seu livro, porém, apresenta imprecisões em relação a personagens históricos e datas. Em relação à Assembleia Popular, considera o governo do general Juan Jose Torres como o “mais radical e de esquerda” a governar a Bolívia, atribuindo exclusivamente a ele aquilo que foi obrigado a fazer por causa das mobilizações de massa e do fato de que estas mobilizações que impediram um golpe da ala mais direitista do exército. Além de errar a data, e dizer que a assembleia foi formada no início de 1970 (2011, p.228), Klein afirma que seu propósito era o de substituir o parlamento.

Esta assembleia, porém, não obteve a legitimidade de um voto popular e nem obteve o poder de uma legislatura boliviana, a despeito do fato de estar sediada no prédio do Congresso. [...] Apesar de a Assembleia ter assustado a direita e o centro com atos simbólicos de desafio, não promulgou nenhuma legislação significativa (KLEIN, 2011, p. 228, *tradução nossa*).

O historiador norte-americano responsabiliza a Assembleia Popular por “criar o suporte civil para um golpe”.

Outra fonte sobre a Assembleia Popular é o livro de caráter enciclopédico *Historia de Bolivia* de José de Mesa Figueroa, Teresa Gisbert Carbonell e Carlos Mesa Gisbert. Dentre os três historiadores, o último, que escreve o capítulo que trata da Assembleia Popular, teve participação direta na política boliviana, sendo eleito como vice-presidente de Gonzalo Sánchez de Lozada (MNR), em 2002. Após a Guerra do Gás, Sánchez de Lozada teve de renunciar e

abandonar o país, Mesa assumiu a presidência em 10 de outubro de 2003 e também renunciou em junho de 2005 em meio a uma nova convulsão social.

O historiador e ex-presidente destaca que a Assembleia Popular “buscava substituir toda a estrutura da democracia tradicional, transformando-se em um verdadeiro órgão de poder no país” (MESA GISBERT, 2007, p. 524, *tradução nossa*). Atribui seu caráter de vanguarda proletária à influência trotskista do POR. Considera que a Assembleia Popular não passou de sua fase organizativa.

A retórica dos assembleístas era de tal virulência que gerou um clima de temor nos setores empresariais e nos partidos de direita. As tensões internas se refletiram fora do hemiciclo e mostraram um fracionalismo alarmante. A assembleia, ademais, se negava rotundamente em dar um mínimo apoio ao governo, cuja orfandade era dramática, ao estar cercado pela direita e desprezado por uma esquerda convencida de que a revolução definitiva estava logo depois da esquina (MESA GISBERT, 2007, p. 524, *tradução nossa*).

O professor de política da Universidade de Londres, James Dunkerley, com produção sobre a América Latina e a Bolívia apresenta um quadro rico em detalhes sobre a crise de hegemonia de 1969 a 1971 e a movimentação das classes e frações de classe no plano político. Descreve a tentativa do regime conduzido por Torres de dar a impressão de que a Assembleia Popular era parte de sua própria iniciativa.

O fato de que a assembleia, desde o momento de sua declaração inicial, tenha mostrado sinais de desenvolvimento de um corpo de tipo soviético mais do que uma mera câmara de debates, tenha sido fundada sem obstáculos oficiais em um total de sete semanas antes de abrir suas sessões sinalizou o grau do amplo controle e legitimidade que o *Comando* tinha adquirido [...] (DUNKERLEY, p. 188, *tradução nossa*).

Sobre o debate político sobre a Assembleia Popular, afirma que alguns a consideraram como um corpo ineficaz em que ideólogos auto-referenciados gastaram os dez dias de reuniões com minúcias burocráticas e provocando um

golpe. Além de Klein, Dunkerley cita entre os que sustentam esta posição, o historiador Mariano Baptista Gumúcio, que foi Ministro de Educação de 1969-1970, no governo do general Ovando; em 1979 e de 1989 a 1991.

As correntes e partidos de esquerda, em especial o PCB, MIR e POR, segundo Dunkerley (1984, p. 192) apoiaram a Assembleia, mesmo que com caracterizações distintas. O PCB a considerou como uma “escola”. Já a diferença entre o POR e MIR é, de certa forma a que debateremos a seguir: foi um órgão de duplo poder, conforme sustentavam os trotskistas, ou apenas seu embrião? A segunda posição apreça nos balanços do MIR, partido do qual Zavaleta fazia parte na época da Assembleia Popular. O historiador inglês conclui:

Ainda que as deliberações da Assembleia fossem breves e em muitos aspectos inconclusas, era evidente que provocavam um movimento nacional de grande ímpeto e representavam uma ameaça direta não só para um governo sumamente frágil, senão para todo o sistema social do país. O grande número de correspondentes estrangeiros que havia chegado a La Paz para cobrir a notícia sobre a Assembleia transmitiu uma versão similar no exterior (DUNKERLEY, 1984, p. 196, *tradução nossa*).

A caracterização de primeiro soviete da América Latina apareceu nos pronunciamentos atemorizados da direita, internamente, por meio da FSB e foi reproduzida internacionalmente.

Sobre a polêmica em relação à dualidade de poderes, Lora defendia que:

A Assembleia Popular era já o instrumento capaz de permitir à classe operária chegar ao poder. (...) A existência da Assembleia Popular atualizou o tema da dualidade de poderes. A classe operária, que enquanto é explorada e oprimida não tem em suas mãos o monopólio da riqueza nem de nenhuma outra forma de poder estatal, ao se incorporar à luta revolucionária e ao delimitar sua verdadeira fisionomia classista, se vê obrigada a criar elementos ou germens de seu próprio poder (...) (1998, p.79, *tradução nossa*).

Quanto a considerar a Assembleia como órgão de poder ou embrião, Lora afirma que “o poder operário não pode ser considerado como uma dimensão dada de uma vez por todas, mas sim como um processo que se modifica constantemente” (1998, p.80, *tradução nossa*). Já Zavaleta considerava a Assembleia Popular como “um embrião avançado de poder dual e não propriamente um poder dual, um esboço e não a figura mesma” (1977, pp. 105-106, *tradução nossa*). Tal análise baseava-se na falta de um aparato de coerção, diferente de 1952, quando o exército foi dissolvido e substituído por milícias operárias. O autor reconhece, porém, que a Assembleia Popular foi a experiência estatal mais avançada da classe operária na América Latina (1977, p. 122), porém atribui o fracasso da Assembleia Popular ao “espontaneísmo”, “obreirismo” e “sindicalismo”, em suas palavras: “Por esta via, pode se dizer que a Assembleia Popular foi a fase mais alta do processo populista das massas bolivianas, em lugar de ser o primeiro órgão de poder da revolução socialista” (2009, p.198, *tradução nossa*).

Consideramos importante também recorrer ao referencial teórico produzido a partir de outras experiências de dualidade de poderes. Retomamos a experiência da Comuna de Paris, de 1871, e dos Sovietes, de 1917, com o propósito de debater as contribuições teóricas que trouxeram à teoria marxista do Estado, uma vez que o problema fundamental de toda revolução é o poder do Estado (LENIN, 1957a, p. 28). Estas experiências têm como característica terem surgido por iniciativa dos trabalhadores e não como invenção das lideranças políticas e intelectuais.

Ou seja, através de sua ação espontânea, os trabalhadores enfrentavam o problema da construção da democracia socialista não para dar um *conteúdo novo* a uma *forma antiga* – a da representação tradicional parlamentar; mas para superar o velho conteúdo expresso na estrutura do Estado antes existente, tornando possível a emergência de uma nova forma relacionada com o outro Estado que surgia (MARTORANO, 2011, p. 49).

A organização direta das massas indica uma forma transitória de poder político que, historicamente, manifesta-se com diferentes níveis de desenvolvimento, com peculiaridades, mas que aponta para a extinção do próprio Estado.

Em abril de 1917, Lenin publicou no *Pravda* o artigo *Sobre a dualidade de poderes*. Neste, aponta como peculiaridade da revolução russa o desenvolvimento da dualidade de poderes. “Ninguém pensava nem podia pensar antes na dualidade do poder” (1957a, p.28). Neste texto, Lenin admite que mesmo as formas embrionárias já são manifestações do duplo poder:

Em que consiste a dualidade do poder? Em que junto ao Governo provisório, junto ao governo *da burguesia*, tenha se formado *outro governo*, débil ainda, ainda em forma embrionária, mas existente sem dúvida alguma e em vias de desenvolvimento: os sovietes de deputados operários e soldados. (...) Qual é o caráter político deste governo? É uma ditadura revolucionária, quer dizer, um poder que se apoia diretamente na conquista do mesmo pela via revolucionária, na iniciativa direta das massas do povo desde baixo, e *não na lei* promulgada pelo poder centralizado do estado [grifos no original] (1957a, p.28, *tradução nossa*).

O estágio embrionário indica, porém, que se trata de um Estado que não é um *Estado* no sentido estrito da palavra (LENIN, 1957b, p. 77). Trotsky, além de ter presidido o Soviete de Petrogrado, em 1905, também teorizou sobre a dualidade de poderes:

O mecanismo político da revolução consiste na transferência do poder de uma classe para a outra. A insurreição, violenta por si mesma, realiza-se habitualmente num curto espaço de tempo. Nenhuma classe historicamente definida pode sair da sua situação subalterna para, numa noite, elevar-se ao poder, mesmo que se tratasse de uma noite de revolução (TROTSKY, 1978, p. 184).

A dualidade revela-se, para Trotsky, quando classes antagônicas apóiam-se em organizações estatais incompatíveis, “uma, caduca, a outra,

formando-se – que, a cada passo, repelem-se no âmbito da direção do país” (TROTSKY, 1978, p. 185).

Lenin conclui que os soviets eram o mesmo tipo de Estado da Comuna de Paris de 1871, que tinha como características: 1) a iniciativa direta das massas populares (a partir de baixo) como fonte do poder; 2) O armamento direto do povo oposto ao exército e à polícia como instituições apartadas das massas; 3) A substituição da burocracia pelo governo direto do povo, submetido ao controle das massas por meio de mandatos revogáveis e remuneração igual à de um operário qualificado. “Nisto e *apenas* nisto radica a *essência* da Comuna de Paris como tipo específico de Estado [grifos no original] (LENIN, 1957a, p. 29, *tradução nossa*).”

Ao analisar a Revolução de fevereiro de 1917 no projeto de plataforma para o Partido Proletário, Lenin afirma que o proletariado chegou ao “umbral” da ditadura democrático-revolucionária do proletariado e dos camponeses (1957b, p. 52). Este período transitório é marcado pela instabilidade, pois a dualidade de poderes, que não pode durar muito tempo, pois em um mesmo Estado não podem existir dois poderes, o que leva a uma tentativa de aniquilar ou o poder dos soviets dos deputados soldados e operários ou o da burguesia. O mesmo problema é mostrado por Trotsky: “A vitória sobre a ‘anarquia’ do duplo poder constitui, a cada novo período, a tarefa da revolução, ou então... da contrarrevolução” (TROTSKY, 1978, p. 185). O revolucionário russo complementa que as contradições intoleráveis do duplo poder levam à guerra civil e substituição deste cenário de instabilidade para uma ditadura, seja ela correspondente à classe que ascende ao poder ou à que consegue se conservar. A transferência do poder a uma nova camada social não coincide, portanto, com os ciclos das instituições parlamentares (1978, p. 189).

René Zavaleta Mercado questiona se o duplo poder é generalizável a todas as revoluções. Aponta que em Lenin e Trotsky há teorias distintas sobre a dualidade de poderes. “Trotsky estabelece a dualidade de poderes como uma lei social, em contraposição à ‘peculiaridade essencial’ que vê nela, como um fruto puro da história russa, de seu modo superposto de suceder” (1977, p. 41, *tradução*

nossa). De fato, Trotsky define a dualidade de poderes como “uma condição peculiar a crises sociais”, que só é possível em épocas revolucionárias, inclusive sendo um critério para definir uma crise revolucionária (1978, p. 184). Ou seja, não a restringe à Revolução de Outubro de 1917, apesar de esta ter sido sua manifestação mais nítida. Ele aponta como antecedentes o exército de Cromwell e, posteriormente, a organização dos *levellers* na Revolução Inglesa de 1640, a Assembleia Constituinte na Revolução Francesa de 1789 e a Comuna de Paris de 1871 (p. 186-189). Seus estudos posteriores sobre a Guerra Civil Espanhola e Revolução Chinesa também colocava na ordem do dia a constituição deste tipo de organização dos oprimidos (TROTSKY, 2011, pp. 345-347).

As tentativas das classes populares de fazerem o poder pender para seu lado, reconhecendo-o e pressionando-o, não são já um duplo poder, mantêm a unidade do poder.

O caráter de um regime político é diretamente determinado pela relação das classes oprimidas com as classes dominantes. A unidade de poder, condição absoluta para a estabilidade de qualquer regime, subsiste enquanto que a classe dominante consegue impor à sociedade inteira as suas formas econômicas e políticas como as únicas possíveis (TROTSKY, 1978, p. 184).

A peculiaridade dos sovietes aparece nos textos de Lenin:

Temos promovido, manifestamente, formas que não se parecem em nada com as formas do estado burguês: os sovietes de operários e de soldados é uma forma de estado que não existe nem existiu nunca. Uma forma que representa já o primeiro passo em direção ao socialismo e resulta inevitável nos começos da sociedade socialista. Este é um fato decisivo. A revolução russa criou os sovietes. Em nenhum país burguês do mundo existem nem podem existir instituições estatais semelhantes, *e nenhuma revolução socialista pode operar com outro poder que não seja este* [grifo nosso] (LENIN, 1957c, p. 235, *tradução nossa*).

Lenin mostrava a particularidade da forma de poder dos sovietes em oposição à república burguesa, de sua transformação em base do Estado soviético.

Mesmo que em outros processos revolucionários tenham existido órgãos de dualidades de poderes, necessários à transição entre um tipo de estado a outro, estes órgãos, após o ascenso revolucionário ou foram substituídos por formas de poder que excluía as massas que participaram das lutas ou foram destruídos pela via repressiva. Lenin também admitia que os sovietes eram semelhantes ao Estado Comuna e já o incorporava a todas futuras tentativas de passagem para o socialismo.

Rosa Luxemburgo também incorporava os órgãos de poder criados pelas massas a qualquer revolução proletária, conforme seu discurso sobre o programa, no congresso de fundação do Partido Comunista Alemão (PCA), em 30 de dezembro de 1918: “qualquer que seja o país onde estale a próxima revolução proletária (...) o primeiro passo será a formação de conselhos de operários e de soldados.” (LUXEMBURGO, [1918c] p. 421, *tradução nossa*). Sua premissa era a defesa da experiência dos sovietes russos.

Em *O Que Quer a Liga Espartaco?*, apresenta o programa do PCA e defende que os órgãos estatais de dominação burguesa, dos menores aos maiores, devem ser substituídos pelos conselhos de operários e soldados. Ela ressalta a importância da ação proletária de massas para dar vida aos decretos revolucionários. Luxemburgo reflete sobre a experiência da revolução alemã, de 1918, em que o sistema de conselhos instaurado na sua primeira fase foi atacado e abolido pelo governo contrarrevolucionário. Sua conclusão é que é necessário expandir este sistema também para os trabalhadores rurais e camponeses. Diante da tarefa da tomada do poder, Rosa diz que o problema se coloca da seguinte maneira:

O que pode fazer, em cada lugar da Alemanha, cada conselho de operários e soldados? Essa é a fonte do poder. Devemos minar o Estado burguês, devemos, em todas partes, por fim à separação de poderes públicos, à divisão entre os poderes executivo e legislativo. Esses poderes devem se unificar nas mãos dos conselhos de operários e soldados (LUXEMBURGO, [1918c], p. 432, *tradução nossa*).

A revolucionária polonesa apresentava esta conquista do poder como um ato progressivo de ocupação de instituições do Estado burguês e de luta econômica conduzida pelos conselhos operários. instituições do Estado burguês e de luta econômica conduzida pelos conselhos operários. “Os conselhos devem exercer todo o poder estatal” ([1918c], p. 433, *tradução nossa*). Luxemburgo apontava, porém, que era necessário educar as massas para entenderem os conselhos como eixo da máquina estatal, que deve concentrar todo o poder e ter o único propósito de realizar a revolução socialista. Este aprendizado, pela conjuntura vivida, só poderia ser realizado no próprio exercício do poder, na escola da ação.

Assim, o programa da Liga Espartaco propunha uma série de medidas de desarmamento da polícia, milícia operária, eleição de superiores pela tropa, tribunal revolucionário para julgar os culpados pela guerra, dentre outras medidas. O documento destaca a necessidade de suprimir os parlamentos e conselhos municipais, que seriam substituídos pelos conselhos de operários e soldados, com eleição destes conselhos em todo o país, com a participação da classe trabalhadora adulta de ambos os sexos, na cidade e no campo. Os mandatos seriam revogáveis. Haveria um Conselho Central eleito que, por sua vez, teria um Conselho Central Executivo.

Trotsky desenvolve que o duplo poder não contraria a teoria marxista do Estado. Complementa que a dualidade de poderes é um elemento fundamental na análise do processo revolucionário.

Se o Estado é uma organização da supremacia da classe e se a revolução é a substituição da classe dominante, a transmissão do poder, de uma para outra deve, necessariamente criar antagonismos na situação do Estado, principalmente sob a forma de uma dualidade de poderes. A relação de forças das classes não é uma grandeza matemática, suscetível de cálculo a *priori*. Quando se altera o equilíbrio do velho regime, a nova relação de forças só se pode estabelecer como resultado da sua verificação recíproca na luta. E é isso a revolução (TROTSKY, 1978, p.190).

Ao descrever vivamente o afluxo dos trabalhadores urbanos, camponeses, donas de casas e soldados aos soviets Trotsky mostra que as experiências de 1905 e 1917, na Rússia, permitiram a identificação entre as bases e os soviets:

Os operários, os soldados, os camponeses, levavam a sério os acontecimentos. Achavam que os Soviets, criados por eles mesmos, deviam tratar imediatamente da supressão das calamidades que haviam engendrado a revolução. Corriam todos para os Soviets. Para lá cada um levava um sofrimento particular. Ora, que seria aquele que não tivesse um sofrimento? Exigiam-se decisões, esperava-se auxílio, esperava-se justiça, insistia-se pelas represálias. Procuradores, queixosos, solicitadores, acusadores, acreditavam que o poder hostil já houvesse sido substituído pelo seu próprio poder. O povo confia no Soviete, o povo está armado; logo, o Soviete é, com certeza, o Governo. Assim o compreendia o povo – e não tinha razão? Um fluxo ininterrupto de soldados, de operários, de mulheres de soldados, de pequenos comerciantes, de empregados, de mães e de pais, abriam e fechavam as portas, perquiriam, questionavam, choravam, reclamavam, impunham medidas, indicando, às vezes, com exatidão, quais seriam elas – e transformavam o Soviete em poder revolucionário real (TROTSKY, 1978, p. 206).

Este reconhecimento e esta confiança são elementos importantes de transformação dos organismos de dualidade de poderes em poder revolucionário real, uma vez que, neste processo, há uma confiança na organização coletiva, esvaziando de autoridade as instâncias da democracia formal. Luciano Martorano condiciona a indispensabilidade dos conselhos operários na luta pelo socialismo a sua capacidade de serem “expressão viva do movimento real dos trabalhadores”.

Assim, os conselhos podem se tornar o *locus* do encontro político entre os partidos revolucionários e os trabalhadores. E o principal critério para a avaliação de seu caráter é dado pelo conteúdo de sua atividade prática, e não por suas intenções ou declarações (MARTORANO, 2011, p. 59).

As experiências de autogoverno apontam também para a superação das ilusões democráticas e da crença na possibilidade de se chegar ao socialismo gradualmente pela via parlamentar. Gramsci compreende a “conquista do Estado” como “criação de um novo tipo de estado gerado pela experiência associativa da

classe proletária e substituição do Estado democrático-parlamentar” ([*Ordine Nuovo*, 12 de julho de 1919] *apud* MAGRI, 1977, p.20).

No artigo *Democracia obrera*, Gramsci e Togliatti se questionam como disciplinar e dar forma política às imensas forças sociais desencadeadas pela guerra a ponto de convertê-las na “armação do estado socialista na qual se encarnará a ditadura do proletariado” (1919, p. 89). Este estado socialista, para os autores, existe potencialmente nas instituições da vida social dos trabalhadores e explorados, tais como as comissões internas de fábricas, as comunidades camponesas e círculos de bairros. Caberia então a tarefa de unir estas instituições, e centralizá-las, respeitando a autonomia necessária.

(...) significa criar desde agora uma verdadeira democracia operária, em contraposição eficiente e ativa com o estado burguês, preparada já desde agora para substituir o estado burguês em todas suas funções essenciais de gestão e de domínio do patrimônio nacional (GRAMSCI & TOGLIATTI, 1998, p. 89).

Assim, os comunistas italianos propunham a consigna: “Todo o poder do Estado aos conselhos operários e camponeses”. O aprofundamento da democracia operária permitiria que as massas ganhassem experiência política e administrativa. Apesar de afirmar a necessidade de incentivar o surgimento espontâneo de órgãos de poder, Gramsci e Togliatti ressaltam que para que isto desemboque na formação de um novo estado, não é o caminho do improvisado que deve ser trilhado. Assim, na ditadura do proletariado confluíam as experiências institucionais da classe oprimida e a vida social da classe operária e camponesa se converteria em sistema geral e organizado (1998, p. 91). Neste caso, também a experiência soviética dos russos é evocada.

No artigo *La conquista del Estado*, Gramsci explica que “o estado socialista não pode se encarnar nas instituições do estado capitalista” (1998, p. 95). Assim,

(...) devem surgir e se desenvolver instituições de tipo novo, de tipo estatal, que substituirão as instituições privadas e públicas do estado democrático-parlamentar. Instituições que substituam a pessoa do capitalista nas funções administrativas e no poder industrial e realizem a autonomia do produtor na fábrica (GRAMSCI, 1998, p. 96, *tradução nossa*).

Apesar de detectar que entre as massas italianas manifestava-se a convicção de que este estado operário deveria estar encarnado em um sistema de conselhos, faltava uma ponte tática. Por isso Gramsci propunha a criação de uma rede de instituições proletárias e camponesas.

Assim, não identificamos uma teoria diferente sobre os organismos de dualidade de poderes seja em Lenin, Trotsky ou mesmo Luxemburgo e Gramsci. A única diferença é que Trotsky foi quem apresentou de forma mais sistematizada a análise sobre a relação entre estes organismos e a teoria marxista sobre as formas transitórias de poder político.

2.3 O QUE FOI A ASSEMBLEIA POPULAR DE 1971?

A Assembleia Popular desenvolveu-se num contexto de aumento da intervenção norte-americana na América Latina, com uma onda de golpes militares (DURÁN GIL, 2003, p. 63). No plano econômico, a década de 1970 marca o esgotamento da recuperação da economia capitalista pós Segunda Guerra Mundial, que entrou em um ciclo recessivo do qual não saiu completamente até hoje. No Chile, o presidente Salvador Allende propunha a transição ao socialismo pela via democrática, a guerrilha de Che Guevara, mesmo com sua morte em território boliviano, em 1967, continuava inspirando grupos de esquerda por todo o continente. Os operários argentinos multiplicavam as comissões de fábricas a partir do Cordobazo, em 1969. O Peru era dirigido por Velasco de Alvarado, um militar nacionalista, reformista e antioligárquico. A Assembleia Popular era vista pelo governo norte-americano como mais uma possibilidade de organização anti-imperialista, mas o caminho apontado pelos trabalhadores bolivianos diferenciava-

se tanto das frentes populares e governos de unidade popular, quanto das propostas foquistas (LORA, 1984, p. 36-39).

Foto 1 - Assembleia Popular nas páginas da imprensa burguesa



Fonte: captura de tela do documentário *Bolívia Siglo XX* (MESA GISBERT e OSORIO, 2009).

A Assembleia Popular teve sua abertura em 01 de maio de 1971 na sede do Palácio Legislativo, suas deliberações se iniciaram em 22 de junho e foram suspensas para retornarem em setembro. O golpe militar de 21 de agosto, do coronel Hugo Banzer, bloqueou seu desenvolvimento (LORA, 1984, p. 3). Como antecedente imediato, em 1970, na Bolívia, as organizações sufocadas pela ditadura de René Barrientos (1964-1969), voltam a se reagrupar, reconstituindo-se após um período de intensa perseguição aos sindicatos e partidos e massacres operários. O documento orientador aprovado no XIV Congresso da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros Bolivianos (FSTMB), realizado em abril, avaliava que a

Revolução Nacional de 1952 fracassara, sendo urgente a configuração de um socialismo latino-americano. Como tática, propunha:

(...) a formação de uma frente nacional de trabalhadores, camponeses e forças revolucionárias em torno da COB, que oriente, promova e conduza o processo de libertação do país, que requer [e] que exige o povo boliviano (*apud* ANDRADE, 2002, p. 62).

Isto levará à formação da Assembleia Popular: uma frente política antiimperialista em torno da COB. O documento também caracterizava a abertura democrática do General Ovando como limitada, exigia a nacionalização dos meios de produção e rechaçava a via do co-governo “que fechou o caminho da classe operária à conquista de todo o poder”. Em 1º de maio, realizava-se o IV Congresso da COB, os debates iniciais teriam sequência na Assembleia Popular: questionou-se a representação dos camponeses, com quatro delegações, uma vez que esta classe ainda estava comprometida com o pacto militar-camponês. O sindicalista Juan Lechin⁸ teve sua trajetória desde 1952 analisada pelos presentes no Congresso (apoiou o golpe de Barrientos e ocupou cargos centrais nos governos do MNR, Movimento Nacionalista Revolucionário), mas a permanência de sua influência sobre camadas proletárias foi percebida ao chegar ao Congresso, foi ovacionado e eleito presidente da COB. A tese aprovada tinha como base o documento apresentado pelos trotskistas (POR), com emendas do PCB (Partido Comunista Boliviano) e foi considerada, posteriormente, base para Assembleia Popular. Mais

⁸ Juan Lechín Oquendo (1914 - 2001) foi um líder sindical e Secretário Geral da FSTMB de 1944 até 1987 e da Central Operária Boliviana (COB) de 1952 à 1987. Expressou a influência do programa nacionalista em meio ao movimento operário boliviano. Durante a Revolução de 1952 (Bolívia) Lechin foi nomeado ministro de Minas e Petróleo de Víctor Paz Estenssoro. Ao mesmo tempo foi eleito secretário-geral Central Operária Boliviana (COB). Entre 1960 e 1964 foi Vice-presidente da Bolívia. Em 1964, foi expulso do MNR e fundou o Partido Revolucionário da Esquerda Nacionalista (PRIN). Além de romper com Víctor Paz Estenssoro, Lechin acabou apoiando o golpe militar do general René Barrientos (1964) que derrubou o MNR. No entanto, foi exilado. Em 1971 voltou ao país e participou da Assembleia Popular, defendendo a participação operária no governo Torres. Com o golpe militar de Hugo Banzer, Lechin é exilado novamente e, ao voltar à Bolívia, em 1978, é novamente eleito secretário-geral da Central Operária Boliviana (COB). Em 1980 foi candidato presidencial, novamente pelo PRIN, mas ante um novo golpe militar, exilou-se novamente. Em 1987, com 73 anos de idade, Lechin deixou a FSTMB (foi substituído por Filemon Escobar) e a COB (foi substituído por Genaro Flores). Morreu em agosto de 2001, com 87 anos de idade.

do que reivindicações econômicas, apresentava um plano de governo, um programa revolucionário para o país.

A instabilidade política chegava a seu ápice em 1970. Em 06 de outubro, seis militares foram, por alguma fração de tempo, presidentes. As jornadas de 1970 levaram o general Juan José Torres (do setor nacionalista-reformista do exército) à presidência. Adepto do socialismo-militar, Torres desde 1969 criticava as diretrizes norte-americanas de defesa continental, que se baseava na repressão aos movimentos populares e de esquerda e aniquilamento das guerrilhas. Sua proposta era de um desenvolvimento econômico e social em que os militares exerceriam o papel de protagonistas. Para Torres, a defesa nacional deveria partir da proteção dos recursos naturais do país perante a “voracidade dos monopólios estrangeiros” (*apud* DURÁN GIL, 2003, p. 72).

Foto 2- Presidente Torres com capacete de mineiro na mão, saudando trabalhadores em Oruro, 1971



Fonte: jjtorres.com

No bojo das jornadas de 1970, a reunião ampliada da COB instituiu o seu Comando Político e do Povo (um bloco de partidos populares)⁹, exigiu o reconhecimento na condição de “Parlamento Operário e Popular”, além da expulsão dos grupos militares e civis fascistas e agências imperialistas, anistia geral e irrestrita para todos dirigentes sindicais e universitários e a imediata reposição salarial aos mineiros e a melhoria nas condições de vida dos trabalhadores em geral. Dentre as exigências ao governo Torres, consta também no *Programa mínimo de planteamientos*:

a reestatização da mina Matilde (...); a revogação do decreto de indenização da Gulf Oil.; a reposição do controle operário com direito de veto, ampliando-o a todas as empresas do setor público e estabelecimentos privados; a manutenção das milícias operárias, para resguardar junto com as forças armadas, os interesses da nação; Plenas garantias de liberdade sindical irrestrita; a devolução das rádios operárias(...); Respeito à autonomia universitária e participação das universidades nos planos nacionais...; Atenção preferencial à educação profissional com vistas à organização de uma Escola Única; Aprofundamento da reforma agrária; Desenvolvimento econômico e social em função da independência nacional, com intervenção das organizações do povo; Controle fiscal das divisas estrangeiras e monopólio estatal do comércio exterior...; Revolução mineiro-metalúrgica acelerando o estabelecimento de fundições e usinas de refinação de nossos minerais, da petroquímica e da siderurgia em mãos do Estado; Política internacional independente e estabelecimento de relações com os Estados socialistas; Moralização da função pública (*apud* ANDRADE, p. 83)¹⁰.

Torres ofereceu o co-governo, dentro do comando havia partidos como o PRIN e PCB que queriam aceitar. Depois de muitos debates, a COB aceitou metade dos ministérios, mas com a condição de fornecer os nomes de dirigentes indicados por Assembleias, com mandato imperativo e revogável. Os ministros não podiam ser do Comando. Temendo sua desmoralização, Torres recuou. A pressão

⁹ Participavam do Comando Político vários partidos, dentre os quais o PDCR (Partido Democrata Cristão Revolucionário), POR, MNR (fração anti Victor Paz), PCB, PRIN (Partido Revolucionário da Esquerda Nacional), PCML (Partido Comunista Marxista Leninista) e grupo Espártaco.

¹⁰ Este documento que listava as reivindicações do movimento operário e popular era assinado pela COB, FSTMB, CUB (Central Universitária Boliviana), dezenas de sindicatos, além de partidos políticos: PRIN, PCB, POR - Masas, PCML, MNR, PDCR e grupo Espártaco.

para que se forjasse uma aliança com Torres foi um dos maiores obstáculos à constituição da Assembleia. Em janeiro de 1971, setores direitistas do exército tentaram tirar Torres da presidência, a tentativa de golpe foi respondida com uma greve nacional dos trabalhadores e a força da população nas ruas, convocada pela COB, destoando da falta de iniciativa de Torres.

A grande passeata composta de milhares de trabalhadores se dirigiu para uma concentração em frente ao Palácio presidencial aos gritos de “*Socialismo, Socialismo*”. Estudantes e trabalhadores com faixas pediam “*armas para o povo*”, “*Mina Matilde para o Estado*”, “*Paredão para os inimigos do povo*”, “*Morra o imperialismo norte-americano*”: “*Socialismo*”, “*Os operários no poder*”, “*Morte aos fascistas*” (apud ANDRADE, 2002, p. 99).

Foto 3 - Operários contra o golpe, em defesa da independência de classe.



Fonte: Foto de Pedro Laguna, acervo do Museu da Revolução, de La Paz.

Torres assume a presidência em um processo descrito por Aldo Durán Gil (2003, p. 71) como a constituição em força social de um setor reformista radical da pequena e média burguesia com apoio decisivo da classe operária radicalizada. Esta força social teria se elevado como detentora do aparelho do Estado diante da extrema desorganização do bloco no poder. Torres, na visão de Aldo Durán, foi a expressão mais acabada do nacionalismo de esquerda, tendo sido obrigado a se radicalizar ante a emergência do proletariado na cena política, determinado a tomar o poder.

Em momento nenhum tal governo manifesta ser portador de poder próprio; ascendeu ao poder governamental com o apoio decisivo do proletariado e das massas populares aliadas ao populismo; logo converte-se em refém do proletariado e do Exército (DURÁN GIL, 2003, p.76).

Evitando a tradicional saída boliviana dos co-governos, em 11 de janeiro, o Comando da COB propõe a criação da Assembleia Popular como uma tentativa consciente de impulsionar a auto-organização e constituição de poder operário e popular a partir das mobilizações contrárias ao golpe do setor mais direitista do exército, que quase derrubou Torres. A Assembleia seria composta de 60% de delegações operárias, conforme a proposta feita no início pela FSTMB. Para Zavaleta, isto “significava que não se elegia um processo democrático-formal, mas sim que se pensava efetivamente na construção da ditadura do proletariado como definição do duplo poder” (2009, p. 196, *tradução nossa*). Segundo Lora, a Assembleia Popular:

foi uma elevada expressão da nação oprimida pelo imperialismo, quer dizer, correspondia ao bloco de várias classes sociais, em cujo seio o proletariado não passava de uma pequena minoria, por isto se fez necessário lhe dar um tratamento privilegiado no voto e cuidar para que a nova organização proclamasse que seus fundamentos programáticos eram os adotados pela COB e pela Federação de Mineiros a fim de garantir sua direção política (1984, p. 26-27).

Ademais, o predomínio de delegados operários respondia a que o campesinato ainda não tinha rompido com o Pacto militar camponês anticomunista, firmado em abril de 1964, ainda no governo de Paz Estensoro (MNR), já sob o comando do general Barrientos. O controle político do MNR sob os camponeses e indígenas era chamado de *pongeaje* (servidão) política. A Reforma Agrária de 1953 não foi suficiente para eliminar as relações de produção servis, baseadas em trabalho obrigatório do campesinato indígena. Relações que ainda vigoravam, na década de 1970, sobretudo nas regiões que concentravam os latifúndios (DURÁN GIL, 2003, pp.113-114). Assim, durante a instalação da Assembleia Popular, o campesinato era visto com desconfiança quanto a sua independência política, daí seu peso percentual menor na Assembleia Popular, ainda que constituíssem uma classe numericamente maior do que o proletariado. Torres, inclusive, tentou, sem sucesso, utilizar os camponeses para neutralizar a Assembleia Popular. Apenas um pequeno grupo de camponeses/indígenas, oriundos de comunidades aymaras do altiplano de La Paz, pediu permissão para participar da Assembleia.

Os Estatutos da Assembleia Popular, conforme retrata Everaldo Andrade, foram discutidos nos meses que antecederam sua inauguração. Uma comissão do Comando Político elaborou o projeto que foi submetido à Assembléia Popular. O projeto era dividido nos seguintes capítulos: 1) organização e sede da Assembleia Popular, 2) fins, 3) reunião ordinária, 4) ampliado da Assembléia, 5) da direção, 6) as comissões, 7) atribuições da direção e 8) admissão de novas organizações. Os mandatos dos delegados na Assembleia Popular eram revogáveis e subordinados às bases, a maioria dos delegados foi eleita em Assembleias gerais e o ingresso de novos partidos deveria ser aprovado por 2/3 dos delegados, e estas organizações deveriam ter organização nacional e identificação com a linha política da Assembleia Popular, definida a partir da tese política da COB aprovada em abril de 1970. A Assembleia Popular teve 212 delegados.

Fragilizado, Torres tentava incluir esta iniciativa das massas radicalizadas como uma prévia de sua Assembleia Nacional Constituinte, mas a Assembleia Popular recusou o papel de coadjuvante nos planos do presidente. No documento *La Asamblea y el poder ejecutivo*, de 26 de abril de 1971, lê-se:

A Assembleia Popular não tem nada em comum com a projetada Assembleia Nacional e para seguir não precisa da bênção constitucional nem da presidencial. [...] É decisão da Assembleia Popular atuar como verdadeiro órgão de poder das massas e do proletariado, ou melhor, que deixa de ser parlamento para converter-se em autoridade capaz de resolver os problemas e, ao mesmo tempo, executar suas decisões através dos métodos próprios da classe operária (*apud* ANDRADE, 2002, p.102).

O primeiro de maio de 1971 ilustrou a tentativa de Torres de se colocar à frente da Assembleia Popular. La Paz vivia um clima de euforia militante, 50 mil pessoas saíram às ruas, Torres e uma banda militar entraram na frente da marcha popular, porém os trabalhadores seguraram o ritmo até que Torres se distanciasse e mudaram a trajetória da manifestação, deixando o presidente isolado.

Foto 4 - Passeata no 1º de maio de 1971



Fonte: ANDRADE, 2011, p. 304.

Foto 5 - Mineiro de motocicleta se coloca como escolta da passeata da COB



Fonte: ANDRADE, 2011, p. 307.

Neste primeiro de maio de 1971, ocorreu a abertura da Assembleia Popular, no próprio Palácio Legislativo, sem a presença de Torres (*apud* ANDRADE, 2011, p. 106). A sessão foi presidida por René Higuera, pelo comitê executivo da COB, os trabalhos foram dirigidos por Juan Lechín e estavam presentes delegados de diversas organizações sindicais, populares e partidárias. O

dirigente ferroviário David Quiñonez expôs as bases constitutivas e objetivos da Assembleia Popular e o quadro de representação das delegações. As classes proprietárias não tinham direitos políticos. A partir da experiência dos soviets russos, foi defendida a representação operária majoritária. Tal proposta, justificada pela sujeição das organizações camponesas ao oficialismo e pelas tentativas de Torres de manipulá-las enfrentou resistências, mas foi mantida.

Tabela 1 – Quadro de representação das delegações na Assembleia Popular

DELEGAÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES OPERÁRIAS	
COB (comissão executiva nacional e Centrais Departamentais)	19 delegados
Federação dos Trabalhadores Mineiros (FSTMB)	38 delegados
Confederação dos Trabalhadores de fábricas	24 delegados
Confederação dos Trabalhadores em transportes	17 delegados
Confederação de Trabalhadores da Construção	13 delegados
Confederação de Trabalhadores farinheiros	4 delegados
Federação nacional de gráficos	5 delegados
Federação nacional de petroleiros	12 delegados
TOTAL	132 delegados
DELEGADOS DAS ORGANIZAÇÕES DE CLASSE MÉDIA	
Confederação nacional de bancários	3 delegados
Confederação de trabalhadores das telecomunicações	1 delegado
Federação nacional de professores urbanos	4 delegados
Federação nacional de professores rurais	3 delegados
Federação nacional de trabalhadores da imprensa	2 delegados
Federação nacional de empregados sanitários	1 delegado
Confederação universitária boliviana (CUB)	5 delegados

Federação de trabalhadores das universidades	1 delegado
Confederação de gremiais (trabalhadores informais)	3 delegados
Federação de trabalhadores do Estado	1 delegado
Federação de trabalhadores do comércio	1 delegado
Federação de trabalhadores da alimentação	1 delegado
Federação dos empregados do rádio e televisão	2 delegados
Federação de Institutos profissionais	1 delegado
Federação de artistas e escritores	1 delegado
Federação de trabalhadores municipais	1 delegado
Federação nacional de pequenos comerciantes	1 delegado
Federação nacional de cinematografistas	1 delegado
Confederação nacional de profissionais	2 delegados
Delegação do Comitê Revolucionário da UMSA	4 delegados
Confederação nacional de motoristas	8 delegados
Confederação de cooperativas mineiras	4 delegados
Confederação nacional de estudantes secundaristas	1 delegado
TOTAL	52 delegados
DELEGADOS DAS ORGANIZAÇÕES CAMPONESAS	
Confederação Independente de Camponeses da Bolívia	18 delegados
Federação nacional de seringueiros	1 delegado
Federação nacional de cooperativas agrícolas	3 delegados
Federação nacional de cooperativas de colonizadores	1 delegado
TOTAL	23 delegados
DELEGADOS DOS PARTIDOS POLÍTICOS	
Movimiento Nacionalista Revolucionário (MNR) (depois revogado)	2 delegados
Partido Revolucionário de Izquierda Nacional (PRIN)	2 delegados

Partido Comunista de Bolivia (PCB)	2 delegados
Partido Comunista de Bolivia Marxista Leninista (PCB-ML)	2 delegados
Partido Obrero Revolucionario (POR-Masas)	2 delegados
Partido Democrata Cristiano Revolucionario (PDCR)	2 delegados
Movimiento Revolucionario Espartaco	1 delegado
TOTAL	13 delegados
SOMA DE TODAS DELEGAÇÕES DA ASSEMBLEIA POPULAR	220 delegados

Fonte: ANDRADE, 2011, pp. 128-130.

As diferenças políticas no interior do Comando Político também se refletiram nas divergências quanto ao funcionamento da Assembleia. As duas posições, delineadas por Andrade eram: “fazer da Assembleia Popular um novo poder ou constituí-la como um instrumento coadjuvante e auxiliar do governo Torres” (2011, p. 108). A partir das principais falas no Ato de Abertura, vão se revelando os alinhamentos com estas posições. René Higuera, da COB e dirigente do sindicato dos professores fez um histórico do percurso de constituição da Assembleia, com ênfase no enfrentamento aos setores golpistas e nas dificuldades políticas e organizativas que se apresentavam. Simon Reyes, delegado mineiro demarcou a originalidade do organismo que estava sendo criado, fez referência ao sangue proletário que banhou a História da Bolívia na jornada pela libertação nacional. Afirmou:

Nós, trabalhadores mineiros, nos sentimos com o direito de participar desse triunfo, porque temos demonstrado capacidade para luta e profundas convicções revolucionárias. Não só devemos participar da Assembleia, mas também devemos lutar mais, nas trincheiras, nas barricadas para enfrentar os inimigos da classe trabalhadora (*apud* ANDRADE, 2011, p. 109).

A fala de Guillermo Lora teve como ênfase extrair as lições dos momentos históricos anteriores, sobretudo da Revolução de 1952. Ao mesmo

tempo, mostrou como a COB em 1952 personificou a dualidade de poderes que, naquele momento, se resolveu em favor do MNR. O Secretário Geral da Federação dos Mineiros (FSTMB) Victor Lopez mostrava os limites da democracia burguesa como via para as conquistas dos trabalhadores:

Estamos plenamente convencidos, os trabalhadores organizados, que o velho parlamentarismo não trouxe benefícios para nossa classe nem para o país. Só foi uma caricatura da chamada democracia formal; ademais era custoso, inoperante e quase sempre a serviço do sistema presidencialista e dos partidos no poder. O poder do povo deve expressar-se através de sua participação plena na Assembleia Popular, organizada de tal modo que se faça presente em todos os lugares do país. E no nível econômico, industrial, mineral, agrário, (...) a Assembleia Popular não só constituirá o braço político da COB, senão de todo o povo (*apud* ANDRADE, p. 109).

O futuro dirigente do MIR, que no momento integrava os quadros do Partido Democrata Cristão Revolucionário (PDCR) falou representando os partidos na Assembleia, afirmando que estes deveriam ser leais à classe operária e organizar política e militarmente as massas para a tomada do poder. Juan Lechín, com sua capacidade de falar o que a audiência gostaria de ouvir rechaçou as propostas de Torres de uma Assembleia Constituinte ou um referendo. Homenageou Che Guevara e os universitários mortos na guerrilha de Teoponte, condenou imperialismo norte-americano, defendeu a expulsão das missões militares e defendeu que a única garantia de libertação era o fuzil no ombro do operário.

Nesta primeira sessão ainda não havia documentos, propostas e preparação política suficientes para um funcionamento pleno. Assim, sua inauguração, “foi muito mais um ato de propaganda e reafirmação política, necessário para reforçar a decisão do Comando Político da COB, acelerar a preparação da Assembleia Popular e consumir um marco político aos recalcitrantes” (ANDRADE, 2011, P. 111). Muitos sindicatos e partidos ainda havia disputas pela delegação. Diante disso, René Higuera propôs que o Comando Político da COB continuasse funcionando até a realização da primeira sessão da Assembleia Popular, que foi fixada para iniciar-se no dia 22 de junho.

A crescente mobilização social nas semanas seguintes mostravam a polarização em torno da Assembleia Popular. De um lado, se afirmava uma situação revolucionária com o fortalecimento das organizações de massa a partir de órgãos de democracia direta o que amplificava sua ação política. Fazendas eram tomadas em Santa Cruz, com a iniciativa da União dos Camponeses Pobres (UCAPO). Sedes de organismos ligados aos EUA eram ocupados por universitários. A Semana anti-imperialista foi realizada em La Paz “repercutindo na juventude o clima de militância política que preparava a própria Assembleia Popular” (ANDRADE, 2011, p. 111). As atividades políticas e culturais manifestavam a solidariedade com os povos do Vietnã, Camboja e Laos. E nos atos foram queimadas bandeiras dos Estados Unidos em frente à embaixada. A direita também mantinha a iniciativa procurando pavimentar o caminho do golpe. Torres era o retrato de um governo em ruínas. Decretou um estado de sítio que foi ignorado. A comissão governamental que prepararia a proposta de Constituição estava sem iniciativa.

O sentimento anti-imperialista se fortaleceu com a divulgação de que os Corpos de Paz dos Estados Unidos estavam uma política de controle de natalidade com esterilizações forçadas¹¹. Cresceram as mobilizações pela expulsão destas organizações e Torres se viu obrigado a exigir sua retirada. Outras reivindicações antiimperialistas eram feitas. As mobilizações exigiam a expulsão de uma base dos EUA próxima a La Paz, oficialmente chamada de “Centro de Transmissões Estratégicas”, mas conhecida popularmente como “Guantanamito” por causa da base dos Estados Unidos existente em Cuba. Uma central sindical continental ligada ao governo dos EUA, a ORIT, também foi expulsa. No início de Junho, com o aumento da movimentação de organizações políticas direitistas contra Torres e para frear o desenvolvimento da Assembleia Popular, a COB convoca a mobilização geral dos sindicatos e decreta estado de alerta. A Central Departamental de La Paz deflagra o “alerta armado”.

¹¹ O filme *Yawar Mallku* (Sangue de Condor), de 1969, do cineasta Jorge Sanjinés retrata a situação de penúria das comunidades indígenas e a ação dos Corpos de Paz. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f51nkM1jt64>.

A sessão nacional da Assembleia Popular ocorreu em 22 de junho. No processo de eleição e garantia dos delegados, houve uma firmeza em manter a independência política e material em relação ao governo e partidos burgueses. As dificuldades financeiras foram um grande obstáculo, o que impediram inclusive a presença de delegações de cidades mais distantes (ANDRADE, 2011, p. 131). Em relação à escolha dos delegados, a uma semana do início, das 44 organizações, apenas 18 haviam elegido seus delegados. Nem todas comissões preparatórias haviam redigido os documentos que lhes foram incumbidos, sobrecarregando o Comando Político. As delegações já começavam a chegar a La Paz, dentre elas a dos mineiros, com 52 trabalhadores de base e 6 da federação. As assembleias nos acampamentos em todo o país haviam elegido seus delegados e aprovado as resoluções que levariam à Assembleia Popular sobre a Universidade Única, o controle operário da mineração. A delegação trazia também um projeto, redigido pelo POR-Masas e PCB de nacionalização e integração das empresas mineradoras e de fundição. Os ferroviários se pronunciaram defendendo a Assembleia Popular e manifestaram sua disposição para organizar as milícias armadas do povo. Sua delegação preparava uma proposta de resolução sobre a reorganização da rede nacional de ferrovias (ANDRADE, pp. 132-133). O Bloco Independente Camponês realizou uma Conferência Nacional em Catavi, em 22 de junho, quando elegeram seus delegados. A Conferência rechaçou o pacto militar-camponês e aprovou o pacto operário-camponês-universitário. Um dos seus delegados, o dirigente de Cochabamba Cassiano Amurrio, foi um dos membros da Comissão Nacional da Assembleia.

O historiador Everaldo Andrade considera que a eleição dos delegados não foi um processo tranquilo e uniforme.

Dependia de vontade política. Muitas entidades e organizações que há apenas um ano nem sequer podiam existir, depois de anos de perseguições políticas, estavam se rearticulando em suas bases e recompondo seus quadros e militantes (ANDRADE, 2011, p. 133).

O fato de as delegações, em sua maioria, expressarem mandatos sindicais e populares não inviabilizava a expressão partidária. Diferentemente do que René Zavaleta afirmava, que os partidos foram diluídos no espontaneísmo sindical (ZAVALETA MERCADO, 1987, p. 132), a influência dos partidos ia além de sua representação nominal e aparecia em meio aos delegados de base. Everaldo Andrade traz em seu livro os números obtidos em uma enquete do jornal *Los Tiempos*, de 4 de julho de 1971, em que os delegados indicavam suas simpatias partidárias. O que não necessariamente refletia a presença do programa destes partidos ou mesmo seu efetivo peso. Apresentamos no quadro abaixo a resposta de 212 delegados.

Tabela 2 - Preferências partidárias dos delegados da Assembleia Popular

MNR	53 militantes
PRIN	28 militantes
PCB	26 militantes
PCML	17 militantes
Partido Socialista	13 militantes
MIR (Espártaco e PDCR)	13 militantes
FSB	8 militantes
POR - Masas	8 militantes
Não declararam preferências partidárias	46 delegados
TOTAL	212 delegados

Fonte: ANDRADE, 2011, p. 34

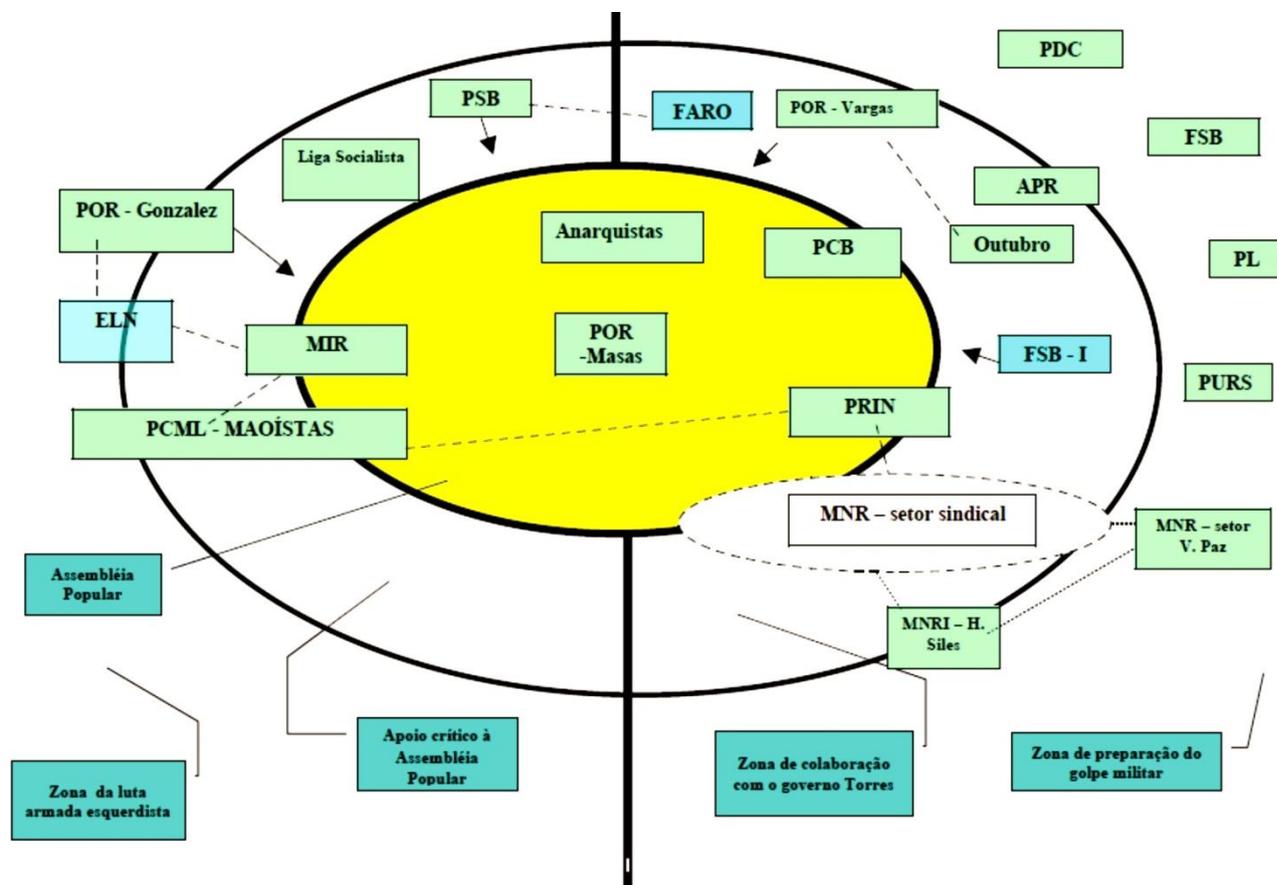
Percebe-se com isso ainda a grande presença do MNR em meio aos trabalhadores. Mesmo que ele tenha sido expulso da Assembleia e que seus dirigentes máximos estivessem preparando o golpe junto com Hugo Bánzer, seu Comando Nacional Trabalhista apoiava a Assembleia Popular, contrariando a

direção do partido. O Jornal La Jornada publicou a declaração desta ala do MNR, no dia 17 de agosto de 1971, poucos dias antes do golpe.

O Comando Nacional Trabalhista do MNR (...) estabelece com clareza sua plena identificação com a Tese do IV Congresso Nacional da COB e - como partido majoritário sem lugar a dúvida alguma - como militantes da COB, do Ampliado Nacional de Trabalhadores da Bolívia e da Assembleia Popular, atuarão juntamente com o povo boliviano em sua luta pela libertação nacional... (*apud* ANDRADE, 2011, p. 134)

Everaldo procura explicar os 8 delegados que simpatizavam com a FSB, por meio da existência de esquerda neste partido conhecido por ser de direita e, inclusive, com características fascizantes. O POR-Masas, por mais que tivesse um destacado papel político na organização e elaboração dos documentos, tendo como dirigentes destacados seus militantes Guillermo Lora, o mineiro Filemon Escobar e o dirigente estudantil Jorge Lazarte era bastante minoritário entre as delegações. As organizações políticas estavam em um processo acelerado de recomposição e a realização da Assembleia Popular fez com que o conjunto das forças políticas tivessem que se posicionar e que buscassem representação na Assembleia Popular, mesmo aquelas que não tinham como objetivo a construção do duplo poder.

Figura 2 - Mapa da relação dos Partidos e organizações políticas com a Assembleia Popular



Fonte: ANDRADE, p. 299, s/d.

Na tarde do dia 22 de junho, ocorreu a primeira sessão da Assembleia Popular, no Palácio Legislativo, escoltado por uma guarda armada composta por integrantes de organizações operárias e estudantis. O oferecimento de proteção por parte do presidente Torres foi rejeitado. A guarda da Assembleia, que era parte do início da formação das milícias armadas, impedia a entrada de provocadores. Uma grande faixa indicava, na fachada do edifício, que ali se reunia a “Asamblea del Pueblo”. Quatro mineiros com seus capacetes e uniformes de trabalho, empunhando fuzis, se colocava atrás da mesa que presidia os trabalhos. Na leitura dos nomes dos delegados presentes, houve alguns atritos por questionamentos entre delegações, o

que no dia seguinte levou à impugnação de alguns representantes. Os camponeses exigiam maior representação, mas não foram atendidos.

Foto 6 - Palácio Legislativo, sede da Assembleia Popular



Fonte: ANDRADE, 2011, p. 313.

Foto 7 - Delegações no plenário de debates da Assembleia Popular



Fonte: ANDRADE, 2011, p. 311 e 308.

Passou-se, então, ao Regulamento de debates que estabelecia o direito a voz apenas a delegados e suplentes e a preocupação com o controle coletivo do mandato, demandando a responsabilidade em estarem presentes, sendo que as faltas seriam advertidas e, caso se repetissem, o nome dos delegados seria publicado. Caso houvesse três faltas, haveria solicitação de mudança de representação à organização. O mandato imperativo era criticado por algumas organizações partidárias, mas seguia ao princípio de que as posições partidárias se expressariam desde que tivessem inserção nas bases. Como analisa Everaldo Andrade:

[...] a contradição entre o mandato imperativo de um delegado sindical e a orientação de seu partido só se colocaria na medida em que esse partido tivesse como prática ditar diretivas políticas desde um ponto exterior ao movimento político real das massas e em desrespeito ao mandato democrático (ANDRADE, 2011, p. 152).

René Zavaleta Mercado, após ter sido ministro do MNR, na época da Assembleia era dirigente do MIR, que era um dos partidos que criticava esta forma de funcionamento. Afirmava que a tônica dos debates na Assembleia foi determinada pelos sindicatos, que tinham que compensar a “pobreza da existência das organizações políticas” (ZAVALETA MERCADO, 1987, p. 136).

A Assembleia Popular, após o regulamento dos delegados, apreciou e aprovou o documento *Bases de Constitución de la Asamblea Popular*, que já circulava desde fevereiro de 1971 e serviu de base para a eleição dos delegados (*apud* LORA, 1987). O documento afirmava que a Assembleia Popular deveria ser um “órgão independente de poder popular”, de fiscalização do poder executivo [ponto incluído pelo PCB, cujo objetivo era de manter o apoio crítico a Torres] e que “executará as decisões utilizando os métodos próprios da luta de classes operária”; resgatar o papel e funcionamento original da COB na sua fundação em 1952: uma Assembleia Popular que “se manifestou na ação executiva própria, sem se condicionar ao governo da nação”. O projeto de Assembleia criticava as formas tradicionais de parlamento: “a Assembleia Popular não pode ser uma variante do parlamento burguês, tanto em seu conteúdo como em suas funções”. Resgatando a tradição antiimperialista do movimento operário boliviano, propunha-se a “atuar conjuntamente com o executivo contra o fascismo e o imperialismo”. Também criticava a divisão dos três poderes do Estado, que seria destinada a preservar a ordem social existente: “Em todas as revoluções populares foi destruída a separação dos poderes”.

Nesta sessão foi aprovada por unanimidade uma resolução, apresentava por Guillermo Lora, que alertava para o perigo do golpe militar e a necessidade de uma preparação do movimento popular e sindical, propunha a greve geral e a violência revolucionária para enfrentar os golpistas. A resolução nº 1, publicada no jornal ocupado pelo sindicato dos jornalistas *El Diario*, de 23 de junho de 1971 orientava:

- 1- Frente à eventualidade de um golpe, a Assembléia Popular, como expressão do poder operário, assumirá a direção política e militar das massas em combate e lutará para expulsar do país definitivamente a direita, o fascismo e o imperialismo.
- 2- Afirmamos que os trabalhadores da Bolívia oporão a violência dos oprimidos à violência reacionária dos exploradores.
- 3- O alerta de todo o povo revolucionário e seus quadros de direção não será levantado enquanto não seja derrotado o imperialismo.

4- A Assembleia Popular reitera sua convicção de que a direita não deixará de conspirar, usando instrumentos civis e militares até quando se mantenha incólume seu poder econômico.

5- Em caso de golpe de Estado, a Assembléia Popular determina que a primeira resposta das massas trabalhadoras será a greve geral e a ocupação imediata dos locais de trabalho (*apud* ANDRADE, 2011, p. 156).

A Sessão de 23 de Junho iniciou-se com um minuto de silêncio em homenagem aos mortos no Massacre de San Juan, em 1967. Os mineiros assassinados foram proclamados “mártires do proletariado”. Os militares acompanhavam as decisões e deliberações da Assembleia. Tanto é que o general Roque Terán, membro do governo Torres declarou que os trabalhadores deveria perdoar os militares pelo massacre de San Juan. A sessão de 25 de junho aprovou uma nova resolução em resposta ao que consideraram uma provocação do militar, reafirmando as responsabilidades do exército (ANDRADE, 2011, p. 158).

Aprovou-se também o *Estatuto Orgânico da Assembleia Popular* que procurava fixar um modelo organizativo e político que coordenava partidos, sindicatos, organizações populares e estudantis, cujo objetivo, segundo Everaldo era: “fazer da Assembleia uma conformação orgânica da Frente Anti-imperialista proposta na Tese Política da COB de maio de 1970” (ANDRADE, 2011, p. 154). Esta frente tinha a peculiaridade de ter um programa político previamente acordado, mas que tinha como propósito declarado constituir-se em um órgão de poder e na expressão democrática da maioria do povo boliviano. O que o autor caracteriza como um caminho que por mais tortuoso e difícil que fosse era “coerente com as possibilidades colocadas, as tradições políticas e as necessidades que esse movimento social se propunha”.

A sessão do dia 24 de junho, em grande medida, foi dedicada aos debates sobre a eleição do presidente da Assembleia. Juan Lechin se apresentou como candidato. Seu objetivo, segundo Everaldo era: “impedir que trotskistas e comunistas controlassem a direção dos trabalhos” (2011, p. 159). Elegeu-se com o apoio de cerca de 50% dos delegados mineiros, de delegados petroleiros,

ferroviários, universitários, radialistas, dos 23 representantes camponeses, majoritariamente dirigidos pelos maoístas, além dos votos dos partidos PCML, PDCR e o PRIN. Fazia-se sentir que a direção nacionalista não estava totalmente superada. A outra candidatura, do dirigente mineiro Victor Lopez, secretário geral da FSTMB, um íntegro militante anarquista que contou com o apoio de mineiros, fabris, motoristas, farinheiros, delegações das COD, delegados do PCB, do POR-Masas e do grupo Espártaco. Totalizou apenas 58 votos. No dia seguinte, o *presidium político* foi completado, com a eleição de nove membros. Os mineiros indicaram que um camponês fosse o vice-presidente, indicando que o Congresso Nacional dos Camponeses, que ocorreria em Agosto o elegesse. Abria-se uma porta para os camponeses oposicionistas de Genaro Flores. Conforme expõe Andrade, os maoístas exigiram o posto para si e Lechin procurou retribuir o apoio a sua eleição. Foi feito um acordo em que provisoriamente um camponês do BIC seria vice enquanto o Congresso Camponês não indicasse o novo nome.

O quadro político da assembleia já estava demilitado após estes primeiros embates. Segundo a divisão proposta por Everaldo Andrade, havia três blocos. 1) Os esquerdistas que viam com impaciência os debates e queriam direcionar a Assembleia para a luta armada, eram compostos predominantemente por jovens universitários e militantes camponeses nucleados no PCML, no grupo Espártaco e PDCR (que formariam o MIR) e no ELN. Sua participação se devia mais a uma necessidade política de não ficar de fora deste organismo do que por convicção tática. 2) O bloco mais ligado às tradições operárias e sindicais dos mineiros e da COB, cujo núcleo político era o PCB estalinista e o POR-Masas trotskista. Mesmo com as enormes diferenças programáticas entre os dois partidos, neste momento havia uma grande aproximação tática. Se se observa o programa e as resoluções da Assembleia, percebe-se que correspondia ao programa do POR. Mais uma vez, outras organizações pela pressão destas ideias em suas bases, encampavam as propostas do POR, o que dificultava sua constituição como direção física. 3) O restante da assembleia compunha uma ala de independentes, nacionalistas de esquerda e simpatizantes do MNR, este era o bloco mais suscetível às pressões pelo apoio ao governo Torres (ANDRADE, 2011, p. 162).

No dia 28 de Junho, a sessão começou com a discussão sobre a cooperativização do jornal *El Diario*, ocupado por seus trabalhadores desde as jornadas de outubro de 1970. A bancada mineira junto com a comissão de assuntos culturais propôs uma resolução de cooperativização sob control dos trabalhadores, com a criação de um Comitê de Orientação Ideológica que procuraria refletir o pensamento político do proletariado composto por representantes da cooperativa, do setor gráfica, da COB, do comitê revolucionário da UMSA, FSTMB e Federação de Fabris (ANDRADE, p. 176). A resolução final foi aprovada na sessão de 01 de julho.

Ainda no dia 28, a Assembleia Popular debateu o relatório da Comissão de Investigação dos Crimes Políticos, que iniciou-se com a apuração do assassinato do líder mineiro trotskista Isaac Camacho, do dirigente da construção civil Adrian Arce e de outros dirigente sindicais. Conforme publicado no Jornal Masas, de 13 de Julho de 1971:

O relatório final da comissão afirmou neste sentido que: "A investigação do assassinato de Isaac Camacho e outros líderes operários e dos próprios massacres foi sumamente difícil porque os mecanismos de repressão do Estado continuam controlados pelos que atuaram durante os governos de Barrientos (1964-1968) e Ovando (1969-1970). Deve-se advertir que os verdadeiros autores intelectuais destes crimes foram os mencionados gerais, os grupos políticos que os rodeavam e também parte da alta de hierarquia militar. No caso de Camacho, o mínimo que se pode dizer é que os autores de seus desaparecimentos foram seus carcereiros. Deve-se assinalar com clareza como peças chaves de seu assassinato Barrientos, Ovando, Antônio Arguedas, Rafael Loayza e todos os elementos que tiveram cargos de importância no aparato repressivo como Lessin Mendez Maremberg. Abraham Baptista, etc."

A conclusão tomada pela Assembleia era de que os trabalhadores não poderiam confiar na polícia e nem nos tribunais de Justiça que eram mecanismos de dominação da oligarquia. Por isso, afrontando um importante ramo do Estado burguês, o judiciário, aprovou-se a constituição dos Tribunais Populares Revolucionários para responder à inoperância e cumplicidade da justiça burguesa.

1º Cria-se o sistema de tribunais populares revolucionários com jurisdição e competência nos seguintes assuntos:

- a) delitos e danos econômicos contra o Estado, as universidades e bens sindicais;
- b) entrega de riquezas naturais e avassalamento da soberania nacional;
- c) massacre de trabalhadores, representantes estudantis, populares, tortura e assassinato de trabalhadores e dirigentes sindicais revolucionários;
- d) prevaricação de funcionários públicos na montagem de processos judiciais para despistar investigações;
- e) organização de complôs contra-revolucionários em conivência com o imperialismo, o gorilismo e a reação (*apud* ANDRADE, 2002, p.207).

No dia 29 de junho, os mineiros apresentaram sua proposta de resolução sobre o controle da mineração. Tal medida era parte da discussão sobre como colocar nas mãos do movimento operário o controle da economia do país, começando pelo seu setor chave, a mineração. Em relação à bandeira de controle operário majoritário da mineração, os mineiros convenceram o restante dos delegados de que a proposta tinha significação política e econômica, pertinente a todos os trabalhadores. Em 1971, a indústria mineira era responsável por 80% das divisas da Bolívia. A estatal COMIBOL, que passava por uma profunda crise, controlava 14 grandes minas, com 47% do valor das exportações. O estanho correspondia a 63% da produção. A defesa do controle serviria também como exemplo para outros setores. Um documento bastante completo foi apresentado pelos mineiros, com justificativa econômica, posicionamento ideológico, ponto de vista tecnológico, posicionamento político e organograma detalhado da estrutura administrativa proposta. Segundo o projeto elaborado pela Federação dos Mineiros (FSTMB), de junho de 1971:

Lutaremos para conseguir que a participação operária na COMIBOL assegure ao mesmo tempo seu caráter de autonomia de corporação econômica e tecnológica, a consolidação da

marcha segura e decidida dos operários para o poder, respaldando-a com o avanço para a propriedade e social (*apud* ANDRADE, 2011, p.185).

O texto trazia a crítica à experiência de 1952, quanto ao controle operário e difere-se pela exigência do controle coletivo dos mandatos, garantindo a eleição direta dos operários nos locais de produção, sem mandatos individuais, compondo diretórios locais e um Diretório Central. No projeto também constava a defesa da total integração da indústria de mineração, da extração até a comercialização, passando pela fundição.

Na assembleia, houve duas posições principais sobre o tema: uma de defesa, compreendendo o controle da mineração como uma consigna de transição para permitir que o conjunto da população visualizasse de forma mais clara o papel da Assembleia Popular, para que a radicalização se expandisse a ponto de avançar para a tomada do poder político e socialização do conjunto da economia, expressa pelos principais dirigentes mineiros, que conseguiram convencer o restante da assembleia. Outro setor, composto por delegados do PCML, MIR e ELN, partidos que priorizavam a luta armada e compostos majoritariamente pela pequena burguesia, defendiam que a medida era distracionista e que o armamento das forças da Assembleia Popular deveriam ser a prioridade. Zavaleta, que era dirigente do MIR, na época, manteve suas críticas em seus trabalhos posteriores, alegava que esta bandeira sinalizava um pacto com o governo Torres e expressava um caráter economicista do programa proletário, restrito a um “reivindicacionismo ampliado de classe” que trocava os interesses classistas a longo prazo por interesses econômicos imediatos” (1977, p. 206).

A organização operária da produção, com a criação de novas instituições, é destacada nos escritos de Gramsci. A experiência dos conselhos de fábrica de Turim, nos anos 1920, era descrita como o início do surgimento do Estado operário e índice da capacidade revolucionária da classe. Outro precedente mais próximo foi a análise feita por Trotsky da participação operária na indústria nacionalizada no governo de Cárdenas, no México da década de 1930. Desfaz a

comparação entre a participação dos operários na indústria nacionalizada com a participação dos socialistas em um governo burguês. E apresenta a participação em um ramo da indústria como oportunidade de oposição política. Assim, o revolucionário russo recomenda que os marxistas aproveitem as situações que se apresentam dentro do capitalismo de Estado para impulsionar o movimento dos trabalhadores em direção ao socialismo. Ao analisar as oportunidades e riscos, aponta o perigo da contenção da classe operária por meio da participação das burocracias sindicais. Quanto às possibilidades revolucionárias, afirma que “baseando-se em suas posições nos ramos industriais de excepcional importância, os operários podem ir ao ataque contra todas as forças do capital e do estado burguês” (TROTSKY, 2009, p.142).

A Assembleia Popular, por meio do debate aprofundado, modificou a proposta original da FSTMB. Estabelecendo o controle da COMIBOL por meio de Conselhos de Produção, que seriam compostos por um delegado das minas, um delegado dos engenheiros e outro da superfície. Haveria também comissões de minas, de engenharia e de superfície, todas subordinadas a um diretório local. Três diretores do governo, três dos operários e o gerente geral comporiam o órgão superior da COMIBOL. A resolução aprovada declarava: “A Assembléia Popular por interesse do país e da revolução resolve: fazer a proposta formal da FSTMB sobre a co-gestão operária majoritária na administração da COMIBOL e declarar mobilizado todo o país para alcançar esse objetivo.” Formou-se também uma comissão de trabalho para preparar um projeto de estatização os meios de produção do país.

Estava na pauta da última sessão nacional da Assembleia Popular, em 02 de julho, a questão militar. Houve uma discussão detalhada sobre a constituição de uma milícia armada e popular, tendo como referência a tradição iniciada na Revolução de 1952.

Foto 8 – Povo em armas na Revolução de 1952



Fonte: <http://www.marxist.com/bolivia-revolucion-1952.htm>

Sobre as forças armadas bolivianas, é importante salientar que com a Revolução de 1952 o aparato repressivo foi dissolvido e substituído por milícias organizadas pela COB.

Posteriormente, sob o governo do MNR, o exército foi reconstituído, com grande influência dos Estados Unidos neste processo de reorganização/modernização. O governo impôs uma quantidade fixa de vagas para o campesinato e setores populares. Seus integrantes eram obrigados a se filiarem ao MNR (DURÁN GIL, 2003, p. 276). Ideologicamente predominaram no interior das forças armadas as ideologias oriundas da pequena burguesia, associadas à ideologia oligárquica das classes dominantes. Porém, tanto em 1952 como em 1969-71, o exército também foi atravessado pela luta de classes, seguindo a polarização entre o proletariado e a burguesia.

A Comissão de Segurança e Milícias propunha a estruturação de um aparato próprio de autodefesa da Assembleia Popular. Sua estrutura teria um Comando Supremo das milícias, comandos de operações, regionais, especialistas, mineiros, inteligência e logística, além de armas e artilharia para que existisse um verdadeiro braço armado do proletariado (ANDRADE, 2011, p. 193). As organizações que estavam apostando na concepção foquista colocavam como prioridade o armamento operário. Os maoístas presentes na Assembleia tentaram dar um ultimato para que o conjunto dos delegados reconhecesse e apoiasse a orientação tática da guerrilha. O debate desagradou os delegados, que esvaziaram o plenário. Um operário do PCB propôs uma posição geral contra a perseguição e repressão aos dirigentes e revolucionários, sem especificar nenhum partido. Guillermo Lora, em seu balanço sobre as posições dos foquistas e maoístas:

[...] Tudo isso era puro aventureirismo suicida que iria esmagar as massas e a própria revolução. A proposta trotskista era outra e muito concreta: aprofundar muito mais a mobilização das massas, de maneira que os camponeses, por exemplo, se alistassem efetivamente na luta, e que o empuxo dos explorados abrisse as fissuras do exército até o ponto de neutralizá-lo ou quebrá-lo (LORA, 1978, p. 483).

O PCB se somou à concepção dos trotskistas e considerava que a questão militar deveria ser tratada de forma reservada, para não provocar desnecessariamente os militares. A COB, em 19 de junho, já havia aprovado uma resolução orientando os sindicatos a formarem as milícias armadas, que teriam como comando supremo a Assembleia Popular, por meio de um Comando Militar. Os partidos e a COB deveriam colaborar na constituição das milícias. Conforme relata Andrade, teria direito a voto no comando militar: um mineiro, um fabril, um ferroviário, um construtor, um motorista, um camponês, um universitário e um representante dos partidos. Isoladamente, MIR e ELN criaram um Comando Revolucionário. “Este organismo esquerdista acreditava que um golpe direto e uma tomada de assalto ao Palácio presidencial poderia contornar um enfrentamento direto ou um trabalho político no interior do exército” (ANDRADE, 2011, p. 196). A via buscada pela Assembleia era a de fraturar o exército, processo que dependia

mais da luta política, naquele momento, do que qualquer enfrentamento militar. Este processo começava a ocorrer. Em julho de 1971, militares de baixa patente publicaram o *Manifiesto de los Cabos y de los Sargentos del Ejército*, em que denunciavam as péssimas condições de atuação, com humilhações e sobrecarga. O agrupamento clandestino *Vanguardia Militar del Pueblo* lançou um manifesto, em 13 de agosto de 1971, opondo reivindicações dos soldados, cabos e sargentos aos privilégios dos oficiais e propondo

[...] a criação imediata e a qualquer custo de um exército identificado com a classe operária e os setores progressistas de verdade, como única maneira de apagar com a ignomínia que nos cobre e como único caminho para a redenção nacional. [...] Muito rápido chegará o dia da prova, oportunidade em que seremos os artífices dos escombros de um organismo de vulgar repressão contrarrevolucionária, servil e dócil às ordens do Pentágono e seus lacaios de dentro e fora do país. Edifiquemos uma instituição a serviço e defesa da verdadeira revolução [...]. [Um] exército popular, identificado com a classe operária e os setores progressistas de verdade, única forma de apagar a ignomínia que nos cobre (ANDRADE, 2011, p. 197).

O Comando do Exército reuniu-se emergencialmente após a divulgação do manifesto, uma semana depois o golpe foi desfechado. Apesar do chamado à divisão do exército colocar em risco a disciplina e hierarquia, houve quem considerasse que era um documento surgido dos próprios golpistas como medida de provocação, o que Everaldo considera pouco provável. Apesar da resolução inicial da Assembleia Popular alertar sobre a iminência do golpe, não foi possível derrotá-lo.

Foto 9 - Nas ruas, a denúncia da preparação do golpe



Fonte: captura de tela do documentário *Bolívia Siglo XX* (MESA GISBERT e OSORIO, 2009).

No documentário televisivo *Bolívia Siglo XX*, com 24 capítulos, de 2009, mais especificamente no capítulo *Dictador Banzer - Las Paradojas de la Historia*, um dos entrevistados é o comandante das Forças Armadas sob o regime militar de Banzer, Remberto Iriarte, que afirma que procurou duas vezes o presidente Torres para alertá-lo sobre o golpe.

Pensamos que o caos e a anarquia estavam muito próximos e, por esta razão, havíamos decidido terminar com o governo Juan Jose Torres. O fizemos da maneira mais nobre, advertimos o General Juan Jose Torres. Eu o visitei duas vezes e lhe disse que nós não estávamos dispostos, indubitavelmente, a deixar que as coisas ocorressem como estavam ocorrendo (IRIARTE *apud* MESA GISBERT e OSORIO, 2009, 10 min e 20 segundos, *transcrição e tradução nossa*).

No dia 19 de agosto de 1971, 80 mil pessoas atenderam ao chamado do Comando Político em La Paz para resistir ao golpe. Torres temia armar as massas. Atacou a esquerda, acusando-a de ter recusado uma aliança anteriormente e permitiu que o alto comando militar conspirasse sem bloqueios. Depois de o povo

exigir por 12 horas que o governo entregasse armas, o presidente entregou 400 velhos fuzis aos dirigentes da COB. A resistência ao golpe esteve nas mãos das forças sociais organizadas em torno da Assembleia Popular. Foram cinco dias de combate. Sem divisão do exército ou acesso às armas, a vitória militar era praticamente impossível, o que levou a um recuo dos trabalhadores (o que conseguiu impedir a destruição física do proletariado), muitos dos militantes de esquerda conseguiram se exilar. A ditadura de Banzer dissolveu a Assembleia Popular e fechou as universidades. No mesmo documentário citado anteriormente, o ex-ditador e ex-presidente Hugo Banzer apresenta sua versão sobre o motivo do golpe:

No momento, o problema mais sério era a Assembleia do Povo [...]. Apareceu o Exército de Libertação Nacional atuando em um e outro lado. Dizia-se que o Poder Judiciário seria substituído pelos Tribunais Populares de bairro. Toda essa informação me chegava e me dava muita pena pela situação do país (BANZER *apud* MESA GISBERT e OSORIO, 2009, 11 min e 15 segundos).

Acabar com a Assembleia Popular estava entre as prioridades norte-americanas, junto com a destruição do governo de Salvador Allende no Chile e de Juan Velasco no Peru. Segundo o jornalista norte-americano Robert Baird, Banzer foi treinado na Escola das Américas, no Panamá e na Escola de Cavalaria Blindada no Texas, nos finais dos anos 1960 atuou como adido militar em Washington. Após derrubar Torres, Banzer foi recompensado com subvenções e ajuda da administração de Nixon. Inicialmente o Departamento de estado norte americano negou que tenha participado da derrubada de Torres, porém a divulgação em 2009 de documentos outrora sigilosos revelou que o Departamento de Estado liberou cerca de U\$ 500 milhões para garantir a adesão de políticos e oficiais das Forças Armadas ao golpe. A CIA transferiu o dinheiro aos membros do alto escalão no dia em que o golpe começou em Santa Cruz.

Aldo Durán Gil complementa que a participação dos Estados Unidos foi aberta e ostensiva, oferecendo apoio logístico, econômico por meio da

embaixada, da CIA e da base aérea em La Paz, apelidada de “guantanamo”. Os grupos paramilitares atuaram por meio do Exército Cristão Nacionalista e a “guarda pretoriana” do grupo de Banzer. O segundo grupo era comandado por Klaus Barbie, recrutado pela CIA, nazista conhecido como “o carniceiro de Lyon” (o governo Banzer recusou o pedido de extradição do governo francês), além de nazistas, o bando militar era composto também por neofascistas e terroristas italianos, subficiais criminosos e anticomunistas e indivíduos recrutados no lumpesinato. Conforme expõe Aldo “Ao mesmo tempo, tal grupo constituiu-se em braço armado de um setor da máfia do narcotráfico, controlado por Roberto Suárez, primo de Banzer” (2003, p.64).

O diálogo entre Henry Kissinger, assistente da Presidência para Assuntos de Segurança Nacional, e o presidente Richard Nixon, em 11 de junho de 1971, demonstra o envolvimento direto dos EUA na preparação golpe:

Kissinger: Estamos tendo, também, um grande problema na Bolívia. E...

Nixon: Já sei, Connally [Ministro da Fazenda] mencionou. Que pensas fazer, acerca disto?

Kissinger: Já disse a Karamessines para arrancar com uma operação, o mais rapidamente o possível. Inclusive o Embaixador ali, que é muito brando, agora está dizendo que devemos começar ali a jogar com os militares, ou as coisas irão por água abaixo.

Nixon: Sim.

Kissinger: Isto sucederá na segunda.

Nixon: De que precisamos, Karamessines? Um golpe de estado?

Kissinger: Veremos o que podemos, dependendo - do contexto. Eles vão nos tirar em mais dois meses. Eles se desfizeram dos corpos de Paz, o que é uma vantagem mas agora se quiserem se desfazer de USIA [Agência de Informação dos Estados Unidos] e dos militares. E, eu não sei o que podemos fazer, até pensar em retaliar com um golpe, mas devemos averiguar qual é a situação. Estou pensando, antes que eles dêem o golpe, nós devemos...

Nixon: Lembre-se, nós demos a estes malditos bolivianos o estanho.

Kissinger: Bem, mas sempre podemos retroceder.

Nixon: Retrocedamos.

(FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES, *tradução nossa*)

Robert Baird (2010) contabiliza que o golpe de Banzer deixou como saldo imediato 110 mortos e 600 feridos. O regime que se estabeleceu nos sete anos seguintes foi marcado pela repressão. Mais de 14 mil pessoas foram presas sem ordem judicial, mais de 8 mil foram torturadas e mais de 2 mil foram executadas ou desaparecidas. O golpe também teve apoio da ditadura brasileira, como parte do que depois, em 1975, seria oficializado como o Plano Condor¹².

Mesmo com todas as evidências da articulação internacional do golpe correspondente a um movimento do imperialismo norte-americano cujo objetivo, em todo o continente, foi bloquear a organização independente dos trabalhadores e garantir a hegemonia da fração do capital financeiro em cada um destes países, é frequente a responsabilização pelos golpes justamente daqueles que lutavam por sua emancipação. Este é o conteúdo da fala de Oscar Eid Franco, dirigente do MIR, que atribui a uma incompreensão de universitários radicais o fato de sua organização não ter apoiado o governo de Juan Jose Torres, deixando-o sem margem de ação.

¹² O Plano (ou Operação) Condor é o nome dado a uma ação conjunta das ditaduras do Brasil, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Argentina e Chile para reprimir grupos de esquerda que contestavam os regimes no Cone Sul. A fundação oficial foi feita em 1975, em uma reunião realizada na Diretoria de Inteligência Nacional do Chile (DINA). O Brasil compareceu como observador, somando-se oficialmente apenas em 1976. Os serviços de inteligência dos países do Cone Sul trocavam informações sobre militantes “subversivos” e “insurgentes”. Havia um intercâmbio com base nas embaixadas e nos serviços de inteligência. Eram coordenadas operações de infiltração, prisão, tortura e também assassinatos. Não existiam fronteiras ou limites institucionais. O número de executados ou desaparecidos na América Latina superaria os 50.000. Seus antecedentes foram a Doutrina de Segurança Nacional, adotada pelos EUA nos marcos da chamada Guerra Fria, que deu origem à Escola das Américas, em 1946 no Panamá, um dos centros de treinamento de oficiais latino-americanos em técnicas de tortura, guerra e contra-insurgência. A ação do imperialismo norte-americano se intensificou após a Revolução Cubana, em 1959. Houve várias reuniões anteriores ao Plano Condor, como as Conferências dos Exércitos Americanos (CEA, desde 1965) (IPPDH/MERCOSUL, 2015).

Foto 10 - Prisão de universitários após o golpe de 1971

Fonte: La Patria

A locução de Carlos Mesa Gisbert, em seu documentário, sintetiza esta culpabilização da esquerda pelo golpe:

Todos sabiam que o movimento subversivo estava em marcha e ademais contava com o apoio da empresa privada. [...] O golpe de 1971 era inevitável porque o país havia se polarizado de um modo irreversível. O curioso, e que se repetiu tantas vezes, é como que eles que creem na via progressista, na revolução e no socialismo, chegam sempre em um ponto exato a tal radicalidade que tornam inviáveis governos que tentam precisamente seguir um caminho precisamente do que chamaríamos hoje de esquerda (MESA GISBERT *apud* MESA GISBERT e OSORIO, 2009, 12 minutos e 30 segundos, *transcrição e tradução nossas*).

Mais do que a crítica aos que buscavam criar um órgão de poder oposto ao Estado burguês para abrir uma via revolucionária, Mesa critica aqueles que o fizeram renunciar a seu mandato em 2005, após a Guerra do Gás. Alegando que, sem que o “povo” atrapalhasse, poderia justamente atender a suas demandas. Sendo que, pelo contrário, os elementos mais radicalizados dos governos, do MNR em 1952 em diante, se deveram precisamente à entrada dos operários, camponeses

e nacionalidades indígenas em cena, com suas demandas, formas de mobilização e busca de solução para seus problemas coletivos. Continua o documentarista e ex-presidente:

Que houve uma conspiração, que houve um golpe de Estado: sem nenhuma dúvida. Que este se organizou de fora e de dentro, parece claro [...]. Mas que contribuíram de maneira extraordinária os movimentos ultraradicalizados cuja expressão fundamental foi a Assembleia do Povo: negá-lo seria uma bobagem. Estas são as coisas da História, as incompreensões de setores que acabam fundindo seus próprios ideais. E, no pior dos casos, a repetição cíclica destes mesmos erros que vieram depois da década de 1970 (MESA GISBERT *apud* MESA GISBERT e OSORIO, 2009, 12 minutos e 30 segundos, *transcrição e tradução nossa*).

Os três meses de duração da Assembleia Popular marcaram o ponto mais alto de radicalização das massas, em que houve possibilidades reais de tomada do poder por parte do proletariado boliviano (DURÁN GIL, 2003, p.61). Iniciava-se a aproximação de setores minoritários do campesinato e das forças armadas, que pediam representação na Assembleia. Além de La Paz, ergueram-se assembleias em outras províncias, como *Cochabamba, Oruro, Santa Cruz, Tarija, Tupiza, Sucre*.

Todo o período do governo Torres foi convulsionado pelas iniciativas das massas radicalizadas. Aldo Durán Gil (2003, p. 61) considera que a conjuntura dos anos 1970 e 71 condensou várias crises: do exército, do nacionalismo revolucionário, do sistema político e Estado Populista, e o germe de uma crise revolucionária próxima de uma situação de duplo poder e em que havia a possibilidade real de tomada do poder pelo proletariado. O autor elenca algumas destas ações: No movimento operário, a COB conquista a reposição dos salários congelados desde 1965; a readmissão dos trabalhadores demitidos durante a ditadura de Barrientos; e a reversão de contratos predatórios com a mineradora norte-americana MMC. Os mineiros tomam várias minas estatais e privadas. Trabalhadores da imprensa colocam sob controle operário o principal jornal conservador, *El Diario*. No campo, proliferam as ocupações de fazendas no oriente do país, onde se concentravam os latifúndios. A juventude, sobretudo universitária, se manteve nas ruas contra a embaixada norte-americana e fez com que o governo

expulsasse os “Corpos de Paz”. Nas universidades de todo o país, os estudantes impuseram a autonomia universitária. Os grupos armados, oriundos da pequena burguesia, promoveram sequestros de empresários e atentados contra a grande propriedade. No seio do exército, tropas e suboficiais lançam manifestos denunciando a opressão e despotismo da cúpula militar (DURÁN GIL, 2003, p.79). Esta fração do exército, autodenominada *Vanguardia Militar do Povo* compareceu como simpatizante da Assembleia Popular e da luta pelo socialismo.

O bloco no poder que estava desorganizado em meio à crise de hegemonia de 1969 a 1971 é reunificado por meio da ação do Exército. Forma-se a Frente Popular Nacionalista (FPN), que agrega o MNR-Estenssoro, a Falange Socialista Boliviana (FSB), a Confederação de Empresários Privados da Bolívia (CEPB) e uma facção nacionalista militarista conservadora. Assim, a FPN unifica o capital estrangeiro e as classes dominantes do país e busca mobilizar camadas da pequena-burguesia, que chegou a sair às ruas, em sinal de apoio após o golpe. Para combater a “iminente comunização da Bolívia” a CEPB financia grupos armados de direita, como o Exército Cristão Nacionalista, que participaram ativamente do golpe. Caso as massas conseguissem debelar o golpe, havia um plano das classes dominantes bolivianas com apoio norte-americano e das ditaduras do Brasil, Argentina e Paraguai de se entrincheirarem na cidade de Santa Cruz de la Sierra para criar uma república separatista (DURÁN GIL, 2003, p.80).

Aldo Durán Gil apresenta os fatores que explicariam a presença da oligarquia de Santa Cruz na derrubada do governo Torres, papel que persistiu no primeiro mandato de Evo Morales com o movimento separatista da “Media Luna”.

- 1) Trata-se da região do país onde se concentra a grande propriedade fundiária, cuja classe é denominada no jargão boliviano “oligarquia cruceña” da qual surgiu uma fração burguesa agroindustrial (uma das frações da burguesia interior), esta fração liderou a luta política do conjunto da classe fundiária no interior do bloco dominante, luta essa que aparece sob a forma de regionalismo e separatismo; 2) o grande capital financeiro americano – frações de capital articuladas às companhias petrolíferas, sob a égide da Gulf Oil, detentora do monopólio do petróleo boliviano desde 1956 – buscou apoio político no

conjunto das classes proprietárias da região para manter seu monopólio e a induziu, através da promessa de outorga de alguns “benefícios econômicos (aumento dos impostos petrolíferos que ficariam na região, fornecimento de gás gratuito para a cidade etc.), a aprofundar as práticas regionalistas dessa classe contra o governo central. Por seu turno, as frações do capital bancário americano (Banco de Boston, Bank of America, com o apoio do BID, ADELA e USAID) também buscaram apoio político dessas classes para incentivar a criação de um polo agrícola capitalista voltado para a exportação na região (DURÁN GIL, 2003, p. 62)

Com a desorganização do bloco no poder, entre 1970 e 1971, a burguesia agroindustrial de Santa Cruz passará a representar ideologicamente o bloco dominante. Quando este se reorganiza, esta fração tentará manter sua posição hegemônica, considerando sua participação na derrubada de Torres. Foi nesta região em que ocorreram mais invasões de fazendas. A fração fundiária se via ameaçada pela ascensão do movimento operário, que tentava erguer a Assembleia Popular local. Após La Paz, Santa Cruz foi onde se viu um maior avanço do movimento operário, o que se refletiu na resistência ao golpe, e também às baixas nos confrontos, com estimativas conservadoras de 50 mortos e 200 feridos na cidade (DURÁN GIL, 2003, p.63).

O autor aponta que na conjuntura de 1970-1971 condensaram-se várias crises e com o golpe de Banzer o sistema político populista e a Assembleia Popular foram destruídos, em um contexto de intensa luta de classes que beirava uma guerra civil. O objetivo do golpe seria o mesmo do de 1964: desmobilizar e liquidar politicamente o movimento operário e concretizar a hegemonia política do capital financeiro norte-americano em associação com o capital mineiro-exportador. Tais objetivos já eram anunciados no Relatório Rockefeller, de 1969 (*apud* IANNI, 1977, p. 295), que mostrava a “inviabilidade” dos regimes democráticos no subcontinente.

Ante o apoio do MNR ao governo militar de Hugo Banzer, Guillermo Lora aponta o papel do nacionalismo no golpe preventivo contra o processo de avanço da luta proletária:

Não é uma ironia da história que Banzer tenha se apoiado no MNR e na Falange, ou sem alguns setores destes. NÃO. Na realidade, esse golpe conforma o próprio ciclo nacionalista. Trata-se da submissão aos interesses do imperialismo (o ciclo nacionalista se inicia quando suas expressões político-partidárias propõem atrevidamente a luta contra a metrópole e conclui quando o nacionalismo, por medo do proletariado, se transforma em instrumento obsequioso do imperialismo). O gorilismo é somente um ponto desta última etapa do processo nacionalista (LORA, [1979], 2000, p. 460).

Ao longo da Assembleia Popular, vemos mais uma vez um espaço em que se confrontaram o programa marxista e o programa nacionalista. Por mais que houvesse vários delegados filiados ou simpatizantes do MNR e o próprio Lechín, que encarnou a política de conciliação de classes, foi criticado, mas voltou a ser eleito como presidente da Assembleia Popular, o programa que estava sendo colocado em prática, desta vez, era aquele que se originou nas Teses de Pulacayo, de 1946, aquele que se alimentava dos combates do proletariado internacional por sua emancipação. Como o nacionalismo não conseguiu conter as massas, seja pela via sindical ou pela via do presidente, o militar nacionalista Juan José Torres, o MNR compôs a preparação do golpe e apoiou o governo ditatorial e sanguinário de Banzer. A sequência de atuação do MNR, como o partido que iniciou as reformas neoliberais e os mais duros ataques às conquistas da Revolução Nacional de 1952, foi de total capitulação ao imperialismo. A tese de Guillermo Lora é a de esta é a trajetória que os governos nacionalistas e reformistas percorrem. Sob a fase imperialista, não há espaço para a emancipação nacional dirigida por uma ala nacionalista da burguesia. Sob a etapa de decomposição do capitalismo, não há espaço para governos reformistas. As concessões são circunstanciais e transitórias, e o pouco que é conquistado e mantido se deve à permanente mobilização e iniciativa das massas exploradas.

2.4 DEBATE TEÓRICO SOBRE O CONCEITO DE BURGUESIA DE ESTADO

A intervenção do Estado na economia caracteriza o chamado capitalismo de Estado, conceito bastante presente na caracterização dos governos

nacionalistas das décadas de 1940 e 1950 e que ressurge na caracterização dos governos latino-americanos que se identificam como pós-neoliberais e que reeditam de forma caricaturizada algumas medidas nacionalistas. Camadas vinculadas à burocracia estatal, apoiadas nos setores nacionalizados da economia, acabam ascendendo socialmente, o que leva alguns autores a utilizarem a categoria de “burguesia de Estado”. Tal caracterização tem consequências políticas na medida em que pode desembocar na caracterização de que um novo modo de produção, chamado de tecnoburocrático, teria emergido. Para analisar a validade destas noções teóricas para o estudo de nosso objeto, apresentamos algumas reflexões sobre o tema.

Inicialmente, é preciso demarcar que a intervenção do Estado na economia não é uma novidade ou exclusividade dos governos nacionalistas. Na acumulação originária, o poder do Estado foi colocado a serviço da transformação do modo de produção feudal em capitalista. Para separar os produtores diretos dos meios de produção, criou as leis de cercamento de terras comunais, estabeleceu severas punições à “vagabundagem”, estabeleceu o salário máximo que poderia ser pago, transformou a base fundiária em mercadoria e separou a agricultura e indústria, criando o mercado interno. Junto com isto, o sistema de crédito público, iniciado em Gênova e Veneza, apoderou-se de toda a Europa. A dívida pública alavancou a acumulação primitiva, transformando dinheiro improdutivo em Capital e beneficiando o que Marx chamava de “bancocracia”, uma vez que os bancos se apropriavam do tesouro do Estado e emprestavam este mesmo dinheiro ao próprio Estado, ficando como eternos credores (Cf. MARX, 1985b).

Na fase concorrencial, Engels destaca a atuação do Estado voltada à manutenção das condições externas da produção. Ante as crises de superprodução, a burguesia mostraria sua incapacidade de administrar as forças produtivas. Quando grandes organizações da produção e transporte se transformam em Sociedades Anônimas ou propriedade do Estado, a burguesia deixa de ser imprescindível. “Todas as funções sociais dos capitalistas já são desempenhadas por empregados assalariados” (ENGELS, 2003, p.275). Mesmo com esta transformação, permanece a propriedade do Capital sobre as forças produtivas.

O Estado moderno, qualquer que seja sua forma, é uma máquina essencialmente capitalista, um Estado dos capitalistas: o capitalista total ideal. Quanto mais forças produtivas ele próprio assume, mais se faz capitalista total, e quanto mais cidadãos explora. Os operários continuam sendo assalariados, proletários. Não se supera a relação capitalista, mas sim, na verdade, se exacerba. No ápice, porém, se produz a mutação. A propriedade estatal das forças produtivas não é a solução do conflito, mas já carrega em si o meio formal, o mecanismo da solução (ENGELS, 2003, p.276).

Segundo Engels, a estatização é progressiva quando decorre de um fato inevitável economicamente e se converte em um estágio prévio à posse de todas as forças produtivas pela própria sociedade. Nem por isso, no entanto, é uma medida socialista, sendo adotada por diversos governos burgueses.

Na etapa monopolista, o Estado se volta para a acumulação capitalista e estabilização do ciclo econômico, com financiamentos, políticas voltadas ao estímulo ao consumo, nacionalizações e empresas públicas (MUTTI e SEGATTI, 1979, p.12). Nesta fase do capitalismo, a intervenção estatal procura amenizar os efeitos da Lei tendencial da queda da taxa de lucro, em que o capital encontra dificuldades cada vez maiores em se valorizar, necessitando a ação do estado no aumento da exploração intensiva da força de trabalho, intervindo na pesquisa sobre ciência e tecnologia, sobre a produtividade da força de trabalho e na gestão de setores altamente tecnologicizados. Nos momentos de crise estrutural, o Estado age para controlar o ciclo e estimular o desenvolvimento industrial (medidas anticíclicas). O New Deal, o nazi-fascismo e o keynesianismo são formas históricas desta intervenção estatal na economia. O salvamento de empresas e bancos por parte dos Estados com a crise de 2008 é um exemplo mais recente.

Ante a intervenção estatal na economia, Mutti e Segatti apresentam o debate sociológico que teria no keynesianismo uma visão otimista da economia mista, ao considerar o Estado como neutro; enquanto a corrente que teorizou o advento da tecnocracia ou modo de produção tecnocrático teriam uma visão pessimista, que exprimiria a preocupação conservadora com o fim do capitalismo concorrencial e o Estado liberal.

A ação do Estado, porém, não se volta exclusivamente para a fração hegemônica, uma vez que tem de garantir a reprodução do capital, ainda que atinja momentaneamente interesses da fração dominante. Tal elemento é importante para entendermos a ascensão de Evo Morales, por exemplo, eleito em um momento de crise política, em que o sistema político estava ameaçado o que poderia abrir para uma via perigosa de perda de legitimidade perante as massas.

Ao analisar as intervenções econômicas do Estado é necessário que estas sejam colhidas nos seus dois momentos fundamentais e dialeticamente unitários: o momento que mais diretamente exprime o apoio ao capital monopolista e o momento de mediação dos interesses lesados ou marginalizados pela intervenção em favor do capital monopolista (MUTTI e SEGATTI, 1979, p.13).

Os autores italianos diferenciam também as esferas de atuação do Estado. Na circulação, mercado e sistema de crédito, com a política fiscal, de redistribuição de renda, transferência de riquezas e compras públicas; nos bens de capital, com a política aduaneira, política de créditos, subvenções e agilização fiscal em favor de empresas e compras públicas; na produção: com a política de pesquisa, ciência e tecnologia e incremento da produtividade do trabalho por meio da qualificação escolar e profissional e serviços sociais.

Ao agir mais diretamente como empresa pública, a estatal pode ser complementar ou substituir a empresa privada em setores que o capital privado não tem interesse em investir, como setores de base e infraestrutura. Quando acaba concorrendo com o setor privado, leva a conflitos. Se estes forem temporários, não há mudanças efetivas no bloco no poder.

Se ao contrário, tais conflitos perduram e tendem a fixar-se como contradições estruturais do sistema, isso pode ser indicativo de transformações significativas do bloco no poder e, no limite, da forma de Estado capitalista (MUTTI e SEGATTI, 1979, p.14).

Assim, em determinados momentos o Estado age em benefício ao médio capital ou até mesmo em relação o proletariado, com reformas sociais. Os autores descartam, porém, que as medidas de “correção” das leis de mercado possam colocar em risco as bases do sistema, contrariando a expectativa de um intervencionismo estatal “antimonopolista” (1979, p.15). Vemos que esta expectativa, ou melhor, ilusão, aparece em alguns teóricos que analisam o processo venezuelano, adotando a definição de capitalismo de Estado ao mesmo tempo como “herança” da Quarta república e como antessala do socialismo de Estado.

Marianela Acuña Ortigoza retoma a definição do capitalismo de Estado como a “transformação das empresas capitalistas privadas em empresas estatais para acelerar o processo de reprodução capitalista” (*tradução nossa*). Na etapa imperialista, transforma-se em Capitalismo Monopolista de Estado, unindo os maiores monopólios com o aparato estatal e subordinando o Estado aos monopólios, para explorar ao máximo os trabalhadores.

Foi esta a forma de Capitalismo de Estado instaurada na Venezuela a partir da adoção do modelo de substituição de importações de finais dos anos 50 do século XX. O Estado venezuelano em associação com o capital nacional e transnacional, se fez dono ou sócio majoritário de empresas ou atividades econômicas, porém não com a finalidade de contribuir com a equidade na distribuição do produto social, mas sim para fortalecer a acumulação e a apropriação privada do excedente econômico dos grupos que sustentados em seu poder econômico ascenderam ao controle do poder político (ACUÑA ORTIGOZA, 2008).

Para a autora, o melhor exemplo seria a formação da PDVSA a partir da nacionalização de 1975, como uma transnacional que tinha como missão produzir petróleo e ser competitiva no mercado mundial, assim como a Exxon Mobil. Ortigoza diferencia este processo das nacionalizações de Chávez, que teria como função socializar a propriedade e gerar mais valia social. Mesmo tendo como objetivo a rentabilidade econômica, as estatais seriam articularem em seu entorno a formação dos trabalhadores, a proteção de suas famílias e o “compromisso social” com o país. Segundo o então presidente Hugo Chávez:

Começamos a transformar as empresas Capitalistas de Estado em companhias sociais, para que se convertam em instrumentos de construção do socialismo. Desde a PDVSA – que é a maior – até as menores (*apud* PRENSA PRESIDENCIAL, 2007).

A autora venezuelana endossa uma concepção de transição ao socialismo pelo alto, via Estado em que as estatais seria “instrumentos de construção da nova estrutura produtiva que substitua o Capitalismo de Estado”, conjugando o esforço produtivo com uma distribuição equitativa da riqueza produzida. “Somente assim se abrirá o caminho para a construção do socialismo”, conclui, desconsiderando a concepção marxista sobre o Estado, a revolução, e as experiências desta natureza já realizadas no subcontinente latino-americano (como o Governo de Salvador Allende, da Unidade Popular) e no mundo, com as frentes populares e governos da socialdemocracia.

Por meio do aporte dos autores apresentados, observamos que a intervenção estatal na economia pode ter um caráter progressivo, na medida em que centraliza meios de produção nas mãos do Estado, o que pode ser um elemento de aproximação da transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Porém, nos marcos do sistema capitalista, a propriedade estatal continua subordinada aos interesses das classes dominantes. As medidas que favorecem as classes e camadas dominadas, em geral, atendem à necessidade de garantir a reprodução do modo de produção como um todo, mantendo a coesão social e legitimidade do sistema político.

Neste processo, novas camadas, oriundas da pequena burguesia e vinculadas à burocracia estatal ascenderam economicamente. Seja a “boliburguesia” [burguesia bolivariana] na Venezuela, ou a burocracia sindical que passou a administrar fundos de pensão no Brasil, que Francisco de Oliveira caracterizou como uma nova classe social. Na análise destes processos, a partir da elaboração de Poulantzas, alguns autores têm utilizado a categoria de “burguesia de Estado”, termo que problematizaremos neste subcapítulo.

Inicialmente, é importante demarcar que o surgimento da burocracia é decorrente da divisão social do trabalho, com a separação entre o poder econômico e a direção política. Tal cisão leva Hegel, por exemplo, a apresentar os funcionários do Estado como a classe que encarna o universal (HEGEL, 1997, p. 279) enquanto a sociedade civil encarnaria os interesses particulares. Marx, na crítica ao direito de Hegel mostra que o Estado, e a burocracia estatal, também são atravessados pelas contradições presentes na sociedade civil, ou seja, pelo antagonismo de classes (cf. MARX, 2010).

O marxista greco-francês Nicos Poulantzas, no capítulo *A Posição Marxista e a Questão da Atribuição de Classe do Aparelho de Estado*, do livro *Poder político e classes sociais*, afirma que não há um pressuposto, na concepção marxista, de que a classe dominante concentre as funções políticas em suas mãos. O livro *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* (MARX, s/d) é o que melhor demonstra que a relação entre poder político e econômico não é nem mecânica e nem automática, conforme se verifica ao reconhecer a autonomia relativa do Estado. Neste sentido, a burocracia, que coloca em funcionamento as instituições do poder político, é uma categoria específica dentro do aparelho de Estado, formada por classes ou frações de classe de onde os membros da administração são oriundos. Poulantzas apresenta, porém, que as funções econômicas do Estado poderiam atribuir à burocracia um lugar específico nas relações de produção.

O caso particular que pode, por vezes, apresentar-se quanto a este ponto é aquele cujo exemplo nos é oferecido pela *burguesia de Estado* de certos países em vias de desenvolvimento: a burocracia pode, por meio do Estado, constituir para si um lugar próprio nas relações de produção existentes, ou mesmo em relações de produção ainda-não-determinadas. Contudo, não constitui então uma classe enquanto burocracia, mas sim enquanto classe social efetiva (POULANTZAS, 1986 [1968], p. 330).

Poulantzas define a burguesia de Estado como a burocracia, oriunda da pequena burguesia, que ascende e ocupa o lugar da velha burguesia. Vejamos esta passagem de *Fascismo e Ditadura*:

Por vezes acontece que, nos casos de “ditadura” em que a pequena burguesia funciona como força social e como classe reinante, se assiste a um processo de *substituição*, relativa mas também algumas vezes radical, da antiga burguesia por membros da pequena burguesia. Estes constituem-se então em *nova classe burguesa*. Este processo segue, na maior parte das vezes, o da *burguesia de Estado*. Por uma expropriação da antiga burguesia e por nacionalizações maciças, por um lado, por intermédio da sua dominação no aparelho de Estado, por outro, a “cúpula” pequeno-burguesa deste aparelho chega a substituir a antiga burguesia (POULANTZAS, 1978b [1971], p.272).

Já o filósofo político francês Étienne Balibar considera que não há especificidade neste trajeto de setores da burocracia/pequena-burguesia se constituírem como burguesia a partir do Estado. O que, ao nosso ver, é mais um elemento que inutiliza tal noção de burguesia de Estado em vez de reforçá-la.

Parece-me que se pode sustentar que qualquer “burguesia” é, no sentido estrito da palavra, uma “burguesia de Estado”. Quer dizer, a classe burguesa não se apodera do poder do Estado *depois* de ter se conformado como uma classe economicamente dominante, mas ao contrário ela se torna dominante a partir do ponto de vista econômico (e social, cultural) na medida em que desenvolve, utiliza e controla o aparelho de Estado, transformando-se e diversificando-se para poder fazê-lo (ou fundindo-se com os grupos sociais que se ocupam do funcionamento do Estado: militares, intelectuais). [...] Tudo isto não significa que a burguesia se forme independentemente da existência do capital, ou de empresários capitalistas, mas que a unidade dos capitalistas, a conciliação de seus conflitos de interesses, a realização das funções “sociais” das quais devem se ocupar para dispor de uma mão de obra explorável, seriam impossíveis sem a mediação constante do Estado (BALIBAR, 1991, p. 265-266, *tradução nossa*).

Sávio Cavalcante, em sua tese sobre as classes médias, considera que a separação dos trabalhadores diretos dos meios de produção e a acumulação e a atribuição a indivíduos específicos em instituições estatais da organização das unidades produtivas leva alguns autores a utilizarem o termo burguesia de Estado. O português João Bernardo é lembrado pela sua noção de “gestores”, como uma nova classe. Outros consideram a existência de uma nova burocracia.

Independentemente da opção terminológica, o que importa é notar que essa classe dominante existe em razão da reprodução do capital, ou seja, ainda que possa estar inserida no corpo burocrático estatal, ela tem vinculação direta com o processo produtivo, por meio do controle dos recursos necessários à produção e da reprodução da divisão técnica do trabalho. Enfim, assim como o próprio capitalismo nas regras do “mercado” já apresenta uma modificação substancial interna à burguesia, a variação estatizada provocaria uma transformação adicional aos agentes do capital (o que inclui, é certo, a classe média assalariada) sem afetar as relações de produção capitalista (CAVALCANTE, 2012, pp. 334-335).

Aldo Durán Gil, em sua tese sobre a instabilidade política do Estado militar boliviano de 1971-78, não desenvolve teoricamente o que considera como burguesia de Estado, mas utiliza o termo, sobretudo para compreender o ciclo conduzido pelo MNR, a partir da Revolução de 1952. Durán Gil apresenta uma definição bastante ampla que identifica a burguesia de Estado com os quadros técnicos preparados oriundos de camadas médias urbanas (2003. p.89). Gonzalo Rojas, em seu projeto desenvolvido no Grupo Práxis, divide os países latino americanos em três grupos, de acordo com a fração de classe que teria sido fortalecida no bloco no poder ao longo do que ele nomina como “governos pós-neoliberais”. Um destes grupos se caracterizaria pela burguesia de Estado, categoria que o autor não adota plenamente, mas define a partir de Mutti e Segatti.

Venezuela e Bolívia, países com um baixo desenvolvimento capitalista e uma riqueza baseada nos recursos naturais, petróleo e gás, assistiram a uma tentativa de formação de uma nova fração dominante no bloco no poder, que denominaremos, na ausência de um conceito mais adequado, burguesia de Estado. No primeiro caso, emerge impulsionada por uma fração das Forças Armadas que tenta construir o movimento popular e, no segundo, tem como ponto de partida os movimentos sociais, fundamentalmente o camponês-indígena. Em ambos os países, observamos um processo de nacionalizações e de empoderamento do Estado com o objetivo de obter um novo modelo produtivo, enquanto é promovida a “cidadanização” das massas populares (ROJAS, 2015, pp.6-7).

Indo diretamente a Mutti e Segatti, no livro *A burguesia de Estado*, encontramos um esforço em sistematizar o conceito que dá o nome ao livro e utilizá-lo como ferramenta analítica para compreender o Estado italiano sob o fascismo e o pós-guerra. Os autores definem a burguesia de Estado como uma fração da burguesia que se constitui inicialmente no plano político para depois se constituir no econômico. Para ser considerada como tal, deveria combinar a função genérica de controle dos meios de produção com “verdadeiras funções empresariais”. Este processo levaria a mudanças no bloco dominante.

[...] contradições no seio do bloco no poder, induzidas pela luta de classes nos países capitalistas, podem em *certos contextos específicos* aumentar de tal modo a autonomia relativa do Estado, e o caráter qualitativamente novo de suas intervenções na economia, a ponto de criar as condições para a *emergência de uma verdadeira burguesia de Estado como fração autônoma de classe no seio do bloco dominante dos países capitalistas*. (MUTTI e SEGATTI, 1979, p.8)

Mutti e Segatti apresentam um conceito restrito, que exclui as classes médias e categorias burocráticas em geral, e considera os casos em que o aparelho estatal – alguns setores deste aparelho ou seus agentes – seria colocado *no lugar* do capital, seja o capital industrial, comercial, bancário, de serviços, etc., independente de ser monopolista ou não. A análise do livro se centra em situações de estreita relação entre aparelhos de Estado e empresa pública, o que “garante a tais aparelhos o exercício das funções da propriedade econômica e da posse (ou direção) dos meios de produção” (MUTTI e SEGATTI, 1979, p.8).

Para ser considerada burguesia de Estado, a fração em questão deve “manifestar uma estratégia econômica, uma linha de comportamento econômico-produtivo minimamente coerente e decifrável” (MUTTI e SEGATTI, 1979, p.20). Agir como uma força social, para os autores, significa atuar como uma classe autônoma politicamente e ideologicamente unificada. O que levaria a produzir efeitos pertinentes na formação social. Os efeitos pertinentes mais relevantes da burguesia de Estado se dariam no plano-político-ideológico, com a formação de

uma ideologia que combinaria um componente assistencial-social e outro tecnocrático-eficientista.

A definição dos autores imporia a seguinte passagem lógica:

1) a individualização das formas qualitativamente novas da intervenção estatal na economia na fase do capitalismo monopolista e, em particular, na fase atual; 2) a explicitação do modo pelo qual essas formas de intervenção se configuram nos vários elos da cadeia imperialista; 3) a avaliação do grau de irreversibilidade desses processos e de suas causas subjacentes; 4) a explicitação, enfim, das condições econômicas, políticas e ideológicas que, com base na cadência específica da luta de classe, originam uma intervenção do Estado na economia tão particular ao ponto de levar à formação de uma burguesia de Estado como fração autônoma de classe (MUTTI e SEGATTI, 1979, pp. 11-12).

O contexto de atraso econômico, em que a burguesia autóctone é fraca, para Mutti e Segatti, favorece que os setores administrativos (como o partido e burocracia) se constituam como burguesia de Estado para poderem controlar o fundo público. Notemos que Mutti e Segatti não colocam um sinal de igual entre a burguesia de Estado e a burocracia estatal. Para esta diferenciação, é importante retomarmos o debate sobre o capitalismo de Estado.

Helena Hirata, em “Capitalismo de estado, burguesia de Estado e modo de produção tecnoburocrático” faz crítica bastantes pertinentes ao uso da noção de “burguesia de Estado” que levaria à criação conceitual de um novo modo de produção tecnoburocrático. Perde-se assim a distinção entre posse e direção do aparelho produtivo. Hirata analisa a extensão do conceito a países “subdesenvolvidos” da África e América Latina, em que “a participação do Estado na esfera produtiva é importante e onde a burocracia é uma das únicas camadas organizadas da sociedade” (1980, p.52). Ou seja, ainda que discorde dos conceitos, eles tentam explicar um fenômeno real provocado pela fraqueza ou inexistência de uma burguesia nacional, o que leva a burocracia estatal a “dispor de um poder fundado na importância do setor produtivo do Estado” (HIRATA, 1980, p.52).

Hirata destaca que quando se abdica da concepção marxista de classes sociais, que parte da propriedade (da terra, dos meios de produção ou da força de trabalho) e passa-se a considerar a definição de classe a partir da função *dirigente* ou não de uma determinada categoria, funda-se uma *nova teoria do Estado*. Pois se dissocia o que seria a propriedade jurídica (Estado) da propriedade efetiva (burocracia). A autonomia relativa do Estado é levada a uma autonomia quase que total da burocracia perante o capitalismo privado. Hirata retoma como pressuposto a consideração do capital como uma relação social, seja ele privado ou estatal. Sendo assim, este capital, que não é meramente uma massa de riquezas, contém o conceito de capitalista, tanto individual como coletivo (HIRATA, 1980, p.56). A separação entre capital privado e capital de Estado seria separada a ponto de fazer da burocracia pública uma nova classe, quando trata-se de suas formas no processo de valorização do capital. Mesmo que o Capital pertença ao Estado, no nível da reprodução social, isto consiste na sanção do poder do capital por parte do Estado. “Controlar sem se apropriar dos meios de produção sob a forma valor significa ser limitado pela natureza de classe do Estado” (HIRATA, 1980, p.57).

A noção de burguesia de Estado pressupõe que burocracia estatal seja analisada isoladamente, à margem do processo de valorização do capital. Se a análise for capaz de relacionar a burocracia com a análise do valor as conclusões serão outras:

[...] assim veremos que a burocracia de Estado, mesmo se ela toma certas decisões em matéria de investimento, de orientação dos recursos ou de fixação dos preços, tem um poder de decisão limitado pela presença, ao nível da estrutura produtiva, ao lado do capital de Estado de cuja gestão se ocupa, dos capitais privados nacionais e internacionais cuja existência desenha demarcações precisas quanto ao *terreno de investimento de cada agente do capital* (HIRATA, 1980, p.58).

Helena Hirata apresenta que a autonomia relativa do Estado perante a classe dominante não significa nenhuma neutralidade, mas sim “a expressão dos interesses do capital total em oposição aos interesses particulares das unidades de capital” (1980, p. 58).

A primeira delas é que o capitalismo de Estado não pode ser um modo de produção dominante, seja sob o modo de produção capitalista, em sua fase imperialista, ou nos processos de transição entre o capitalismo e socialismo. Porém, este modo de produção convive com outros e sua presença varia de acordo com o desenvolvimento e solução capitalista das crises econômicas mundiais que se eclodem de tempos em tempos, expressando os choques entre as forças produtivas e as relações de produção, assim como com as fronteiras nacionais.

Nos países semicoloniais, a presença do Capitalismo de Estado é ainda mais sentida ante a debilidade das burguesias autóctones, transferindo ao Estado funções que o capital privado não tem interesse em conduzir diretamente. Isto leva alguns autores a exagerarem a autonomia da burocracia estatal, a ponto de considerá-la como uma nova classe, a burguesia de Estado. A forma imprecisa como esta noção é utilizada na caracterização do bloco no poder, como uma fração de classe reinante, leva a confusões. Parece-nos que o mais adequado é continuar a considerar que quando a classe dominante abre mão do exercício direto do poder político, o que caracteriza o bonapartismo, não se altera o fato de que o caráter de classe do Estado permanece burguês.

Tal debate é elucidativo para tratarmos das nacionalizações promovidas pelos governos pseudo-nacionalistas que ascenderam na América Latina apresentando-se como aqueles que fariam a ruptura com o neoliberalismo, sem romper com o capitalismo. Assim como das medidas de distribuição de renda e fortalecimento de uma burguesia interna por meio de subsídios, créditos e outras formas de intervenção estatal na economia.

O conceito de capitalismo de Estado nos parece ser, de fato, uma expressão da realidade. Ao mesmo tempo, parece-nos equivocado confundir capitalismo de Estado com socialismo, como o fazem aqueles que teorizam o socialismo do século XXI e o socialismo andino ou comunitário, atualmente. Ou aqueles que alimentaram ilusões quanto “socialismos” africanos (HIRATA, 1980, p.53) a partir dos governos decorrentes dos movimentos de libertação nacional.

Porém, a noção de “burguesia de Estado” nos parece dispensável, por trazer mais confusões ao debate. Se há alas da burocracia que se convertem em frações burguesas, as chamaremos pelo nome da fração burguesa correspondente: industrial, bancária, comercial, agrária, etc, ainda que ao apresentá-la possamos relacionar seu surgimento desta fração com os negócios estabelecidos a partir do interior do Estado.

* * * * *

Após este percurso histórico e teórico em que apresentamos o desenvolvimento dos acontecimentos relevantes para compreendermos a Assembleia Popular, assim como debates teóricos pertinentes à compreensão do tema, passaremos à análise da Assembleia Constituinte.

3. A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Tratando de mostrar os nexos e descontinuidades entre a experiência da Assembleia Popular e a Constituinte, é importante observar as mudanças na presença do movimento operário na cena política e o protagonismo crescente do movimento indígena. As lutas indígenas e camponesas (estas identidades se alternaram) foram constantes na história boliviana, com interrupções em momentos em que houve pactos entre militares e camponeses (incluídos setores indigenistas). Desde a década de 1960, há uma retomada do movimento camponês e indígena na cena política, fortalecida com os intelectuais que fundam a corrente katarista¹³, que se projeta no final da década de 1970, com rupturas de setores significativos com o pacto militar-camponês. Esta influência se acentuará após 1986, com o fechamento das minas estatais, o que significou um grande golpe contra o núcleo da classe operária no país, os mineiros.

O Decreto Supremo 21237, de 1986 significou a demissão de milhares de trabalhadores. Arturo Crespo (2009) apresenta que, de um total de 30.174 trabalhadores, 24.755 foram demitidos. Se acrescentarmos os dados sobre os trabalhadores da mineração pequena e média, o número de demitidos chega a 35.198.

A Central Operária Boliviana (COB) convocou uma marcha com mineiros e familiares, que deveria atravessar o país. Porém, no caminho de Oruro a La Paz foi reprimida e interrompida. O fechamento das minas e a “marcha por la vida” são um marco na história boliviana, com um nítido enfraquecimento dos mineiros e suas representações sindicais e políticas.

¹³ O katarismo desenvolveu-se a partir do pacto-militar camponês, com a defesa do controle dos recursos naturais dos povos originários. O nome desta corrente indigenista refere-se a Tupac Katari, que liderou rebelião contra os colonizadores espanhóis no final do século XVIII. A ascensão do katarismo marca o declínio do sujeito “proletário mineiro”. É uma corrente político-ideológica de valorização étnico-cultural, que levou ao fortalecimento de novas lideranças do sindicalismo camponês/indígena e atuação nos grandes centros urbanos.

Foto 11 – Marcha pela vida, 1986



Fonte: Arquivo La Razón

Segundo o ex-ministro de mineração e metalurgia, Jorge Espinoza Morales,

A realocização alterou completamente a estrutura da força de trabalho na mineração nacional, incrementando paulatinamente o número de cooperativistas de 28.649 em 1985 a 65.890 em 2010 segundo dados do Ministério de Mineração e Metalurgia. Seu número, sua não dependência patronal e sua presença em grande parte do país especialmente na zona altiplánica, lhe deram uma força social e política que é muito temida e tomada em conta por todos os governos desde a década de 1990. Ademais das muitas medidas de fomento que conquistaram, atualmente têm presença nos poderes executivo e legislativo. Por outro lado, a força laboral se reduziu notavelmente na Comibol, na mineração pequena e em menor medida na mineração média. Em 2008 havia 4.950, 2.240 e 5.138 trabalhadores

respectivamente, que variou pouco até hoje [2011] (MORALES, 2011, *tradução nossa*).

García Linera¹⁴, na introdução do livro *Sociología de los movimientos sociales en Bolivia*, analisa que o retorno à democracia representativa, em 1982, marcou o ciclo de agonia do movimento operário. Combina em sua análise a intervenção de fatores como a reestruturação produtiva, o fechamento das grandes minas, a modificação na composição técnica do trabalho que fragmentou a classe, antes bastante concentrada, e a queda brusca na sindicalização, que cedeu espaço à competição entre trabalhadores. Linera, porém, considera que este “ocaso” foi fruto do corporativismo que não ultrapassaria os limites das reivindicações dentro do Estado de bem-estar e do uso instrumental das liberdades democráticas. As experiências de auto-organização, de aprovação de programas revolucionários para o movimento operário e as tentativas de superar o capitalismo são simplesmente apagadas da história. Tanto que, no mesmo livro, a Assembleia Popular é descrita como a Assembleia de Torres, como se houvesse sido uma iniciativa governamental. Independente da valoração sobre a Assembleia Popular, dizer que era “de Torres” mostra uma deliberada intenção de distorcer os fatos históricos.

Mais que um desprezo pela representação liberal, o que caracterizou o movimento operário foi uma memorável incapacidade para se projetar como soberano. Podia ser o mais intransigente e épico opositor ao autoritarismo estatal, mas sempre pressupondo sua qualidade de súdito, insolente e audaz, que tem por cima dele alguém a quem interpelar, demandar ou exigir (GARCÍA LINERA, 2010, p.14, *tradução nossa*).

¹⁴ Álvaro Marcelo García Linera é vice-presidente da Bolívia desde 2006, acompanhando os três mandatos de Evo Morales. A primeira opção de Evo era ter como vice um empresário nacional. Porém, viu em Linera uma “ponte” entre os camponeses e indígenas e as classes médias urbanas. Nos cartazes da campanha eleitoral de 2005, era apresentado como “um homem que sabe” (STEFANONI, 2010, p.11). Nos anos 1990 participou da guerrilha indigenista, compondo o Exército Guerrilheiro Túpac Katari (EGTK). Ficou preso sem julgamento por cinco anos, de 1992 a 1997, acusado de insurreição e terrorismo. Na prisão estudou autodidaticamente sociologia. Fora dos cárceres, junto com Luis Tapia, Raúl Prada e Raquel Gutiérrez, entre outros, formou o grupo acadêmico Comuna, propondo-se a combater a ideologia neoliberal. Hoje este grupo se desfez e Linera é criticado pelos antigos companheiros. Trabalhou como docente universitário na UMSA. Comparece como intelectual que elabora a estratégia política do governo. Define-se como um “marxista seduzido pela insurgência indígena”. Seu pensamento se modifica bastante a longo do tempo, a exemplo da passagem de uma posição autonomista anterior, que atualmente chega à defesa hegeliana do Estado como síntese da vontade geral (STEFANONI, 2010, p.22).

Ao analisar as revoltas a partir do ano 2000, Linera aborda o impacto deste processo de modificações ocorridas no processo e relações de trabalho na reconfiguração da classe operária no país. A característica marcante é a fragmentação em diversos ramos produtivos, a subcontratação, trabalhos em domicílio, sem contrato fixo, que combinam a venda da força de trabalho com trabalhos por conta própria. Mesmo que mais numerosos do que no momento do que na década de 1980, não se repetem as grandes concentrações de mineiros.

Em sua grande maioria tratam-se de operários e operárias jovens, disciplinados/as no individualismo urbano pela escola, a família e os meios de comunicação massivos; a diferença dos antigos operários forjados em um espírito de corpo sindical como garantia de direitos e ascenso social, os jovens operários mineiros, fabris, constructores, petroleiros de hoje, carecem de um horizonte de previsibilidade operária, de estabilidade geográfica e de experiência sindical que dificulta enormemente a formação de uma densificada cultura de unificação e projeção social (GARCÍA LINERA, 2007, pp.58-59, *tradução nossa*).

Simultaneamente a este processo há uma retomada do movimento indigenista, que passa da identificação de classe, presente no sindicalismo camponês que recuperava formas de auto-organização originárias, para a identificação étnica. Segundo Linera,

A maioria destas organizações reivindicavam uma prática e uma memória indígenas, e a partir de uma politização da cultura, o território e as necessidades básicas, desde os interstícios em que haviam resistido à onda da simulação modernizante, começarão a tecer redes de associação territorial, com crescente capacidade de unificação e pressão ante o governo (GARCÍA LINERA, 2010, pp.14-15, *tradução nossa*).

Desta maneira, na década de 1990, serão os camponeses indígenas que se destacarão na resistência às políticas de erradicação do plantio de coca. Este processo de “(re) etnização identitária”, segundo Pablo Stefanoni (2010, p.11), misturará um conteúdo instrumental com desejos genuínos de superar o “colonialismo”.

A própria “indianização” dos cocaleiros, desde os anos noventa, em um contexto de apoio internacional ao “desenvolvimento com identidade”, permite apreciar os usos táticos e estratégicos da etnicidade (algo absolutamente novo na história boliviana): com a identidade operária debilitada ao extremo pela ofensiva neoliberal contra a mineração estatal [...], o índio se converteu em uma identidade popular coesionadora dos setores sociais enfrentados aos efeitos das políticas de livre mercado (mobilizações dos indígenas de terras baixas por seu reconhecimento; guerra da água, 2000; bloqueios aymaras a La Paz, 2000 e 2001; guerras do gás, 2003 e 2005) (STEFANONI, 2010, p.20, *tradução nossa*).

O cenário internacional também se mostrou favorável com a aprovação do Convênio 169 da OIT/1989, com os movimentos de protesto nas comemorações dos 500 anos de “descobrimento da América”, em 1992. Firmou-se, na Bolívia, a aliança entre um setor do movimento katarista e os neoliberais, sintetizados no governo do presidente Gonzalo Sanchez de Lozada (MNR), criado nos Estados Unidos, chamado de gringo por seu sotaque, e Victor Hugo Cárdenas do Movimento Revolucionário Tupac Katari de Liberação (MRTKL), oriundo do indigenismo. Nos discursos governamentais, do período, a defesa da diversidade se colocava contra a perspectiva da igualdade, dos direitos sociais gerais, servindo à destruição de conquistas da revolução nacional de 1952.

Sobre a questão do poder político, Linera (2010, p.20) afirma que o resultado das ações coletivas segue em aberto, podendo servir como regulação dos excessos dos que detém o poder ou como estruturas de poder próprias. Conviveriam no movimento atual as tendências a formas de cogoverno, vindas do movimento operário; de autogoverno, por parte do setor mais radicalizado do indigenismo; mas predominariam as tendências de mera contenção externa do poder existente. Isto levaria os movimentos sociais, de acordo com o sociólogo e vice-presidente, a exercerem um papel de democratização da sociedade.

Ao longo da história boliviana, foram várias as respostas dadas ao chamado “problema índio”. Da exploração em moldes servis, com tributos obrigatórios, à catequização e “civilização”; da bolivianização do índio à indianização da Bolívia. Da autodeterminação à integração ao Estado por meio da

cidadanização. Da identificação de classe como camponeses, com o nacionalismo de 1952, à retomada étnico-cultural mediante autoidentificação, materializada no Censo de 2001¹⁵. Do multiculturalismo dos governos neoliberais ao plurinacionalismo dos governos autodenominados pós-neoliberais.

3.1 CONTEXTO SOCIAL DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Para analisarmos o contexto da Constituinte, é necessário voltarmos brevemente à introdução da política neoliberal no País. Em 1985, as eleições foram antecipadas diante do fracasso político e econômico do governo de Siles Zuazo, fundador do MNR, mas que desde a década de 1980 constituiu a UDP (União Democrática e popular). Conforme expõe Santaella Gonçalves (2013, p. 43), desde 1981, o PIB caía todos os anos e a hiperinflação bateu recordes mundiais, chegando a 20.000% ao ano. Victor Paz Estenssoro, que simbolizava a revolução nacional de 1952 e encarnava a trajetória do MNR, em seu quarto governo (1985-1989) abandona o conteúdo nacionalista e dá uma guinada privatista, implementando um programa radical de reestruturação, a partir do Decreto Supremo 21060. “O programa de governo levado a cabo pelo MNR durante seu novo governo era justamente a política econômica propagandeada pelo partido adversário, o conservador *Acción Democrática Nacionalista* (ADN), do general Hugo Banzer [...]” (SANTAELLA GONÇALVES, 2013, p. 43).

A pesquisadora estadunidense Merilee Grindle, diretora do Centro de Estudos Latino-americanos da Universidade de Harvard, comenta o programa aplicado pelo MNR em 1985.

Grande parte dele, na realidade, [foi] originado no partido rival ADN, que emergiu no final dos anos 1970 como veículo eleitoral de Hugo Banzer Suárez. E o programa de Banzer de 1985 era

¹⁵ No Censo de 2001, primeiro em que se adotou a autoidentificação, 50% da população de La Paz se identificou como aymara e 10% como quechua. Em El Alto, 81% da população se identificou como indígena (INE, 2001).

apenas remotamente relacionado com seu próprio aparato partidário. Foi o produto de um amplo recurso a tecnocratas e conselheiros especiais. [...] Os assessores de Banzer para a política econômica, Ronald McLean e David Blanco, organizou a viagem de um grupo de jovens economistas e empresários para Cambridge, Massachusetts, para discutir os problemas econômicos do país com membros da Faculdade Harvard Jeffrey Sachs, Lawrence Summers, Jorge Dominguez, Oliver Oldham e outros (GRINDLE *apud* SANTAELLA GONÇALVES, 2013, p. 44, *tradução nossa*).

O conteúdo da chamada “Nova Política Econômica” era abertamente privatista e de ataque aos trabalhadores. Combinava fechamento das minas estatais, câmbio flutuante, aumento do investimento estrangeiro direto, substituição de importações e fim das barreiras alfandegárias. Além do congelamento de salários e “enxugamento” do setor público, os mercados deveriam ser desregulamentados e a moeda local desvalorizada, preparando a abertura do país para o capital e comércio internacionais. Rodrigo Santaella (2013, p. 45) destaca entre os impactos sociais a demissão de 23 mil dos 30 mil mineiros, com o fechamento das minas e privatizações. Também perderam seus empregos 10 mil servidores públicos e 25 mil professores do campo. Sem os subsídios estatais o já raquítico setor industrial têxtil e de processamento de alimentos entrou em crise, com o fechamento de 120 fábricas. Os trabalhadores formais passaram a ser acossados pela “flexibilização” da legislação trabalhista e pelo rebaixamento dos salários provocado pelo crescimento da superpopulação relativa. Em um ano, os salários caíram um terço e a alta no preço do gás impactou o custo de vida. Aumentava o trabalho informal, desprotegido. Junto com a precarização e informalidade, veio a dessindicalização e a repressão aos sindicatos. Centenas de sindicalistas e opositores foram sequestrados e retidos ilegalmente em prisões em todo o país.

No sistema eleitoral boliviano, se o candidato não obtém 50% dos votos no primeiro turno, passa por uma eleição indireta no Congresso. Foi por meio desta eleição indireta que Paz de Zamora (1989-1993) foi eleito, mesmo tendo ficado em terceiro lugar em número de votos, com o apoio de Hugo Banzer, o segundo mais votado, para bloquear Gonzálo Sanchez de Lozada, do MNR. Zamora seguiu a linha neoliberal, com a aprovação da lei de privatização em 1992. Seu partido era o

MIR, que teve sua origem como movimento guerrilheiro, mas que depois se incorporou à política burguesa. O governo de Gonzalo Sanchez de Lozada (MNR), de 1993 a 1997, aprofundou as medidas neoliberais. Sua grande realização foi a “lei de capitalização”, um plano de privatização das estatais, sobretudo dos setores de gás e petróleo. Como resultado, as fontes de renda do Estado boliviano foram transferidas quase que inteiramente para empresas estrangeiras (KOHL & FARTHING *apud* SANTAELLA GONÇALVES, 2013, p.46). No plano político, a lei de participação popular descentralizou as decisões federais para regiões e municípios. Os partidos indígenas começam a se formar e fortalecer neste contexto a partir da eleição de representantes nas municipalidades rurais. A partir do multiculturalismo recomendado pelos organismos multilaterais, foi implementada a educação bilíngue nas escolas rurais. Seu vice, escolhido em sondagens com grupos focais por uma agência de marketing político (ALBÓ, 2012, p. 203), era Víctor Hugo Cárdenas aymara do MRTKL. No campo, chamou-se de “segunda reforma agrária” a negação da reforma agrária da década de 1950.

Ao invés de se reconhecer a função social da terra, reconhecendo a propriedade para quem é produtor – e a propriedade coletiva e comunitária – o *Instituto Nacional de Reforma Agraria* boliviano preferiu reconhecer a função comercial da terra, sendo proprietário legal todo aquele que pagasse os impostos relativos à propriedade. Assim, o que se fez foi contribuir ainda mais para a concentração de terras na Bolívia e, conseqüentemente, trazer para aos camponeses e indígenas mais uma razão, desta vez bem mais direta, para colocar-se em contraposição ao neoliberalismo (SANTAELLA GONÇALVES, 2013, p. 47).

Ao mesmo tempo em que avançava a política intervencionista norte-americana, com o pretexto da guerra às drogas, sob a hegemonia neoliberal houve uma legalização tácita da lavagem do dinheiro proveniente do narcotráfico, o que ajudou a estabilizar a economia. Apoiado na leitura de *Impasse in Bolivia*, de Benjamin Kohl e Linda Farthing, Santaella relata que a folha de coca e a produção de pasta de cocaína semiprocessada representaram 5 a 8% do PIB da Bolívia entre 1985 e 1997. O governo eleito de Hugo Banzer, de 1997 a 2000 pela ADN, decretou o programa “Coca Zero” e intensificou a repressão aos movimentos

sociais, este contexto foi o disparador do movimento cocaleiro. Generalizaram-se as greves, bloqueios e grandes manifestações, a resposta repressiva do governo levou ao decreto do estado de sítio em abril de 2000.

Sue Iamamoto, em sua dissertação de mestrado, faz um balanço da resistência que foi se forjando nas lutas contra os efeitos das políticas neoliberais:

Para operários, [o neoliberalismo] significou a morte do pouco “capitalismo de Estado” que havia na Bolívia, o fim simbólico de sua grande expressão organizativa durante o século XX, a COB. Para camponeses, significou a deterioração dos preços dos seus produtos e o avanço de políticas que afetavam a economia agrária; mas, politicamente, também significou a subordinação ao imperialismo norte-americano com relação às políticas antidrogas. Para indígenas, deixou os seus territórios ainda mais vulneráveis a força externas agressivas (madeiras, petroleiras, privatização da água, latifundiários); mas também representou um aparato estatal externo invasivo, incapaz de compreender e incorporar a territorialidade indígena. Foi a população urbana pobre, indígena e vinculada ao setor informal a que cresceu com a crise que afetou todas as temporalidades, e que passou a viver em cidades que não contavam com serviços públicos capazes de atender às suas demandas mínimas vitais (educação, saúde, moradia, emprego) (IAMAMOTO, 2011, p.60).

Desdobraremos este subcapítulo em uma análise mais detida da articulação entre estes diversos atores sociais que estavam, objetivamente, em choque com as medidas neoliberais. Tal articulação assumiu formas insurrecionais na Guerra da Água, em 2000, em Cochabamba, e na Guerra do Gás, em 2003, sobretudo em El Alto e La Paz. As potencialidades mostrada nestas lutas são de grande importância para compreendermos o papel da Assembleia Constituinte instalada em 2006.

3.1.1 Da Guerra da Água à Guerra do Gás

Em abril de 2000, a revolta popular contra a privatização levou à Guerra da Água, em Cochabamba. Foi uma resposta à mercantilização de todas as esferas da vida, um dos aspectos da necessidade de expansão do domínio do capital

financeiro em sua busca por contornar a tendência à queda na taxa de lucro. A água e suas infraestruturas já haviam sido anunciadas por Johan Bastin, do Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento, em matéria do *Wall Street Journal* de 9 de novembro de 1998, como “a última fronteira que restava para os investidores privados invadirem” (BASTIN *apud* BARRAQUE, 2011, p. 49, *tradução nossa*). A edição de maio de 2000, da revista *Fortune*, trazia uma matéria sobre o lucrativo negócio da água, afirmando que “A água promete ser para o século 21 o petróleo foi para o século 20: o bem precioso que determina a riqueza das nações” (TULLY, 2000). Ao mesmo tempo em que a revista anunciava a grande oportunidade de negócios, apresentava seu caráter “político”, o que limitava os empreendimentos. Os contratos estabelecem investimentos necessários, com reparações e renovações, o que justificaria a elevação de preços (e não os superlucros das corporações). A reportagem alerta:

Se [a companhia de água] tenta aumentar os preços demais, os clientes e o governo da cidade, podem se enfurecer, levando a contratos cancelados, grandes perdas, e pior. Por exemplo, Cochabamba, a terceira maior cidade da Bolívia, decidiu privatizar e contratou um consórcio privado que incluía a Bechtel dos EUA para melhorar o seu sistema de água. A cidade, em seguida, aumentou as taxas de água para pagar o projeto. A água tornou-se uma chama, ondas de manifestantes atacaram soldados e bloquearam estradas. Cochabamba foi forçada a cancelar o projeto (TULLY, 2000, *tradução nossa*).

Thomas Kruse, pesquisador do *Centro de Estudios para el Desarrollo Laboral y Agrario* (CEDLA), sediado em La Paz, relata as relações da empresa norte-americana Bechtel com o governo norte-americano e suas articulações com o Banco Mundial, BID e o governo boliviano (2005, pp. 128-134). Mostra o mecanismo de penetração das multinacionais em vários ramos: quando a sedução da “ajuda técnica” não é suficiente, os organismos multilaterais impõem as “condicionalidades” a liberações de novos empréstimos. Desde 1996, o Banco Mundial já havia colocado como condição para liberação de empréstimos a privatização da companhia de águas de Cochabamba. A cidade possuía já anteriormente um problema crônico de abastecimento de água, marcado pelo

contingenciamento de orçamento, infraestrutura precária. Em 1999, o abastecimento cobria cerca de 60% da população. Cerca de 20% comprava a água de caminhões pipa, a preços elevados. E outros 20% organizava sistemas autogestionados¹⁶ (KRUSE, 2005, p. 136-137).

A assinatura do contrato de privatização, em setembro de 1999, foi seguida por mobilizações desde novembro. Em janeiro foi feito o primeiro bloqueio das vias de acesso a Cochabamba. Em fevereiro, uma ocupação pacífica da praça principal da cidade foi respondida pelo governo com deslocamento de tropas de La Paz e uma guerra campal em que após 30 horas de combate, os manifestantes ocuparam a praça. Diante do reconhecimento da inutilidade das negociações, a Coordenadora pela Água lançou uma consulta, que teve 50 mil votos, dos quais 95% condenavam a privatização. Em 4 de abril, a coordenadora convocou “a batalha final”. Dias depois, em meio às negociações, o governo resolveu prender todos representantes da coordenadora, levando a um levante popular, em que cerca de 60 mil cochabambinos tomaram as ruas e passaram a controlar a cidade. O governo anunciou na imprensa a revogação do contrato, farsa denunciada nos jornais. Mesmo com o anúncio do estado de sítio, as manifestações se intensificaram, assim como a repressão, contando agora com o exército, resultando na morte de um jovem de 17 anos e centenas de feridos. Imagens posteriores mostraram um franco-atirador disparando um fusil de guerra, em meio aos soldados, o que gerou muita indignação no país inteiro (OLLER, s/d, p.10).

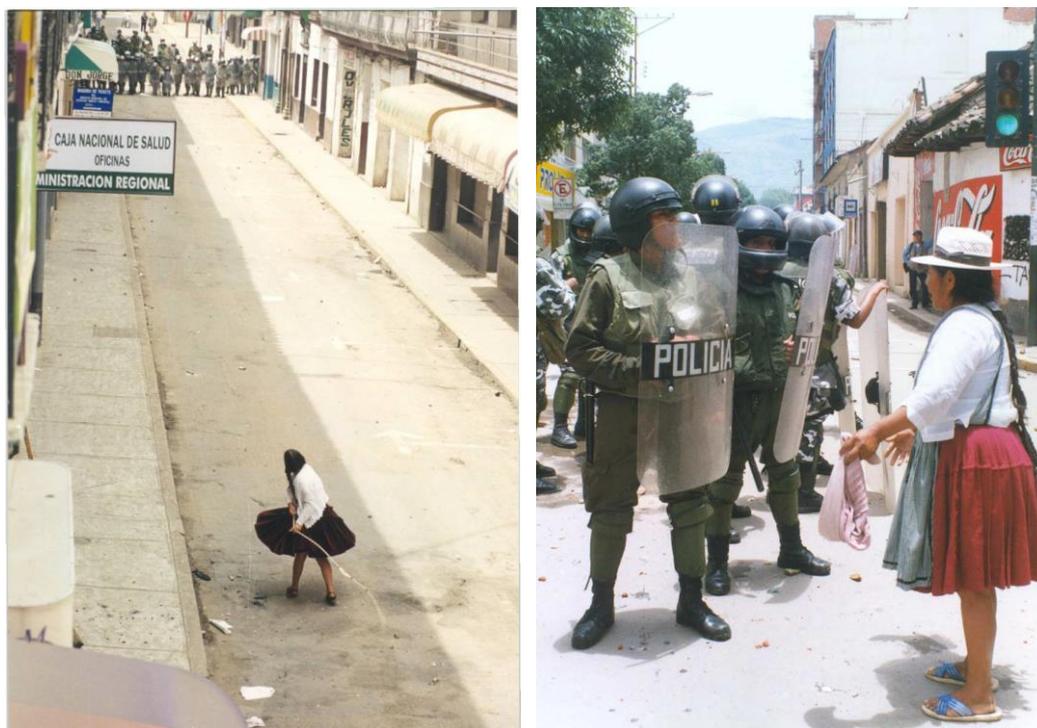
¹⁶ O filme espanhol “También la lluvia”, de 2010, mostra este aspecto de auto-organização a partir de uma trama em que as filmagens da história do Frei Bartolomé de las Casas dá lugar a uma história subterrânea, trazida à tona pelos figurantes indígenas que, enquanto encenavam o momento da colonização, combatiam nas ruas as manifestações do saque imperialista expresso pela privatização da água.

Foto 12 - Barricadas nas ruas e praças de Cochabamba



Fonte: Tom Kruse, fevereiro e abril de 2000¹⁷.

Foto 13 - Mulher lança pedras contra a polícia e, ao lado, outra dialoga com soldados.



Fonte: Tom Kruse, fevereiro e abril de 2000.

¹⁷ Disponível em: <http://arenaria.home.xs4all.nl/water/Cochabamba%20pictures.html>. Acesso em: 16 de janeiro de 2016.

Foto 14 - Repressão e resistência (nos muros e barricadas)



Fonte: Tom Kruse, fevereiro e abril de 2000.

No dia 10 de abril, o governo aceitou todas as demandas da Coordenadora: retirada da empresa Águas de Tunari (nome fantasia do consórcio das transnacionais capitaneadas pela Brechtel), libertação dos presos, cuidados aos feridos e reformulação da lei 2029 que estabelecia a privatização.

Foto 15 - População derruba totem da empresa Águas de Tunari



Fonte: Tom Kruse, fevereiro e abril de 2000.

Apenas a suspensão do estado de sítio, já derrubado na prática, não foi atendida pelo governo. Conforme sintetiza Kruse: “Com autodisciplina, um uso mesurado da violência, uma unidade e solidariedade prática assombrosas, o povo de Cochabamba havia ganhado uma batalha decisiva contra a privatização” (2005, p.

150, *tradução nossa*). Como nos interessa ver as formas de organização popular, é importante elencar aqui as organizações que compunham a Coordenadora. A Federação de Regantes agregava os camponeses, que traziam consigo a força dos sindicatos camponeses. O Comitê de Defesa da Água surgiu em maio de 1999, formado por ecologistas, depois aglutinou organizações de bairro, comunais e categorias profissionais como os engenheiros. Em 12 de outubro de 1999, foi criada a Coordenadora de Defesa da Água e da Vida, agregando as organizações já citadas, além da Central Operária Departamental, Federação Departamental de Fabris, organização de vizinhos, comunidades escolares, comitês cívicos provinciais, compondo uma frente com mais de 40 organizações, cujo objetivo era coordenar lutadores do campo e da cidade contra a privatização da água.

Os setores comprometidos com as jornadas de luta, identificados por Raúl Prada Alcoreza são: 1) Os aymaras do altiplano, principalmente organizados nos sindicatos camponeses cuja força mobilizadora reside na assembleia comunal, se organizaram na forma de comitês de bloqueio. Seu conteúdo histórico era a emergência do ayllu. 2) Os camponeses cocaleiros, sindicalizados, com representação parlamentar e controle de municípios. Por seu vínculo com os circuitos mercantis e com a produção e comercialização da coca, tornaram-se o epicentro do conflito, confrontando-se tanto com o governo neoliberal do País como com o governo norteamericano. Sua forma e substância organizacional não é o ayllu, mas sim a mistura do sindicalismo rural e mineiro. 3) Os sindicatos de colonizadores, migrantes rurais, e outros ampliaram a geografia dos bloqueios a Santa Cruz. Em geral, são migrantes do ocidente boliviano, de oriem andina, submetidos à discriminação racial, sem acesso as melhores terras, ao mercado, a créditos ou assistência técnica. Organizam-se na CSUTCB. 4) A Coordenadora de Defesa da Água de Cochabamba, que se articulou com base em assembleias deliberativas, cujas ações eram submetidas ao controle das bases. Seu eixo dinamizador era a Federação de Fabris. Prada considera que a Coordenadora era a forma de organização mais novedosa pelo seu caráter “propositivo e autogestionário” e por “ter deixado à margem as mediações partidárias”. Por fim, o intelectual nomina os professores, organizados em sindicatos, federações e

confederação, presentes tanto na área urbana como na zona rural. Nas cidades realizaram constantes marchas e, no campo, apoiaram diretamente os bloqueios camponeses. É um setor que já se opunha francamente à Reforma Educativa neoliberal, sobretudo em La Paz, onde a Federação era dirigida pelos trotskistas do POR. Prada desdenha seu “estilo virulento em sua eloquência discursiva e rigidez de suas táticas de luta”. Não me parece que uma categoria de professores, que, pelo lugar que ocupam na produção social, pertencem à pequena burguesia, mas que adotam métodos de ação direta como marchas, bloqueios e greves sofram de alguma rigidez tática (PRADA ALCOREZA, 2008, p. 46-47).

A presença de lideranças partidárias é ocultada nos textos dos autores mais próximos do *proceso de cambio*, que na época estavam em uma fase autonomista, a exemplo de García Linera e Raquel Gutierrez e Raúl Prada Alcoreza, que procura eliminar do registro da coordenadora a existência de partidos. Vemos nas entrelinhas de outros registros, por exemplo no documento “Denúncia de sequestro de membros da coordenadora”, de 8 de abril de 2000, registra-se que uma das quatro casas assaltadas pela repressão foi a de um dos dirigentes da Coordenadora Miguel Ortuño, dirigente da Federação de Professores de Cochabamba e dirigente do POR (COORDINADORA *apud* OLLER, s/d, p. 30). Assim como Prada procura encaixar as mobilizações na noção de “multidão”, apoiada em Toni Negri. Kruse procura identificar a guerra da água como um “novo movimento social” apoiado em Touraine. Por trás da tese do autor está a tentativa de opor os “velhos” movimentos sociais, pautados na contradição entre Capital e Trabalho, como a COB e os partidos operários e os “novos”. Trata-se de uma divisão artificial com um claro objetivo político ideológico. Para isso, precisam ocultar o caráter do surgimento da COB, como organização de dualidade de poderes, indo muito além de uma central sindical. Apegando-se apenas à sua forma burocratizada atual.

Voltando às formas de luta, Raúl Prada Alcoreza enxerga na experiência que resultou na Guerra da Água a marca da persistência do ayllu, como comunidade local, metamorfoseado como sindicato camponês. Nos episódios de 2000, nos Vales cochabambinos, no Chapare e nas áreas de colonização de Santa

Cruz, foi decisiva a convocatória assembleísta dos sindicatos. Mesclando esta análise com a noção de multidão, Prada conclui:

Tanto o ayllu como a organização sindical devieram multidão nas sublevações de abril, setembro e outubro de 2000. O bloqueio de caminhos e o cerco às cidades é uma tática nômade, recuperada da memória guerreira das comunidades andinas. Porém, o bloqueio ainda é o prelúdio de um sítio; vem depois o cerco às cidades e vem ainda depois a tomada das cidades como parte de uma estratégia de poder, ou, melhor dito, de contrapoder (PRADA ALCOREZA, 2008, p. 44).

Linera também analisa os acontecimentos, vinculando-os com as formas de auto-organização comunais:

O levante aymara de setembro-outubro não apenas foi uma explosão de descontentamento, nem sequer uma lembrança de que Bolívia é um país onde estão dominadas outras nações. Primeiro de tudo, desencadeou-se de forma intensa uma série de mecanismos de mobilização social, que assim como aconteceu em abril na cidade de Cochabamba, demarcou pautas e tendências para a regeneração da política e o bom governo no país, neste caso através do *ayllu* em ação ou mobilização atuante de uma estrutura civilizatória comunal-andina (GARCÍA LINERA *apud* SANTAELLA GONÇALVES, 2013, p. 70).

As táticas adotadas eram inúmeras: atos de queima de contas de água, ocupação de praças e da cidade, em atividades de comunicação, convencimento e culturais, e a retomada das formas de auto-organização de assembleias, cabildos e referendos. Em setembro de 2000, há uma jornada de lutas contra as medidas neoliberais do governo eleito de Hugo Banzer. Em especial, a lei de águas e a lei de terras (INRA). Os manifestantes exigiam a garantia da propriedade comunal e do plantio da folha de coca. Apoiando-se em García Linera, Santaella Gonçalves afirma que:

Durante os 18 dias de mobilização, toda a estrutura de poder do estado foi substituída pelo sistema de autoridades comunais que se organizavam em pelo menos quatro plenárias de mais de 25

mil pessoas cada uma, por região, e através de comitês de bloqueios (2013, p. 69).

Com o bloqueio das estradas houve desabastecimento e a repressão deixou 20 mortos e centenas de feridos. As demandas foram atendidas pelo governo, assim como a libertação dos presos e indenização para as vítimas. Este episódio dá impulso à projeção do movimento cocaleiro e a seu dirigente Evo Morales. O decreto 26415, de novembro de 2001, de criminalização dos cocaleiros, levou a novos conflitos, resultando na morte de dois policiais. O dirigente cocaleiro e deputado Evo Morales foi expulso do Congresso, o que serviu para aumentar sua popularidade, “como símbolo contra o imperialismo norte-americano” (SANTAELLA GONÇALVES, 2013, p. 71).

A crise política e social aberta em 2000 continuou a se desenvolver. Na eleições presidenciais de 2002, o caráter pró-imperialista dos candidatos oficiais foi evidenciado. Evo Morales afirmava que queria fazer o debate presidencial com o embaixador norte americano, e não com os outros candidatos, afirmando que se vencessem, seria o embaixador que governaria o país (*El Deber*, 14/06,2002). Na sequência, o embaixador Manuel Rocha deu uma entrevista coletiva em que acusou Evo de ser ligado ao narcotráfico, insinuou que apoiava assassinos e terroristas como Bin Laden e que, se fosse eleito, os EUA não manteriam seus mercados abertos para a produção têxtil e de gás bolivianos (*Los tiempos*, 27/06/2002). No documentário *Crisis is our brand* (2005), de Rachel Boynton, que retrata os bastidores da campanha de Gonzalo Sanchez de Lozada, apelidado de Goni, conduzida por uma agência de marketing político norte americana, ante a entrevista do embaixador norte americano, Goni ironizou ao dizer que suspeitava que o embaixador era o chefe de campanha de Evo (2005, 59 minutos e 20 segundos), pois com a ameaça do embaixador, Evo subiu nas pesquisas.

Goni foi eleito para a presidência da Bolívia encabeçando uma coalizão liderada pelo MNR, seu partido, com o MIR, MBL e UCS. Foi uma votação apertada em que Evo Morales, do MAS, ficou em segundo lugar, com uma diferença de 1,5% no número de votos. E Felipe Quispe, pelo MIP, alcançou 5% do

eleitorado. No Senado, das 27 cadeiras, 8 foram ocupadas pelo MAS. No Congresso, o MIP conquistou 6 cadeiras e o MAS 27 das 130.

Em fevereiro de 2003 Goni anunciou um aumento dos impostos sobre salários a partir de 880 bolivianos, os policiais se amotinaram, levando a enfrentamentos armados entre policiais e exército. No mesmo mês, ocorreram os bloqueios e manifestações contra o decreto presidencial de venda de gás. A Guerra do Gás foi protagonizada principalmente pelos moradores do altiplano paceño. Nas localidades, várias lutas se desenvolviam contra o governo “vende pátria e esfomeador” como denunciavam os cartazes nas manifestações. Em Warisata, por exemplo, desde maio houve lutas que levaram à expulsão de uma empresa que atuava na escola, quando a zona foi militarizada. Em setembro, se organizou um cerco a La Paz contra a venda do gás. O governo de Gonzalo Sanchez de Lozada procurava impor a privatização e exportação do gás aos Estados Unidos por meio do Chile. Os manifestantes queriam que o gás fosse industrializado no próprio país, por meio do Estado e o pagamento de impostos ao Chile para exportar reabria as feridas da perda da saída ao mar, desde a Guerra do Pacífico, que ocorreu de 1879 a 1883. A repressão do governo foi letal. A cada manifestação, aumentava o número de mortos. Um bloqueio por parte dos moradores de Warisata, um vilarejo que abrigou uma histórica escola indígena, foi respondido com um massacre em 20 de setembro de 2003. Somando as mortes de Sorata e Warisata, neste dia foram 6 mortos, dentre eles uma menina de sete anos.

Outros bloqueios de rodovias enfrentavam comboios de caminhões cisterna, que transportavam combustíveis, escoltados por tanques. Os militares disparavam com balas de chumbo à queima roupa. Marchas, bloqueios, greve de fome: várias formas de luta foram colocadas em prática. No total, foram mais de 70 mortos, 400 feridos e vários desaparecidos. Imagens televisivas e de documentários mostram a selvageria da repressão, uma verdadeira operação de guerra desencadeada pelo Estado contra o povo, inclusive com franco-atiradores. Algumas das palavras de ordem entoadas nas manifestações eram: “Fuzil, metralha, o povo não se cala” e “Agora sim, guerra civil”.

Foto 16 - Após massacre em Warisata, moradores mostram suas velhas armas em sinal de insubordinação em relação ao governo



Fonte: Arquivo La Razón

Segundo Santaella, a palavra de ordem da nacionalização do gás tinha o potencial de unificar nacionalmente os movimentos que protagonizavam lutas desde 2000.

A luta contra a privatização do gás natural – recurso que abunda na Bolívia e que historicamente sempre foi exportado a preços muito pequenos – sintetizou vários planos da luta social latente na Bolívia daqueles anos: a resistência às políticas neoliberais e à globalização privatizante; a recuperação da soberania nacional diante da nova ordem mundial; a recuperação dos recursos naturais do país e a disputa por seus excedentes; a luta de classes propriamente dita, já que o movimento popular reivindica o uso do gás para os trabalhadores, desempregados, para os pobres, numa perspectiva de distribuição social do recurso energético; por fim, como um dos principais articuladores, está o plano das reivindicações indígenas, nacionais, culturais e étnicas (SANTAELLA GONÇALVES, 2013, p.72).

Este movimento será canalizado para a demanda da Assembleia Constituinte. García Linera traduzia o levante indígena de 2003 como um referendo que dizia não à venda do gás, mas, sobretudo, apontava para a necessidade de superar o Estado “monocultural”, “colonialista” e incluir as identidade indígenas (GARCÍA LINERA, 2004, p. 50). El Alto testemunhava o caráter indígena da rebelião. Esta cidade que cerca La Paz tinha 700 mil habitantes em 2001 (ultrapassou, em 2010, a marca de um milhão de habitantes, dez vezes mais do que abrigava em 1950). Sua população majoritariamente pobre e indígena, que vive de trabalhos informais, concentra-se em gigantescas favelas.

Os bloqueios a rodovias já completavam um mês em 8 de outubro, quando foram reforçados por uma paralisação total da cidade tendo como reivindicação central a recuperação da propriedade do gás.

Foto 17 - Marcha e barricadas contra a venda do gás



Fonte: Bolívia TV

Em solidariedade, mineiros de Huanuni marcharam mais de 270 km até La Paz, promovendo o encontro de ex-mineiros que após o fechamento das minas se instalaram em El Alto, novas gerações e aqueles que historicamente foram a coluna vertebral da classe operária no país. Formou-se uma coordenadora em torno da defesa da renúncia do presidente Gonzalo Sánchez de Lozada; revogação da lei de hidrocarbonetos, da lei de capitalização; retirada dos hidrocarbonetos das mãos das transnacionais e devolução ao Estado; desmilitarização de El Alto e fim da repressão. Nos dias seguintes, as cidades se somaram ao movimento (SANTAELLA GONÇALVES, 2013, pp. 73-74).

Foto 18 - Militares disparam ao escoltar caminhões que transportavam combustível em La Paz, outubro de 2003



Fonte: La Razón

Este processo levará a um profundo rechaço ao governo Goni e à projeção da luta a um confronto direto com o Estado. No plano institucional, discordando da repressão, o Vice-Presidente Carlos Mesa decidiu romper com o Presidente, mas sem renunciar à vice-presidência, abrindo uma “saída constitucional para a crise” (ARRARÁS e DEHEZA, 2005).

Goni, que antes se mostrava irreduzível, diante da verdadeira insurreição popular que se espalhava pelo país, junto com seus aliados do MIR e NFR resolveram aceitar a convocatória de um referendo e da Assembleia Constituinte. Dirigentes do movimento expressando a revolta popular disseram que era tarde e exigiram a renúncia do presidente. A continuidade dos bloqueios, manifestações e as marchas coordenadas em várias cidades no dia 16 de outubro resultarão na fuga do presidente, em um helicóptero. Com a renúncia de Goni, seu vice, Carlos Mesa Gisbert, assumiu a presidência.

Edulcorado com uma retórica reformista, comprometido com a defesa da vida e dos direitos humanos, Mesa continuava com o modelo privatista e

exportador. Convocou um referendo sobre a nacionalização em que cabia decidir apenas sobre o controle de 50% dos rendimentos, ou seja, não era a nacionalização exigida nas manifestações.

Mesa, um político, jornalista e cineasta com grande presença midiática, sempre manifestou sua simpatia em relação ao MNR, mas compunha a chapa com Lozada como independente. As cientistas políticas da *Florida International University* Astrid Arrarás e Grace Deheza apontam que esta independência fazia com que não tivesse o apoio dos partidos no Congresso e nem vínculos com os movimentos sociais.

No dia seguinte à posse, Mesa dirigiu um discurso ante os setores mobilizados na Cidade de La Paz, se comprometendo a: (1) chamar um referendo vinculante sobre o gás, (2) estabelecer uma Assembleia Constituinte e (3) uma reforma da Lei de Hidrocarbonetos, que incluísse a revisão dos processos de privatização (ARRARÁS e DEHEZA, 2005).

As demandas populares e antigovernamentais conhecidas como “Agenda de Outubro” passaram a fazer parte dos discursos e compromissos assumidos pelo governo. Felipe Quispe do MIP deu uma trégua de três meses ao governo. Outros segmentos continuavam mobilizados, como a COB, a COD de El Alto. Seus líderes anunciavam que o Congresso deveria ser fechado “sem que as agressões verbais estivessem dirigidas ao presidente Carlos Mesa, estas eram dirigidas à institucionalidade democrática”, analisam Astrid Arrarás e Grace Deheza. O MAS e organizações cívicas apoiaram o Congresso como instituição ante as ameaças. Além destes flancos, o governo Mesa tinha que lidar com os comitês cívicos de Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija, que demandavam mais descentralização e autonomia regional. Questões que Mesa relegou para serem debatidas junto com a constituinte.

Mesa desencadeou o referendo sobre os hidrocarbonetos. As questões eram tratavam dos seguintes temas: 1) revogação da Lei de Hidrocarbonetos de Sanchez de Lozada; 2) Recuperação dos hidrocarbonetos na “boca do poço” para o

Estado; 3) Refundação da *Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos* (YPFB) recuperando a propriedade estatal das ações para que participe de toda cadeia produtiva dos hidrocarbonetos; 4) uso político do gás para recuperar a saída ao mar; 5) exportação do gás desde que o consumo interno fosse suprido, se fomentasse a instrutrialização no território boliviano; se cobrasse impostos das empresas chegando a 50% do valor do gás para custear a educação, saúde, rodovias e empregos (DS N° 27507/2004).

Em Conferência na Câmara de Indústria e Comércio de Santa Cruz de la Sierra, em 9 de julho 2004, o presidente explicava que a primeira questão não significava a expropriação das empresas que exploravam o gás “Quem responda Sim ao referendo sabe que não iremos à nacionalização e isto é claro e inequívoco” (MESA GISBERT *apud* ARRÁRAS e DEHEZA, 2005). Algumas organizações como a COB, COD-El Alto, e a CSUTCB de Felipe Quispe chamaram o boicote ao referendo, quimando urnas e bloqueando ruas. Evo defendeu o Sim nas três primeiras questões e o Não, nas duas últimas, arrastando consigo grande parte do movimento indígena-camponês. Os comitês cívicos se dividiram. O referendo ocorreu em 18 de julho de 2004. Mesmo com o voto obrigatório e uma multa de cerca de 19 dólares a quem não participasse, somente 60,06% do eleitorado compareceu à votação. Todas as questões atingiram os votos suficientes para serem aprovadas, ainda que as duas últimas tivessem obtido menos votos.

Quando as marchas e bloqueios voltaram a acontecer, em março de 2005, exigindo a nacionalização real, em meio às disputas sobre o conteúdo do projeto de lei de hidrocarbonetos, Mesa resolveu renunciar. Além dos movimentos que protagonizaram a Guerra do Gás, no oriente Boliviano intensificava-se a ação da direita autonomista da *medialuna*. Como ainda tinha apoio popular, o Congresso não aceitou a renúncia de Mesa. De maio a junho os bloqueios se intensificaram, houve momentos em que 90% das estradas do país foram bloqueadas simultaneamente (SANTAELLA GONÇALVES, 2013, p. 75). Em 6 de junho, o presidente renunciou definitivamente ante as demandas de convocatória da Assembleia Constituinte e do Referendo das Autonomias.

Mesa reivindica que a reforma constitucional que promoveu viabilizou as mudanças seguintes.

Não é verdade que nós representamos o final de uma etapa política. Mas sim que representamos o começo de uma etapa política que marcava mudanças fundamentais. A partir da Constituição de 20 de fevereiro 2004, que promulguei como Presidente da República é que existe a Assembleia Constituinte, o referendo e um conjunto de reformas entre as quais há uma fundamental, o fim do monopólio dos partidos políticos. No ano 2004, pela primeira vez nas eleições municipais de então puderam se apresentar às eleições agrupações cidadãs, não necessitava estar inscrito em nenhum partido político para se candidatar. E isso aconteceu também na Assembleia Constituinte e nas eleições de 2005 (MESA GISBERT *apud* FEBRERO/OCTUBRE NEGRO 2003, 51 minutos e 50 segundos).

Mais uma vez, a instabilidade política boliviana aparecia em cena. Com as dificuldades de expressão da burguesia em partidos orgânicos e na convulsiva revolta dos explorados diante dos ataques a suas condições de vida e à mercantilização que invadia cada vez mais ramos da vida social. No dia seguinte à renúncia de Mesa, uma concentração de 300 mil pessoas em La Paz somou-se aos bloqueios de estradas. As manifestações tinham como pauta a Constituinte e a rejeição aos partidos identificados com o neoliberalismo. Sob pressão popular, os nomes seguintes na linha sucessória também renunciaram e o presidente da Corte Suprema de Justiça tomou posse para convocar as eleições. Enquanto as massas indígenas e operárias se chocavam com a democracia liberal, o MAS defendia a estabilização do regime e a garantia de eleições presidenciais para o fim de 2005. Luis Tapia (2004, p. 171), em seu capítulo do livro *Memórias de Octubre* considera que o MAS foi um elemento de sustentação da democracia existente na Bolívia com a promessa de renovação a partir da inclusão de indígenas, camponeses e trabalhadores. Em meio a uma situação pré-revolucionária, que adquiria os contornos de uma insurreição popular, foi fundamental a atuação do MAS de defender a possibilidade de democratização do Estado, conforme já vinha elaborando no plano intelectual García Linera.

Os intelectuais que se agrupavam em torno do *proceso de cambio* [processo de mudança] que levou Evo Morales à presidência rejeitam a teoria leninista da vanguarda revolucionária, assim, procuram apresentar seu pensamento como mera tradução da vontade das ruas. Ao mesmo tempo em que se acusava a falta de um “instrumento político capaz de aglutinar as demandas e o horizonte dos movimentos” se dizia que o Grupo Comuna apenas acompanhava as mobilizações e as potenciava “contribuindo para um processo de totalização de seus discursos e de suas convergências”. O pesquisador, reproduzindo o pensamento de seus membros diz “de forma nenhuma um projeto de poder poderia sair do espaço do grupo” (2013, p. 185). Consideramos que isto é um ilusionismo ideológico. Esta direção democratizante que acabou predominando, preenchida com o conteúdo do combate ao neoliberalismo e colonialismo, não brotou espontaneamente no seio das massas exploradas, foi cultivada como um programa antagônico àquele que os mineiros encarnaram em décadas anteriores. Rodrigo Santaella sintetizando o pensamento do Grupo Comuna, afirma que

o fato das instituições democráticas burguesas não terem sido questionadas de forma mais impetuosa e direta, dada a falta de projeto concreto de poder por parte dos movimentos, fez com que o processo fosse canalizado para uma via institucional, que de certa forma estagnou a prática da política selvagem dos movimentos (2013, p. 172).

Muita tinta foi gasta em sua elaboração teórica de um “projeto concreto de poder”, porém como parte de um programa democratizante, que guiou a incorporação das massas composesas e indígenas no parlamento, desde a Lei de Participação Popular, alimentando a reconstituição de ilusões democráticas de que o Estado boliviano poderia ser refundado e democratizado radicalmente. Seu caráter de classe modificado pela via das eleições e da realização de uma Assembleia Constituinte. Houve um grande esforço de canalização para a via de recomposição das instituições da democracia burguesa. García Linera e Raúl Prada Alcoreza, integrantes do Grupo Comuna, estavam diretamente envolvidos no impulso ao MAS. Raúl Prada exaltava que o MAS era a força política portadora da maior expressão democrática no país (2002, p. 113). Tapia no momento militava em um

partido nacionalista, o Movimento Sem Medo, porém, em 2002, também analisava que o voto no MAS era um voto de trabalhadores em trabalhadores (2002b, p. 67). Por isso, discordamos da conclusão de que o processo aberto em 2000 não foi adiante por limites espontâneos dos que lutavam.

3. 1. 2. A eleição de Evo Morales (MAS) à Presidência da República

O MAS surgiu em 1995 como instrumento político da Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB). É definido por García Linera como uma “confederação flexível e negociada de organizações sociais” (*apud* SVAMPA e STEFANONI, 2007, p. 160). A emergência do movimento camponês/indígena na cena política boliviana gestou-se na década de 1960, com os intelectuais que fundaram a corrente katarista, mas ganhou projeção no final da década de 1970, com rupturas de setores significativos com o pacto militar-camponês, influência que se acentuou após 1986, com o fechamento das minas estatais, o que significou um grande golpe contra o núcleo da classe operária no país, os mineiros. Já na década de 1990, foram os camponeses que se destacaram na resistência às políticas de erradicação do plantio de coca. Evo se originou do sindicalismo cocaleiro, e não das correntes indigenistas mais radicalizadas como os *ayllus rojos* ou MIP (Movimento Indígena Pachakuti)¹⁸ de Felipe Quispe.

Segundo Vladimir Mendonza, é possível caracterizar a ideologia do MAS a partir dos seguintes aspectos:

- a) Convivência recíproca de contrários: grande, média e pequena propriedade em harmonia com a propriedade comunitária; respeito mútuo entre classes sociais antagônicas, reeditando a aliança de classes do nacionalismo burguês; coexistência entre nações

¹⁸ O MIP surgiu em 2000 após a iniciativa da CSTUTCB construir um “instrumento político” para intervir nas eleições. A proposta do MIP é representar um outro Estado correspondente à nação Qullasuyana, que deve ser reconstruída. Sua base é composta por camponeses/indígenas do altiplano. Seu principal dirigente é Felipe Quispe.

opressoras e oprimidas e inclusão das nacionalidades nativas à dinâmica do Estado burguês.

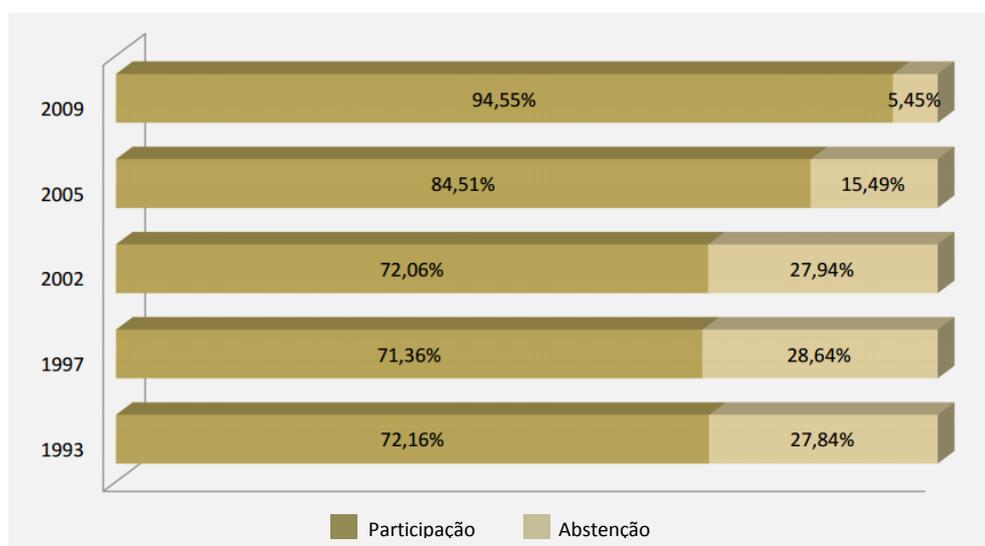
- b) Subjetivismo, em que o eixo constitutivo da realidade é a linguagem, assim a descolonização é mental e não material.
- c) Reedição caricata do nacionalismo burguês, com promessa de desenvolver as forças produtivas em um país economicamente atrasado, nos marcos do capitalismo.
- d) Repúdio a “meta-relatos”, com relativismo que rechaça qualquer tentativa de ter uma estratégia política. “Para eles o mundo ‘multipolar’ e ‘diverso’ não tem porque deixar de sê-lo. Os indígenas – por exemplo – não têm por que abraçar nem direcionar a luta para um sistema ‘único’ como o socialismo” (MENDONZA, 2012, p. 12, *tradução nossa*).

Evo Morales foi eleito com 53,7% dos votos, derrotando o candidato oriundo das oligarquias Jorge Quiroga Ramírez, do Poder Democrático e Social (Podemos). Desde o retorno do regime democrático, foi a primeira vez que um candidato conquistou mais de 50% dos votos, escapando do segundo turno indireto definido pelo parlamento. O contexto latino-americano em que Evo torna-se presidente foi marcado por suceder um ciclo de presidências identificadas com o neoliberalismo – que vão desde o governo militar de Pinochet, no Chile, até os governos eleitos no Brasil, Argentina, Venezuela, Bolívia, Equador, Colômbia nas décadas de 1990 a início dos anos 2000. Morales comporá um novo e heterogêneo bloco de presidentes cujos governos eram portadores de uma retórica antineoliberal e se apresentaram como progressistas.

Segundo Durán Gil, o Estado estava à beira de um colapso, a “democracia liberal” contava com baixo índice de participação e os partidos não conseguiam representar as maiorias empobrecidas. A repressão aos movimentos reivindicatórios só aprofundou “a crise de representação partidária, da democracia

neoliberal e da crise do Estado” (DURÁN GIL, 2009, p.1). Pablo Regalski analisa que junto com a ascensão do primeiro indígena à presidência na América Latina, houve um processo de “recomposição do sistema político e a recuperação da confiança de uma grande massa do povo nas instituições da democracia burguesa” (2007, p. 76). Os números em relação à participação e abstenção eleitoral embora sejam incompletos, pois incluem como participação os votos nulos e brancos, mostram o aumento da participação nas eleições após 2002, um indicador significativa de uma recomposição das ilusões democráticas.

Figura 3 - Participação e abstenção eleitoral (1993-2009)



Fonte: Corte Nacional Eleitoral (*apud* MENDIETA, s/d, p.8).

Em 1 de maio, Evo aprova o Decreto Supremo Heróis do Chaco, de nacionalização dos hidrocarbonetos. Porém, era uma nacionalização pela metade. No artigo 7, ítem II, se lê:

Nacionalizam-se as ações necessárias para que a YPFB controle como mínimo 50% mais 1 nas empresas Chaco S. A., Andina S. A., Transredes S. A., Petrobrás Bolivia Refinación S. A. e Compañía Logística de Hidrocarburos de Bolivia S. A. (BOLÍVIA, 2006a).

A lei definia uma maior parte dos rendimentos para o Estado, e passava ao Estado a comercialização do gás, melhorando seus preços. O mote de Evo era que queria que as empresas multinacionais fossem sócias do Estado boliviano, e não patroas.

Com o nome de “revolução agrária”, foi aprovada a *Ley N° 3545*, em novembro do mesmo ano. Tratava-se de uma compra de terras, financiada por empréstimos do Banco Mundial, e distribuição entre comunidades indígenas e camponeses sem terra, assim como uma delimitação constitucional do tamanho das propriedades. Seu objetivo, ao não promover expropriações e não confrontar o latifúndio era dar corpo a sua tese de respeito e harmonia de todos tipos e tamanhos de propriedade. Segundo dados do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA), em 2006 existiam 108 milhões de hectares, dos quais apenas 54 milhões eram cultiváveis. Do total de terras, 25% são parques protegidos. Tendo a demanda de distribuição de terras para três milhões de habitantes, a promessa de solução do problema da terra sem confrontar o latifúndio não passava disso: uma promessa. Poderia levar a dois caminhos: continuidade dos conflitos entre camponeses sem terra e grandes proprietários ou unidade entre camponeses e fazendeiros contra as terras protegidas das comunidades indígenas. A promessa de convivência pacífica entre a grande propriedade, a pequena, a comunal e a estatal não condiz com as leis tendenciais de funcionamento do capitalismo.

As medidas do governo do MAS já mostravam as contradições derivadas da defesa de “todos tipos de propriedade”. No caso da mineração, que até a década de 1980 foi central na Economia boliviana, mas que retrocedeu junto com a diminuição do comércio mundial e as privatizações neoliberais, a proposta de “convivência” entre diversos tipos de propriedade levou à tentativa de entregar as minas a cooperativas de mineiros, em vez de manter a propriedade estatal. As cooperativas, submetidas às leis de funcionamento do capitalismo, levaram à consolidação de pequenos e médios proprietários que, por meio de arrendamentos e empregos precários, superexploram operários mineiros. Em vez da harmonia, emergiu o conflito entre os mineiros, que reivindicavam a propriedade coletiva das

minas e os cooperativistas. As minas de Huanuni foram palco de um destes conflitos, resultando na morte de 16 trabalhadores.

O conflito de Huanuni foi suscitado no confronto de interesses diametralmente opostos: de um lado os cooperativistas em seu propósito de explorar exclusivamente Huanuni, uma das jazidas mineiras mais ricas do país e, de outro, os interesses dos assalariados que não apenas se circunscreveram a defender suas fontes de trabalho e sim consolidar a mineração estatizada, preservar o patrimônio do Estado para que amanhã, quando se reative a Comibol, a exploração mineira, com preços altos no mercado mundial, beneficie todo o país. [...] Politicamente, a luta dos mineiros assalariados representa a afirmação da propriedade social diante da pequena propriedade privada dos meios de produção, que encarnam os cooperativistas mineiros (*Masas*, n. 2012, 13/10/2006 *apud* POR, 2006, p. 33).

Por mais que abundassem decretos, pronunciamentos e cerimônias as palavras: mudança, revolução e até mesmo socialismo, a proposta do partido nascido no seio do campesinato era de realizar reformas preservando a base do sistema econômico. Alterar decisivamente a distribuição das riquezas sem transformar as relações de produção capitalistas, como se isto fosse possível. Assim, Evo se dedicou a realizar medidas de enfrentamento à pobreza extrema, o que inclusive já era orientação do Banco Mundial desde que o neoliberalismo “puro” passou a enfrentar protestos e passou a ser necessário dar uma “face humana” à chamada globalização. Os principais programas assistenciais de Evo foram o bônus Juancito Pinto, de 200 bolivianos para cada criança na idade escolar do 1º ao 5º ano; o bônus destinado a idosos e o bônus de ajuda às famílias de El Alto, cidade extremamente empobrecida no entorno de La Paz, que protagonizou os principais enfrentamentos na Guerra do Gás. Nos primeiros dois anos de governo, a pobreza passou de 63% para 60%. Estas medidas foram estabelecidas ao mesmo tempo em que o governo estabelecia os contratos de exploração do gás e petróleo com as multinacionais.

Rodrigo Santaella, ao estudar o Grupo Comuna e, principalmente, o pensamento de García Linera, incorporou suas teses. A análise da conjuntura da Guerra do Gás é ilustrativa sobre como se pensa o anticapitalismo e o

antineoliberalismo, como se a enunciação da defesa da democracia ou contra o colonialismo e neoliberalismo fossem sinônimo de combate ao capitalismo.

De qualquer forma, o central naquela conjuntura de disputa direta com o neoliberalismo, para a maioria das organizações e sujeitos em movimento, não era se autocaracterizar como anticapitalistas ou socialistas, mas questionar de forma ampla todo o sistema, principalmente a partir dos vieses citados acima: democracia, anticolonialismo e soberania nacional. O capitalismo na Bolívia é incompatível com a forma de democracia defendida pelos movimentos e com o anticolonialismo defendido, e neste sentido está o caráter anticapitalista do programa concreto que pode ser atribuído ao bloco (SANTAELLA GONÇALVES, 2013, p. 169).

No plano econômico, Durán Gil analisa que com a ascensão do MAS (Movimento ao Socialismo) coloca-se uma crise de hegemonia no interior do bloco no poder, o que leva à constituição de uma burocracia estatal como força social, liderada pela pequena burguesia e camadas médias apoiada pelos movimentos populares indígenas, camponeses e urbanos. Inicia-se assim uma tentativa de transformação social pela via democrática, por meio da nacionalização parcial dos hidrocarbonetos, reforma agrária, “cidadanização” das massas indígenas e criação de uma nova Constituição. Observando em perspectiva este processo, com a manutenção da centralidade do extrativismo mineiro dominado pelas transnacionais e os benefícios à oligarquia latifundiária, mesmo que seus interesses tenham sido afetados por medidas governamentais, não nos parece que houve uma mudança efetiva no bloco no poder, que parece seguir sendo hegemônico pelo grande capital internacional. Tal observação, porém, para ser afirmada de forma categórica depende de uma análise da economia boliviana que extrapola os objetivos desta tese.

García Linera, sociólogo e vice-presidente, expressa a autodefinição do “evismo”, com suas tonalidades anti-imperialistas, descolonizadoras, democratizantes e com a proposição de constituição de um capitalismo andino. Segundo sintetiza Pablo Stefanoni no prefácio de *A potência plebeia*, o capitalismo andino seria o máximo que a Bolívia poderia aspirar no cenário pós-neoliberal.

Foto 19 - Evo Morales e García Linera em cerimônia nas ruínas de Tihuanaco



Fonte: latercera.com

Linera afirmava que o “conceito” que apresentava era honesto e compreensivo em relação ao que era possível de ser feito.

Bolívia é capitalista no sentido marxista do termo, ainda que não plenamente capitalista e essa é a sua virtude. A essa particularidade de capitalismo local que combina processos de subsunção formal e subsunção real temos chamado de capitalismo andino-amazônico (GARCÍA LINERA, 2007, p. 154, *tradução nossa*).

Justificava que esta não era a vontade do governo, mas sim o que as possibilidades de transformação e emancipação da sociedade boliviana apontavam. O “pós-capitalismo” só poderia ser pensado a partir do reequilíbrio das formas econômicas não capitalistas com as capitalistas, que levariam a uma maior comunitarização. “O pós-neoliberalismo é uma forma de capitalismo, porém acreditamos que contém um conjunto de forças e de estruturas sociais que, com o tempo, poderiam devir em pós-capitalistas”, analisava o vice-presidente (2007, p. 154). Pablo Stefanoni sintetizava as propostas que acompanhavam este tipo peculiar de capitalismo.

[...] mais que uma “teoria”, o capitalismo andino consiste em algumas propostas vinculadas a uma articulação entre as formas modernas (capitalistas) e tradicionais da economia (comunitário-microempresariais), com o Estado como artífice da potencialidade destas últimas, mediante a transferência de tecnologia e recursos (STEFANONI, 2010, p.22).

A modernização almejada retomaria o desenvolvimentismo da década de 1950, com o controle estatal dos hidrocarbonetos, mas se distinguiria por não ser mais homogeneizante, mas sim “pluralista”. No adjetivo “andino”, portanto, estariam contemplados os matizes da sociedade boliviana. E comporia uma revolução democrática e descolonizadora (GARCÍA LINERA *apud* SVAMPA e STEFANONI, 2007). O núcleo do autodenominado pós-neoliberalismo residiria no papel do Estado como principal ator econômico do país, deslocando o papel das empresas estrangeiras. O segundo elemento de mudança seria a modernização das economias familiares, microempresariais, artesanais urbanas e camponesas comunitárias. Linera afirma que tal projeto se diferenciaria do desenvolvimentismo dos anos 1940 e 1950 em que “todos deveriam se converter em operários ou burgueses”, pois o Estado como principal gerador de riquezas começaria a transferir recursos e tecnologia para as micriempresas e camponeses. Em vez de uma única via de modernização nos moldes cepalinos, haveria uma pluralidade de vias. “Aqui estamos imaginando uma modernização pluralista, com renovação tecnológica, especialização e diversificação, acesso a mercados, provisão de serviços, mas dentro da própria lógica microempresarial e camponesa comunitária” (GARCÍA LINERA *apud* SVAMPA e STEFANONI 2007, p. 146). No campo, os tratores removeriam a base arcaica dos arados. Os créditos garantiriam a renovação tecnológica das microempresas.

Boris Marañon-Pimentel questiona a tese do capitalismo amazônico, como uma

recomposição social dos setores burgueses dominantes, estimulando o fortalecimento da burguesia indígena, deixando intocadas as bases da acumulação capitalista: a propriedade privada dos meios de produção, a persistente orientação

exportadora da economia, baseada na exploração de recursos naturais e, principalmente, na flexibilização do mercado de trabalho (2012, p.134, *tradução nossa*).

Sobre a persistência do “patrimonialismo” que, na prática, denota a persistência do uso da estrutura pública para fins privados, ou seja, a persistência da corrupção. Linera considera que sob o governo Evo houve uma democratização do patrimonialismo que não mais seria um privilégio de casta, reduzido à cor da pele ou sobrenome, seria um “patrimonialismo popular”. O vice presidente reforça sua concepção “hegeliana” de Estado e afirma:

Para nós, o Estado deveria articular e cavalgar sobre interesses gerais da sociedade, com um núcleo articulador, e a lógica patrimonialista, inclusive popular, conspira contra este objetivo (GARCÍA LINERA *apud* SVAMPA e STEFANONI 2007, p. 148).

O eclético Linera, sem poder recorrer a Weber em sua definição do Estado, em *A política como vocação*:

[...] devemos conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território – a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado – reivindica o *monopólio do uso legítimo da violência física*. É com efeito, próprio de nossa época o não reconhecer, em relação a qualquer outro grupo ou aos indivíduos, o direito de fazer uso da violência, a não ser nos casos em que o Estado o tolere: o Estado se transforma, portanto, na única fonte do “direito” à violência (WEBER, s/d, p. 56).

E muito menos à concepção marxista de Estado, como vemos em Engels, que, em *A origem da família, da propriedade e do Estado*, afirmou categoricamente que o Estado não tem como ser a “realidade da idéia ética” de Hegel. O Estado é definido por Engels como o reconhecimento da existência de oposições inconciliáveis das quais a sociedade não é capaz de se livrar.

Mas para que essas oposições, classes com interesses econômicos em conflito não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, tornou-se necessário um poder situado aparentemente acima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Esse poder, surgido da sociedade, mas que se coloca acima dela e que se aliena cada vez mais dela, é o Estado (ENGELS, s/d, p. 184).

Engels segue sua explicação afirmando que o Estado é, em regra é “o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, converte-se em classe politicamente dominante, adquirindo assim novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida” (p. 186). Esta natureza opressiva do Estado não é conveniente para Linera explicar o governo do MAS. O vice-presidente não pode assumir que o Estado que se propôs a administrar detém o monopólio legítimo da violência, o que os indígenas com seus estandartes da justiça comunitária rapidamente descobririam. E, muito menos que este Estado não está acima da sociedade, conciliando todos interesses, continua a ser o Estado da classe dominante. É por isso que Linera, como quem escolhe produtos na prateleira de um mercado, neste ponto, prefere se definir como hegeliano.

Assim, o vice-presidente anunciava que um dos objetivos do governo era criar um instituto para formar funcionários públicos na lógica do interesse geral. Seria a consumação da caracterização de Hegel da burocracia estatal como classe universal. Ponto de partida da crítica de Marx ao filósofo alemão, ao revelar o caráter de classe, portanto particular, do Estado. Linera, que gosta de se autodefinir como marxista, no passado defendeu a perspectiva autonomista e agora apresenta uma peculiar teoria do Estado em que afirma que a natureza social de um governo deve ser medida de acordo com o cumprimento de um conjunto de ações e de projetos (GARCÍA LINERA *apud* SVAMPA e STEFANONI, 2007, p. 150). Mais do que isso, Linera considera que a partir do governo, tendo como horizonte o comunismo, caberia ao Estado apoiar ao máximo as “capacidades organizativas autônomas da sociedade”. Seria a possibilidade de contribuição de um “Estado revolucionário”, um “Estado de esquerda”:

Ampliar a base operária e a autonomia do mundo operário, potenciar as formas de economia comunitária lá onde haja redes, articulações e projetos mais comunitaristas. Sem controlá-los. Não há um processo de cooptação nem de geração de comunitarismo de cima para baixo. Isso não faremos nunca (GARCÍA LINERA *apud* SVAMPA e STEFANONI, 2007, p. 153).

Nos acontecimentos que se desenrolaram já nos primeiros anos do governo de Evo e Linera, nota-se que a promessa de que não interfeririam, a partir do Estado, nos movimentos não se cumpriu. E muito mesmo a afirmação de que aguardavam as iniciativas populares para “mandar obedecendo”, citando os zapatistas. No caso de Huanuni, havia a demanda de empregos e preservação da propriedade estatal, porém, ao alegar que compatibilizaria estes interesses com as formas de propriedade individuais, no caso cooperativas que eram controladas por capitalistas, permitiu que a batalha entre mineiros e cooperativistas levasse a morte de vários trabalhadores. A reativação da Comibol foi insuficiente. Mesmo com a conjuntura internacional favorecendo a elevação do preço das matérias primas, o governo não aproveitou para renovar as máquinas e melhorar as condições de trabalho. Outro exemplo foi a mobilização de camponeses de Cochabamba, em janeiro de 2007, pela renúncia do governador Reyes Villa, pertencente à oposição. A tomada da sede do governo foi respondida com a repressão policial. O movimento que começou pacífico passou a empunhar bandeiras como: derrotar a direita, acabar com o latifúndio, nacionalizar a mineração e constituir as assembleias populares. Houve mortos e feridos na repressão do governo departamental. As lideranças pró-governo, porém, conseguiram o desbloqueio das estradas alegando que com isso mais camponeses poderiam chegar e que a luta pela deposição do governador deveria se dar pela via pacífica para não enfraquecer Evo. Muitos outros embates ocorreram, mostrando disposição de luta, radicalidade e a defesa de um projeto político distinto do governo MAS. Na determinação de não afetar as relações de propriedade capitalista, revelavam-se as fragilidades e limites do governo, além de que as caracterizações de que se tratava de um “Estado revolucionário” não correspondiam à realidade.

Com a proposta da criação de um “quarto poder”, chamado de “Poder Social” o governo MAS além de partir da doutrina liberal de separação de poderes, uma vez que para criar um quarto poder é necessário reconhecer sua divisão nos outros três¹⁹, idealiza a possibilidade de o Estado capitalista criar um poder paralelo que o enfraqueça. Uma via assim, teria de surgir das próprias massas em luta, com um duplo poder, antagônico ao poder da burguesia. Pablo Stefanoni e Maristela Svampa consideram que o Poder Social seria a reedição do “co-governo”, algo além do “controle cidadão”. Linera explica que o propósito do governo, entendido como “governo dos movimentos sociais” é institucionalizar o processo de socialização da tomada de decisões, para que não dependam da força da ação coletiva, que tem seus momentos de declínio. “Queremos que se institucionalize essa democracia radical que conquistou a sociedade, garantir o espaço da presença democrática da sociedade. Dependerá dela se o utiliza e como o utiliza” (GARCÍA LINERA *apud* SVAMPA e STEFANONI 2007, p. 162-163). O vice-presidente compara as “angústias” de seu governo com as que Lenin teria vivido. Com a diferença que, na experiência soviética, com o refluxo dos soviets, o partido e a nomenclatura suplantaram a iniciativa social, enquanto eles teriam como remédio o “quarto poder”.

Alguns anos depois, a análise de Linera já aponta para a consolidação de um novo bloco no poder e de uma nova burocracia estatal, destinada a servir aos interesses gerais da sociedade. Para o vice-presidente, o Referendo aprovatório da nova Constituição, em 2008 marcou um ponto de bifurcação²⁰ e mudou a história

¹⁹ Danilo Martuscelli explica que: “Do ponto de vista jurídico-formal, podemos admitir a existência de órgãos do Estado com competências distintas [...]”, porém, “[...] em nenhum Estado burguês, o Executivo (governo) apenas executa as leis, enquanto o Legislativo (parlamento) somente as cria. Na verdade, esses dois ramos assumem a dupla função de criar e executar leis, estatutos, normas jurídicas, e são parte constituinte da unidade do poder institucionalizado: o Estado burguês” (MARTUSCELLI, 2010, p. 64).

²⁰ O ponto de bifurcação é uma terminologia que Linera empresta do físico belga de origem soviética Ilya Prigogine, vencedor do Nobel de Química em 1977 e autor de vários livros, dentre os quais, *O Fim das Certezas: Tempo, Caos e as Leis da Natureza*, é considerado por Alan Sokal e Jean Bricmont (1999), no livro *Imposturas intelectuais* um dos cientistas favoritos dos pós-modernos. Neste livro, que parte de um artigo satírico de Alan Sokal em uma revista norte americana de Estudos Culturais, com citações autênticas, mas sem sentido, proferidas por intelectuais “da moda”, os dois físicos criticam o uso inapropriado da física e matemática entre autores pós-modernos. Denunciam a “mistificação da linguagem deliberadamente obscura, dos

política da Bolívia, derrotando as antigas classes dominantes e consolidando “um novo bloco de poder estatal integral” (2010a, p.16).

O Vice-presidente afirma que é “evidente” que houve:

[...] uma modificação das classes sociais e de suas identidades étnicas culturais, as quais assumiram, primeiro, o controle do governo e, gradualmente, a modificação do poder político, o controle do excedente econômico e da estrutura do Estado (GARCÍA LINERA, 2010a, p. 18, *tradução nossa*).

Tal fenômeno seria verificável a partir da “origem social, trajetória laboral e educativa, e estrutura dos capitais (econômicos, culturais e simbólicos)” dos atuais governantes. Por meio desta concepção de que a origem social dos governantes permitiria apreender as classes e frações no bloco de poder, compreendemos por que o vice-presidente diz que é “evidente”. O faz por que analisa a aparência do fenômeno político, o que neste caso mais oculta do que revela a essência do Estado boliviano, sua natureza de classe.

O novo bloco no poder, segundo Linera, teria como base material a pequena produção mercantil (agrária e urbana), a mesma composição da “multidão mobilizada” nas rebeliões de 2000 a 2003. No bloco dirigente, se destacariam os camponeses indígenas que têm vínculos com o mercado, do Chapare, vales de Cochabamba, zonas de colonização do Oriente, comunários do altiplano de La Paz, Oruro, Chuquisaca e Potosí, além dos vales de Tarija. Ou seja, junto com a mudança de classe haveria uma superação dos desequilíbrios regionais. Compartilhariam um espaço no novo bloco os camponeses indígenas das terras baixas e ayllus andinos, assim como pequenos produtores urbanos. Setores com

pensamentos confusos e do emprego incorreto dos conceitos científicos” (SOKAL e BRICMONT, 1999, p.11). Um dos abusos que expõem é a ostentação de uma erudição superficial para impressionar leitores não-cientistas. Um dos objetivos é desconstruir a fama de que alguns destes textos são difíceis por sua profundidade. “[...] em muitos casos, que, se os textos parecem incompreensíveis, isso se deve à excelente razão de que não querem dizer absolutamente nada” (1999, p. 19). A citação de Prigogine nos chamou a atenção para este procedimento nas obras de Linera, assim como o estilo enviesado de René Zavaleta que, em geral, impressiona por sua “sofisticação”, mas resulta na substituição de categorias que traduzem o movimento do real por noções imprecisas.

“atividade mercantil relativamente avançada”, que Linera chama de “empresariado de origem popular” comporiam o bloco, mas, segundo o sociólogo e vice-presidente se autoidentificariam muito mais como trabalhadores do que como burguesia, abastecem prioritariamente o mercado interno e nunca receberam nada do Estado para chegar a este status. Este conjunto seria o primeiro círculo de decisão. Ao qual se agrega uma “nova intelligensia urbana”, profissionais resultantes da democratização da Universidade na década de 1960 e intelectuais indianistas.

Em seu entorno ainda se articulariam forças operárias submetidas à precarização trabalhista e um segmento empresarial industrial tradicional, vinculado ao mercado interno e favorecido pelas políticas de fomento ao consumo público de produtos nacionais. E ainda cabem mais setores neste novo bloco no poder, no caso uma “nova burocracia estatal” que seria:

Uma espécie de síntese de antigos funcionários do Estado [...] e novos funcionários que possuem não só um capital escolar diferente, mas sim que ademais utilizaram redes sociais étnica e classistamente distintas às da burocracia tradicional, para se acertar aos postos administrativos (GARCÍA LINERA, 2010a, p. 20, *tradução nossa*)

Diferenciando-se da burocracia sob os governos neoliberais, que era recrutada em egressos de universidades privadas, estrangeiras e formados no âmbito da gestão empresarial e do marketing, a nova burocracia teria suas origens das universidades públicas e redes sindicais, que filtrariam o recrutamento dos níveis intermediários da burocracia estatal. O Estado passaria a ser conduzido por mecanismos complementares: as principais políticas públicas seriam formuladas em “ampliados e congressos”, com a participação direta das organizações sociais, que baseariam a ação do governo, seja no executivo como no legislativo; representantes dos setores sociais mobilizados ocupam vários níveis do aparato estatal; e formar-se-ia uma nova intelectualidade nos funcionários públicos vinculados com as necessidades do “bloco de produtores”. Desta análise, Linera conclui:

O que está acontecendo na Bolívia não é, portanto, uma simples mutação de elites no poder, mas sim uma autêntica substituição da composição de classe do poder do Estado, cuja radicalidade é diretamente proporcional à distância de classe e, em particular, cultural entre o bloco social emergente e o bloco social deslocado (2010a, p. 21, *tradução nossa*).

Fernando Mayorga considera que a experiência vivida na Bolívia marcou o fim da democracia pactuada, com a promoção de uma reforma estatal impulsionada pela democracia direta, que combinou a democracia representativa com a participativa (2007, p.130). Durán Gil faz uma aproximação histórica entre o nacionalismo revolucionário do MNR, em 1952, e a “Revolução Nacional Democrática” do MAS, trazendo importantes elementos de comparação, inclusive com o retorno de práticas populistas e clientelistas (2008, p.171). A presença majoritária de operários, camponeses e indígenas na Assembleia Legislativa Plurinacional, segundo Linera, levou à indianização e plebeização das estruturas estatais. “Esta presença de indígenas na condução do Estado, é a revolução política mais importante do país e do continente nos últimos séculos” (GARCÍA LINERA, 2011, p.122-123, *tradução nossa*).

Alejandro Almaraz, que foi vice-ministro de Terras, no início da administração de Evo Morales, e agora critica os rumos do governo. Denuncia que as decisões importantes do governo são tomadas junto aos “profissionais do poder” vindos inclusive de postos chave nos governos anteriores.

Os outros [...] na periferia do poder, oferecem seus rostos indígenas e populares para legitimá-las, e seus nomes para que García demonstre a “revolução” e atribua a sua falta de educação as deficiências de uma gestão governamental desastrosa e deplorável, da qual na realidade Evo Morales e seu núcleo de “profissionais do poder”, capitaneados por García são os principais responsáveis (ALMARAZ, 2011, p.16, *tradução nossa*).

A análise porista afirmava apontava que o governo de Evo Morales, mesmo que tivesse se originado dos movimentos camponeses e fosse constituído por lideranças pequeno-burguesas, era um governo burguês, cuja peculiaridade era

a tentativa de se fundamentar na defesa da pequena propriedade privada o que derivava em uma incapacidade para enfrentar a grande propriedade (latifúndio, grande empresa nacional, transnacionais e imperialismo). Fazia o prognóstico que o objetivo de se tornar “sócio” das multinacionais, levaria à prostração diante delas. Ao mesmo tempo em que a pequena propriedade estabelece uma ligação com a grande propriedade, e por isso com a burguesia, que detém estes meios de produção, na história boliviana há inúmeros momentos de radicalização do campesinato, com ações de grande impacto e fúria contra os grandes proprietários. Os trotskistas bolivianos afirmavam que Evo apoiou-se nas lutas do campesinato para se projetar, transformando a defesa da pequena propriedade em estandarte. Antes de ser eleito, nos levantes, demonstrou ser um defensor da democracia burguesa, assim como no parlamento (POR, 2006, pp. 4-5)

Um aspecto importante a ser analisado é a relação do governo Evo com as Forças Armadas. García Linera aponta que um elemento de estabilização do poder do “novo bloco” radica na “firmeza e fidelidade das estruturas de coerção do Estado (Forças Armadas e Polícia Nacional)” (2010a, p. 23, *tradução nossa*). A partir da “reconstrução da presença do Estado na economia” e ampliação de direitos sociais, o governo teria retirado as Forças Armadas de sua “crise existencial institucional” por que passou sob os governos neoliberais e passou a incorporá-las na execução desta expansão estatal. Assim, militares passaram a construir rodovias, participar de projetos de distribuição de renda, controlar territórios de fronteira. As nacionalizações, que Stefanoni (Cf. 2006) caracteriza como um jogo de cena, ocorreram com a ocupação militar dos poços gás, aproximando, segundo o jornalista argentino, perigosamente o novo nacionalismo indígena com o velho nacionalismo militar, propondo um novo pacto camponês-militar, ainda que sob uma máscara pachamâmica.

A grande mudança, na concepção de Linera, seria que as Forças Armadas não mais agiriam sob a tutela estatal, mas sim sob a “liderança moral e intelectual de setores indígenas populares” (2010a, p. 25). Veremos adiante que com esta análise fica difícil explicar a repressão por parte do exército e da polícia

de manifestações indígenas como a marcha contra a construção de uma rodovia no Território Indígena Parque Isiboro Secure (TIPNIS).

A aparente contradição se acentua quando se observa como a filosofia indígena do “viver bem” foi adotada nos discursos do governo, sobretudo em momentos rituais e predominantemente em atuações voltadas ao exterior. Como se vê no documento do governo boliviano apresentado à ONU, em 2009²¹, intitulado *El vivir bien como respuesta a la crisis global*. No texto, menciona-se a existência de espíritos que vivem nos animais, plantas, pedras e água, que se contactam com os humanos. As mudanças climáticas teriam sido previstas nas profecias dos ancestrais. Caberia às nações indígenas, no caso representadas pelo governo boliviano, mostrarem ao mundo a solução para a crise e para recuperar a saúde da Mãe Terra (GOBIERNO DE BOLIVIA, 2009, pp. 132-133). O documento defende que a partir das comunidades soberanas e autodeterminadas serão definidas políticas públicas para construir o “Viver Bem”. Segundo Salvador Schalvezon,

O “Viver Bem” na Bolívia, o “Bom viver” no Equador, *Suma Qamaña* em aymara, e *Sumak Kawsay* em quechua, é um termo incorporado recentemente na linguagem política dos povos e do Estado, que faz referência a uma cosmovisão onde o homem se integra a seu entorno, com a Pachamama e outros seres não humanos a partir da reciprocidade, a complementariedade, e não a competição típica do capitalismo, resumida na fórmula de [buscar] “Viver Melhor” (2012, p.45, tradução nossa).

Ainda no documento à ONU, o governo boliviano anuncia que se baseará na soberania das comunidades, ayllus e tentas, garantindo a realização de consultas prévias e vinculantes, além da revogabilidade de delegados nos níveis centrais do Estado, a partir das assembleias de base (GOBIERNO DE BOLIVIA, 2009, p.170). Antes disto, a “cidadanização” da Pachamama esteve presente nos debates que resultaram no texto da nova Constituição e na Lei de Direitos da Mãe Terra, de dezembro de 2010.

²¹ Nesta ocasião, a pedido de Evo, a ONU estabeleceu o dia internacional da Mãe Terra (Pachamama).

Pretendemos neste subitem da tese apresentar o processo de formação do MAS, a trajetória de Evo Morales do movimento cocaleiro à Presidência da Bolívia e as concepções que carrega sobre o Estado, a propriedade privada e a relação com as concepções presentes nos movimentos indígenas. Vejamos como estes elementos se manifestarão no processo da Assembleia Constituinte.

3.2 TENSÕES E PACTOS NA ORIGEM DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO PLURINACIONAL

No dia 6 de março de 2006 foi aprovada pelo Congresso a Lei especial 3364 de Convocatória da Assembleia Constituinte. Instalada em 06 de agosto de 2006, teve como objetivo redigir uma nova Constituição que deveria dar expressão às reivindicações dos movimentos sociais; democratizar o Estado; defender os recursos naturais; romper com o modelo colonial, republicano e neoliberal; e fundar o Estado Unitário Social de Direito Plurinacional e Comunitário (ASAMBLEA, 2008, p.2). Em seu início, as contradições internas da Constituinte já apareceram na definição de sua natureza: fundacional/originária ou derivada e na forma de aprovação dos artigos. Por maioria absoluta, o que favorecia o governo ou por dois terços o que forçava as negociações com a direita opositora. Diante do impasse, tanto o governo como a *medialuna* recorreram à pressão social nas ruas. O governo organizou os camponeses para tentar quebrar a paralisação cívica no Oriente. Simultâneo a este confronto entre partidários dos dois lados em disputa em torno da definição dos rumos da Constituinte, trabalhadores, camponeses, cooperativistas e indígenas continuavam a recorrer à ação direta para resolver seus problemas, seja em Copacabana, Colomi, Cochabamba ou Santa Cruz. A oposição direitista continuou a chantagear a Assembleia Constituinte, além das paralisações [paros] cívicas, divulgaram que 500 pessoas estavam fazendo greve de fome na *medialuna*. Por meio dos comitês cívicos e de seus partidos (PODEMOS, UN, MNR) e dos meios de comunicação, conquistaram o critério de votação por 2/3 dos votos.

Foto 20 - Sessão da Abertura da Assembleia Constituinte em Sucre, em 6 de agosto de 2006



Fonte: La Razón

A Assembleia Constituinte foi composta por 255 assembleístas, com grande representação indígena. O MAS foi o partido hegemônico, com 137 membros. Sue Iamamoto classifica os agrupamentos favoráveis ao *proceso de cambio*, que totalizaram 64% das cadeiras, junto com o MAS: Aliança Social (6 constiuintes), Aliança Social Patriótica (2), Movimento Ayra (2), Concertação Nacional – Pátria Insurgente (5), Movimento Bolívia Livre (8), Movimento Cidadão São Felipe de Áustria (1) e Movimento Originário Popular (3). A pesquisadora considera que muitas destas siglas foram formadas para ampliar a representação do próprio MAS, em representar movimentos orgânicos. Do lado da oposição, o agrupamento com mais constituintes era o Poder Democrático e Social - Podemos, com 60 membros. Somavam-se a ele a Aliança Andres Ibáñez (1), Autonomia para Bolivia (3), Movimento Nacionalista Revolucionário-A3 (2), Movimento Nacionalista Revolucionário - Frente Revolucionária de Esquerda (8), Movimento de Esquerda Revolucionária - Nova Maioria (1), e Unidade Nacional (8). Dos constituintes eleitos, 32% se autoidentificaram como quechua, 17% como

aymara e 7% como membro de algum outro povo ou nação minoritários, proporções comparáveis às do censo de 2001. Dos constituintes, 49% haviam nascido no campo, dentre os quais 16% já viviam nas cidades. Quanto às ocupações, prevalecia o Direito, com 30%, seguido pela direção de organizações de base, com 20% (ALBÓ, 2012, p. 222).

A Assembleia Constituinte foi palco das disputas entre os masistas e os defensores da autonomia do oriente boliviano, que inclui os departamentos de Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija. Nos fundamentos do conflito estão os efeitos do desenvolvimento desigual e combinado. Por um lado, o Oriente representava a prosperidade econômica, enquanto o restante do país era marcado pela miséria, presença das comunidades indígenas, camponeses sem-terra, desempregados e subempregados. Com a concentração do eixo econômico agroindustrial na *medialuna*, esta fração burguesa desenvolveu suas críticas de marginalização dentro do Estado Boliviano. Uma matéria do *Masas*, de 22 de setembro de 2006, identifica uma conspiração divisionista de longa data, que encontrou na Constituinte uma oportunidade de aflorar. Diferenças de “cultura” e “raça” seriam manipuladas e Santa Cruz passaria fabricar fundamentos para estas tendências regionalistas. Os dois lados em pugna procuravam ganhar o apoio das massas empobrecidas, levando a confrontos entre os próprios explorados.

Como os racistas de outrora e recentemente, se sugeriu que o oriente branco é geneticamente preparado para a democracia, enquanto que o ocidente índio só sabe tumultuar; [...] Com indicadores tendenciosos se propagandeou que o “exitoso modelo de desenvolvimento cruceño” neoliberal, como modelo a seguir (*Masas*, n. 2009, 22/09/06 *apud* POR, 2006, p. 54).

O artigo concluía considerando que tratava-se de uma disputa artificial, que crescia em meio a ataques, estereótipos e insultos, mas que desviava o foco da própria burguesia incapaz e submetida ao imperialismo e ao Estado que se formou no país. Por fim, prognosticava que “por instinto de sobrevivência, governo e oposição direitista acabarão consensuando uma saída para parir esse aborto de Constituição burguesa que restará da Constituinte”. Aos trabalhadores, camponeses

e indígenas, caberia se independizar das disputas interburguesas e retomar o caminho da luta de classes.

Figura 4 - Mapa da Bolívia: Meia Lua



Fonte: Portal Educacional

O primeiro ponto de discussão na Assembleia Constituinte foi a “visão de país”. O balanço negativo do período neoliberal comparecia tanto nas análises dos partidários do MAS como da oposição da direita da *medialuna*. Nos documentos da Unidade Nacional (UN) e Aliança Andres Ibáñez (AAI), a crítica ao período neoliberal se devia a sua incapacidade de levar ao crescimento e debilitou o sistema produtivo boliviano. O MNR, como foi o partido dos presidentes que aplicaram as medidas neoliberais, apresentou uma visão positiva, ressaltando a estabilização da economia a partir do Decreto de 21060 de 1985 e a abertura da

economia. Alegou também que a política de capitalização, adotada no primeiro governo de Goni, era muito próxima da política de nacionalização de Evo Morales.

O processo de capitalização consistiu na associação do Estado com investidores privados estrangeiros, na qual o Estado contribui com suas empresas e o investidor com o capital, criando assim uma empresa na qual o investidor tinha 50% das ações, o controle da sua administração e a obrigação de investir o total da capitalização no desenvolvimento da própria empresa. [...] Os fundamentos do decreto nacionalizador [de maio de 2006, promulgado por Evo Morales] descansam na continuidade do processo de capitalização, mudando unicamente a forma dos contratos, mas que, ao final, continua sendo uma empresa com participação transnacional, o que evidentemente é bom para todos os pontos de vista porque, como já havíamos mencionado anteriormente, este processo de capitalização fez com que a Bolívia pudesse obter maiores ingressos, produtos dos impostos destas empresas, assim como da sua exploração (MNR *apud* IAMAMOTO, 2011, p. 93).

Sue Iamamoto analisa que entre os agrupamentos opositores, o único a conseguir alguma adesão popular foi o regionalismo. Hormando Vaca Diez, único constituinte da Aliança Andres Ibáñez (AAI) procurou apresentar que Santa Cruz expressava uma luta histórica contra a política centralista herdada da economia de enclave colonial.

Nascemos como país com 2.800.000 km², hoje nos vemos reduzidos a 1.098.000 km² e as pessoas se perguntam, por quê? E são várias as respostas, mas há uma que é central: porque a Bolívia na etapa republicana continuou o modelo colonial de exportação de enclave mineiro e buscando um porto no Pacífico para transportar o mineral. Vivemos com a cara voltada para o Pacífico e de costas para a Bolívia profunda. Porque o mundo da oligarquia mineira, do enclave mineiro da economia, era o mundo da mina e de uma pequena área de impacto e o que importava era como chegar ao porto com os minerais e o saldo da Bolívia excluída, como excluídos foram nossos indígenas e camponeses (AAI *apud* IAMAMOTO, 2011, p. 94).

A tentativa da AAI era de estabelecer um paralelo entre a “exclusão de Santa Cruz” e dos povos originários. A concepção dos grupos de oposição era que com a Assembleia Constituinte deveria ser fortalecida a identidade boliviana e os

laços nacionais. Diante do centralismo autoritário deveria ser ampliada a democracia representativa, criando mecanismos para permitir a representação de agrupações cívicas (comitês cívicos, câmaras de comércio e industrial, associações sindicais), assim como representações corporativas e sindicais, e implantar as autonomias departamentais. Em vez da plurinacionalidade, a oposição defendia um Estado unitário, com autonomias e descentralizado. No discurso de cada agrupamento aparecia o que deveria ser combatido, conforme sintetiza Sue Iamamoto. Para o MNR, tratava-se de combater a supremacia indigenista; o MNR-A3 se confrontava com o populismo conservador antidemocrático e anárquico; a APB e o MNR-A3 atacavam o socialismo retrógrado e estatista. O centralismo estava no alvo do MNR-A3, MNR, APB e Podemos (IAMAMOTO, 2011, p. 105).

A oposição propunha também uma economia mista, entre setor privado, estatal e “social”. A responsabilidade estatal se daria na propriedade e controle de recursos naturais estratégicos, na promoção de políticas públicas e na regulação do setor privado, dinamizando a economia e garantindo condições para os investimentos. O Podemos expressava que o mercado não seria autorregulável, o que exigia a intervenção estatal por meio de apoios técnicos e crédito. A AAI reivindicava uma política tributária em que o governo não abusasse do excedente que segundo eles seria gerado pelas empresas nacionais e internacionais para gastos irresponsáveis. Rejeitavam o “estatismo” que levaria à intervenção do Estado em todas as áreas da produção. Defendiam a “segurança jurídica” quanto aos investimentos e empresas nacionais e internacionais, inclusive com a proposta de dar à segurança jurídica à empresa privada o status de preceito constitucional (MNR *apud* IAMAMOTO, 2011, p. 108). Quanto aos recursos naturais, aceitavam a propriedade estatal dos recursos naturais não renováveis, porém demarcavam que sua exploração deveria ser feita preferencialmente por meio de parcerias público privadas. Justificavam tal modelo com os prováveis benefícios que as tecnologias trariam, aumentando a lucratividade e o montante de impostos. O que não era muito diferente do que o governo Evo Morales vinha realizando. Mas sim o que consideravam como uma forma abrupta das “nacionalizações”, que levaria à insegurança jurídica. Nos fatos, apesar da ocupação militar das refinarias, a

propriedade privada das multinacionais permaneceu intocada. A “nacionalização” iniciada por Evo Morales tinha como objetivo aumentar o preço dos hidrocarbonetos e passar a favorecer uma fração da burguesia boliviana.

Foto 21 – Comício multitudinário em Santa Cruz reivindica autonomia, em 15 de dezembro de 2006



Fonte: La Razón

Salvador Schavelzon etnografou a Assembleia Constituinte e apresenta as tensões entre autodenominados camponeses e indígenas; assim como no entrecruzamento das inúmeras tradições de luta, desde os que se situam na matriz marxista (com suas variantes trotskistas, guevaristas, estalinistas, dentre outras) e no nacionalismo – correntes que disputaram os corações e mentes dos mineiros –,

passando decisivamente pelo indigenismo. Mesmo reconhecendo os limites do texto final, com suas ambiguidades e pactos com a oposição, o autor defende que, por meio da eleição de Evo Morales e da aprovação da Constituinte, os indígenas e camponeses chegam ao Estado e, metaforicamente, até mesmo a Pachamama (SCHAVELZON, 2012, p.47). Sue Iamamoto propõe uma outra divisão dos agrupamentos no interior da “situação”. Identifica entre os que estavam alinhados com o governo de Evo Morales três projetos: “indigenismo”, “nacionalismo” e “marxismo”. Justifica ser uma separação feita para tentar compreender as diferenças em meio a propostas que considera bastante parecidas.

O projeto indigenista aparecia de forma mais definida no documento do Ayra-CONAMAQ, embora aparecesse parcialmente no documento do MAS, CN-PI e MOP. Não encarnava as vertentes mais radicalizadas do indigenismo de contraposição entre nação indígena e nação boliviana. A via institucional da Assembleia Constituinte, segundo Iamamoto, levou ao isolamento do indigenismo “radical”, que se desenvolvia, sobretudo, no altiplano de La Paz. No interior da Constituinte, os setores indigenistas terão sua origem no altiplano sul e nas terras baixas, setores que em 2002 estiveram presentes na marcha pela Assembleia Constituinte. Prevalecerá a visão do Estado como “um ente com o qual se pode ‘pactuar’ uma convivência mútua” (IAMAMOTO, 2011, p. 110). Defende o “bom governo” nos moldes do pacto colonial em que é exigido o respeito aos territórios e formas de governo dos povos originários.

As características nacionalistas faziam parte dos documentos do MAS, o MOP, ASP-Tapia, ASP-Vargas e MBL. Como nacionalismo, a pesquisadora considera a defesa das tarefas de desenvolvimento nacional a partir da nacionalização dos recursos naturais, industrialização, garantia de direitos sociais (saúde, educação, previdência, dentre outros). Apresenta elementos que ela considera como “fortemente antiimperialistas”. Seria uma continuidade com o nacionalismo outrora representado pelo MNR, nos marcos da Revolução Nacional de 1952. Defende também o fortalecimento da autoridade estatal, receando a instabilidade do governo. O MBL colocava como grande problema a ser resolvido pela Constituinte a reunificação entre o Estado e a sociedade boliviana.

Um terceiro projeto, com “acento” marxista, segundo Yamamoto (2011, p. 111) agruparia a CN-Pátria Insurgente, MCSFA e AS. O Estado seria visto como “tático” e questionaria o projeto do MAS de formar um governo “de todos”. Definia a classe dominante como adversária, em sua manifestação étnica, “antipátria” e, principalmente econômica. Por isso questiona o bloco masista por não defender o fim da propriedade privada e a expulsão das transnacionais. O sujeito nacional seria parcial: o proletariado urbano e rural. Incorporando “certo indigenismo”, como diz Sue, defenderia a maximização de um projeto popular por meio do fortalecimento das coletividades autogovernadas camponesas, indígenas e urbanas.

A predominância foi dos projetos nacionalista e indigenista, convergindo para a defesa do Estado plurinacional que descolonizaria o país, com desenvolvimento e bem-estar. Mesmo sem demonstrar a existência de um agrupamento marxista, mas apenas algumas categorias e consignas mescladas sem muita consistência, Sue conclui que “o projeto ‘marxista’ mais puro é minoritário e ganha pouco respaldo nos documentos gerais da situação durante a Assembleia Constituinte” (IAMAMOTO, 2011, p. 112). A explicação da pesquisadora é insuficiente, afirma que um projeto marxista não predominou, pois “o processo de síntese das diversas forças políticas que compunham a situação não ocorreu no interior da Constituinte mesma, mas de forma paralela e sem incluir de maneira orgânica movimentos urbano-populares ou sindicais operários” (IAMAMOTO, 2011, p. 112). Tem-se a impressão de que se a burocracia sindical da COB tivesse um maior peso a Constituinte teria outros rumos, sem considerar os limites estruturais desta forma de parlamento, e nem sob qual direção estaria o movimento operário e seus sindicatos e centrais, majoritariamente, neste momento. Dois episódios, um anterior e outro posterior à Constituinte, ajudam a revelar a política da direção da COB. Em 2005, em meio à crise que levou à renúncia de Mesa, a direção da COB se somou à proposta do MAS de novas eleições. Três anos depois, o MAS lançou uma Lei de Pensões baseada na capitalização individual. A greve de mineiros e professores convulsionou o país e enfrentou uma forte repressão do governo, com a morte de dois mineiros e centenas de feridos. No auge da radicalização, a COB aceitou uma trégua de 45 dias para o governo reelaborar a

lei. Como resultado desmobilizou as bases, o que permitiu que o governo demitisse as lideranças dos professores em Cochabamba, e a lei resultante mantivesse a mesma base.

O que é indiscutível é a predominância do movimento indígena/camponês neste processo. Desde 2004, as organizações indígenas e camponesas (CONAMAQ, CIDOB, CSUTCB, FNMCB-BS, CSCB) iniciaram a preparação para a Assembleia Constituinte, formando o Pacto de Unidade. A partir da aprovação da lei de convocatória da Constituinte, as reuniões das organizações integrantes do Pacto de Unidade tornaram-se mais frequentes. Aproximadamente metade dos constituintes do MAS eram vinculados às organizações do Pacto de Unidade. Às vésperas da abertura da Constituinte, um evento organizado no âmbito do Pacto de Unidade reuniu 400 representantes, incluindo os constituintes.

No dia seguinte já se inaugurava a flamante Assembleia Constituinte e já se lhe entregava oficialmente a Proposta Consensuada.

A segunda proposta, quase um ano depois (23 de maio de 2007) reflete a permanente interlocução entre os representantes deste Pacto de Unidade, que iam a Sucre de maneira rotativa, e os constituintes (ALBÓ, 2012, p. 224).

Adolfo Mendonza (*apud* IAMAMOTO, 2011, p. 112), senador pelo MAS, foi assessor do Pacto de Unidade e define esta frente como um movimento social cujo objetivo era a Assembleia Constituinte. Ele afirma que a maior parte das discussões promovidas nas comissões vinham de demandas oriundas do Pacto e não dos constituintes e das forças políticas que representavam. Afirma que esta era a verdadeira força dirigente do processo. O constituinte Raúl Prada Alcoreza afirma que o Pacto de Unidade guiou a Constituinte, mas que o aprofundamento dos debates foi inviabilizado pela tensão sob a qual o processo se desenvolveu, impedindo a discussão de novas propostas trazidas pelos constituintes. Foi constante a atuação da Representação Presidencial para a Assembleia Constituinte (REPAC), criada no primeiro mês do governo do MAS para preparar as discussões para a Assembleia. Inicialmente organizou fóruns, oficinas e seminários ao longo

do país. Forneceu “apoio técnico” para a Constituinte, produzindo informes e jornais que os constituintes levavam para suas bases (IAMAMOTO, 2011, p. 113). Juan Carlos Pinto, que dirigiu o Repac no final do processo constituinte, as primeiras sessões da Assembleia foram caóticas em que os constituintes traziam uma multiplicidade de demandas particulares das localidades. O que unificava os constituintes “sem elaborar muita teoria, (...) são os que estão a favor e os que estão contra Evo” (*apud* IAMAMOTO, 2011, p. 114).

Depois de muitos conflitos, a Constituição Plurinacional foi aprovada em 2008. O texto constitucional, promulgado em 2009, após um referendo, traz um reconhecimento das nacionalidades indígenas, da autonomia e organização territorial, do uso das línguas e práticas religiosas; protege a Coca como patrimônio cultural; limita os latifúndios, e inscreve novos direitos que contemplam questões de gênero, direitos humanos, sociais e restrições às privatizações. Quanto aos recursos naturais, a Constituição estabeleceu que deveriam passar às mãos do Estado.

O governo pactuou com a direita autonomista para garantir a aprovação do texto, segundo Linera esta era a última alternativa antes do caos e do avanço dos movimentos sociais sobre a propriedade. O vice-presidente chegou a ameaçar que a direita seria responsabilizada historicamente, caso não aceitasse o pacto com o MAS, por “ter asfixiado esse cenário e de ter provocado a emergência de forças sociais que questionarão de maneira radical o latifúndio, a propriedade da terra e as riquezas” (*apud* SCHALVEZON, 2012, p.278, *tradução nossa*). Apesar da disposição de conciliação do MAS, a direita continuou sabotando a Constituinte, assim, depois de demonstrações de racismo e violência política, a Assembleia passou a funcionar no Liceu Militar La Glorieta, com participação praticamente exclusiva do MAS.

A maioria que se trasladou para ali aprovou o texto “em geral” e contra o relógio, sem poder sequer lê-lo porque, de fora, a oposição sucrense continuava os fustigando. Já de noite os constituintes escaparam por sendas e voltaram a se reunir, desta vez em Oruro para fazer a aprovação “em detalhe” e lendo o

texto em outra sessão também maratônica, mas em território amigo e apoiados por mineiros e camponeses acampados nos arredores (ALBÓ, 2012, pp. 225-226, *tradução nossa*).

Foto 22 - Marcha em apoio a Evo e à Constituinte, em La Paz e, ao lado, manifestantes queimam bonecos representando a direita autonomista



Fonte: elmundo.es

Mesmo com a ausência física dos partidos de direita, na votação, sua política foi encampada pelos próprios masistas, com a justificativa de evitar futuras impugnações (SCHALVEZON, 2012, pp. 329-340). Linera indica claramente que esta era uma das opções oferecidas pela conjuntura:

Era possível outra rota de aprovação da Constituição pela via da força de mobilização? Obviamente!!! Mas requeria uma sublevação, uma insurreição que passasse por cima de todos os outros contrapoderes do velho Estado ainda presentes (2011, p.141, *tradução nossa*).

Em meio aos confrontos com o governo, os departamentos da *medialuna* foram convulsionados com bloqueios de estrada, ocupação de prédios públicos, saques, mortes, tortura de indígenas que se manifestassem favoráveis ao governo. A direita autonomista justificava suas ações e métodos com a denúncia de

que o projeto de Constituição do governo era “ditatorial”, por conta de sua aprovação no Liceu militar. Criticava a lei que limitava o tamanho dos latifúndios. Reivindicava a manutenção das receitas do petróleo para os departamentos produtores e exigia autonomia para controlar o lucro com as exportações das riquezas minerais, concentradas em seus territórios. Além disso, propagandeava que a Constituição instauraria o “socialismo indigenista” que afrontaria a propriedade privada²². Tratava-se de uma ação de propaganda que não correspondia ao texto constitucional que iniciava defendendo justamente todas as formas e tamanhos de propriedade. E, não havia nenhum artigo ou lei que impusesse a expropriação da propriedade privada ou dos latifúndios. Porém, as oligarquias do Oriente voltadas à atividade agropecuária não aceitavam nenhum limite a sua ação. Ainda mais que a consolidação do latifúndio se dá justamente com a destruição da propriedade comunal e das pequenas propriedades. São interesses inconciliáveis que o governo prometia preservar.

Um referendo sobre os estatutos autonômicos foi convocado, o “não”, defendido pelo governo venceu com 57,5% dos votos. Mas o “sim” venceu nos departamentos da *medialuna*, que com base nisso queria defender a separação. Em Santa Cruz, obtiveram 85% dos votos pela separação. Na sequência, o Senado controlado pela direita desengavetou um projeto de lei apresentado por Evo no ano anterior, aprovando a realização de um referendo revogatório dos mandatos do presidente, do vice e dos governadores. Foi uma medida do Podemos que surpreendeu até os governadores. Evo Morales se comprometeu a promulgar a lei e realizar o referendo em 90 dias e afirmou: “Assim, a crise será resolvida pelas urnas e não pelas armas” (MORALES *apud* STEFANONI, 2008). Em 10 de agosto de 2008, o referendo foi realizado e Evo e Linera conquistaram 67% dos votos. As disputas entre o MAS e a oposição, porém, continuavam a se agravar. Os governadores de Santa Cruz, Beni, Pando, Tarija e Chiquisaca exigiam o cancelamento da Lei de Hidrocarbonetos, que mudava a distribuição dos *royalties*

²² Nas ruas de La Paz, em 2009, na propaganda governista pela aprovação do novo texto constitucional, era possível ver murais enormes com a consigna: O SIM respeita a propriedade privada.

do petróleo e do gás. Sobre esta disputa econômica, ergueu-se o movimento separatista, marcado pelo racismo, sabotagem econômica e pelo ataque às organizações de massas. Um dos episódios mais violentos foi o massacre em Pando em que 18 camponeses indígenas foram assassinados, em uma ação da oposição em 11 de setembro. Os grupos racistas também atuavam nas favelas, como em *Plán 3000*, em Santa Cruz, para atear fogo nas moradias e exterminar moradores. Na apresentação de um folheto do POR de 2008, intitulado *A crise política na Bolívia*, há uma análise sobre a forma de arregimentação dos destes grupos por parte das oligarquias e os métodos fascistas adotados.

Os bandos armados e pagos constituídos de jovens e pobres expressam tais métodos. A oligarquia instrumentaliza e financia os bandos para praticarem a violência reacionária contra a população indígena e demais miseráveis que apoiam o governo Evo. Nada têm a ver com a luta de classe, que é a materialização da violência revolucionária da maioria oprimida contra a minoria exploradora e tem como essência a tarefa de transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva (POR, 2008, p. 21).

Diante da manifestação de apoio do embaixador dos Estados Unidos à oposição, Evo o expulsou do país (VACA, 2008) e foi apoiado por Chávez que fez o mesmo com o embaixador norteamericano na Venezuela e prometeu proteção militar à governabilidade de Morales. Inicialmente, Evo recusou a interferência de outros países, decretou estado de sítio em Pando, tentou reunir os governadores opositoristas chamando-os ao diálogo, afirmou que tinha autorização dos movimentos sociais para modificar o texto resultante da Assembleia Constituinte, em relação às autonomias e impostos sobre os hidrocarbonetos. Porém, a crise continuava se agravando. A recém criada União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) passou a mediar o conflito. Dentre os presidentes latino-americanos estava Álvaro Uribe, da Colômbia, que expressava as exigências norte-americanas. A Organização das Nações Unidas (ONU) também atuou na crise por meio de sua representação na Bolívia, presidida por Yoriko Yasukawa. O destaque maior, porém, não foi nem da presidente da UNASUL, Michele Bachelet e nem da representação da ONU. O presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva esteve em

primeiro plano na celebração do acordo entre Evo e a oposição. Em matéria publicada no jornal espanhol *El País*, intitulada, *Lula toma as rédeas da crise boliviana*, afirma-se que:

Lula impôs condições para viajar a Santiago e as conseguiu. Pediu uma trégua prévia entre (o presidente boliviano Evo) Morales e a oposição, o que foi feito. Exigiu a aceitação expressa de La Paz para que ele intercedesse na crise, e a obteve. Mais, os rivais de Morales comemoraram a mediação brasileira, apesar de Lula os ter repreendido por usar a violência para desafiar o governo (*El País*, 16/09/2008).

Na matéria, a atuação de Lula foi elogiada enquanto o discurso anti-imperialista de Chávez foi condenado. Em um recado a Evo, mas também ao presidente Venezuelano, Lula exigiu que não houvesse “ingerência externa” e que os EUA não fossem atacados. O presidente brasileiro defendeu que para solucionar a crise era necessário consolidar a democracia e respeitar a Constituição. O *Jornal Washington Post* também condenou a ação de Chávez e ostentou a influência que os Estados Unidos ainda detinham, mesmo com a expulsão do embaixador:

A Bolívia recebe mais de US\$ 100 milhões em ajuda americana por ano, e cerca de 30 mil empregos no país mais pobre da América do Sul dependem da renovação das preferências comerciais que expiram em dezembro (*Washington Post*, 16/09/2008).

Após quase dois meses, o acordo se materializou com a modificação de 100 dos 411 artigos do projeto de Constituição. Segundo o jesuíta e antropólogo espanhol Xavier Albó, nesta fase final, os movimentos sociais e até mesmo os constituintes, sobretudo os de extração social mais popular, estiveram praticamente ausentes. Albó afirma que em alguns casos foram apenas questões formais. “Porém, em outros, foram feitas concessões que, se os setores populares tivessem participado, seguramente não teriam aceitado” (ALBÓ, 2012, p. 228, *tradução nossa*). Para que esta profunda crise política não tenha conseguido afetar a governabilidade de Evo, um fator de grande importância foi que não se combinou

com uma crise econômica. A alta dos preços das commodities sustentada, principalmente, pelas elevadas taxas de crescimento da economia chinesa favoreceu que a Bolívia, no momento, contasse com resultados positivos em sua balança comercial.

Foto 23 - Cerimônia de entrega da *Enciclopedia Histórica Documental del Proceso Constituyente Boliviano*, em 21 de agosto de 2009



Fonte: Governo da Bolívia

O texto constitucional, promulgado em 2009, após um referendo, traz demandas da “agenda de outubro”, porém com ambiguidades que atenuam as reivindicações ou até mesmo as negam. Como retrata Xavier Albó:

A Constituição nasceu viva, mas frágil e com problemas respiratórios por isso teve que seguir internada e com cuidados intensivos. Ao cumprir seu primeiro ano, após novas tentativas falidas de afogar a criatura, com a ajuda de certa cirurgia plástica e cosméticos e sob o olhar protetor de galenos [médicos] da Unasul e Nações Unidas, ao final pôde sair à luz pública em fins de 2008. Foi então apropriada pela sociedade com um folgado 61

porcento de aprovação, e desde fevereiro de 2009 é nossa nova CPE [Constituição Política do Estado] (2012, p. 223).

Evo aceitou a exigência da *medialuna* de maior autonomia “como espaço de planejamento e gestão” aos departamentos. Sobre a reeleição, a Constituição pactuada manteve o artigo sobre a reeleição do presidente. Evo concordou que poderia se candidatar apenas para as eleições de 2009, ele não teria direito a ser candidato em 2014. Mostrava-se, assim, o interesse da oposição em voltar ao poder do Estado nesta data.

Em relação à questão indígena, o pacto de Unidade, de agosto de 2006, estabelecia a consulta prévia e obrigatória às organizações sociais do local para avaliar a extração de recursos naturais, sendo das nações indígenas e camponesas o domínio dos recursos não renováveis. A propriedade destes recursos seria dividida entre estes e o Estado. Evo recusou tanto a proposta de propriedade como a de uso exclusivo dos recursos renováveis. Já após algumas concessões das organizações indígenas, os constituintes do MAS aprovam um acordo em que se reconhece

a integralidade do território indígena originário e das comunidades que inclui o direito à terra, ao uso e aproveitamento exclusivo dos recursos naturais renováveis nas condições determinadas por Lei, a consulta prévia e informada e a participação nos benefícios pela exploração dos recursos naturais não renováveis que se encontram em seus territórios; a faculdade de aplicar suas normas próprias, administrados por suas estruturas de representação e definir seu desenvolvimento de acordo com seus critérios culturais e princípios de convivência harmônica com a natureza (*apud* SCHAVELZON, 2012, p. 188, *tradução nossa*).

Esta seria a base do artigo 403 da Constituição, mas em outubro de 2008, nos acordos com a direita, agregou-se a frase “sem prejuízo dos direitos legitimamente adquiridos por terceiros” (SCHAVELZON, 2012, 188). Este elemento de anterioridade foi recorrente e acabou protegendo interesses de transnacionais, latifundiários e outros setores das classes proprietárias, no que diz respeito aos recursos naturais e à reforma agrária. Outra manobra foi trocar, por

futuras regulamentações, propostas definidas de proibição de transgênicos, controle social e obrigatoriedade de que os governantes e funcionários falem pelo menos uma das 36 línguas de povos originários reconhecidas na nova constituição.

No caso da Justiça Indígena, que abordaremos mais detalhadamente no subcapítulo 3.5, destacamos aqui a questão da formação do *Tribunal Constitucional Plurinacional* ao qual cabe dirimir possíveis apelações de “constitucionalidade” em pleitos entre a jurisdição indígena originário camponesa (IOC) e a ordinária. Na versão aprovada pelos constituintes em 2007, no artigo 198 determinava-se uma “representação *paritária* entre o sistema ordinário e o sistema IOC” (*tradução nossa*). Após a negociação com a oposição, retirou-se a palavra *paritária*. O que altera significativamente o que demandavam as organizações que compunham o Pacto de Unidade.

Quanto ao tamanho dos latifúndios, a definição foi postergada para um novo referendo para que a população se posicione se as propriedades devem ter 5 mil ou 10 mil hectares. Pelo acordo celebrado sob a ação da Unasul, os latifúndios existentes não seriam afetados. Ou seja, a lei e o resultado do referendo seriam apenas para evitar juridicamente a formação de novos latifúndios. Em nome da segurança jurídica, sobretudo aos investidores estrangeiros, foi retirada a caracterização de que a propriedade deveria ter uma função social.

A privatização da água que, segundo as cooperativas deveria ser enfrentada com a expropriação das empresas, só teve a substituição do nome de concessão por licença. Ou seja, a reivindicação da Guerra da Água não foi respondida, assim como a da Guerra do gás, presente no artigo constitucional que estabelecia que o Estado assumiria o controle e a direção sobre a exploração, industrialização, transporte e comercialização dos recursos naturais. Na revisão do Congresso, definiu-se que isto valeria apenas para recursos naturais ditos estratégicos e ainda permite a ação de empresas privadas e mistas, contratadas via entidades estatais, comunitárias ou cooperativas. Setores fundamentais dos serviços públicos como a saúde, educação e previdência, ficaram de fora da lei que proíbe a privatização.

O exemplo mais contundente dos limites do processo constituinte, porém, se deu com algo que estava garantido pela nova Constituição, mas não foi cumprido pelo governo. A tentativa de construção da rodovia Território Indígena Parque Nacional Isiboro Secure (TIPNIS), por parte do governo de Evo Morales, sem consulta às comunidades indígenas viola a nova constituição e trouxe questionamentos ao processo de “descolonização”, pois o governo reprimiu os protestos e marchas multitudinárias, atribuiu as ações indígenas à influência das Organizações Não Governamentais (ONGs) e da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e caracterizou os dirigentes como traidores por serem contra o desenvolvimento (EL DEBER, 2011).

Vejamos a seguir, mais detidamente, alguns dos momentos em que o governo do MAS que se denominava o governo dos Movimento Sociais, encabeçado por um presidente indígena, esteve em conflito com o movimento indígena. As questões que desencadearam tais tensões tratavam justamente do cumprimento da recém aprovada Constituição.

3.2.1 Confrontos entre o governo e o movimento indígena

Mesmo com todas as promessas de nacionalização e industrialização do gás, a Bolívia não conseguiu, sob o governo Evo Morales, modificar o seu papel na divisão internacional do trabalho, segue como um país exportador de matérias primas. A via adotada para realizar esta mudança, a Constituinte, não poderia resultar na ruptura com o saque imperialista para que se pudesse desenvolver as forças produtivas nacionais. Nos anos seguintes à promulgação da Constituição, desnudou-se a inviabilidade da convivência harmônica entre todos tipos de propriedade e, conseqüentemente, das classes e nações correspondentes a cada uma delas. No contexto internacional, Evo encontrou um momento de alta do preço das matérias primas, sustentado principalmente pelas altas taxas de crescimento chinês. Como assinala Boaventura de Sousa Santos, a máxima exploração dos recursos naturais aparecia como uma oportunidade histórica imperdível para repartir os

excedentes e promover o desenvolvimento. No entanto, o governo Morales não apontou para a ruptura com o atraso semicolonial. O máximo que fez foi alterar os contratos de concessão com as multinacionais extrativistas para obter uma repertição mais favorável ao país. Tal excedente, porém, não foi aplicado em avanços na infraestrutura (SOUSA SANTOS, 2012, p. 29). Com uma nova justificativa nacionalista, o extrativismo permaneceu central na economia do país.

O apoio social ao neoextrativismo proveio, como era de se esperar, dos setores que tradicionalmente ganharam com ele e agora viram seus lucros crescerem sem a necessidade de suportar o peso político das lutas sociais que suscitou (SOUSA SANTOS, 2012, p. 30, *tradução nossa*).

Apesar da retórica anti-imperialista e de algumas medidas de choque com o governo norteamericano, Boaventura considera que o anti-imperialismo de Rafael Correa e Evo Morales é bastante atípico.

[...] contraditoriamente (ou não) permite adotar, no plano interno, o neoextrativismo como parte integrante do modelo neoliberal de desenvolvimento e permite lucros fabulosos às empresas multinacionais, muitas delas norte-americanas (2012, p. 32, *tradução nossa*).

As populações indígenas que já se mobilizavam historicamente contra os efeitos da política extrativista passaram a resistir às medidas governamentais, a resposta do Estado, assim como sua matriz econômica, permaneceu como antes: violenta repressão. Boaventura apresenta os custos sociais do neoextrativismo conforme as denúncias das comunidades indígenas na Bolívia e Equador.

As populações conhecem bem estes custos: ocupação de suas terras sem consulta prévia, contaminação de suas águas, destruição ambiental, violação grotesca dos direitos da Mãe Terra mediante a exploração mineira a céu aberto, reforço da presença das igrejas (aproveitando-se da desorientação e desesperança das populações), assassinatos de dirigentes, deslocamentos massivos de população e seu reassentamento sem nenhum respeito por suas

reivindicações, seus territórios sagrados, seus ancestrais (SOUSA SANTOS, 2012, p. 30, *tradução nossa*).

É neste contexto que compreendemos a luta contra a construção da rodovia que cortaria do Território Indígena Parque Isiboro Secure (TIPNIS). Raúl Prada considera que estavam em lados opostos, no conflito, o projeto de 2000 a 2005 plasmado na Constituição, impulsionado pela CONAMAQ e CIDOB e, do outro lado, o governo, seu aparato, as transnacionais e o governo brasileiro, a serviço de grandes empreiteiras que fariam a obra (PRADA ALCOREZA, 2012, p. 417). A principal marcha indígena, que percorreu o país entre agosto e outubro de 2011, enfrentou repressão de sindicatos camponeses e do Estado. O presidente da CSTUB alinhado ao governo justificou seu apoio à construção da rodovia: “[...] não queremos que os indígenas vivam mais como selvagens” (EL DIARIO, 2011, *tradução nossa*). A marcha foi recebida em La Paz em um ato com cerca de um milhão de pessoas.

Foto 24 - Repressão à marcha do TIPNIS, em 25 de setembro de 2011



Fonte: latercera.com

Foto 25 – Protestos contra a construção da rodovia no TIPINIS



Fonte: latercera.com

Foto 26 - Chegada da VIII Marcha Indígena pelo TIPNIS a La Paz, em 20 de outubro de 2011, após 65 dias, desde que saíram de Beni



Fonte: eldia.com.bo

As organizações sociais, quando tentavam romper os cordões policiais que protegiam o palácio presidencial, tiveram uma resposta de Evo, que desceu até a praça e propôs uma lei em defesa do TIPNIS. Mais uma armadilha, segundo Raúl Prada Alcoreza:

Nomeia-se esta lei como de intangibilidade do TIPNIS. Título da lei que vai ser usado para escamotear as comunidades indígenas do TIPNIS, dizendo que se o território é intangível ninguém pode tocar, não podem ser desenvolvidos projetos comunitários, de ecoturismo e de desenvolvimento sustentável (PRADA ALCOREZA, 2012, *tradução nossa*).

A marcha expressou a posição do movimento contra a rodovia e o grande apoio nacional a esta causa, diante da tentativa do governo de manipular uma eventual consulta, o movimento recusou esta via. Mesmo assim, o governo ampliou a lei de consulta sobre este território e instalou quartéis “ecológicos”, militarizando o TIPNIS. Ainda que esta rodovia não esteja oficialmente entre os projetos da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), se encaixa no perfil destas grandes obras de infraestrutura. Foi antecedida pela entrega de concessões à Petrobrás e PDVSA para a exploração de petróleo na zona do núcleo do território, área que mais requer proteção (PRADA ALCOREZA, 2012). O governo continua tentando garantir o início desta obra. Em junho de 2013 lideranças indígenas interceptaram o dirigente do Conselho Indígena do Sul (Conisur), Gumercindo Pradel, que tentou articular dentro do TIPNIS apoiadores do governo, buscando mostrar à opinião pública que havia uma divisão interna. O dirigente foi enquadrado na justiça comunitária, o governo, porém, respondeu com a ordem de prisão de três dirigentes indígenas, desencadeando protestos contra mais esta repressão.

O Conselho Nacional de Ayllus e Markas do Qullasuyu (CONAMAQ), que era aliado do MAS desde 2005, decidiu em 2011, na VIII Jach’a Tantachawi (Grande Reunião), retirar-se do Pacto de Unidade e afirmar sua independência política perante o governo. Diante do esgarçamento cada vez maior entre a CONAMAQ e o governo, no final de 2013, o governo cercou a sede da entidade, com o pretexto de que havia a ameaça de uma tomada violenta da sede por parte dos “dissidentes”, como denominavam os opositores do MAS. Com isso, enfrentou os protestos dos indígenas. Em dezembro de 2013 os ayllus protagonizaram um piquete de greve de fome em frente a sua sede exigindo que o governo a devolvesse (ERBOL, 13 de dezembro de 2013).

Foto 27 - Piquete de greve de fome exige que governo devolva sede da CONAMAQ



Fonte: Erbol

Na luta de resistência para manter o controle territorial, as comunidades originárias recorrem à justiça indígena que, em geral, sempre foi a forma de administrar o acesso à terra. Porém, os governos dos Estados ditos plurinacionais rapidamente declaram estas comunidades como inimigas do desenvolvimento. Como analisa Boaventura de Sousa Santos:

[...] a justiça indígena é concebida como um obstáculo para o desenvolvimento. Sua neutralização se faz indispensável para abrir as comunidades ao progresso (obviamente definido em termos eurocêntricos). Para isto, o Estado recorre a várias medidas: definir o território indígena como superfície territorial, excluindo o subsolo; reduzir a jurisdição territorial ou material da justiça indígena a fim de convertê-la em inofensiva; atribuir a outras instituições, controladas pelo Estado, o controle do acesso à terra; etcétera (SOUSA SANTOS, 2012 p. 31).

Outro recurso que tem sido recorrente no governo de Evo Morales para justificar nacional e, sobretudo internacionalmente, por que seu governo enfrenta manifestações indígenas é dizer que as organizações não governistas seriam instrumentalizadas por ONGs internacionais. Assim, a repressão ao movimento indígena seria expressão do anti-imperialismo de Evo Morales. Boaventura mostra

por que esta afirmação acaba sendo convincente, pois tem um pouco de verdade. Os Estados Unidos têm adotado como uma de suas formas de ampliar a dominação na América Latina, financiar promissores dirigentes indígenas por meio de fundações, organizações e projetos de desenvolvimento local. Quando estas entidades continuam na base do governo este vínculo não é um problema. A partir do momento que se levantam, mesmo que seja para reivindicar o cumprimento da Constituição, passam a ser consideradas como inimigas da nação.

A antropóloga Renata Albuquerque de Moraes relata o processo contra três indígenas do povo yuracaré, residentes na comunidade de Nueva Lacea do rio Sécore, uma das 64 comunidades do TIPNIS, que estão sendo processados por roubo qualificado pela Procuradoria Municipal de Trinidad, a capital do departamento de Beni.

Acontece que a Bolívia Plurinacional, a Bolívia do Vivir Bien, deveria garantir autonomia política e jurídica às comunidades e territórios indígenas, cenário que está longe de ser realizado. Diante das injustiças recorrentes e através de suas estruturas políticas orgânicas, as comunidades decidem pelo que consideram como solução e acabam tendo de enfrentar na justiça ordinária os custos da sua aplicação: em 2013 acompanhei outro caso de indígenas processados em Trinidad por aplicar sua justiça comunitária, apesar de esse direito estar contido na nova Constituição do país (aprovada em 2009). Há, sobretudo, um problema de jurisdição, já que esses casos deveriam ser processados diante da justiça indígena e não da ordinária (MORAES, 2015).

Os indígenas têm adotado a prática de confiscar objetos – o que chamam de “decomisos” – que tem sido parte de ações de coleta de informações para enfraquecer a resistência no TIPNIS. Barcos que entram no território sem permissão, madeiras extraídas ilegalmente, materiais utilizados em tentativas de suborno, tudo isso pode ser “decomisado” a partir da deliberação dos indígenas reunidos. Em abril de 2015, os comunários de Nueva Lacea, no TIPNIS, interceptaram uma deputada indígena do MAS, Ramona Moye, que aportou no território sem permissão. O motor de seu barco foi confiscado e, depois, devolvido.

Porém, a deputada abriu processo na Promotoria Municipal de Trinidad contra os três indígenas que a abordaram, um deles é menor de idade.

Estas práticas são parte da defesa da autonomia das comunidades sobre seu território ameaçado. Renata Moraes chama a atenção para dois aspectos graves neste episódio.

O primeiro é a desconsideração do caráter comunal da decisão do cabildo, que implicou na ordem de prisão dirigida a três indígenas. Mesmo que eles tenham protagonizado qualquer ação no comento do confisco, respondiam à deliberação de suas autoridades locais e não deveriam ser individualmente responsabilizados por uma disputa política maior do que eles. Vale dizer que Ermínio e Timoteo, dois dos acusados, já sofreram perseguições de outras ordens e são jurados de morte em algumas regiões do parque. Sua atividade política implica em risco para sua vida e para a de suas famílias, situação inadmissível em qualquer país, mas especialmente em um Estado recentemente refundado como Plurinacional (MORAES, 2015).

O segundo aspecto é a transformação de um caso que estaria na jurisdição da justiça indígena que é abordado como um crime na justiça ordinária. “Através das lentes plurinacionais, o episódio não deveria ser enquadrado como roubo, havendo espaço na justiça indígena para que o conflito de perspectivas seja apreciado e solucionado”, explica Moraes. A pesquisadora denuncia que apesar dos discursos heroicos e emocionados de Evo, há um atropelo sistemático aos direitos indígenas e perseguições políticas graves a suas lideranças.

Outros episódios colocaram o governo e nacionalidades indígenas em campos opostos. A exemplo das manifestações da Assembleia do Povo Guarani (APG), em agosto de 2015 contra a exploração hidrocarbonífera em áreas protegidas. Os manifestantes exigiam a consulta prévia uma vez que seu território seria afetado, conforme prevê a Constituição. O bloqueio no campo petrolífero El Dorado, da empresa YPFB, no departamento de Santa Cruz, foi respondido pelo governo com repressão policial. O *Informe sobre la violación de derechos humanos de la capitania Takovo Mora* (2016), da Defensoria do Povo, conclui que na ação de 18 de agosto de 2015, o Estado, por meio do contingente de 500 policiais

envolvido na operação, infligiu tratamento cruel, desumano e degradante; violou domicílios, feriu direitos específicos de mulheres, que além de agredidas eram ameaçadas de sofrerem violência sexual, de crianças e adolescentes. Além disso, foram feridos direitos dos povos indígenas à territorialidade e à consulta prévia, livre e informada.

Foto 28 - Repressão a povo Guarani, em manifestação por consulta prévia sobre exploração de hidrocarbonetos em território protegido, agosto de 2015.



Fonte: racismoambiental.com

Domingo Julián, presidente da APG também denunciou retaliações econômicas, por parte do governo, com a exclusão da APG do novo Fundo de Desenvolvimento Indígena, criado por Decreto presidencial em 26 de agosto de 2015 em substituição ao Fundo de Desenvolvimento para os Povos Indígenas Originários e Comunidades Camponesas, em que a APG possuía representação. Outras organizações se queixaram da exclusão. São elas a Confederação Sindical de Colonizadores da Bolívia (CSCB), Coordenadora de Povos Étnicos de Santa Cruz (CPESC) e a Central de Povos Étnicos Mojeños do Beni (CPEM-B) (VARGAS, *Página Siete*, 30/08/2015).

Muitas das críticas que expusemos até aqui são compartilhadas por intelectuais e militantes que até muito pouco tempo apoiavam Evo, ou seja, são críticas à condução do chamado *proceso de cambio*, e não ao processo em si. Acusam o governo de ser de direita, de ser antiindígena, de ser racista, de folclorizar o indígena, de não descolonizar, de se subordinar às transnacionais e de se dobrar aos apetites do governo brasileiro. Partem de um pressuposto de que este *proceso de cambio* é possível, ou seja, de que é possível atender às reivindicações indígenas, bloquear a ação predatória das transnacionais e fazer da Bolívia um laboratório de um novo tipo de Estado, tudo sem uma ruptura revolucionária. O que nos parece importante questionar, porém, é: A manutenção e defesa da grande propriedade privada capitalista é compatível com uma prática de soberania nacional, proteção à natureza e às comunidades indígenas? Em oposição ao governo Evo ou ao capitalismo, é a defesa do “bem viver” que deve ser levantada?

A partir das experiências recentes protagonizadas pelas massas camponesas e indígenas, somadas às reflexões do marxista peruano José Carlos Mariátegui²³ e herdadas da tradição de lutas do proletariado mineiro no país, procuraremos debater as possibilidades de um projeto contra-hegemônico dirigido pelas nacionalidades indígenas em confronto com a burguesia nativa, conectada com a burguesia dos países imperialistas. Serão importantes as teses e contrapontos de autores como Fausto Reinaga, René Zavaleta Mercado, Guillermo Lora, assim como as de outros autores contemporâneos, para compreendermos as condições históricas nas quais os oprimidos bolivianos tentam fazer sua própria história.

3.3 LIMITES INERENTES AO “PROCESSO DE MUDANÇA”

O governo do MAS utiliza largamente uma visão romantizada do indígena, como aparece sobretudo no discurso para fora do país ou na apropriação de rituais em cerimônias. Guillermo Lora questiona esta visão idílica, igualitária e

²³ José Carlos Mariátegui (1894-1930) foi precursor na aplicação do método materialista histórico e dialético, correspondente ao marxismo, à questão indígena, considerando as peculiaridades dos países andinos. Sua obra mais conhecida é *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana*.

até comunista do continente pré-colombiano. Esta concepção desconsidera que o problema das nacionalidades nativas e subjugadas é anterior à chegada dos Europeus, presentes já no incário.

Constituem etapas avançadas no processo de desintegração do comunismo primitivo, por isso ainda estão presentes traços da propriedade social da terra, entregue em usufruto periódico às famílias. [...] As classes e as marcantes diferenças econômicas e sociais entre elas, obrigaram à existência de um estado forte, compulsivo, uma autoridade indiscutível encarregada da administração dos homens (LORA, 1992, pp.122-123, *tradução nossa*).

Assim, o Estado inca autocrático e despótico mantinha elementos do comunismo primitivo, nas formas comunais da propriedade e na tradição do trabalho de ajuda mútua. Porém, com a apropriação do excedente na produção, alimentou a classe dominante que manteve seu império subjugando outras nações, o que é o avesso do comunismo primitivo (LORA, 1992, p.125). Ainda que Mariátegui tenha tido uma visão romantizada do incário em sua obra²⁴, há grandes contribuições em sua perspectiva sobre a questão indígena. *O problema do índio*, um dos seus sete ensaios, inicia-se dizendo que tratar o problema indígena o ignorando como problema econômico-social é mero exercício teórico condenado ao descrédito (MARIÁTEGUI, 2010, p. 53). O Amauta também é taxativo ao dizer que o problema do índio deve ser procurado no problema da terra (2010, p. 61) e que deve ter uma solução social (2010, p. 64). O autor insiste:

²⁴ Conforme síntese sobre a questão feita em um artigo em coautoria com Jórissa Danilla Aguiar (2013), Rosa Luxemburgo também definia o regime socioeconômico dos incas como comunismo. Em *Introdução à crítica da Economia Política* (1925), refere-se às “instituições comunistas democráticas da marca peruana” e comemora “admirável resistência do povo indígena do Peru e das instituições comunistas agrárias, que se conservaram até o século XIX” (apud LÖWY, 2011, p. 19). Esta definição, porém, foi alvo de muitas críticas quanto ao caráter tirânico da dominação da casta inca. Libório Justo, por exemplo, dizia que foi o incário que preparou o terreno para a servidão e exploração desmedida promovida pelos colonizadores. “De nossa parte, sustentamos e repetimos que no Tahuantinsuyu não houve um ápice de ‘socialismo’ ou ‘comunismo’. O que houve, na realidade, (...) foi a **escravização coletiva de uma classe por outra, baseada na propriedade comum da terra pela classe dominante**” (2007, p. 43 [grifos no original, *tradução nossa*]).

Colocando no primeiro plano o problema econômico-social, assumimos a postura menos lírica ou literária possível. Não nos contentamos em reivindicar o direito do índio à educação, à cultura, ao progresso, ao amor e ao céu. Começamos por reivindicar, categoricamente, seu direito à terra (MARIÁTEGUI, 2010, p. 68).

Assim como há um vínculo indissolúvel entre a questão do índio e da terra, a questão agrária e a questão nacional estão relacionadas, pois são tarefas democráticas não resolvidas. Da mesma forma como Mariátegui analisava no Peru, Lora indicava que a falta de uma burguesia nacional ou industrial que se chocasse com as metrópoles imperialistas, em busca de espaço no mercado internacional, marcou a história do país. Ainda que a revolução de 1952 tenha sido protagonizada pelo proletariado e camponeses (nacionalidades nativas), e atingido grande radicalidade com distribuição de terras, nacionalizações e dissolução do exército, os oprimidos não chegaram a tomar o poder, o entregaram ao MNR, ou seja, ao nacionalismo burguês. “Assim se frustrou a liberação nacional e da terra, base do desenvolvimento capitalista (das forças produtivas) e do florescimento da democracia formal” (LORA, 1992, p.8-10, *tradução nossa*). Andrade ressalta, porém, que mesmo sem chegar ao socialismo, como queria a vanguarda, a intervenção das massas levou o processo de 1952 muito além do programa do MNR. Levou a um “grau superior de organicidade” (ANDRADE, 2007, p.19) com a consolidação da COB como principal instituição política do país nas décadas seguintes.

Foram inúmeros os bloqueios na história boliviana ao exercício da autodeterminação por parte dos povos indígenas. Na primeira Constituinte, em 1826, Simón Bolívar, junto com pouquíssimos constituintes, tentaram incorporar os índios à democracia, mas foram silenciados pelo gamonalismo²⁵ dominante. A Rebelião de Tupac Amaru e Katari, no século XVIII, foi derrotada. Apesar de os

²⁵ Sistema de exploração e dominação baseado nos latifundiários, que conquistaram suas terras por meio da expropriação das comunidades indígenas e as submeteram a relações servis. Estas características foram mantidas mesmo com a República, que reeditou formas de trabalho obrigatório aos indígenas, mostrando que o Estado continuava subordinado ao poder dos *gamonales*, como expressão da descentralização política e do atraso.

indígenas terem ajudado os criollos, ao reivindicarem terras e a divisão do tesouro real, foram massacrados (LORA, 1992, p.11). René Guery Chuquimia Escobar considera que a presença indígena na nação não pôde mais ser totalmente ignorada a partir da Guerra do Chaco (1932-1935). A participação indígena no conflito foi muito importante e eles eram a maioria dos 60 mil que morreram na guerra.

Bolívia começava a se dar conta de que os aimaras, quechuas, urus, guaranis, e os demais povos, eram também parte da nação. Este fato daria depois nascimento a uma certa consciência nacional, ainda que o sistema de fazenda e a pongueagem continuassem (ESCOBAR, 2012, p. 182).

Para enfrentar a opressão que ainda recai sobre as nacionalidades indígenas, Lora defende a autodeterminação, em seu sentido leninista, o que pressupõe o direito de se estruturar em Estados soberanos, separando-se do atual Estado boliviano, ainda que possa federar-se posteriormente. Esta autodeterminação deveria ser conquistada via ação direta, o ordenamento jurídico correspondente seria elaborado a posteriori, consagrando a vitória dos explorados. O caminho inverso, de constitucionalizar como se isto fosse dar garantias, mostrou com a última Constituinte, mais uma vez, seus limites. Segundo o teórico e militante trotskista, um aspecto muito importante da independência política é que as classes dominadas compreendam o caráter de classe do Estado, tarefa que é obscurecida pelos partidos indigenistas, kataristas e, agora, pelo MAS:

a deformação mais monstruosa da emancipação nacional é aquela que demanda que aymaras, quechuas, etc. conquistem a representação legal, sua incorporação formal ao aparato estatal dos K'aras [elite branca], seu ingresso às câmaras parlamentares. Esta monstruosa distorção do objetivo da libertação nacional não pode menos que concluir levando à sobrevivência de um Estado cimentado na opressão das nações nativas (LORA, 1992, p.20, *tradução nossa*).

Lora conclui que sob o capitalismo em sua fase de decomposição, o proletariado para se libertar se vê obrigado a expressar politicamente interesses de outras classes oprimidas, incorporando, por exemplo, a defesa da efetivação da

autodeterminação nacional (LORA, 1992, p.25) isto, porém, não exclui o papel ativo dos povos originários que historicamente deram várias demonstrações de persistência e combatividade na luta por sua libertação.

A partir da definição de classe no marxismo, como local que determinado grupo social ocupa nas relações de produção, é necessário identificar qual o local ocupado pelas nacionalidades indígenas. Por sua baixa diferenciação social, Lora as considerava como nações-classe. Camponeses e índios estão em confronto com a grande propriedade privada agrária, mas ao buscar se apropriar dela, não o fazem para torná-la propriedade social, mas sim para que possam aumentar o tamanho de suas diminutas parcelas. Assim, a liberação das nacionalidades nativas e oprimidas, que constituem a maioria da população boliviana, depende de uma resposta radical ao problema da terra, que é parte da transformação revolucionária da sociedade (LORA, 1992, p.36).

A expropriação dos indígenas foi fundante na constituição do gamonalismo. Além disso, ao expulsar os índios de suas terras, foi garantido aos latifundiários e grandes proprietários uma massa de mão de obra gratuita, estabelecendo-se relações servis, herdadas do incário e mescladas com formas existentes no feudalismo europeu. Os indígenas que foram para as cidades, converteram-se em proletários ou ingressaram na economia informal. Em 1952 e 1953 os oprimidos do campo se levantaram em armas para tomar de volta as terras. O governo do MNR procurou conter este movimento, com uma lei de Reforma Agrária, em 2 de agosto de 1953. Esta lei tinha o objetivo de converter a terra em propriedade privada, dividia os latifúndios e transformava o pongo (peão) em pequeno proprietário. Da reconcentração do minifúndio surgiria a burguesia agroindustrial. Sendo assim, ainda hoje, o funcionamento das grandes empresas tem como ponto de partida a usurpação das terras indígenas, consagrada e legalizada pelo ordenamento jurídico burguês.

Com a lei de Reforma Agrária de Sanchez de Lozada, em 1996, permanece a tendência à formação da grande propriedade privada agroindustrial. Ao mesmo tempo, consolida-se o latifúndio no Oriente com a produção de soja,

cana, algodão e a criação de gado. Com a proteção das políticas governamentais, os habitantes originários continuam a ser expulsos, contribuindo ainda mais para a concentração de terras no Oriente. No restante do país, o processo se dá de forma inversa, com a intensificação do minifúndio, chegando a pequenas porções de terra, as chácaras, em zonas mais densamente povoadas.

Ao procurar responder à questão “Como os povos nativos voltarão a ser donos do que foi sua propriedade originária?”, Lora aponta que a reconquista das terras adquire caráter anticapitalista, embora sejam reivindicações de caráter democrático. Governo, partidos burgueses, reformismo e burocracia sindical se negam a defender recuperação de toda a terra para as massas indígenas, oferecendo no máximo a política de reservas territoriais, desrespeitada quando convém à classe dominante, como vimos no exemplo do TIPNIS.

Mariátegui em *Nacionalismo e vanguardismo*, de 1925, diferentemente, defendia a possibilidade de um indigenismo revolucionário identificado com o marxismo e o leninismo. Defendia a reconstrução do Peru sobre a base do índio.

Os indigenistas revolucionários, em vez de um platônico amor ao passado incaico, manifestam uma ativa e concreta solidariedade com o índio de hoje. Este indigenismo não sonha com utópicas restaurações. Considera o passado como uma raiz, mas não como um programa. Sua concepção da história e de seus fenômenos é realista e moderna. Não ignora nem esquece nenhum dos fatos históricos que, nestes quatro séculos, modificaram, com a realidade do Peru, a realidade do mundo (Mariátegui, 1925, *tradução livre*).

Ante a necessidade dos processos revolucionários partirem da maioria nacional, o que nos países andinos obriga a voltar-se para os povos originários, Mariátegui apresenta seu ponto de vista sobre a relação entre socialismo e “indigenismo”:

O que afirmo [...] é que a confluência ou aliança entre “indigenismo” e socialismo não pode surpreender àquele que

analisa o conteúdo e a essência das coisas. O socialismo organiza e define as reivindicações das massas, da classe trabalhadora. E, no Peru, as massas – a classe trabalhadora – são indígenas em quatro das suas cinco partes. Nosso socialismo, portanto, não seria peruano – nem sequer seria socialismo – se não se solidarizasse, primeiramente, com as reivindicações indígenas (Mariátegui *apud* Escorsim, 2007, p.188).

Mariátegui analisava que, ante a persistência das comunidades indígenas, a propriedade comunal poderia ser um impulso para a coletivização da agricultura e estabelecimento da aliança operário-camponesa. Conforme escreveu, em 1928, no Programa do Partido Socialista Peruano, aprovado pelo Comitê Central no ano seguinte. Tal posição está presente nos *Grundrisse*, os manuscritos que registravam a preparação da *Crítica à Economia Política* e o *Capital* de Marx, que ainda não eram conhecidos (HOBBSAWM, 2011, p. 13) no momento em que Mariátegui divulgou suas ideias sobre a possibilidade da base comunal para o socialismo. A edição inglesa *Formações Econômicas pré-capitalistas*, apresentada por Hobsbawm, traz também a carta de Marx a Vera Zasulich, de 1881, em que admite a possibilidade da comuna rural russa servir como base para a transição ao socialismo, sem passar pela desagregação por meio do desenvolvimento do capitalismo. É importante ressaltar, porém, que a transição da comunidade ao socialismo não é tratada por Marx como caminho único e necessário, mas sim como *possibilidade* (CARVALHO E AGUIAR, 2013, p. 117).

Como a última fase da formação primitiva da sociedade, a comunidade agrícola é, ao mesmo tempo, uma fase de transição para a formação secundária, *i.é.*, transição da sociedade baseada na propriedade comum para a sociedade baseada na sociedade privada (...). Mas, isto significará que a trajetória histórica da comunidade agrícola deva, inevitavelmente, conduzir a tal resultado? Certamente, não. Seu dualismo intrínseco proporciona uma alternativa: ou seu elemento de propriedade dominará o elemento coletivo ou ocorrerá o contrário. Tudo dependerá do ambiente histórico em que ela ocorrer (MARX, 2011, p. 133).

A posição de Mariátegui não foi considerada nem como *possibilidade* para um debate sério. Os porta-vozes da Comintern na América Latina, em nome da “ortodoxia” tampouco reconheceram o Partido Socialista do Peru como membro da

IC. Como resposta à apresentação das teses sobre a questão indígena na Primeira Conferência Latino-Americana da Comintern recomendaram a necessidade de criação de um “verdadeiro” partido comunista (LÖWY, 2011, p. 28).

García Linera se afirma como um “obcecado” por esta busca de uma via ao socialismo a partir da ampliação da comunidade, por mais que tente identificar sua posição com a de Mariátegui e Marx, tem como diferença fundamental a sua proposta nos marcos de um programa democratizante. Assim, coloca que a expansão da comunidade seria necessária para frear a expansão ampliada da acumulação capitalista.

A vigência de relações comunitárias em formas transformadas às originais, ou em vias de dissolução, em escala nacional, são então para Marx uma nova força revolucionária, que não só dá ao proletariado industrial a possibilidade de contar com uma força revolucionária em sua luta contra o capital, mas sim que também ela mesma, a comunidade, lhe dá já de entrada uma força objetiva que, somada àquelas que nascem antagonicamente dentro do capitalismo, nos assinalam a proximidade e a possibilidade da revolução comunista em nossos países (GARCÍA LINERA [1989], 2008, p.50, *tradução nossa*).

É bastante distinto considerar a possibilidade da transição ao comunismo apoiando-se também na propriedade comunal, como parte da aliança operário-camponesa (como se viu na Rússia), nos marcos da formulação de Marx e Lênin sobre a natureza de classe do Estado, sobre a via insurrecional para a revolução e sobre as formas que a ditadura de classe da burguesia pode assumir, entre elas a república parlamentar, da via democratizante de estimular o crescimento das comunidades sem romper com a grande propriedade privada dos meios de produção, em uma convivência “harmônica” entre todos tipos de propriedade: comunal, pequena, média e grande, nacional e estrangeira.

Em entrevista a Franklin Ramírez, Maristella Svampa e Pablo Stefanoni, García Linera defende a possibilidade de ampliar, por meio dos recursos e monopólio de decisão do Estado, as formas de economia comunitária, mas sem controlá-las e inclusive, a base operária e sua autonomia (*apud* RAMÍREZ et. al.,

2009, p.75). O vice-presidente define o Estado como a comunidade ilusória que pode monopolizar o universal. Caberia então à sociedade, com apoio do Estado, desencadear o processo de universalização, levando ao limite a dimensão comunitária e universal e limitando a esfera de dominação.

Rodrigo Santaella explica as limitações das transformações do Estado após a Assembleia Constituinte, inclusive com vitórias dos setores conservadores “porque a Assembleia foi organizada dentro dos moldes da democracia representativa liberal” (2013, p. 173). Em sua análise, não aparecem limites estruturais, por isso indica que se utilizasse outros métodos, que não os da democracia liberal, poderia chegar a uma transformação mais profunda do Estado. Esta estratégia democratizante já acompanhava os demais integrantes do Grupo Comuna, e permanece como pano de fundo das críticas que estes intelectuais fazem dos rumos do *proceso de cambio*. Mesmo adjetivando a democracia como “radical” ou “plebeia”, os unifica a concepção de que por meio das eleições e da Assembleia Constituinte, abria-se o caminho para derrotar a democracia simulada e interrompida. Raúl Prada Alcoreza, em texto de 2005 afirmava: “Os recentes movimentos sociais abrem a possibilidade de uma realização, materialização, do exercício democrático, mediante os procedimentos plebeus” (PRADA, 2005, p. 214). O autor enxergava em um horizonte possível a “democracia radical”.

Para democratizar radicalmente a sociedade boliviana, Tapia (2002, p. 136) apontava que o caminho para isso seria a política selvagem dos movimentos sociais, a partir da politização da pauperização e alguma escassez. O autor considera que a necessidade colocada após as lutas de 2000 a 2003 seria uma versão ampliada do cogoverno. Ou seja, uma articulação entre o Estado e povos, comunidades e trabalhadores.

A ideia de cogoverno agora se amplia mais além da margem dos sindicatos e dos partidos, sejam nacionalistas ou o conjunto de partidos de esquerda, para a ideia de que a democratização do país consistiria em incorporar de maneira estrutural e de maneira permanente a participação política de todos os povos, tipos de comunidade e organizações dos trabalhadores no país; quer dizer, uma ideia de cogoverno entre a diversidade que se reconheceu

que constitui hoje a Bolívia e que foi desenvolvendo capacidades de autorrepresentação. Este é o ponto chave, o desenvolvimento de capacidades e formas de autorrepresentação (TAPIA, 2004, p.155, *tradução nossa*).

Embora equivocadamente Rodrigo Santaella identifique uma base marxista sobre a qual se estabeleceriam as análises do grupo Comuna, excluindo apenas Raúl Prada que se identifica abertamente com o pós-modernismo, a síntese que faz expressa bem a postura democratizante:

A evolução dos fatos concretos na luta de classes boliviana traz um giro no pensamento do grupo para questões mais concretas, relacionadas à possibilidade real de ocupar o Estado, primeiro, e depois às políticas necessárias para, desde dentro, transformá-lo radicalmente e potencializar as transformações na sociedade (SANTAELLA GONÇALVES, 2013, p. 228).

No fundo, a elaboração do Estado plurinacional como nova forma de transição pós-capitalista é confessadamente a rejeição à tese que penetrou na história do movimento operário desde as Teses de Pulacayo, aprovada pelos mineiros em 1946.

A grande diferença de ambas teses consiste em que a ditadura do proletariado pensada como transição socialista ao comunismo, não saía dos horizontes da modernidade, diferentemente, a transição pluralista atravessa os limites da modernidade, cruza o umbral da mesma, e entra em outros agenciamentos civilizatórios (PRADA ALCOREZA, 2012, p. 407, *tradução nossa*).

Assim, seria necessária uma nova teoria crítica do capitalismo, elaborada, evidentemente, pelos intelectuais do *proceso de cambio*. Raúl Prada afirma: “já não se trata só de visualizar um desenvolvimento desigual e combinado e nem tão somente ficar na tese do imperialismo como fase superior do capitalismo” (PRADA ALCOREZA, 2012, p. 407, *tradução nossa*). Prada comemora que o intelectual de vanguarda pertenceria apenas ao passado, assim como a figura do partido revolucionário. Mais do que entender a lógica do capitalismo e de suas crises, seria necessário compreender os ciclos do

colonialismo, suas transformações suas crises. Tratar-se ia de uma concepção de transição política correspondente às cosmovisões indígenas. Por meio das transformações que abririam caminho ao pluralismo institucional, normativo, administrativo e de gestões, seria possível dismantlar o Estado-nação.

Mas, esta via fantasiosa ao socialismo não parece estar se realizando. Prada que participou do processo, ajudou a fazer as massas confiarem neste governo, foi constituinte, foi ministro e disse que as 100 modificações feitas na pactuação com a direita não eram importantes, agora, *a posteriori* justificou que não se pronunciou no momento porque “Ninguém queria arruinar a festa nem discutir e por sobre a mesa o temário que estava pendente (2012, p. 415). Confessa que esperava que, depois de aprovada a Constituição no referendo, o Estado-nação estaria morto e sobre seus escombros seria construído o Estado plurinacional, comunitário e autônomo. Porém constata “[...] até a presente data, se fez de tudo, menos isso. Restaurou-se o Estado-nação e seu mapa institucional con suas normas e estruturas liberais. Assim, em vez de nos descolonizarmos, estamos nos recolonizando” (PRADA ALCOREZA, 2012, p. 410, *tradução nossa*). O balanço é simplório e abarca os governos do PT, de Chávez e Correa: estes governos não teriam tomado o poder, mas sim foram tomados por ele. Suas outras hipóteses sobre o “desvio” do *proceso de cambio* são: 1) o governo e funcionários tornaram-se uma engrenagem da máquina de dominação mundial; 2) a proliferação de advogados leva ao apego ao privilégio do poder de administração das legalidades e a ideologia jurídica bloquearia as transformações requeridas pela aplicação da Cosntituição; 3) que uma transformação da justiça requer transformações estruturais de propriedade, classe, nação e povo; 4) que a divisão entre camponeses e indígenas fez com que o processo perdesse força.

É pelo compromisso com a defesa da mesma estratégia democratizante que Linera empunha que estes intelectuais podem se mostrar escandalizados com os rumos do governo, com seu código de mineração destruidor da natureza; com suas pseudonacionalizações que mantém o domínio das transnacionais; com o desrespeito à justiça indígena; com a submissão às empreiteiras e governo brasileiros; com as novas alianças com as oligarquias agroindustriais de Santa Cruz;

com o autoritarismo e com mais uma série de medidas que sustentam suas caracterizações e queixas. Porém, tal crítica fica nos marcos da moral, do desvio, da traição. Prado chega a dizer que, “Se essa rodovia não cruzar o Tipnis ainda haverá uma possibilidade de reconduzir este processo” (PRADA ALCOREZA, 2012, p. 418). Uma coisa seria dizer que Evo e Linera traíram as massas, sobretudo indígenas, por não cumprir aquilo que prometeram. Outra, bem diferente, é tratar de qualquer traição a estes intelectuais que seguem compartilhando a mesma premissa, seguem defendendo o *proceso de cambio*. Sem utilizar a teoria social para aprender com experiências anteriores de promessas de uso do Estado (burguês) para resolver os problemas dos explorados e oprimidos. É por isso que, em meio ao seu ecletismo teórico não é possível identificar uma explicação sobre a trajetória do MAS e da Constituinte e, muito menos, da forma como as nacionalidades indígenas poderão recuperar seus territórios.

3.4 DEBATE TEÓRICO SOBRE A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

A defesa da convocatória de Assembleias Constituintes comparece em Marx, Engels (Cf. 1994) e Lênin como algo sujeito à análise concreta da luta de classes. Em determinados momentos serve de impulso à organização dos trabalhadores rumo à revolução socialista e em outros pode servir às classes dominantes para desviar as massas por meio de ilusões jurídicas. Marx e Engels escreveram sobre a Assembleia Nacional Constituinte à luz da experiência da revolução alemã, de 1848-1849. Apesar de ter sido uma revolução burguesa, houve uma presença independente do proletariado, com suas próprias reivindicações. Justamente esta presença levou a burguesia a negociar com a Coroa para formar um governo de coalização. Por meio do sufrágio universal foi eleita a Assembleia Nacional, reunida em Frankfurt. Marx e Engels, no texto *The Programmes of the Radical-Democratic Party and of the Left at Frankfurt*, de junho de 1848, criticam que a Assembleia Nacional se perdeu nas discussões sobre a melhor ordem do dia e melhor modelo constitucional enquanto os governos colocavam as baionetas na ordem do dia.

Uma Assembleia Nacional Constituinte deve, acima de tudo, ser ativa, uma assembleia revolucionariamente ativa. A Assembleia de Frankfurt está engajada em exercícios escolares de parlamentarismo e relega a ação para os governos (MARX & ENGELS, 1994, *tradução nossa*).

É na trajetória do movimento operário russo, porém, que encontramos em uma forma mais desenvolvida este exercício de adequação da bandeira de Assembleia Constituinte em relação à luta de classes. Ao analisarmos as formulações de Lenin de 1903 a 1920 (Cf. LENIN, 1979a), observamos que a Assembleia Constituinte foi reivindicada em oposição ao czarismo e, posteriormente, ao Governo provisório de Kerensky e neste contexto já se exigia uma Assembleia Constituinte que expressasse os interesses das classes oprimidas, sendo necessário para isso a constituição de um governo provisório revolucionário.

Em *Acordo de combate para a insurreição*, escrito no calor da revolução de fevereiro de 1905, Lenin defende a unidade dos partidos socialistas e revolucionários em torno dos seguintes pontos:

- 1) derrubada da autocracia; 2) um governo revolucionário provisório; 3) anistia imediata para os combatentes pela liberdade política e religiosa e também, naturalmente, em favor da liberdade de greve, etc.; 4) armamento imediato do povo e 5) convocação imediata de uma Assembleia Constituinte de toda a Rússia, com base no sufrágio universal, igual, direto e secreto (LENIN, 1979b, p. 16).

Com a criação dos sovietes por parte das massas, a Assembleia Constituinte passa a ser defendida, com diferentes conteúdos, por monarquistas e pela burguesia liberal. No texto *As tarefas democráticas do proletariado revolucionário*, de junho de 1905, Lenin aponta a insuficiência da bandeira da Constituinte com voto universal defendida de forma isolada. Aponta que a burguesia liberal procurava “correr atrás” do processo revolucionário, procurando limitá-lo para que não avançasse sobre a propriedade privada. Assim, o partido liberal – na prática expressão de uma burguesia monárquica – repetia a palavra de ordem da Assembleia Constituinte eleita pelo povo, porém com objetivo diverso,

em vez de libertar o povo, pretendia submetê-lo. Sem a garantia real de agitação eleitoral totalmente livre e nem a transferência do poder real para a Assembleia Constituinte, manteria o poder e a força reais nas mãos do Czar Nicolau II.

Isto significa que a Assembleia Constituinte nunca chegará a exercer todo o poder, nem deve exercê-lo (tal é, pelo menos, a intenção da burguesia liberal); a única coisa que deve fazer é: negociar, parlamentar, comprar e vender, regatear e chegar a um acordo com Nicolau II, para que este se digne outorgar-lhe, à Assembleia Constituinte, como uma concessão graciosa, uma partícula do poder! (LENIN, 1979b, p.24).

Assim, o centro de gravidade da política, neste momento, se deslocaria da convocatória da Assembleia Constituinte para os métodos empregados para convocá-la. Assim, as garantias efetivas dependeriam de uma insurreição popular vitoriosa, conforme Lenin desenvolve no texto *Entre dois combates*, de novembro de 1905. O autor define a constituição como “um papel em que estão escritos os direitos do povo” (1979d, p. 53). As garantias de reconhecimento destes direitos residiria “na força daquelas classes do povo que tiveram a consciência destes direitos e os souberam conseguir” (1979d, p.53). Nenhum direito escrito na nova constituição seria efetivamente exercido se se mantivesse o poder do czar.

A Assembleia Constituinte deve reafirmar juridicamente, formalizar parlamentarmente o regime de vida na nova Rússia, mas, antes de reafirmar a vitória do novo sobre o velho, é necessário quebrar a força das velhas instituições, varrê-las, demolir o velho edifício e destruir a possibilidade de qualquer resistência séria por parte da polícia e dos seus grupinhos (LENIN, 1979d, p.55).

Na carta aberta *Aos companheiros presos*, de março de 1917, Lenin relata os sucessos da revolução de fevereiro de 1917, que derrubou o czarismo. Conta que o governo provisório é composto por representantes dos grandes latifundiários e da burguesia liberal e é incapaz de garantir a paz, a entrega de terras aos camponeses e a prometida Assembleia Constituinte, postergada e subordinada à troca do czar “mau” Nicolau II por seu irmão, o czar “bom” Miguel, que dividiria o

poder com a burguesia. Lenin aponta, porém, para o surgimento de um novo governo de operários e soldados (oriundos em sua maioria do campesinato), reunidos nos sovietes, que elegiam um delegado a cada mil operários ou soldados. Os sovietes de operários e soldados reivindicava a instalação imediata da Assembleia Constituinte, entrega das terras ao campesinato, voto universal para homens e mulheres. Da ação dos sovietes resultou a prisão do czar e czarina. Lenin mostra como este organismo se constituía como um novo governo (1979e, pp. 70-71).

Às vésperas da revolução de outubro, Lenin escreveu a *Tese para o informe à Conferência da organização de Petrogrado em 8 de outubro e também para a resolução e mandato dos delegados ao Congresso do partido*. Defende que a participação dos bolcheviques no pré-parlamento seria um erro por ser um desvio do caminho revolucionário.

Participar, estando tão avançada a revolução, num parlamento falsificado, arranjado para enganar o povo, equivaleria a facilitar esse engano, a dificultar a preparação do movimento revolucionário e distrair a atenção e as forças do partido dos objetivos atuais da luta pelo poder e pela derrubada do governo (LENIN, 1979f, p. 101).

Nas *Teses sobre a Assembleia Constituinte*, Lenin aponta que, com os sovietes, foi criada uma forma superior de democracia, que extrapola os limites das instituições representativas burguesas identificadas, naquele momento, com a Assembleia Constituinte. A transformação da Assembleia Constituinte em reduto das forças contrarrevolucionárias é explicada na sexta tese:

[...] Outra circunstância ainda mais importante, nem formal nem jurídica, antes socioeconômica, uma circunstância que constitui a origem de classe da diferença, entre a vontade do povo e, sobretudo, das classes trabalhadoras, por um lado e a composição da Assembleia Constituinte, por outro, é o fato das eleições para a Assembleia Constituinte se terem celebrado quando a enorme maioria do povo ainda não podia conhecer toda a extensão e todo o alcance da Revolução de Outubro, da revolução dos sovietes, operária e camponesa, começada em 25 de Outubro de 1917, isto

é, depois de terem sido apresentadas as listas dos candidatos à Assembleia Constituinte (LENIN, 1979g, p. 123).

A partir disto, se justificaria a dissolução da Assembleia Constituinte eleita antes da revolução de outubro de 1917 e reunida em janeiro de 1918. Nesta reunião, com a recusa dos constituintes em reconhecerem a Revolução de Outubro e o poder dos soviets, os bolcheviques abandonam a Assembleia Constituinte. No dia seguinte a Assembleia Constituinte é dissolvida. Tal medida foi criticada, principalmente, por Karl Kautsky no livro a ditadura do proletariado (cf. KAUTSKY, 1979). Polêmica que será respondida com a publicação de *A revolução proletária e o renegado Kautsky* (cf. LENIN, 2005).

3.4.1 O debate sobre a Constituinte na Bolívia

O ciclo de golpes militares na América Latina, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, abriu um período de luta democrática no continente, uma luta pela vigência das garantias políticas, de defesa das liberdades democráticas. Assim, em todos os países vimos a luta das massas pelo retorno da democracia parlamentar, de vigência da Constituição. Guillermo Lora considera necessário esgotar esta experiência, ou seja, levá-la ao seu limite para que se possa confrontar, por meio das experiências concretas, as ilusões democráticas, sinalizando o limite do caráter de classe da democracia burguesa. A luta democrática, porém, traria consigo um risco:

Que os partidos que dizem representar o proletariado fiquem atrapados nesta luta limitada das garantias constitucionais e se tornem “democratizantes” e eleitoreiros. Por este caminho, o cretinismo parlamentar destruirá estes partidos, transformando-os em reformistas (LORA, [1979], 2000b: p. 449).

É possível identificar nas elaborações do Grupo Comuna, como em Luis Tapia (2004, p.158) a insistência na defesa da realização da Assembleia

Constituinte como melhor estratégia para a democratização e a associação das formas de democracia direta e representativa.

O desenho das instituições políticas a ser feito na constituinte tem que se dirigir a resolver os problemas acumulados historicamente em termos de desigualdade, exclusão e exploração existentes no país por um tempo muito longo. Tem que enfrentar tanto as formas de desigualdade historicamente persistentes como as novas formas de desigualdade. Neste sentido, uma constituição realista não pode supor que se se declara igualdade esta já existe, mas sim que cabe pensar o processo de produção da igualdade e a eliminação das formas de discriminação preexistentes (TAPIA, 2007, p.118).

Lora distingue a necessária luta parlamentar, da defesa do parlamento. No primeiro caso, trata-se de atuar neste terreno taticamente, sem abrir mão da estratégia revolucionária. O exemplo apresentado em outro texto do autor é o bloco mineiro-parlamentar, formado por militantes do POR e sindicalistas mineiros da FSTMB, que “converteu o parlamento boliviano em tribuna revolucionária de 1947 a 1949”. Lora afirma que os revolucionários devem lutar contra a burguesia também em seu próprio terreno (LORA, [1977] 2000a, p. 401). Destaca que a Assembleia Constituinte é o ápice da luta pelas garantias democráticas. Em determinadas circunstâncias esta consigna emerge na situação concreta em um país. Porém, não pode ser uma bandeira geral. Aplicada a qualquer momento.

Para o militante e teórico trotskista, na luta democrática, os partidos proletários sofrem uma poderosa pressão dos setores burgueses e pequeno-burgueses de tendências democratizantes que aspiram por uma sociedade burguesa moderna. Assim, considera como uma necessidade, desde o início advertir sobre as limitações desta luta, “não idealizar as bondades da constituição e do parlamento” (LORA, [1979] 2000b, p. 451). Comenta o caso peruano em que a reivindicação pela Assembleia Constituinte se traduzia em reivindicar uma forma superior de parlamento, que não extrapola os marcos do ordenamento jurídico imposto pela classe dominante. Lora destaca que a Assembleia Constituinte Soberana trata-se de um clássico conceito burguês. “Não é um parlamento qualquer. É um parlamento excepcional que ordena a estruturação jurídica de um país e pode modificar a

expressão formal do governo de classe, do Estado” ([1979] 2000b, p. 452). Se não fosse assim, se a soberania fosse absoluta, implicaria na descoberta de um novo caminho para a classe operária conquistar o poder. “Haveria que ganhar as eleições, designar uma Constituinte temerária e teríamos a sociedade sem classes, através de uma lei” (2000b, p. 452).

Vemos na elaboração teórica de García Linera, justamente esta tese de que a Assembleia Constituinte representaria um poder soberano que se estabeleceria acima de todo e qualquer poder constituído anteriormente. Assim, desenharia as normas de convivência da sociedade ao estabelecer quais são os bens comuns da sociedade, aos que todos têm direitos coletivos; o modo de administração e gestão desses bens (organização administrativa do Estado); e os mecanismos de participação, representação e controle social do soberano, o povo, na gestão desses bens (GARCÍA LINERA, 2004, p.70).

Se se diz “essa Assembleia é capaz de resolver todos os problemas”, na realidade se está indicando que é possível chegar ao poder por este caminho legalista; outra coisa é que possamos utilizar a luta pela Assembleia para nos dirigir ao poder, como uma medida transitória (LORA, [1979] 200b, p. 453, *tradução nossa*). Fica de fora desta análise que isola a esfera jurídica que o controle do parlamento para ditar uma Constituição não alcança o plano da economia. “É apenas a expressão discursiva do Estado” (LORA, [1979] 200b, p. 454, *tradução nossa*). O limite da Constituinte é que tem o poder de legislar, mas não pode, ao mesmo tempo, executar suas decisões, pois não tem o controle da força coercitiva do Estado, o exército, a polícia, os tribunais. “A constituinte pode modificar a estrutura do executivo, mas é inegável que tem um limite: é o limite da propriedade privada, de uma sociedade cindida em classes e dominada pela burguesia” (LORA, [1979] 200b, p. 454, *tradução nossa*).

A Constituição mais democrática, mais bondosa, mais generosa em garantias, segue sendo a vontade da classe dominante feita lei. As garantias democráticas têm um limite, o limite de não conspirar contra o regime da grande propriedade privada. Os tratadistas de direito constitucional burguês sabem que isso é

assim. E desgraçadamente parece que unicamente os revolucionários se esforçam agora por esquecer esta realidade (LORA, [1979] 200b, p. 454-455, *tradução nossa*).

Debatemos anteriormente que a separação do poder do Estado em Executivo, Legislativo e Judiciário é própria da democracia liberal burguesa. Este é um aspecto fundamental que emerge nas experiências de poder operário como ocorreu com a Comuna de Paris, com os soviets e a Assembleia Popular. Lora afirma que, se a Constituinte pudesse concentrar os poderes executivo e legislativo seria um soviete. O soviete, porém, não é um governo reconhecido por toda a sociedade, sua autoridade é soberana apenas para as massas que nele se integram, uma parte da sociedade. “Não é autoridade estatal. Ainda falta consumir a revolução pela via insurrecional para que os soviets se convertam em governo do país” (LORA, [1979] 200b, p. 454, *tradução nossa*).

No jornal *Masas*, do POR boliviano lê-se que

O programa do MAS de uma “revolução capitalista andina-amazônica” democrática e pacífica que conclua com a inclusão das nações originárias pela via legal, da reforma constitucional na Assembleia Constituinte, resume no estéril reformismo pró-burguês do MAS. Não mudam-se as relações econômicas com a lei, é o inverso: instauradas revolucionariamente novas relações de produção, constroem-se novas leis adequadas à nova realidade (*Masas*, n. 2016, 10/11/06 *apud* POR, 2006, p. 17).

Após apresentarmos panoramicamente como a bandeira democrática de Assembleia Constituinte aparece no debate marxista, seja entre os autores clássicos ou na análise dos autores bolivianos, passaremos à apreciação deste processo recente de aprovação de novas Constituições na América Latina. Tais processos têm despertado grandes expectativas, com a inserção de novas camadas sociais à “cidadania”, mas proporcionalmente às expectativas, grandes decepções têm acompanhado o desenvolvimento destas experiências.

3.5 DEBATE TEÓRICO SOBRE O “CONSTITUCIONALISMO TRANSFORMADOR”

Apresentaremos, neste subcapítulo alguns aspectos sobre o “constitucionalismo transformador” termo que designa os processos constituintes nas últimas décadas, sobretudo na América Latina, e que têm como característica a incorporação de segmentos anteriormente excluídos, sobretudo as nacionalidades indígenas. Neste sentido, será importante retomar qual era a perspectiva anterior de abordagem jurídica da questão indígena no País. Veremos que o desenvolvimento da legislação boliviana acompanha um processo mais amplo que envolve a América Latina e a legislação internacional sobre o tema. Boaventura de Sousa Santos defende que o direito e a justiça são:

[...] janelas privilegiadas para analisar as contradições, as ambivalências, os ritmos, os avanços e retrocessos dos processos de transformação social, sobretudo dos que se afirmam como portadores de novos projetos políticos ou como momentos decisivos de transição política (2012, p. 12, *tradução nossa*).

O sociólogo português delimita três tipos de constitucionalismo. O antigo, existente até o século XVIII que ratificava a maneira como os povos viviam e se constituíam. O Moderno em que os povos livremente firmam um contrato social estabelecendo uma dupla igualdade entre indivíduos/cidadãos e entre estados independentes. A redução da diversidade de culturas, línguas, identidades na figura do indivíduo se deve, para Sousa Santos, à luta subjacente a este novo constitucionalismo contra os usos e costumes do império Romano, contra as lealdades e privilégios feudais que impediam o desenvolvimento da burguesia. “Os conceitos fundamentais do constitucionalismo moderno são os de soberania popular e homogeneidade do povo” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 33, *tradução nossa*). Tamanha era a adesão ao conceito liberal de homogeneidade do povo que, quando foi inaugurada a Organização das Nações Unidas, a grande maioria dos países da América Latina afirmaram que não tinha minorias étnicas. Para Sousa Santos é o constitucionalismo moderno, imposto pelos descendentes dos conquistadores, que

assegura a continuidade do colonialismo após o processo de independência. Um clara inversão da realidade, como se esta fosse determinada pela esfera jurídica.

O terceiro tipo de constitucionalismo que estaria emergindo a partir do reconhecimento constitucional da plurinacionalidade, pluriculturalidade, pluriétnica e interculturalidade. Seu início data dos anos 1980, tendo como um dos primeiros exemplos a Constituição da Colômbia.

De onde parte este constitucionalismo? Parte, de alguma maneira, de um constitucionalismo antigo que permaneceu oculto na sociedade. Este constitucionalismo antigo dos povos, dos ayllus, dos markas, continuou na sociedade dominante, mas invível [...] (SOUSA SANTOS, 2007, p. 35, *tradução nossa*).

Raúl Prada Alcoreza (2012, p. 419) enumera diferenças entre as constituições europeias e norte-americanas e as latino-americanas. Em primeiro lugar, são participativas: “não as fazem os doutorzinhos”. São volumosas, com centenas de artigos. É uma nova forma de pensar as Constituições como um instrumento de transformações que resolverá “os grandes problemas sociais, econômicos e políticos herdados”. O constitucionalismo transformador seria fruto da vontade constituinte manifestada de baixo para cima, protagonizado pelos excluídos inaugurando uma nova institucionalidade, plurinacional; uma nova territorialidade marcada por autonomias assimétricas; uma nova legalidade, expressa no pluralismo jurídico; e um regime político inédito, a democracia intercultural. Sousa Santos entende que este novo regime político no continente latino-americano tem como características:

- 1) a coexistência de diferentes formas de deliberação democrática, do voto individual ao consenso, das eleições rotativas ao mandar obedecendo, da luta por assumir cargos à obrigação-responsabilidade de assumi-los; 2) diferentes critérios de representação democrática (representação quantitativa, de origem moderna, eurocêntrica, ao lado de representação qualitativa, de origem ancestral, indocêntrica); 3) reconhecimento de direitos coletivos dos povos como condição de efetivo exercício dos direitos individuais [...]; 4) reconhecimento de novos direitos fundamentais (simultaneamente individuais e coletivos): o direito à água, à terra, à soberania alimentar, aos

recursos naturais, à biodiversidade, aos bosques e aos saberes tradicionais; e 5) educação orientada para formas de sociabilidade e de subjetividade assentadas na reciprocidade cultural (SOUSA SANTOS, 2014, p. 292, *tradução nossa*).

Para Boaventura, tanto Bolívia como Equador já consagraram a ideia de democracia intercultural. Citando o artigo 11 da Constituição Boliviana, que reconhece a democracia representativa, participativa e comunitária, o autor afirma que esta é uma das formulações constitucionais sobre democracia mais avançadas do mundo. O constitucionalismo intercultural e plurinacional rejeitaria o “sentido de progresso” do constitucionalismo moderno, estabelece o pluralismo jurídico, incorporando ao lado do sistema jurídico eurocêntrico ao menos um outro sistema, o indocêntrico. Outra característica é a criação de formas de convivência que pode assumir a forma de um tribunal constitucional idôneo, plurinacional, intercultural e pós-colonial para resolver conflitos. Em vez de um consenso por uniformidade, estariam criadas as condições para um consenso obtido por meio do reconhecimento das diferenças.

É nesse sentido que Luis Tapia (2006, p.6) trata da necessidade de criação de um núcleo comum entre as culturas, que trate de igualar as formas de autogoverno e exercer a transcrítica, ou seja, a crítica mútua das culturas sem uma matriz dominante, onde todas elas possam crescer e evoluir em convivência. O Estado, definido por Weber como defensor exclusivo do “direito” à violência estaria, portanto definitivamente superado. Assim como a explicação marxista do Estado como fruto da divisão da sociedade em classes inconciliáveis que expressa os interesses das classes dominantes. Mas para Boaventura, seria possível usar este instrumento hegemônico para propósitos de contrahegemonia. “O constitucionalismo transformador é uma das instâncias (quicá a mais decisiva) do uso contra-hegemônico de instrumentos hegemônicos” (2014, p. 287, *tradução nossa*), teoriza o sociólogo português.

Identificando certa continuidade entre o multiculturalismo e o pluriculturalismo, Boaventura considera que a plurinacionalidade foi uma conquista perversa do neoliberalismo que “ao desqualificar o Estado moderno, desqualificou

também a ideia de nacionalidade monocultural” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 37, *tradução nossa*). Esta demanda passou a ser reivindicada na Ásia, África e para o autor parece ser um processo irreversível. Para o autor, a Bolívia estaria na dianteira desta nova forma de Estado, mesmo vivenciando as turbulências e caos do momento, características da sociedade do risco. Com a emergência do conceito de plurinacionalidade, surgiram os conceitos derivados de interculturalidade e pós-colonialidade. Este último termo, para Boaventura, expressa o reconhecimento de que mesmo com a independência, o colonialismo não terminou. Assim, como reparação histórica, deveria haver um período de transição de discriminação positiva em favor das populações oprimidas (2012, p. 32). Boaventura caracteriza o que se entende por nação. Separa uma concepção liberal, em que Estado e nação coincidiriam, sendo a nação o conjunto de indivíduos pertencentes ao espaço geopolítico do Estado. E uma concepção comunitária, não liberal, que estaria presente na tradição dos povos indígenas.

Discordamos de sua caracterização de que o conceito de nação dos povos indígenas seria o de “autodeterminação, mas não de independência”. O autor português afirma que “nunca os povos indígenas reivindicaram, mesmo no Canadá, a independência”. O caso dos indígenas mapuche²⁶, cujo território abrange o que hoje conhecemos como sul do Chile e da Argentina sempre lutaram por sua autodeterminação, inclusive conseguindo uma separação territorial a partir de 1590, depois da derrota militar dos espanhóis liderados por Pedro de Valdivia. A relação entre a coroa espanhola e os mapuches se dava como uma relação entre dois Estados soberanos. Foi a partir da Independência chilena, na metade do século XIX que a investida sobre o território mapuche voltou a ser iniciada com legislações de demarcação que levaram à usurpação dos territórios. Sob o governo Allende, à margem das políticas da Unidade Popular, os mapuche por meio de ocupações recuperaram parte dos territórios, mas os perderam sobre a ditadura de Pinochet. Os governos posteriores à “democratização” continuaram a política repressiva, mais recentemente auxiliados pelas leis antiterrorismo que aplicam corriqueiramente às

²⁶ Conforme ARANA, 1884 e HERNÁNDEZ, 2003.

lutas indígenas. É um exemplo extenso, mas desfaz a visão romantizada dos indígenas que aspirariam à convivência pacífica com os seus colonizadores. A autodeterminação sem independência, um contrassenso, foi adotada contingencialmente na maioria dos países por conta do genocídio, da dominação e até mesmo do submetimento religioso e ideológico às classes e nacionalidades dominantes.

Voltando a Boaventura, o autor considera que a plurinacionalidade, obriga a refundar o Estado moderno, combinando diferentes conceitos de nação em seu interior. A interculturalidade pressuporia, porém, uma cultura em comum, que consiste na maneira em que cada sociedade organiza a sua convivência plurinacional. Para o autor português, as mais recentes constituições da Bolívia e Equador, contêm em germe um processo de refundação política, social, econômica e cultural. Uma transformação paradigmática do direito e do Estado modernos. O próprio Boaventura reconhece a enorme distância entre o texto constitucional e a prática dos governos após sua aprovação, porém insiste na afirmação de que estes processos conformam um novo tipo de constitucionalismo: o “constitucionalismo transformador”.

A justiça indígena, até hoje aceita pelo cânon constitucional moderno como algo inofensivo, uma pequena excentricidade ou concessão política, talvez funcional à dominación capitalista e colonialista, se converte agora na face mais visível e, portanto, mais ameaçadora do projeto plurinacional (SOUSA SANTOS, 20012, p. 15)

Boaventura responde aos que reclamam que haveria uma incompatibilidade entre a justiça indígena e o princípio da soberania, ou seja, o monopólio estatal da produção e aplicação do direito. Sua argumentação se baseia no fato de que esta soberania, que agora dizem querer preservar, é afrontada o tempo todo pelas condicionalidades impostas pelas agências multilaterais como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio. O reconhecimento da presença de culturas não eurocêntricas só caberia no multiculturalismo liberal caso não interfiram na cultura dominante. A inovação

da descolonização do Estado é destacada por Sousa Santos inclusive com as instituições criadas para este propósito. No Equador, foram criados serviços com este propósito e na Bolívia foi criado um Vice-Ministério de Descolonização.

Para compreendermos o que efetivamente seria novo nestes processos constituintes, consideramos importante recuperarmos a trajetória de convivência conflituosa entre a justiça dos povos colonizados e dominados e a justiça oficial. O livro *Justicia indígena plurinacional e interculturalidad en Bolivia*, organizado por Sousa Santos, que conta com capítulos de vários pesquisadores da temática dá um amplo panorama da questão. No período colonial, a justiça indígena compôs as estruturas políticas vigentes. Só começou a ser vista como uma violação do monopólio estatal no século XIX, sob a influência do positivismo jurídico, com a concepção de que “o Estado para se consolidar requer que haja uma só nação, uma só cultura, um único sistema educativo, um só exército, um único direito” (SOUSA SANTOS, 2012, p. 17, *tradução nossa*). Sua permanência só se deu pela extrema debilidade dos estados após os processos de independência. Sem capacidade de estar efetivamente em todo território nacional, criava as condições para a vigência das instituições e normas correspondente às nações originárias.

Na década de 1950, ganhou força na América Latina um ciclo de governos nacionalistas, que expressavam a incipiente industrialização e a disputa de uma recém constituída burguesia interna pelo controle das fontes de matérias primas. Na Bolívia, esta trajetória está encarnada no surgimento do Movimento Nacionalista Revolucionário, MNR, que, após a Revolução Nacional de 1952 passou a ampliar os direitos políticos, estabelecendo o voto universal, por exemplo. Segundo René Guery Chuquimia Escobar, com a Revolução Nacional de 1952, o voto universal e a educação representaram um começo, mesmo que oficialista, de justiça social e ampliação da cidadania. Ao mesmo tempo, foi imposto um modelo civilizatório de propriedade individual da terra. “Buscou-se resolver o problema indígena com o sindicalismo camponês, que iria conduzir a uma modernização do campo e a colonização das zonas subtropicais” (Escobar, 2012, p. 183, *tradução nossa*). O mesmo movimento ocorrerá na América Latina, com a política de integração do indígena à sociedade nacional como parte de superação do atraso,

modernização e constituição dos Estados nacionais. Perspectiva que será plasmada no Convênio 107 da OIT, de 1957, que marcará o indigenismo até a década de 1970.

O Convênio 107 considerava que os povos indígenas e tribais eram sociedades temporárias destinadas a desaparecer com a modernização, no seu artigo 2º estabelecia que caberia ao governos desenvolver programas de proteção e integração progressiva na vida nacional. No artigo 7º estabelecia:

1. Ao definir os direitos e obrigações das populações em questão dever-se-á tomar em consideração seu direito consuetudinário.
2. Ditas populações poderão manter seus próprios costumes ou instituições *quando estes não sejam incompatíveis com o ordenamento jurídico nacional ou os objetivos dos programas de integração* (OIT, 1957, *tradução e grifos nossos*).

Ao mesmo tempo em que se reconhecia o direito à propriedade, coletiva ou individual, sobre as terras ocupadas pelas populações indígenas e tribais, previa-se que estas populações poderiam ser deslocadas de seus territórios, até mesmo sem consentimento, por motivos relativos à “segurança nacional, desenvolvimento econômico do país ou a saúde de ditas populações” (OIT, 1957, *tradução nossa*). Estabelece que os modos de transmissão dos direitos de propriedade e uso da terra deverão ser respeitados desde que “não obstruam o desenvolvimento econômico e social” (OIT, 1957, *tradução nossa*). Escobar data da década de 1970 a transição desta perspectiva indigenista, que seria marcada pelo racismo e tutela, para a indianista²⁷, que segundo a definição de Fausto Reinaga é a autêntica expressão do índio (REINAGA, 2006).

Nos documentos iniciais do katarismo, surgido nos fins dos anos 1960, iniciado por aymaras rurais e urbanos do altiplano de La Paz, já aparece a menção ao Estado Plurinacional. Xavier Albó comenta que, com o retorno da democracia de

²⁷ Ao longo deste trabalho optamos por utilizar de forma indiferenciada os dois tipos de política a partir do termo indigenismo.

1978 a 1982, “Victor Hugo Cárdenas e algum outro katarista já haviam chegado ao parlamento” (ALBÓ, 2012, p. 204, *tradução nossa*). Segundo Escobar, o katarismo se fundiu com o sindicalismo camponês tendo como principal ideólogo Genaro Flores e principal expressão organizativa a Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia, criada em 1979. A partir da segunda metade da década de 1980, ocorre um processo de reconstituição do ayllu, aglutinando organizações locais, provinciais e regionais. Houve um processo de transformação de algumas destas organizações em ONGs, levando a divisões no movimento katarista, opondo a CSUTCB à CONAMAQ, que centrava sua atuação na luta legal pela restituição das terras. Escobar considera que essa divisão estava condicionada por distintas forças, uma interna, de afirmação do direito originário e outra externa, “pela forte influência econômica transnacional e conceitual do direito indígena” (2012, p. 189, *tradução nossa*).

O direito indígena internacional passou por transformações, neste período. Diferenciando-se do Convênio 107, com sua tese de integração nacional, o Convênio 169 rejeita o termo “populações” que expressava a transitoriedade por “povos”, que, como explicam Christian Ramos e Laís Abramo, são compreendidos “como segmentos nacionais com identidade e organização próprias, cosmovisão específica e relação especial com a terra que habitam” (2011, p. 8). O primeiro artigo do documento, porém, já afirma que “A utilização do termo povos na presente Convenção não deverá ser interpretada no sentido de acarretar qualquer implicação no que se refere a direitos que possam ser conferidos ao termo no âmbito do Direito Internacional” (OIT, 2011, pp. 16-17). Ou seja, o princípio do direito à autodeterminação dos povos não deveria ser estendido aos indígenas e populações tribais. A convenção 169 institui a autoidentidade indígena ou tribal para definição dos povos em questão e os mecanismos de consulta e participação dos povos na definição de prioridades e medidas que afetem suas terras, instituições e crenças (artigo 6º, OIT, 2011, pp. 18-19).

Já desde inícios da década de 1990, a proposta de Assembleia Constituinte começou a aparecer no movimento indígena. Segundo Escobar a marcha “pelo território e pela dignidade” de 1990 foi:

uma das mobilizações de maior transcendência dos povos indígenas da Amazônia e oriente boliviano, que marcou a agenda para o reconhecimento da Bolívia como país multiétnico e pluricultural e a própria assembleia constituinte (ESCOBAR, 2012, p. 190, *tradução nossa*).

A marcha partiu do sul de Beni e chegou a La Paz denunciando a penetração das concessões madeireiras em seu território, no contexto da aplicação da política neoliberal, iniciada com Víctor Paz, do MNR, desde 1985. Albó considera que a postura do presidente Jaime Paz Zamora (1989-1993), do MIR, de ir ao encontro dos manifestantes em marcha para recepcioná-los, ladeado por vários ministros e autoridades parlamentares se deveu ao novo discurso internacional de desenvolvimento sustentável e respeitoso ao meio ambiente e ao medo de que uma confrontação com os indígenas fosse mal vista pelos financiadores internacionais do Estado. Como resposta à mobilização, Paz Zamora reconheceu legalmente quatro territórios indígenas, dentre os quais o Territorio Indígena e Parque Nacional Isiboro Secure (TIPNIS).

A Bolívia foi um dos primeiros países a ratificar a Convenção 169 da OIT, em dezembro de 1991. No ano seguinte, com as comemorações do V Centenário do “descobrimento” da América, houve a tentativa de formação da “Assembleia de Nacionalidades Originárias e do Povo”. Segundo Xavier Albó (2012, p. 204), a formação desta espécie de “parlamento popular” não prosperou por diferenças partidárias que atravessavam as diversas organizações indígenas e camponesas.

No primeiro governo de Gonzalo Sánchez de Lozada (MNR), de 1993 a 1997, cujo vice era o político de origem aymara Víctor Hugo Cárdenas (MRTK), as leis de descentralização administrativa e de participação popular propiciaram uma maior atuação parlamentar do movimento indígena nas localidades. Segundo Xavier Albó, a escolha do vice, indicada por sondagens de marketing político em grupos focais e as medidas aprovadas tentavam “dar um rosto mais humano ao modelo neoliberal vigente desde 1985” (ALBÓ, 2012, p. 205, *tradução nossa*).

Foto 29 - Víctor Hugo Cárdenas, primeiro vicepresidente indígena na Bolívia. Acompanhou Gonzalo Sánchez de Lozada em seu primeiro mandato (1993-1997)



Fonte: La Razón

Foi incluído no primeiro artigo da Constituição, assim como em outras constituições latino-americanas, o caráter “multiétnico e pluricultural” do país. Criou-se uma Secretaria de Assuntos étnicos. A maior novidade, segundo Xavier Albó foi a modificação do artigo constitucional 171, que antes apenas tratava do direito dos camponeses formarem sindicatos. Com a nova redação:

[...] sintetizava os principais direitos que a Convenção 169 da OIT reconhecia aos povos indígenas; entre eles, o que tinham sobre os recursos em suas “terras comunitárias de origem” (TCO; no se animavam ainda a chamá-las “territórios indígenas”) e o das “autoridades naturais” para “a aplicação de normas próprias como solução alternativa de conflitos”. O Ministério da Justiça se lançou então a esboçar uma Lei de Justiça Comunitária (ALBÓ, 2012, p. 205).

Sob o governo Banzer, da ADN, de 1997 a 2001, apesar da aprovação de um novo Código Penal em que o direito consuetudinário indígena era reconhecido, assim como suas formas de administração de justiça por mecanismos comunitários tradicionais, o projeto de Justiça Comunitária se estancou. Albó considera que o Banco Mundial, que tinha apoiado o projeto, inicialmente, parece ter perdido o interesse em fazê-lo avançar (2012, p. 217).

A IV Marcha dos indígenas das terras baixas, de 2002, trouxe à tona o tema da Assembleia Constituinte Plurinacional. Goni não incorporou esta demanda a suas medidas governamentais, quando teve de renunciar, em meio à Guerra do Gás. Seu vice Carlos Mesa, ao assumir a presidência, de 2003 a 2005 habilitou a figura da Assembleia Constituinte em sua reforma constitucional, além de incorporar o referendo e aplica-lo no caso da consulta sobre os hidrocarbonetos. Vemos então que os marcos jurídicos que serão aprofundados sob o governo do MAS, já contavam com antecedentes em governos anteriores. Evo Morales foi empossado em 18 de janeiro de 2006, com um forte simbolismo por ser o primeiro presidente indígena na Bolívia.

Foto 30 - Evo Morales em cerimônia nas ruínas de Tihuanaco, em janeiro de 2006



Fonte: Associated Press

Evo iniciou seu governo com a convocatória da Assembleia Constituinte, que deu origem a uma nova Constituição que em seu artigo primeiro definia que a Bolívia se constituía em um:

Estado Unitário Social de Direito Plurinacional Comunitário, livre, independente, soberano, democrático, intercultural descentralizado e com autonomias. Bolívia se funda na pluralidade e no pluralismo político, econômico, jurídico, cultural e linguístico, dentro do processo integrador do país (BOLÍVIA, p. 11, *tradução nossa*).

A nova Carta constitucionalizou o reconhecimento da diversidade cultural, define como povo boliviano o conjunto de nações e povos indígena originário camponeses, as comunidades interculturais e afrobolivianas que formaria, com a totalidade de bolivianas e bolivianos a nação boliviana. De acordo com a Convenção 169 da OIT estabelece em seu segundo artigo:

Dada a existência pré-colonial das nações e povos indígena originário camponês e seu domínio ancestral sobre seus territórios, se garante sua livre determinação no marco da unidade do Estado, que consiste em seu direito à autonomia, ao autogoverno, a sua cultura, ao reconhecimento de suas instituições e à consolidação de suas entidades territoriais, conforme esta Constituição e a lei (BOLÍVIA, p. 11, *tradução nossa*).

No capítulo sobre as autonomias, no artigo 289, a nova Constituição estabelece o reconhecimento da autonomia indígena que consiste no “autogoverno como exercício da livre determinação das nações e dos povos indígena originário camponês, cuja população compartilha território, cultura, história, línguas e organização ou instituições jurídicas, políticas, sociais e econômicas próprias” (BOLÍVIA, p. 103, *tradução nossa*). No artigo seguinte, considera que são bases desta autonomia os territórios ancestrais, onde estes povos e nações habitam, e a vontade de sua população “expressa em consulta de acordo com a Constituição e a lei” (BOLÍVIA, p. 103, *tradução nossa*). O exercício da autonomia se dará, de acordo com o texto constitucional, de acordo com as normas, instituições e

procedimentos dos povos e nações indígena originário camponeses, “conforme suas atribuições e competências, em harmonia com a Constituição e a lei” (BOLÍVIA, p. 103, *tradução nossa*).

Neste processo de constitucionalização de direitos indígenas, as organizações indígenas e camponesas apoiarão o governo do MAS. Segundo René Escobar, isso levará à modificação das formas de reivindicação.

[...] estando já dentro do Estado, se passará dos bloqueios às mobilizações de apoio e em defesa do “processo de mudança”, a Wiphala como símbolo de reivindicação se converterá em bandeira oficial deixando de lado seu caráter insurgente e contestatório [...] (ESCOBAR, 2012, p. 194, *tradução nossa*).

A aliança estabelecida no processo constituinte, denominada Pacto de Unidade, formada pela CSUTCB, as Bartolinas, os colonizadores e as organizações indígenas como a CIDOB e o CONAMAQ já se rompeu, nos primeiros momentos após a promulgação da Constituição, a CIDOB e o CONAMAQ não mais compõem o Pacto de Unidade. Ainda que a Declaração das Nações unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, que trata do direito à autonomia e livre determinação tenha sido convertida na Lei 3897, de 2007, Escobar considera que a livre determinação é muito mais um assunto discursivo que não foi reconhecido na prática. “A lei outorga muitas possibilidades de sonhar e de exercer a livre determinação, mas ao mesmo tempo as retira” (ESCOBAR, 2012, p. 200, *tradução nossa*).

Boaventura destaca a ênfase que a constituição boliviana (assim como a equatoriana) coloca na diversidade de lógicas econômicas e como a lógica indígena aparece como um princípio organizador de toda a sociedade. Esta economia plural, com vários tipos de propriedade, se organizaria a partir da reciprocidade, complementariedade, coletividade, respeito à natureza (Pachamama). O horizonte pós-capitalista para não usar a língua colonial não mais se definiria como socialista. As constituições, pela primeira vez, incorporam conceitos das línguas originárias,

como o *sumak kawsay* (buen vivir). Entre o texto e a realidade, porém, há uma imensa distância, como constata Sousa Santos:

A verdade é que nada disto está acontecendo e, pelo contrário, a justiça indígena está sendo questionada, entre outras coisas, por ser supostamente um obstáculo ao desenvolvimento, impedindo assim os povos indígenas de participar plenamente no novo ciclo de desenvolvimento iniciado pelos novos governos constitucionais (2012, p. 29).

Boaventura prognostica que a contradição entre o modelo capitalista de Estado neodesenvolvimentista e neoextrativista frente ao *sumak kawsay* assumirá formas cada vez mais violentas. Nos dias atuais, a expressão desta violência é a criminalização da política e justiça indígena. Neste texto de 2012, Boaventura afirma que no Equador já havia pelo menos 200 dirigentes processados. O luta por seus territórios foi tipificada pelo Estado como terrorismo ou sabotagem. “Não pode ser parte do bem viver mandar à prisão 200 dirigentes que defendem o bem viver”, questiona Sousa Santos (2012, p. 33, *tradução nossa*). Discordamos que se trate de uma oposição entre capitalismo de Estado e propriedade comunal. A atuação do governo Morales expressa o antagonismo entre o imperialismo e a nação semicolonial, a combinação da opressão nacional e a opressão social. A ação do governo, por mais reparos que tenham sido feitos e por mais discursos proferidos contra os Estados Unidos permanece dominada pela grande propriedade dos meios de produção, transnacional. Se as comunidades indígenas são, efetivamente, um obstáculo à expansão das fronteiras agrícolas e à exploração dos recursos naturais por parte das multinacionais, como esperar que as oligarquias latifundiárias e as grandes corporações extrativistas possam conviver com a propriedade comunal e com sua justiça correspondente? Podem até tolerar que entre os próprios indígenas, se apliquem suas leis. Porém, não vão aceitar que estas formas tradicionais se interponham a seus interesses, que julguem pessoas do governo ou as empresas que provocam mais danos do que qualquer membro da comunidade que tenha cometido algum delito.

Procurando demarcar o que caracterizaria a justiça indígena nos novos textos constitucionais, Boaventura tipifica as relações entre a justiça ordinária e esta. Tal relação pode ser de negação, em que além da repressão, as autoridades indígenas são totalmente desconsideradas. Quando é uma relação de coexistência, há um reconhecimento recíproco entre os dois sistemas jurídicos, porém o contato entre eles é proibido, a exemplo do *apartheid*. A relação de reconciliação se dá quando a justiça ordinária “reconhece a justiça subalterna e lhe outorga alguma dignidade a título de reparação pelo modo como a justiça subalterna foi ignorada ou reprimida no passado” (SOUSA SANTOS, 2012, p. 34, *tradução nossa*). A convivialidade, que é prescrita pelas constituições plurinacionais, é considerada por Boaventura como um ideal. A aspiração de mútuo reconhecimento, de enriquecimento recíproco por meio do respeito à autonomia e jurisdição de cada uma delas.

Mais um dos episódios recentes de negação da Justiça Indígena se deu com a Lei de Demarcação Jurisdicional, aprovada em 29 de dezembro de 2010. A reação de diversos assembleístas indígenas foi de que esta lei reduzia a Jurisdição indígena originário camponesa a “roubo de galinhas” (ALBÓ, 2012, p. 244). O antropólogo e jesuíta afirma que tal lei era discriminatória e até mesmo racista por desconsiderar a capacidade das comunidades originárias se autogovernarem, como se os indígenas fossem menores de idade. Especialistas internacionais que acompanharam o processo boliviano demonstraram sua frustração, como a jurista Raquel Yrigoyen: “É um dos piores [textos] e mais colonialistas que já vi na minha vida! Quem está por trás?” (*apud* ALBÓ, 2012, p. 248). Boaventura considera esta lei como um atentado ao projeto plurinacional. Apesar de o Ministério de Justiça, por meio do Viceministério de Justiça indígena originária camponesa, junto com organizações indígenas e camponesas, ter realizado uma consulta prévia, seus resultados não foram incluídos na lei aprovada na Assembleia Legislativa Plurinacional.

O intelectual português reconhece que por muito tempo os discursos irão adiante das práticas, mas que essa distância pode ser encurtada de acordo com a intensidade da democratização da democracia (SOUSA SANTOS, 2014, p. 291).

Como se o Estado da classe dominante fosse permeável a ser convertido em expressão de toda a sociedade, com toda sua rica diversidade. A conclusão de Boaventura é que a questão da justiça indígena não é um fenômeno puramente cultural. É, sobretudo, uma questão de economia política. Porém apresenta como possibilidades o aprofundamento do capitalismo dependente ou do bem viver. Trata-se de uma disjuntiva utópica. Concordamos que trata-se de uma questão de Economia Política. E, sob o capitalismo, a Lei Geral de Acumulação Capitalista não é compatível para o retorno a formas de produção pré-capitalistas ou mesmo de limitações ao poder das corporações no que diz respeito à exploração destruidora da natureza. O impacto desta lei, que faz com que desde os primórdios do modo de produção capitalista se acumulasse, de um lado, riqueza, e de outro, miséria, se reflete não apenas socialmente, mas também geograficamente. O que implica que alguns países compareçam na divisão internacional do trabalho como exportadores de matérias primas, como semicolônias apenas formalmente independentes. Querer que o parlamento destes países modifique estas relações econômicas considera que o sistema jurídico-político não possui limites estruturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após apresentarmos estas duas experiências de grande significação na formação política boliviana, com a descrição dos acontecimentos históricos e a problematização de conceitos e aspectos da realidade. Passaremos às conclusões a que chegamos quanto às nossas hipóteses. Assim, percorreremos o roteiro apresentado na introdução, procurando respondê-lo. A análise comparativa da Assembleia Popular e Assembleia Constituinte traz uma dificuldade inicial, pela disparidade das experiências. A primeira delas teve uma duração de três meses. Embora preche de potencialidades, seu desenvolvimento foi bloqueado por um golpe militar. Mesmo com esta derrota, consideramos que os registros que ficaram de combatividade, iniciativa e busca de independência de classe são relevantes para serem retomados neste trabalho. A segunda experiência teve seu tempo de desenvolvimento completo. Mesmo sob o fogo cerrado da oposição, os constituintes concluíram seu trabalho, entregaram uma proposta de Constituição, modificada nos acordos entre o governo do MAS e a oposição. Nesta análise, não nos deteremos exatamente no texto constitucional. Mas sim no processo como um todo que, inclusive, inclui a sua materialização nos anos seguintes. Considerando a instalação da Assembleia Constituinte, já se passaram quase dez anos.

Feita esta ressalva, passemos aos tópicos:

- A) Independência de classe
 - a) Qual a relação com as classes e frações dominantes e o Estado

A Assembleia Popular enunciava sua independência de classe perante a burguesia e o Estado. Nesse sentido, não procurava ser um espaço de todos os bolivianos, de todas as classes. Admitia que se tratava de uma sociedade cindida em classes sociais antagônicas, em que o Estado era a expressão da ditadura de classe da burguesia, cabendo aos explorados organizarem seu próprio poder, sob a estratégia da revolução proletária, que daria origem a um governo operário e

camponês. Ainda quanto ao Estado, a Assembleia Popular rejeitava a tentativa do governo Torres de fazer dela uma Assembleia Constituinte, diferenciava-se explicitamente do presidente. Isso não a impedia de anunciar que, caso houvesse alguma tentativa de deposição do presidente via golpe militar ou outra forma de interferência do imperialismo norte-americano, exigiriam armas do presidente para combater o golpe. Assim o fizeram em 1970 e se apresentaram ao presidente, com a preparação do golpe de 21 de agosto de 1971. O MNR, que participou do Comando Político da COB não chegou a se integrar à Assembleia Popular, pois foi expulso do Comando por contrariar os princípios adotados, no caso as teses da COB de 1970. E não teve papel relevante dos acontecimentos seguintes.

A Assembleia Constituinte organizou como um parlamento baseado na legalidade burguesa. Assim, apresentava-se como a expressão de todos os bolivianos, inclusive como uma expressão mais fiel da composição social da Bolívia, ao incluir os representantes das massas indígenas e camponeses, outrora marginalizadas pelas instituições estatais. Teve grande presença da pequena-burguesia compartilhada com uma minoria significativa que correspondia aos partidos oligárquicos e ao nacionalismo já convertido ao neoliberalismo. Como a Assembleia Constituinte foi parte da canalização dos protestos e levantes de 2000 a 2005 para a via eleitoral, guarda íntima relação com a eleição de Evo Morales, do MAS, assim, não houve independência perante do Estado. Assesores do governo participaram de todo o processo, elaboraram os textos, enfrentando reclamações dos constituintes e, para concluir, ainda houve a modificação de 100 artigos da constituição na negociação do governo com a oposição direitista e autonomista. A Assembleia Constituinte, mesmo com sua composição predominantemente popular, não expressou a independência política perante as classes dominantes e seu Estado.

b) Como se manifestaram as ilusões democráticas

As ilusões democráticas são a concepção de que é possível resolver os problemas explorados por meio dos instrumentos da democracia burguesa, pela via jurídico-parlamentar, nos marcos das relações capitalistas de produção. A constituição da Assembleia Popular era a o resultado do balanço de que o co-

governo, com a ocupação de metade dos ministérios pela COB no governo resultante da Revolução Nacional de 1952 foi uma via para a derrota. Era necessário um poder próprio dos explorados, dirigido pela política proletária. Apontava que a via para isto seria a da revolução proletária, a via insurrecional. Negava-se a ser um parlamento. Rompia com a separação de poderes. Assim, vemos nesta experiência um grande desprendimento em relação às ilusões democráticas, o que indica a separação ideológica das massas em relação à política burguesa. Como a esquerda pequeno-burguesa, neste momento, era influenciada pela proposta foquista, vemos que suas organizações (PCML, MIR) tentavam direcionar a Assembleia Popular diretamente para a luta armada. Mesmo que tivessem um programa nacionalista, neste momento não defendiam a atuação nas instituições estatais. Por outro lado, dentro da Assembleia Popular, sobretudo na ala influenciada pelo PCB e PRIN, havia uma disputa em relação a uma aliança com o governo de Juan José Torres. Porém esta perspectiva não foi a majoritária. Ousamos dizer que, a construção da Assembleia Popular foi o momento em que as ilusões democráticas estavam mais fragilizadas na Bolívia. Aqueles que a construíram sabia que estava nas mãos do proletariado, campesinato e classes médias empobrecidas transformar a realidade boliviana.

Já a Assembleia Constituinte, foi parte de um momento de fortalecimento das ilusões democráticas na Bolívia. A ascensão de um presidente indígena, dirigente do movimento cocaleiro, que despertava o ódio do embaixador dos Estados Unidos e das oligarquias racistas do Oriente boliviano despertaram grandes esperanças nas massas, sobretudo os setores indígenas e camponeses. A bandeira de Assembleia Constituinte vinha acompanhando o movimento camponês e indígena desde o início da década de 2000. Para convencer as massas que estavam nas ruas, adotando o método da ação direta, a se retirarem deste espaço e se direcionarem às urnas e a esperarem os resultados da Constituinte, foi necessário inflar suas potencialidades. A Constituinte seria o instrumento de refundação da Bolívia, agora plurinacional. Seria o palco da retomada do controle dos recursos naturais, de garantia de terras aos camponeses e indígenas. As propostas da Constituinte dependiam do Estado boliviano para serem realizadas. Ao mesmo

tempo em que as ilusões democráticas se fortaleceram, ininterruptamente continuaram a acontecer marchas, greves e manifestações de vários setores, inclusive se chocando com o governo. O que demonstra as dificuldades em manter as massas confiantes nas soluções parlamentares.

c) Propostas em relação ao funcionamento do sistema judiciário

Como parte da independência política perante o Estado burguês, a Assembleia Popular manifestava que não se poderia esperar que os mandantes e executores dos massacres nos acampamentos mineiros, no assassinato de dirigentes dos movimentos fossem punidos pelo sistema judiciário oficial. Os crimes da burguesia permaneceriam impunes. Assim, a partir de comissões de investigação criadas pela Assembleia Popular, apresenta-se a proposta dos Tribunais Populares, não como uma encenação ou ação de propaganda, mas como constituição de autoridades jurídicas emanadas do poder da Assembleia Popular. Tal deliberação escandalizou a burguesia boliviana, obrigando o governo, grandes meios de comunicação e juristas a se somarem em seu combate. Por conta do golpe não houve o desenvolvimento prático desta experiência.

Na Assembleia Constituinte a tônica da reforma do sistema judicial era a sua transformação de monocultural em plurinacional. Com o mote da convivência harmônica das diferenças, coexistiriam em um mesmo território o sistema judicial já existente, correspondente à democracia liberal, com as justiças indígenas. Durante a Constituinte, as propostas dos movimentos camponeses e indígenas já foi restringida, limitando-se apenas a seu território. Na sequência, porém, nos conflitos entre o movimento indígena e o governo, a aplicação da justiça indígena foi criminalizada em diversos momentos: no caso do TIPNIS, da Assembleia dos Povos Guaranis. E, uma Corte que resolveria os atritos entre os dois sistemas jurídicos se formou em confronto com a justiça indígena, muito mais para limitá-la do que para garantir a convivência. Diante do fato de que a nação boliviana se constituiu a partir do extermínio, exploração e expropriação das nacionalidades indígenas e que pela continuidade de seu modelo extrativo-exportador,

consideramos como uma proposta utópica afirmar que o Estado boliviano respeitará a Justiça Indígena.

B) A forma como se deu a aliança entre as classes, frações de classe e nacionalidades oprimidas

A Assembleia Popular era um órgão operário, com a presença de 60% de delegados de organizações proletárias. Se, por um lado, isto expressava a compreensão marxista sobre o sujeito revolucionário e a política que de fato era oposta à política burguesa, por outro aprofundava a necessidade de ganhar a maioria do país, composta por camponeses e nacionalidades indígenas para este projeto de poder, do governo operário e camponês. Este organismo estava conseguindo atrair politicamente as organizações da pequena-burguesia. Setores do movimento camponês começavam a romper com o pacto militar-camponês e pedir representação na Assembleia. Militares da baixa patente se aproximavam. Os estudantes universitários e suas organizações se incorporaram desde o princípio. Esta ampliação da base da Assembleia Popular estava em curso quando foi interrompida, sendo importante sinal a realização das Assembleias Departamentais.

Nos antecedentes da Assembleia Constituinte, nos combates de 2000 a 2005, foram forjadas importantes frentes de luta que organizaram a resistência à privatização da água e a entrega do gás. A forma adotada foi a dos Cabildos e Assembleias. Também neste movimento, por mais que tenha havido a participação da Federação de Fabris, em Cochabamba, e do proletariado mineiro na guerra do gás, a maior força social vinha das organizações camponesas e indígenas, com o apoio da pequena-burguesia das cidades, em especial do magistério e universitários. A atuação do MAS foi importante na defesa da via eleitoral como solução às questões que lançavam as massas às ruas. No processo de realização da Assembleia Constituinte formou-se um bloco denominado nacional-popular que contava com o predomínio das organizações camponesas e indígenas, mas também contava com a presença da pequena burguesia das cidades, sejam camadas intelectuais, profissionais liberais e elementos da burocracia estatal. As direções de sindicatos operários foi praticamente inexistente. As organizações alinhadas com o governo

somavam 64% das cadeiras na Constituinte. Sua proposta era a da plurinacionalidade e do policlassismo.

C) Se houve elaboração de estratégia própria

A Assembleia Popular apontava a construção do socialismo como sua estratégia, todas suas ações se voltavam a fortalecer o órgão de poder do proletariado e as iniciativas das massas, preparando a revolução proletária que daria origem a um governo operário e camponês. Condenava a conciliação de classes cultivada pelo nacionalismo, mas apoiava os aspectos antiimperialistas do nacionalismo. Defendia que a vitória da revolução dependia de não se deter até que o proletariado conquistasse o poder, atraindo as massas camponesas e os setores populares urbanos. Apresentava uma proposta internacionalista e chamavam os trabalhadores da América Latina a se unirem sob uma política independente do proletariado.

A Assembleia Constituinte tinha como estratégia a construção do Estado Plurinacional. Alguns setores, como o MAS, em determinados momentos afirmavam que isto seria um passo para constituir um capitalismo andino e, depois, um socialismo comunitário. Havia, porém, uma grande heterogeneidade de perspectivas de desdobramentos futuros deste processo, desde a reconstituição do Pachakuti, por parte de setores do indigenismo, ou mesmo do desenvolvimento da economia boliviana, por parte dos nacionalistas. De concreto, mesmo aparecia a defesa do combate ao colonialismo e neoliberalismo, sintetizado na estratégia de democratização do Estado, com a cidadanização das massas indígenas-camponesas; reconhecimento da justiça indígena; formação da burocracia estatal e direcionamento das forças armadas para “servir ao bem geral”; e combinação de mecanismos da democracia representativa com a democracia direta. Parte desta democratização era a formação de um Quarto Poder, o Poder Social, que controlaria os demais. Tratava-se de uma nova edição do co-governo, porém, com maior amplitude, incorporando ao Estado não apenas as direções operárias, mas também as camponesas e indígenas.

a) Como se abordou o controle da produção

Um dos debates realizados na Assembleia Popular foi o do projeto de controle operário majoritário da mineração, apresentado pela Federação dos Mineiros abordando aspectos político-ideológicos, econômicos, tecnológicos e com o detalhamento da estrutura administrativa que propunham. Exigiam o controle coletivo dos mandatos, garantindo a eleição direta dos operários nos locais de produção, sem mandatos individuais, compondo diretórios locais e um Diretório Central. Defendiam a total integração da indústria de mineração, da extração, passando pela fundição, até a comercialização. Por meio da discussão, as resistências ao projeto foram vencidas, com o convencimento de que teria relevância inclusive para os trabalhadores de outros setores, seja pela importância econômica da indústria mineira no país, como pelo exemplo para ser depois aplicada em outros ramos produtivos. Os operários enxergavam na luta pela conquista da participação operária na COMIBOL, um passo na marcha dos operários para transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, por meio da expropriação, sem indenização.

A Assembleia Constituinte foi fruto de um amplo movimento de reivindicação de nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia. Porém, no texto resultante da Assembleia, afirmava-se que o Estado assumiria o controle e a direção sobre a exploração, industrialização, transporte e comercialização dos recursos naturais. Controle e direção são diferentes de assumir a propriedade. Na prática, a política desenvolvida foi a de comprar ações das empresas para que o Estado boliviano se convertesse em sócio majoritário das transnacionais, detendo 50% mais 1 das ações. Na revisão do Congresso, definiu-se que o controle e direção do Estado valeriam apenas para recursos naturais ditos estratégicos. A garantia de todos os tipos de propriedade, com empresas mistas, privadas, comunitárias e cooperativas também se distancia de uma defesa de nacionalização efetiva dos recursos naturais. A Constituição, no caso das empresas estatais garante a participação dos trabalhadores na tomada de decisões e nos benefícios, sem especificações. Na prática, nas minas estatizadas o que o governo oferece como controle operário é uma política que não incentiva as empresas estatais, não

moderniza seus equipamentos, e joga para os trabalhadores a decisão do que fazer diante da penúria, inclusive impedindo a reposição das perdas inflacionárias. No geral, o texto constituinte trata em inúmeros pontos do controle social, uma bandeira abstrata de controle da “sociedade civil” por meio da transferência e participação.

- b) Qual a resposta à questão agrária, autodeterminação das nacionalidades indígenas e soberania nacional

Os documentos da Assembleia Popular partiam da caracterização da Bolívia como país atrasado, justamente pela existência de tarefas democrático-burguesas pendentes. O desenvolvimento econômico dependeria da ruptura com o imperialismo. A burguesia nacional era impotente para confrontar o imperialismo, por isso, a direção da luta anti-imperialista caberia à classe operária, que dependeria de se forjar uma aliança operário e camponesa com os pobres das cidades e as forças antiimperialistas. A Assembleia Popular, por mais que partisse dos documentos anteriores dos Congressos mineiros e da COB, que defendiam que os operários deveriam ajudar os camponeses a se organizarem em sindicatos, além de trabalhar conjuntamente com as comunidades indígenas, colocava como eixo central a luta contra o latifúndio. Na Revolução de 1952, isto resultou no armamento de massas camponesas para a ocupação dos latifúndios. Não havia, porém, um maior detalhamento. Com a previsão de realização de um Congresso Nacional de Camponeses, em agosto, a Assembleia Popular indicou que o Congresso indicasse um nome para ser o vice-presidente da Assembleia, cargo provisoriamente ocupado por um camponês do Bloco Indígena Camponês. O Congresso seria importante também para que se identificasse até que ponto os camponeses e suas organizações já se desprendiam do pacto-militar camponês e quais seriam as resoluções que proporia à Assembleia sobre o tema. Algumas organizações começavam a romper com o pacto, mas já iniciavam o alinhamento com as ideias do katarismo. A inserção na Assembleia Popular era condicionada à mudança do predomínio da participação operária. A deliberação sobre a forma de participação das organizações camponesas não foi retomada e nem o detalhamento do programa agrário pela interrupção provocada pelo golpe militar.

A composição predominantemente indígena e camponesa da Assembleia Constituinte, assim como a presença das suas organizações traziam para o centro do debate a solução da questão agrária e do reconhecimento das nacionalidades indígenas. Assim, na concepção do Estado Plurinacional, reconheceu-se a existência de 36 nacionalidades e uma série de medidas de cidadanização foram adotadas. A relação com os recursos naturais sofreu várias alterações, com uma limitação cada vez maior, sobretudo com a inserção do critério de anterioridade, mantendo intocados os interesses empresariais já garantidos até a data. O direito à consulta prévia e informada em relação à exploração de recursos naturais em seus territórios, mesmo com a garantia constitucional, continuou a ser violada, como vimos no caso do TIPNIS e da Assembleia do Povo Guarani. O reconhecimento da justiça indígena deu lugar à criminalização da aplicação da justiça comunitária quando esta se contrapôs ao Governo de Evo Morales. Este desdobramento confirma a constatação de Mariátegui de que o problema indígena é a questão da terra, enquanto não se resolve a questão agrária, todas outras conquistas e concessões são instáveis. Sobre os latifúndios, este foi um ponto de grande atrito com a oligarquia de Santa Cruz. Mesmo que não se defendesse no texto constitucional a expropriação dos latifúndios a sua limitação e a política de compras de terras para distribuição a camponeses e nações originárias motivou o acirramento do separatismo. Assim, na pactuação final, garantiu-se que as novas regras não se aplicariam aos latifúndios existentes, mas sim à limitação da formação de novos e estabeleceu-se que um referendo decidiria sobre o tamanho dos latifúndios.

c) Qual a política militar adotada

Acalorados debates sobre a questão militar marcaram as sessões da Assembleia Popular. Pela presença de grupos com orientação foquista, desde a abertura da Assembleia tentava-se colocar a defesa do imediato armamento da Assembleia, o que a direcionaria a fortalecer os focos que permaneciam se organizando nas áreas rurais. A Assembleia Popular rejeitou esta via, considerava-se que lançar-se à luta armada prematuramente levaria a um aborto desta experiência. O caminho que se desenhava era de dividir o aparato repressivo do

Estado. Agrupamentos de baixa patente já começavam a se aproximar. Diante da deflagração do golpe, o Comando Político da Assembleia Popular organizou a resistência armada, com a exigência de que o presidente Juan José Torres abrisse os arsenais. Apenas alguns fuzis velhos foram entregues depois de muitas horas de exigência. Sem que vislumbrasse possibilidades de vitória, as forças organizadas em torno da Assembleia retrocederam para evitar a destruição física da vanguarda proletária.

No caso da Assembleia Constituinte, não percebemos a diferença do papel das forças armadas e polícia em relação a outros governos burgueses. Estabelece-se que as Forças Armadas têm como missão defender a independência, segurança, estabilidade, honra e soberania do país e participar do desenvolvimento integral do país. Quanto à polícia, seu dever é conservar a ordem pública a garantir o cumprimento das leis. A partir da definição da participação das Forças Armadas no desenvolvimento integral do país, o governo passou a utilizar o exército em construção de rodovias, projetos de distribuição de renda, ocupações de poços de gás em meio às “nacionalizações”. Apesar do esforço do governo em dizer que as Forças Armadas passariam a agir sob a liderança moral e intelectual dos interesses indígenas populares, evidentemente permanecem sua característica de aparelho repressivo do Estado. O que tem sido comprovado nas reiteradas repressões policiais e militares às manifestações indígenas e de outros setores em luta.

* * * * *

A partir destes pontos de análise, observamos que são experiências que, embora tivessem em comum um contexto de crise de hegemonia das classes dominantes, adotaram rumos opostos. A partir dos critérios estabelecidos em nosso projeto de pesquisa, como forma de avaliar se estas experiências impulsionaram ou contiveram a luta de classes, confirmamos nossas hipóteses iniciais. Compreendemos que a Assembleia Popular era parte da estratégia revolucionária do proletariado boliviano, que constitui um organismo embrionário de duplo poder

que se manteve independente perante as classes dominante e seu Estado. O presidente Juan José Torres, um general nacionalista de esquerda que só se manteve no cargo pois os operários em marcha frustraram um golpe em 1970, tentou cooptar este organismo e transformá-lo em uma Assembleia Constituinte que daria origem a um novo co-governo. A ausência do campesinato era vista como um problema pelos assembleístas que, ao mesmo tempo em que reconheciam que um processo revolucionário necessitava mobilizar a maioria nacional, que na Bolívia é composta pelos camponeses, desconfiavam das organizações camponesas que apenas iniciavam seu processo de ruptura com o pacto militar-camponês.

Consideramos que nossa hipótese sobre a Assembleia Constituinte também foi confirmada ao identificarmos que esta experiência não modificou e nem poderia modificar a natureza de classe do Estado. Ou seja, constitui-se como uma saída burguesa para a crise de legitimidade das instituições estatais, profundamente abaladas pelos efeitos da aplicação das políticas neoliberais que levaram o país a uma situação pré-revolucionária, com os levantes batizados como Guerra da Água, em 2000 e Guerra do Gás em 2003. Os confrontos com a oposição de direita poderiam dar a impressão de que o governo do MAS e a Constituinte de fato expressariam um antagonismo, porém, a pactuação do governo com a direita opositora, sob a mediação da UNASUL, iniciado em 2008, depois continuou a se desenvolver ao longo do governo de Evo Morales, revelando-se como disputas interburguesas e não em uma expressão de luta entre classes antagônicas. A negociação com modificação do texto aprovado pelos constituintes expressou que os delegados constituintes não tiveram controle sobre o resultado do processo e muito menos as suas bases.

A tese demonstra que em momentos em que as massas em luta sinalizam para a possibilidade de uma ruptura revolucionária, ao se insurgirem, e, principalmente ao constituírem organismos, mesmo que embrionários, de dualidade de poderes, a estratégia democratizante coloca limites e freios aos movimentos em luta. É necessário indicar que a estratégia democratizante não é sinônimo de luta democrática. O exemplo do combate ao golpe contra Torres, nos marcos de uma estratégia revolucionária indica a diferença em questão. A formação de um co-

governo, entre o partido burguês nacionalista, o MNR, e a COB, em 1952, com metade dos ministérios indicados pela central operária ou a "refundação" do Estado boliviano a partir da Assembleia Constituinte que positivou a plurinacionalidade e determinados direitos aos povos originários, por mais que pareçam uma grande conquista das massas em luta, uma vez que respondem a algumas de suas demandas, em perspectiva, não expressam uma derrota das classes dominantes. Como o movimento operário boliviano concluiu em 1970, no balanço histórico feito no Congresso da COB, aceitar metade do poder em 1952 os impediu de efetivar um poder próprio da classe operária, o governo operário e camponês.

As desilusões com o governo Evo Morales, a partir do balanço dos limites da Constituinte e da política de conciliação de classes, somada à persistência dos trabalhadores, camponeses e indígenas em recorrer a seus métodos próprios da ação direta indicam a possibilidade de retomarem a via da ruptura revolucionária. Caso voltem a trilhar este caminho, não começarão do zero. As inúmeras lutas anteriores e em especial os avanços organizativos e programáticos plasmados na experiência da Assembleia Popular de 1971 trarão lições, não para serem copiadas, mas sim para servir como antecedentes das novas obras coletivas do proletariado boliviano e demais explorados.

A teoria marxista foi enriquecida por Lenin quanto à definição da forma de partido necessário para se constituir como Estado maior do proletariado. O partido de quadros, organizado em torno do programa, regido pelo centralismo democrático. Ao longo da história boliviana vimos o surgimento de inúmeros partidos que encarnaram o programa nacionalista e democratizante. Vimos a trajetória do MNR do nacionalismo ao aberto neoliberalismo. Observamos a integração dos antigos foquistas do MIR à política burguesa, inclusive com o apoio decisivo de Hugo Banzer, coronel que encabeçou o golpe de 1971. Muitos já abandonaram a cena histórica. O recém criado MAS, com um pouco mais de 20 anos já começa a perder sua influência sobre as massas, como indica a derrota do governo no referendo para aprovar a possibilidade de uma nova reeleição, em fevereiro de 2016. Seu programa de democratizar o Estado com a inclusão das nacionalidades indígenas a cada dia revela mais limites.

O POR, com seus 81 anos e participação em momentos decisivos das lutas sociais bolivianas continua a apontar a via da revolução proletária. Em meio à crise do governo de Evo defende que não se trata de definir quem assumirá a presidência, sem que Evo possa concorrer, mas sim que tipo de governo, correspondente a que classe, deve ser construído pelas massas operárias, camponesas e indígenas. As perseguições políticas, assassinatos de lideranças, rupturas, o ocaso do proletariado mineiro com as privatizações da década de 1980 e o isolamento conjuntural sofrido com a denúncia ao MAS desde seu surgimento dificultam sua constituição como direção física das massas em luta. Porém, é um partido que manteve sua coerência estratégica, sua constância na defesa da independência de classe e segue persistindo no trabalho cotidiano e muitas vezes subterrâneo tal qual a velha toupeira de Marx.

Consideramos que as duas experiências fazem parte de um longo processo histórico em que os trabalhadores, camponeses e nacionalidades oprimidas enfrentam as classes dominantes buscando defender suas condições de vida, se confrontando com a propriedade privada dos meios de produção e a ação do imperialismo. A combatividade e politização das massas bolivianas impressiona. Não por acaso, uma experiência tão avançada como a Assembleia Popular de desenvolveu neste país andino. Diante de tamanha iniciativa e disposição de luta, as classes dominantes em vários momentos foram obrigadas a recorrer ao léxico dos revolucionários. Foi assim com a Revolução Nacional de 1952 e assim se dá sob o atual governo que se autodenomina como “dos movimentos sociais”. Estudar estas experiências, extrair lições, conhecer os motivos dos sucessos e das derrotas é uma necessidade para a continuação deste processo histórico. Consideramos que são legados para futuras gerações e não apenas bolivianas.

REFERÊNCIAS

- ACUÑA ORTIGOZA, Marianela. Del capitalismo de Estado al socialismo del siglo XXI. In: *Aporrea*, 2008. Disponível em: www.aporrea.org/ideologia/a57373.html. Acesso em 10 de outubro de 2015.
- AGUIAR JÚNIOR, Edilson Montrose de. A “cena política”: teoria e operacionalização do conceito. In: *Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina*. Londrina, 2013. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v6_edilson_GX.pdf. Acesso em: 31 de abril de 2016.
- ALBÓ, Xavier. Justicia indígena en la Bolivia plurinacional. In: SOUZA SANTOS, Boaventura de e RODRÍGUEZ, José Luis Exeni (org.). *Justicia indígena plurinacional e interculturalidad em Bolivia*. La Paz: Ediciones Abya-Yala / Fundación Rosa Luxemburg, 2012. Pp. 201-248.
- ALMARAZ, Alejandro (2011). La reveladora furia de García y el *proceso de cambio*. In: (2011). *La mascarada del poder*. Respuesta a Álvaro García Linera. EL DEBER (2011). *Aumenta tensión por el Tipnis: Evo endurece ataques a indígenas que rechazan su proyecto carretero*. 03 de agosto de 2011. Disponível em: <http://eju.tv/2011/08/aumenta-tensin-por-el-tipnis-evo-endurece-ataques-a-indgenas-que-rechazan-su-proyecto-carretero/>. Acesso em 04 de maio de 2013.
- ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *A Comuna de La Paz*. História da Assembleia Popular de 1971. 365p. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. FFLCH – Departamento de História. São Paulo, 2002.
- _____. *A revolução boliviana*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- _____. *Bolívia 1971. A Comuna de La Paz*. História da Assembleia Popular. 300p. [mimeo], s/d.
- _____. *Bolívia: democracia e revolução*. A Comuna da la Paz. São Paulo, Alameda, 2011.
- ARANA, Diego Barros. *Historia general de Chile. Tomo primero*. Editorial Universitária. Primeira edição, 1884. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/01305064222793051977024/index.htm>. Acesso em 20 de outubro de 2014.
- ARRARAS, Astrid; DEHEZA, Grace. Referéndum del gas en Bolivia 2004: mucho más que un referéndum. *Rev. cienc. polít.* (Santiago), Santiago, v. 25, n. 2, p. 161-172, 2005. Disponible en <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-090X2005000200008&lng=es&nrm=iso>. accedido en 16 abr. 2016. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-090X2005000200008>.
- ASAMBLEA CONSTITUYENTE DE BOLIVIA. *Nueva Constitución Política del Estado. Congreso nacional, 2008*. Disponível em: <http://www.presidencia.gob.bo/download/constitucion.pdf>. Acesso em 01 de set. de 2011.

- BAIRD, Robert P. *Los EE.UU financian y apoyan el golpe de Banzer de 1971 en Bolivia*. 28 de Novembro de 2010. Disponível em: http://jtorres.com/nucleo/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=55. Acesso em 10 de outubro de 2015.
- BALIBAR, Étienne. ¿De la lucha de clases a la lucha sin clases? In: WALLERSTEIN Immanuel e BALIBAR, Étienne. *Raza, Nación y Clase*. Madri: IEPALA, 1991. Pp. 239-284
- BARRAQUE, Bernard. *Urban Water Conflicts*. Londres, Nova Yorque: UNESCO, CRC press, 2011. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=A82fBwAAQBAJ&>. Acesso em 15 de abril de 2015.
- BOLIVIA. Referendum vinculante sobre la política energética del país, *Decreto Supremo N° 27507*, 19 de maio de 2004. Disponível em: <http://www.lexivox.org/norms/BO-DS-27507.xhtml>. Acesso em: 16 de maio de 2015.
- _____. Nacionalización de hidrocarburos “Héroes del Chaco”, *Decreto Supremo N° 28701*, 1 de maio de 2006a. Disponível em: <http://www.gacetaoficialdebolivia.gob.bo/normas/verGratis/26206>. Acesso em 22 de fevereiro de 2016.
- _____. *Revolución Agraria - Modificación de la Ley 1715*. Reconducción de la Reforma Agraria. *Ley N° 3545*, 28 de noviembre de 2006b. Disponível em: http://www.vicepresidencia.gob.bo/Inicio/tabid/36/ctl/wsquerbusqueda/mid/435/Default.aspx?id_base=2&id_busca=3545. Acesso em: 22 de fevereiro de 2016.
- _____. *Constitución política del estado Plurinacional de Bolivia*. Disponível em: <http://www.harmonywithnatureun.org/content/documents/159Bolivia%20Consitucion.pdf>. Acesso em: 18 de novembro de 2013.
- _____. *Ley de Deslinde Jurisdiccional*. Ley 073. Disponível em: <http://bolivia.infoleyes.com/shownorm.php?id=2769>. Acesso em 29 de fevereiro de 2016.
- BOYNTON, Rachel. *Crisis is our brand*. Estados Unidos, Koch-Lorber Films, 2005. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hKVgPReyrM0>, acesso em: 22 de janeiro de 2016.
- CAVALCANTE, Sávio. *Classes médias e modo de produção capitalista: um estudo a partir do debate marxista*. Campinas, 2012. Orientador: Ricardo Luiz Coltro Antunes. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 382 p.
- CARVALHO, Soraia de; AGUIAR, Danilla. Mariátegui e as táticas de frente única. *Lutas Sociais* (Impresso e Online). , v.17, p.108 - 122, 2013. Disponível em: http://www.pucsp.br/neils/revista/vol.30/soraia_de_carvalho_e_jorissa_danilla_aguiar.pdf. Acesso em: 23 de abril de 2015.
- CRESPO, Arturo Enriquez. *El rostro minero de Bolivia: Los mineros... martires y heroes*. La Paz: Sygnus, 2009.

- DEFENSORÍA DEL PUEBLO. *Informe defensorial sobre la violación de derechos humanos de la capitanía Takovo Mora, perteneciente al pueblo indígena guaraní*. La Paz, janeiro de 2016. Disponível em: <http://www.defensoria.gob.bo/archivos/VIOLACION%20DE%20DDHH%20TAKOVO%20MORA.pdf>. Acesso em 23 de março de 2016.
- DORAKIS, Elias Vacaflor. *Tarija: Historia de Cabildos Abiertos (1825-1826)*. La Paz: FUNDAPPAC, 2009.
- DUNKERLEY, James. *Rebellion in the Veins. Political Struggle in Bolivia 1952-82*. Londres, Verso Editions, 1984.
- DURÁN GIL, Aldo. *O Estado-de-golpe: uma análise do Estado boliviano sob o período de maior instabilidade e crise política (1978-1982)*. 383p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 1998.
- _____. *Estado militar e instabilidade política na Bolívia (1971-1978)*. 496p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2003.
- _____. Bolívia: duas revoluções nacionalistas? *Perspectivas*, São Paulo, v. 33, p. 157-189, jan./jun. 2008.
- _____. Análise marxista do processo político boliviano pós-2005. In: *Anais do 6º Colóquio Internacional Marx e Engels*, Campinas, 3 a 6 de novembro de 2009. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/analise-marxista-do-processo-politico-boliviano-pos-2005.pdf. Acesso em: 22 de abr. de 2012.
- EL DIARIO (2011). “*No queremos que indígenas vivan como salvajes*”. 07 de setembro de 2011. Disponível em: http://www.eldiario.net/noticias/2011/2011_09/nt110907/2_11plt.php. Acesso em 04 de maio de 2013.
- ENGELS, Friedrich. *Anti-Dühring*. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1877/antiduhring/>. Acesso em: 04 de julho de 2015.
- _____. III. Producción. In: *La revolución de la ciencia de Eugenio Dühring ("Anti-Dühring")*. Sección Tercera. *Socialismo* [1878]. Traduzido ao castelhano pelo Instituto de Marxismo-Leninismo e Editorial Progreso, de Moscou. Digitalizado por Ediciones Bandera Roja. Marxists Internet Archive, 2003, pp. 253-323 [do original]. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/m-e/1870s/anti-duhring/ad-seccion3.htm#282>. Acesso em 13 de out. de 2015.
- _____. *A origem da Família, da propriedade Privada e do Estado*. São Paulo: Editora Escala, s/d.
- ERBOL. *Indígenas en huelga, piden a Gobierno devolverles su sede*. 13 de dezembro de 2013. Disponível em:

http://www.erbol.com.bo/noticia/indigenas/13122013/indigenas_en_huelga_p_iden_gobierno_devolverles_su_sede. Acesso em: 12 de outubro de 2015.

_____. *Defensor dice se vulneró CPE en represión a garantías*. 16 de março de 2016. Disponível em:
http://www.erbol.com.bo/noticia/indigenas/16032016/defensor_dice_se_vulnero_cpe_en_represion_guaranies. Acesso em 02 de Abril de 2016.

ESCOBAR, René Guery Chuquimia. Historia, Colonia y derecho de los pueblos indígenas. In: SOUZA SANTOS, Boaventura de e RODRÍGUEZ, José Luis Exeni (org.). *Justicia indígena plurinacional e interculturalidad em Bolivia*. La Paz: Ediciones Abya-Yala / Fundación Rosa Luxemburg, 2012. Pp. 15-200.

ESCORSIM, Leila. *Mariátegui – vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

FEBRERO/OCTUBRE NEGRO 2003. *Documentário*. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=6WASvEmRqMY>. Acesso em 16 de maio de 2015.

FOREIGN RELATIONS OF THE UNITED STATES, 1969–1976. Volume e–10, documents on American Republics, 1969-1972, document 101. *Conversation Between the President’s Assistant for National Security Affairs (Kissinger) and President Nixon*, Washington, June 11, 1971. Disponível em:
<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve10/d101>. Acesso em: 04 de novembro de 2015.

GARCÍA LINERA, Álvaro. *El “oenegismo”, enfermedad infantil del derechismo*. (O cómo la “reconducción” del *Proceso de cambio* es la restauración neoliberal). La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional/Presidencia de la Asamblea Legislativa Plurinacional. Disponível em:
<http://vicepresidencia.gob.bo/Portals/0/documentos/EL-OENEGISMO.pdf>. Acesso em 18 de abril de 2013.

_____. La crisis del estado y las sublevaciones indígena-plebeyas. In: TAPIA, Luis; GARCÍA, Álvaro; PRADA, Raúl. *Memorias de octubre*. La Paz: Muela del Diablo, 2004, pp.27-86;

_____. La muerte de la condición obrera del siglo XX: la marcha minera por la vida. In: GARCÍA, Álvaro; GUTIERREZ, Raquel; PRADA, Raúl; TAPIA, Luis. *El retorno de la Bolivia plebeya* [2000]. La Paz: Muela del Diablo, 2ed., 2007, pp.23-60;

_____. Marxismo y mundo agrario. In: GARCÍA LINERA, Álvaro. *La potencia plebeya. Acción colectiva e identidades indígenas, obreras y populares en Bolivia*. Buenos Aires; Prometeu / Clacso, 2008, pp. 31-67. Disponível em:
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/coedicion/linera/linera.pdf>. Acesso em: 23 de abril de 2014.

_____. Introdução. In: LINERA, Álvaro García (coord.); LEÓN, Marcha Chávez; MONJE, Patricia Costas. *Sociología de los movimientos sociales en Bolivia*. Estructuras de movilización, repertorios culturales y acción política. 4ª. Ed. La Paz: Plural Editores, 2010a. Pp. 11-26.

- _____. *A potência plebeia: ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia*. Org. Pablo Stefanoni. São Paulo: Boitempo, 2010b.
- GOBIERNO DE BOLIVIA. *El Vivir Bien como respuesta a la Crisis Global*. 2009. Disponível em:
[http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/Presentation%20by%20Govt%20of%20Bolivia%20\(Spanish\).pdf](http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/Presentation%20by%20Govt%20of%20Bolivia%20(Spanish).pdf). Acesso em 29 de março de 2013.
- GORENDER, Jacob. Apresentação. In: MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*, vol. I, livro primeiro, tomo 1. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Pp. VII a LXXII.
- GRAMSCI, Antonio e TOGLIATTI, Palmiro. Democracia Obrera (artículo de *L'Ordine Nuovo*, 21/06/1919). In: *Escritos políticos (1917-1933)*. México: Siglo XXI, 1998. Pp.88-92.
- GRAMSCI, Antonio. La conquista del Estado (artículo de *L'Ordine Nuovo*, 12/06/1919). In: *Escritos políticos (1917-1933)*. México: Siglo XXI, 1998. Pp. 92-97.
- GUTIERREZ, Rachel. La Coordinadora de Defensa del Agua y de la Vida. A um año de la guerra del agua. In: GARCÍA LINERA, Álvaro; GUTIERREZ, Rachel; PRADA ALCOREZA, Raúl; QUISPE, Felipe; TAPIA, Luis. *Tiempos de Rebelión*. La Paz: Muella del Diablo, 2001, pp. 193-214.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Princípios da Filosofia do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- HERNÁNDEZ, Isabel. Soberanía en Meli Wixan Mapu: La nación autónoma mapuche es reconocida por la Corona española. In: *Autonomía o ciudadanía incompleta: el pueblo mapuche en Chile y Argentina*. Santiago do Chile: Nações Unidas/CEPAL, 2003. Pp. 73-75. Disponível em:
http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/7179/S2003714_es.pdf?sequence=1. Acesso em 20 de outubro de 2014.
- HIRATA, Helena. Capitalismo de Estado, burguesia de Estado e modo de produção tecnocrático. In: *Revista da USP*, n.12, 1980. Pp. 49-68. Disponível em:
<http://www.revistas.usp.br/discurso/article/view/37881/40608>. Acesso em 20 de out. de 2012.
- HOBBSAWM, Eric. Introdução. In: MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- IAMAMOTO, Sue A. S. *O nacionalismo boliviano em tempos de plurinacionalidade: revoltas antineoliberais e constituinte (2000-2009)*. Dissertação de mestrado. Orientador: Bernardo Ricupero. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 2011; 165p.
- IANNI, Octávio. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- IPPDH/ MERCOSUL. *A 40 años del Plan Cóndor. De las coordinaciones represivas a la construcción de las políticas públicas regionales en derechos humanos*. Publicação da Comissão Permanente de Memória, Verdade e

- Justiça da Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL e Estados Associados (RAADH), sob a coordenação e compilação do instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL, setembro de 2015. Disponível em: <http://www.ippdh.mercosur.int/wp-content/uploads/2016/01/A-40-a%C3%B1os-del-C%C3%B3ndor.pdf>. Acesso em 22 de janeiro de 2016.
- JUSTO, Liborio. *Bolivia: La revolución derrotada*. Buenos Aires: Ediciones ryr, 2007.
- KAUTSKY, K. *A Ditadura do Proletariado*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1979.
- KLEIN, Herbert S. *Haciendas y ayllus em Bolivia, SS. XVIII y XIX*. Lima: IEP, 1995.
- _____. *A concise history of Bolivia*. 2ª edição. Nova Iorque: Cambridge University press, 2011.
- KRUSE, Thomas. La Guerra del agua en Cochabamba, Bolivia: terrenos complejos, convergencias nuevas. In: TOLEDO, Enrique de la Ganza. *Sindicatos y nuevos movimientos sociales en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, pp.121-161. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/sindi/kruse.pdf>. Acesso em: 15 de outubro de 2014.
- LENIN, V. I. Acerca de la dualidad del poder. In: *Obras completas*. Tomo XXIV. Buenos Aires: Cartago, 1957a, pp. 28-31.
- _____. Las tareas del proletariado en nuestra revolución (proyecto de plataforma para el partido Proletario. In: *Obras completas*. Tomo XXIV. Buenos Aires: Cartago, 1957b, pp. 46-83.
- _____. Septima Conferencia del P.O.S.D.R. (b). In: *Obras completas*. Tomo XXIV. Buenos Aires: Cartago, 1957c, pp. 219-307.
- _____. *A Questão da constituinte*. Contagem: Ed. História, 1979.
- _____. Acordo de combate para a insurreição. In: *A Questão da constituinte*. Contagem: Ed. História, 1979b. pp. 15-17
- _____. As tarefas democráticas do proletariado revolucionário. In: *A Questão da constituinte*. Contagem: Ed. História, 1979c. pp. 21-27.
- _____. Entre dois combates. In: *A Questão da constituinte*. Contagem: Ed. História, 1979d. pp. 52-56.
- _____. Aos companheiros presos. In: *A Questão da constituinte*. Contagem: Ed. História, 1979e. pp. 69-73.
- _____. Tese para o informe à Conferência da organização de Petrogrado em 8 de outubro e também para a resolução e mandato dos delegados ao Congresso do partido. In: *A Questão da constituinte*. Contagem: Ed. História, 1979f. pp. 101-103.

- _____. Teses sobre a Assembleia Constituinte. In: *A Questão da constituinte*. Contagem: Ed. História, 1979g. pp. 122-126.
- _____. A revolução proletária e o renegado Kautsky. In: *O Estado e a revolução. A revolução proletária e o renegado Kautsky*. Trad. por Henrique Canary. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.
- LORA, Guillermo. *Del nacimiento del POR a la Asamblea Popular*. Paris: EDI Ediciones, 1972.
- _____. *Contribución a la historia política de Bolivia* (historia del POR). La Paz: Isla, 1978, 2 vol.
- _____. *El proletariado em el processo político*. La Paz: Ediciones Masas, 1980a.
- _____. *Problemas de la reforma universitaria*. La Paz: Ediciones Masas, 1980b.
- _____. *Lecciones de La Asamblea Popular*. La Paz: Ediciones Masas, 1984.
- _____. *Soviet (Asamblea Popular) y dualidad de poderes*. 15º aniversario de la Asamblea Popular. La Paz: Ediciones Masas, 1986.
- _____. (org.). *Documentos políticos de Bolivia*. La Paz: Amigos del libro, 1987.
- _____. *Liberación de las naciones oprimidas*. La Paz: Ediciones La Colmena, 1992.
- _____. Projeto de Informe sobre America Latina [1977]. In: *Obras completas*. Tomo XLIX. La Paz: Edições Massas, 2000a. Pp. 429-484.
- _____. La Revolución Latinoamericana y las tareas actuales [1979]. In: *Obras completas*. Tomo XLIX. La Paz: Edições Massas, 2000b. Pp. 325-405.
- LÖWY, Michel. Nem decalque, nem cópia: o marxismo romântico de José Carlos Mariátegui. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. *Por um socialismo indo-americano*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011, pp. 7-24.
- LUXEMBURGO, Rosa. *O Que Quer a Liga Espartaco?*, 2008 [1918a]. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1918/12/14.html>. Acesso em 16 de dezembro de 2013.
- _____. *Assembleia Nacional ou Governo dos Conselhos?* [1918b]. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1918/12/17.htm>. Acesso em 16 de dezembro de 2013.
- _____. *Discurso ante el Congreso de Formación del Partido Comunista Alemán* [1918c]. Disponível em: http://www.marxists.org/espanol/luxem/13Discursoanteelcongresodefundaciondelpartidocomunistaaleman_0.pdf. Acesso em 09 de fevereiro de 2014.
- MAGRI, Lucio. Parlamento o consejos obreros. In: GERRATANA, Valentino et al. *Consejos obreros y democracia socialista. Cuadernos de pasado y presente*. Ciudad de México: siglo XX editores, 1977. pp.15-37.
- MARAÑÓN-PIMENTEL, Boris (2012). Hacia el horizonte alternativo de los discursos y prácticas de resistencias descoloniales. Notas sobre la solidaridad económica en el buen vivir. In: MARAÑÓN-PIMENTEL, Boris (coord.).

Solidaridad económica y potencialidades de transformación en América Latina. Una perspectiva descolonial. Buenos Aires, CLACSO.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete Ensaio de Interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. *Nacionalismo y Vanguardismo* (1925). Disponível em: http://www.patriaroja.org.pe/docs_adic/obras_mariategui/Peruanicemos%20a%20Peru/PAGINAS/nacionalismo.htm. Acesso em 20 de maio de 2013.

_____. *Programa del Partido Socialista Peruano* (1928). Disponível em: <http://www.marxists.org/espanol/mariateg/1928/oct/07a.htm>. Acesso em: 10 de maio de 2013.

MARTORANO, Luciano Cavini. *Conselhos e Democracia*. Em busca da participação e da socialização. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2011.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. A ideologia do presidencialismo de coalizão. In: *Lutas Sociais* n.24, 1º. sem. 2010, pp.60-69. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/05-Danilo%20Enrico%20Martuscelli.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2014.

MARX, Karl. A guerra civil na França. In: Marx, Karl; Engels, Friedrich. *Textos*. Volume 1. São Paulo: Alfa-ômega, 1977. Pp. 155-218.

_____. *O Capital: crítica da economia política*, vol. I, livro primeiro, tomo 1. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985a.

_____. *O Capital: crítica da economia política*, vol. I, livro primeiro, tomo 2. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985b.

_____. *O Capital*. Livro 3. Vol. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____. *Capítulo VI Inédito de O Capital*. São Paulo: Editora Moraes, 1985c.

_____. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*, São Paulo: Editora Alfa-ômega, s/d. pp. 199-285.

_____. *Crítica da Filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *Formações econômicas pré-capitalistas*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

MARX, K.; ENGELS, F. The Programmes of the Radical-Democratic Party and of the Left at Frankfurt. In: *Neue Rheinische Zeitung*, [junho de 1848], 1994. Disponível em: <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1848/06/07.htm>. Acesso em 02 de setembro de 2011.

_____. Manifesto do Partido Comunista. In: MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*, São Paulo: Editora Alfa-ômega, s/d. pp. 21-47.

MAYORGA, Fernando. *Encrucijadas. Ensayos sobre democracia y reforma estatal en Bolivia*. Editorial Gente Común: La Paz, 2007.

- MENDIETA, Javier Gustavo Pérez. *Bolivia elecciones presidenciales y legislativas (1993-2009)*. s/d. Disponível em:
http://americo.usal.es/oir/opal/elecciones/Elecc_Bolivia_93-09_Perez.pdf.
 Acesso em 25 de abril de 2015.
- MENDONZA, Vladimir (2012). *El postmodernismo indigenista del MAS*. La Paz: Ediciones Masas.
- MESA GISBERT, Carlos e OSORIO, Mario Espinoza. Documentário *Bolívia Siglo XX*, Capítulo Banzer: os paradoxos da história. 2009. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=ohCvGRmSKAQ>. Acesso em 22 de novembro de 2015.
- MORAES, Renata Albuquerque. *Indígenas são perseguidos na Bolívia por resistirem a construção de estrada em seu território*. Disponível em:
<http://racismoambiental.net.br/?p=181376>. Acesso em? 14 de janeiro de 2016.
- MORALES, Jorge Espinoza. La "relocalización" minera. *La Patria*, Perspectiva Minera. 22 de julho de 2011. Disponível em:
<http://lapatriaenlinea.com/?nota=76115>. Acesso em 02 de abril de 2015.
- MUTTI, Antonio e SEGATTI, Paolo. *A burguesia de Estado. Estrutura e funções da empresa pública*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.
- OIT. *Convenio sobre poblaciones indígenas y tribales*. (convenio n° 107). Genebra, 1957. Disponível em:
http://www.oas.org/dil/esp/afrodescendientes_instrumentos_internacionales_convenio_107.pdf. Acesso em 13 de janeiro de 2016.
- _____. *Convenção n° 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT*. Brasília: OIT, 2011
- OLLER, Santiago Daroca. La Guerra del Agua. Protesta y acción social em Cochabamba. *Cuadernos de Trabajo PNUD*. s/d. Disponível em:
<http://www.insumisos.com/lecturasinsumisas/Guerra%20del%20agua.pdf>.
 Acesso em 02 de outubro de 2015.
- POR. *A crise política na Bolívia*. Ed. Massas, s/l, 2008.
- _____. *A situação revolucionária na Bolívia sob o governo Evo Morales*. Ed. Massas, s/l, 2006.
- POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- _____. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978a.
- _____. *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978b.
- _____. A posição marxista e a questão da atribuição de classe do aparelho de Estado. In: *Poder político e classes sociais*. Rio de Janeiro, Martins Fontes. 1986, pp. 327-346.

- PRADA ALCOREZA, Raúl. Multitud y contrapoder. Estudios del presente. In: GUTIERREZ, Raquel; TAPIA, Luis; PRADA, Raúl; GARCÍA, Álvaro. *Democratizaciones plebeyas*. La Paz: Muela del Diablo, 2002, pp.73-146.
- _____. Estado periférico y sociedad interior. In: PRADA, Raúl; CAMACHO, Oscar Vega; TAPIA, Luis; GARCÍA, Álvaro. *Horizontes y límites del estado y el poder*. La Paz: Muela del Diablo, 2005, pp.133-215.
- _____. *Subversiones indígenas*. La Paz: Muela del Diablo / Clacso, 2008.
Disponível em:
<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/coediciones/20100610094301/prada.pdf>.
Acesso em 20 de outubro de 2013.
- _____. *Miseria de la geopolítica*. Crítica a la geopolítica extractivista, 2012a.
Disponível em: <http://www.rebelion.org/docs/157961.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2013.
- _____. Estado plurinacional comunitario autonómico y pluralismo jurídico. In: SOUZA SANTOS, Boaventura de e RODRÍGUEZ, José Luis Exeni (org.). *Justicia indígena plurinacional e interculturalidad em Bolivia*. La Paz: Ediciones Abya-Yala / Fundación Rosa Luxemburg, 2012b. Pp. 407-444.
- PRENSA PRESIDENCIAL. *Anunció una nueva Ley para el ámbito empresarial*. 11/05/2007. Disponível em:
<http://www.noticias24.com/actualidad/noticia/4663/anuncio-una-nueva-ley-para-el-ambito-empresarial/>. Acesso em 17 de outubro de 2015.
- QUISPE, Felipe. Organización y proyecto político de la rebelión indígena aymara-quechua. In: GARCÍA, Álvaro; GUTIERREZ, Raquel; PRADA, Raúl; QUISPE, Felipe; TAPIA, Luis. *Tiempos de Rebelión*. La Paz: Muela del Diablo, 2001, pp.163-192;
- REGALSKY, P. Bolívia na encruzilhada: o governo de Morales e a política indígena. *Revista Outubro*, São Paulo, n.15, p.45-78, 2007.
- REINAGA, Fausto. *Tesis índia* [1971]. 3ª ed. La Paz: 2006.
- ROJAS, Gonzalo Ádrian. Governos “pós-neoliberais” na América Latina: crise política e fim de ciclo? Desafios para oposição de esquerda. Trabalho para apresentação em Mesa Redonda. *VIII Colóquio Internacional Marx-Engels*, Campinas: 2015. Disponível em:
http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/mesas/Gonzalo%20Rojas.pdf. Acesso em 14 de outubro de 2015.
- SAAVEDRA, Bautista. *El Ayllu*. Segunda parte, Proceso Mochoza. La Paz: Editora Urquiza, 1998.
- SALVADORI, Massimo L. *Orígenes y crisis del soviétismo*. In: GERRATANA, Valentino et al. *Consejos obreros y democracia socialista. Cuadernos de pasado y presente*. Ciudad de México: siglo XX editores, 1977. pp. 39-56.
- SANTAELLA GONÇALVES, Rodrigo. *Intelectuais em movimento: o grupo Comuna na construção hegemônica antineoliberal na Bolívia*. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e

Ciências Humanas. Orientador: Alvaro Gabriel Bianchi Mendez. Campinas, 2013. 243p.

SCHAVELZON, Salvador. *El nacimiento del Estado Plurinacional de Bolivia: etnografía de una Asamblea Constituyente*. La Paz: Clacso, 2012. Disponível em:
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/coediciones20130214112018/ElnacimientoDelEstadoPlurinacional.pdf>. Acesso em 15 de janeiro de 2013.

SOSA SANTOS, Boaventura de. Evo Morales e a democracia. *Revista del OSAL*. Buenos Aires, n. 19, p.15-24, enero-abril 2006.

_____. La reinvenção del Estado y el Estado plurinacional. In: *OSAL* (Buenos Aires: CLACSO) Año VIII, Nº 22, setembro de 2007. Pp. 25-46. Disponível em:
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal22/D22SousaSantos.pdf>
 Acesso em 28 de novembro de 2015.

_____. Cuando los excluidos tienen Derecho: justicia indígena, plurinacionalidad e interculturalidad. In: SOUZA SANTOS, Boaventura de e RODRÍGUEZ, José Luis Exeni (org.). *Justicia indígena plurinacional e interculturalidad em Bolivia*. La Paz: Ediciones Abya-Yala / Fundación Rosa Luxemburg, 2012. Pp. 11-48.

_____. La Refundación del Estado em America Latina. In: CORAGGIO, José Luis; LAVILLE, Jean-Louis (orgs.). *Reinventar la izquierda en el siglo XXI: Hacia un diálogo Norte-Sur*. Quito: Instituto de Altos Estudios Nacionales (IAEN), 2014, 281-297 Disponível em:
<http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/La%20Refundaci%C3%B3n%20del%20Estado.pdf>. Acesso em 02 de fevereiro de 2016.

STEFANONI, Pablo. El nacionalismo indígena en el poder. *Revista del OSAL*. Buenos Aires, n. 19, p.37-44, enero-abril 2006.

_____. Oposição desafia Evo e aprova referendo revogatório. In: *Carta Capital*, 12 de maio de 2008. Disponível em:
<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Oposicao-desafia-Evo-e-aprova-referendo-revogatorio%0D%0A/6/14232>. Acesso em: 20 de outubro de 2015.

_____. Prefácio. In: GARCÍA LINERA, Álvaro. *A potencia plebeia: ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia*. Org. Pablo Stefanoni. São Paulo: Boitempo, 2010. Pp. 11-24.

SVAMPA, Maristella e STEFANONI, Pablo. Entrevista a Álvaro García Linera: “Evo simboliza el quiebre de um imaginario restringido a la subalternidad de los indígenas”. In: *OSAL* (Buenos Aires: CLACSO) Año VIII, Nº 22, setembro de 2007. Pp. 143-164 Disponível em:
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal22/AC22SvampaStefanoni.pdf>

SOKAL, Alan e BRICMONT, Jean. *Imposturas intelectuais*. Rio de Janeiro / São Paulo: Editora Record, 1999.

- TAPIA, Luis. *La producción del conocimiento local*. La Paz: Muela del Diablo, 2002a.
- _____. Movimientos sociales, movimiento societal y los no lugares de la política. In: GUTIERREZ, Raquel; TAPIA, Luis; PRADA, Raúl; GARCÍA, Álvaro. *Democratizaciones plebeyas*. La Paz: Muela del Diablo, 2002b, pp.25-72;
- _____. Izquierdas y movimiento social. In: TAPIA, Luis; GARCÍA, Álvaro; PRADA, Raúl. *Memorias de octubre*. La Paz: Muela del Diablo, 2004, pp.137-179;
- _____. Gobierno multicultural y democracia directa nacional. In: GARCÍA LINERA, Álvaro; TAPIA, Luis; PRADA, Raúl. *El retorno de la Bolivia Plebeya*. La Paz: Muela del Diablo, 2007, pp. 61-90.
- _____. El estado en condiciones de abigarramiento. In: GARCÍA, Álvaro; PRADA, Raúl; TAPIA, Luis; CAMACHO, Oscar Vega. *Estado. Campo de lucha*. La Paz: Muela del Diablo, 2010, pp.97-128;
- TROTSKY, Leon. *A História da Revolução Russa*. 1º. Volume. A queda do Tzarismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. A indústria nacionalizada e a administração operária. In: *Escritos latino-americanos*. São Paulo: Ediciones Iskra; Buenos Aires: CEIP, 2009.
- _____. O que é, afinal, a revolução permanente? (teses). In: *A teoria da Revolução Permanente*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011a. Pp. 311-317.
- _____. A Revolução Espanhola e as tarefas dos comunistas. In: *A teoria da Revolução Permanente*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011b. Pp. 321-350.
- TULLY, Shawn. Water, Water Everywhere Today companies like France's Suez are rushing to privatize water, already a \$400 billion global business. They are betting that H2O will be to the 21st century what oil was to the 20th. *Fortune Magazine*, 15 de maio de 2000. Disponível em: http://archive.fortune.com/magazines/fortune/fortune_archive/2000/05/15/279789/index.htm. Acesso em: 15 de abril de 2015.
- UNITED STATES. Central Intelligence Agency. *Bolivia, administrative divisions* (Mapa), 2006. Disponível em: http://www.loc.gov/maps/?fa=subject%3Aadministrative+and+political+divisions&sp=3&sb=title_s. Acesso em 23 de maio de 2014.
- VACA, Mery. Morales expulsa a embaixador de EE.UU. 11 de setembro de 2008. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/latin_america/newsid_7609000/7609570.stm. Acesso em: 12 de dezembro de 2015.
- VARGAS, Natalí. Cuatro organizaciones quedan fuera del nuevo Fondo Indígena. *Página Siete*, 30 de agosto de 2015. Disponível em: <http://www.paginasiete.bo/nacional/2015/8/30/cuatro-organizaciones-quedan-fuera-nuevo-fondo-indigena-68353.html>. Acesso em 14 de janeiro de 2016.

VICEPRESIDENCIA del Estado Plurinacional de Bolivia. *Biografía: Álvaro García Linera*. Disponível em:
http://www.vicepresidencia.gob.bo/spip.php?page=expositor&id_expositor=10. Acesso em: 02 de novembro de 2015.

WEBER, Max. A política como vocação. In: *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Editora Cultrix, s/d. Pp. 55-124.

ZAVALETA MERCADO, René. *El Poder Dual*. Siglo XXI editores: México, 1977.

_____. Las masas en noviembre. In: ZAVALETA MERCADO (comp.), *Bolivia Hoy*. México: Siglo XXI, 1983, pp. 11-59;

_____. *La autodeterminación de las masas*. Compilador Luis Tapia. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y Clacso, 2009.